UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

SIMONE APARECIDA BORGES

OS CURSOS DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE GOIÁS E DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
GOIÁS: UM OLHAR HISTÓRICO

Goiânia
2006

SIMONE APARECIDA BORGES

OS CURSOS DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE GOIÁS E DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
GOIÁS: UM OLHAR HISTÓRICO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maurides Batista Macêdo

Goiânia
2006

SIMONE APARECIDA BORGES

OS CURSOS DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS E DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS: UM OLHAR HISTÓRICO

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do grau de Mestre, aprovada em _____ de _____ de _____, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profª Drª Maurides Batista Macedo Filha
Presidente da Banca

Profª Drª Isabel Ibarra Cabrera - UFG

Profª Drª Zildete Inácio de Oliveira Martins – UCG

A meu irmão Silvio César Rodrigues, *in memoriam*,
exemplo de determinação e luta em prol de seus
objetivos. Saudades....

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo carinho e paciência que me dispensou no decorrer do Mestrado, por me amar e, principalmente, por ter-me “suportado” nos momentos finais da dissertação.

A Maurides, minha orientadora perene, por ter-me proporcionado a chance de trabalhar com um objeto de extrema importância para o registro da história do ensino superior em Goiás e, assim, poder também exercer o ofício de historiadora.

Às professoras Isabel Ibarra Cabrera (UFG) e Zildete Inácio de Oliveira Martins (UCG), por terem aceitado fazer parte das bancas de qualificação e defesa, contribuindo de forma efetiva com sugestões-orientações que enriqueceram sobremaneira esta pesquisa. A ambas, o meu muito obrigada!

Aos meus professores do Mestrado: Ângela, Isabel, Ivone, Nelson, Maurinha, Silvia, pela convivência com tão diversas concepções epistemológicas. Ao professor Ildeu, em especial, não só por ter-me proporcionado a convivência com seu saber, seus ensinamentos e sua filosofia, mas também pela figura humana que representa.

A todos os professores entrevistados por terem contribuído e enriquecido este trabalho com suas memórias.

À Coordenação do Mestrado em Educação, na pessoa do coordenador professor João de Oliveira.

À Coordenação do NEDESC, nas pessoas da coordenadora Maurides Macêdo e do bolsista Dávilas Chaves.

À equipe da Secretaria de Pós-Graduação da UFG, sempre prestativa e educada.

A Heloisa Esser Reis, arquivista do Centro de Documentação e Arquivística da UFG, pela imensa contribuição com a pesquisa documental.

À querida Camila, grande incentivadora do meu Mestrado. Obrigada pelo carinho e paciência e por ter-me acolhido no seu rol de amigas.

A todos os colegas do Mestrado, pela convivência e, em especial, às colegas da 27^a Anped, Oneida, Leusa, Késia e Cecília. Apesar da seriedade e da correria do encontro, ainda pudemos conversar e rir bastante. Obrigada pelos momentos compartilhados.

Aos amigos que conquistei na minha nova terra, Rio Verde, obrigada por nos terem acolhido, a mim e ao Cleber, com tanto carinho.

A Célia, não só pela correção criteriosa do meu trabalho, também pela atenção e amizade. Muito obrigada.

Ao meu querido Cleber, incentivador, amigo e meu amor, que iniciou nesse percurso comigo como meu namorado e, agora, meu esposo. Muito obrigada pelo amor, carinho e paciência e, principalmente, por nunca ter reclamado...

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS DE SIGLAS	10
LISTA DE QUADROS.....	12
RESUMO.....	14
ABSTRACT	15
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I	
HISTÓRIA: CAMINHOS PERCORRIDOS – DA GRÉCIA ATÉ AS UNIVERSIDADES NO BRASIL	21
1.1 A HISTÓRIA NA ANTIGUIDADE: DA EXPLICAÇÃO MÍTICA NA GRÉCIA À HISTÓRIA ÚTIL EM ROMA.....	21
1.2 A HISTÓRIA NA IDADE MÉDIA: A HISTÓRIA TEOLÓGICA.....	25
1.3 A HISTÓRIA NOS TEMPOS MODERNOS: RAZÃO E ERUDIÇÃO	28
1.4 A HISTÓRIA NOS SÉCULOS XIX E XX: DO CIENTIFICISMO À NOVA HISTÓRIA	30
1.5 A CONSTITUIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: DA COLÔNIA À REPÚBLICA	39
1.5.1 O ensino no Brasil Colônia	39
1.5.2 O ensino superior no Brasil Império: o surgimento de uma “cadeira” de História	42
1.6 INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO: A PESQUISA HISTÓRICA E O ENSINO DE HISTÓRIA.....	45
1.6.1 A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: o desenho de uma história nacional.....	45
1.6.2 A Faculdade de Filosofia e Letras do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: o ensino e a pesquisa em História.....	48

1.7	O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL NO PERÍODO REPUBLICANO: A CRIAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA NO SISTEMA UNIVERSITÁRIO	51
1.7.1	As primeiras universidades no Brasil	51
1.7.2	O ensino superior após a “Revolução de 30”: o Estatuto das Universidades Brasileiras.....	54
1.7.3	A estruturação dos cursos de História na USP e na UDF: as “missões francesas” do século XX.....	57
1.8	O ENSINO SUPERIOR EM GOIÁS: DA ACADEMIA DE DIREITO À CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS E DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS.....	66
1.8.1	A Gênese do ensino superior em Goiás: a criação da Academia de Direito em Goiás	66
1.8.2	A criação da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás: o embate entre o público e o privado.....	68

CAPÍTULO II

	O CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS.....	80
2.1	A GÊNESE DO CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS.....	80
2.1.1	A Faculdade de Filosofia de Goiás, nos primeiros tempos: “a razão de ser do curso de História e Geografia era a carência de professores diplomados no Estado”.	80
2.1.2	Os primeiros mestres do curso de História da Universidade Católica de Goiás	96
2.2	O CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS: CELEIRO DE PROFESSORES PARA O CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS.....	103
2.2.1	Os “bons filhos” à casa retornam: o movimento de migração e de refluxo dos professores do curso de História da Universidade Católica de Goiás.....	106
2.3	O CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS NAS DÉCADAS DE 1970, 1980 E 1990	109
2.3.1	O curso de História da Universidade Católica de Goiás, no contexto da Reforma Universitária de 1968: o currículo de Estudos Sociais.....	109

2.3.2 O curso de História da UCG (1980-2000): a “crise” nas licenciaturas e reformulações curriculares.....	116
2.4 A PESQUISA EM ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA NA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	132
2.4.1 O Instituto de Antropologia da Universidade Católica de Goiás: o precursor da pesquisa antropológica no Estado de Goiás.....	132
2.4.2 As Pesquisas e a Pós-graduação em História na Universidade Católica de Goiás	140

CAPÍTULO III

O CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	150
3.1 O CENTRO DE ESTUDOS BRASILEIROS: “UMA UTOPIA QUE ESTEVE NAS MÃOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS E ELA NÃO SOUBE MANTER”	150
3.2 O CURSO DE HISTÓRIA DA UFG: DO CEB À FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS.....	166
3.2.1 A constituição da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Goiás	166
3.2.2 O Curso de História, do CEB à FFCL: rupturas ou continuidades?	183
3.3 O CURSO DE HISTÓRIA DA UFG NO CONTEXTO DO REGIME MILITAR ...	186
3.3.1 A Reforma Universitária e a fragmentação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.....	186
3.3.2 O Curso de História e a vigilância do Regime Militar: “os olhos e os ouvidos do rei”	193
3.4 O CURSO DE HISTÓRIA NO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS	197
3.4.1 A criação do Instituto de Ciências Humanas e Letras	197
3.5 A PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS.....	204
3.5.1 A criação do Mestrado em História: as “missões” paulistas em Goiás	204
3.5.2 O Mestrado em História da Universidade Federal de Goiás: um marco para a historiografia goiana	211
3.6 O CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS NA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA	214

3.7 A REESTRUTURAÇÃO DO MESTRADO E A CRIAÇÃO DO DOUTORADO: HISTÓRIA: CULTURAS, FRONTEIRAS E IDENTIDADES	218
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	225
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	229
FONTES	233
ANEXOS	238
APÊNDICES.....	253

LISTA DE ABREVIATURAS DE SIGLAS

AI-5	Ato Institucional nº 5
ANFOPE	Associação Nacional de Formação do Profissional de Educação
ANPUH	Associação Nacional de Professores Universitários de História
BIC	Bolsa de Iniciação Científica
CADES	Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBG	Departamento de Ciências Biológicas e Geográficas
CCEP	Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa
CEAB	Centro Afro-Brasileiro
CEB	Centro de Estudos Brasileiros
CEPAE	Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação
CFE	Conselho Federal de Educação
CGI	Comissões Gerais de Investigação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPH	Centro de Pesquisa Histórica
CPHGS	Centro de Pesquisa do Departamento de História, Geografia e Ciências Sociais
CTC	Conselho Técnico Científico
DAA	Departamento de Assuntos Acadêmicos
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EDU	Departamento de Educação
EFI	Departamento de Educação Física
EUA	Estados Unidos da América
FCHF	Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia
FE	Faculdade de Educação
FFCL	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIT	Departamento de Filosofia e Teologia
FNFi	Faculdade Nacional de Filosofia
HCS	Departamento de História e Ciências Sociais
HGS	Departamento de História, Geografia e Ciências Sociais
HGSR	Departamento de História, Geografia, Ciências Sociais e Relações Internacionais
IA	Instituto de Antropologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICHL	Instituto de Ciências Humanas e Letras
IEA	Instituto de Estudos Avançados
IGPA	Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IMF	Instituto de Matemática e Física
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEHBC	Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central

IPMs	Inquéritos Policial-Militares
IQG	Instituto de Química e Geociências
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ITA	Instituto Tecnológico da Aeronáutica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MAF	Departamento de Matemática e Física
MEC	Ministério da Educação Cultura e Desporto
MEEB	Mestrado em Educação Escolar Brasileira
NEDESC	Núcleo de Estudos e Documentação Sociedade e Cultura
OSPB	Organização Social e Política Brasileira
PC	Partido Comunista
PCG	Primeiro Ciclo de Estudos Gerais
PICD	Plano Institucional de Capacitação de Docentes
PIM-EP/NIG	Programa Interdisciplinar da Mulher – Estudos e Pesquisas/Núcleo de Investigação de Gênero
POLOP	Política Operária
PPP	Plano Político Pedagógico
PROPE	Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RETIDE	Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva
SD-1	São Domingos I
SEEG	Sociedade de Educação e Ensino de Goiás
SGC	Sociedade Goiana de Cultura
SNI	Serviço Nacional de Informação
UBC	Universidade do Brasil Central
UCG	Universidade Católica de Goiás
UDF	Universidade do Distrito Federal
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFG	Universidade Federal de Goiás
UG	Universidade de Goiás
UNB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo
UNIP	Universidade Paulista
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	United States Agency of International Development
USP	Universidade de São Paulo
VPG	Vice-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação dos Programas e/ou cursos de Graduação em História e seqüenciais oferecidos pelas Instituições de Educação Superior – Brasil; Áreas Detalhadas: História e Arqueologia:	63
Quadro 2 – Relação dos Programas e/ou cursos de Graduação em História e seqüenciais oferecidos pelas Instituições de Educação Superior – Brasil; Área Detalhada: formação de professor de História:.....	65
Quadro 3 – Disciplinas do Curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia de Goiás (1948)	85
Quadro 4 – Matrícula de alunos da Faculdade de Filosofia de Goiás por curso (1949–1950).....	93
Quadro 5 – Concluintes da Licenciatura dos cursos da Faculdade de Filosofia de Goiás (1952–1960)	93
Quadro 6 – Concluintes do Bacharelado da Faculdade de Filosofia de Goiás (1952–1957).....	93
Quadro 7 – Diplomados da Faculdade de Filosofia de Goiás (1960).....	94
Quadro 8 – Número de alunos matriculados na Faculdade de Filosofia de Goiás (1961)	94
Quadro 9 – Diplomados da Faculdade de Filosofia de Goiás (1962).....	95
Quadro 10 – Relação parcial de professores do curso de História da Faculdade de Filosofia de Goiás (1951)	99
Quadro 11 – Docentes dos cursos de História e Geografia e de Didática da Faculdade de Filosofia de Goiás (1956)	99
Quadro 12 – Docentes das disciplinas específicas do curso de História e Geografia e de disciplinas de cunho geral da Faculdade de Filosofia de Goiás (1959).....	101
Quadro 13 – Docentes das disciplinas específicas do curso de História e de disciplinas de cunho geral da Faculdade de Filosofia de Goiás (1960).....	101
Quadro 14 – Disciplinas do Curso de Estudos Sociais – Licenciatura de 1º Grau em Estudos Sociais da UCG (1975/1983).....	112
Quadro 15 – Disciplinas do curso de História Bacharelado e Licenciatura (Grade curricular vigente a partir de 1986/1)	118
Quadro 16 – Grade Curricular de História (Vigência: a partir de 1994/2).....	122
Quadro 17 – Matrícula por semestre no curso de História da UCG (1993 a 1996)	125
Quadro 18 – Núcleo de disciplinas da matriz curricular do Curso de História da UCG (2004/1)	129
Quadro 19 – Docentes do Curso de História da UCG (2004)	131
Quadro 20 – Docentes atuantes nos cursos de Especialização em História da UCG (1988–1999)	144

Quadro 21 – Cursos de graduação em História oferecidos pelas instituições de Educação Superior no Estado de Goiás (1949/2004)	146
Quadro 22 – Docentes e Linhas de Pesquisa do Mestrado em História da UCG (2006)	149
Quadro 23 – Docentes e disciplinas do curso de Estudos Goianos do CEB/UFG (1963)	156
Quadro 24 – Docentes e disciplinas do curso de Estudos Brasileiros do CEB/UFG (1963)	157
Quadro 25 – Docentes do curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFG (1968)	176
Quadro 26 – Resultado do concurso para provimento de cadeiras do curso de História e Geografia da UFG (1966).....	181
Quadro 27 – Número de concluintes do curso de História da UFG (1966–1969)	183
Quadro 28 – Docentes do Departamento de Geografia e História do Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG (1972).	199
Quadro 29 – Docentes do Departamento de História do ICHL/UFG (1989).....	202
Quadro 30 – Número de concluintes do curso de História da UFG (1970–1996)	203
Quadro 31 – Disciplinas e respectivos docentes do curso de História da UFG (1997).....	215
Quadro 32 – Docentes do curso de História da UFG (2006)	217
Quadro 33 – Número de concluintes do curso de História da UFG (1997–2004)	218
Quadro 34 – Corpo docente do Mestrado/Doutorado em História da UFG (2006)	222
Quadro 35 – Número de dissertações defendidas no Mestrado em História da UFG, divididos por temas (1974/2000).....	223

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo reconstituir a trajetória dos cursos de História da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás, desde a criação até o ano 2000, reconstituindo, assim, o percurso histórico de ambos. Trata-se de uma pesquisa de cunho histórico, que partiu da coleta, reunião e interpretação de documentos escritos (atas, regimentos, portarias, grades curriculares, histórico escolar, jornais, etc), como também da memória dos pioneiros, inicialmente como alunos do curso de História na Universidade Católica de Goiás e, posteriormente, como professores-fundadores do curso de História na Universidade Federal de Goiás. A princípio buscou-se a origem da História, delineando-se onde, quando e com qual intenção se “inventou” esse saber. Posteriormente demonstrou-se quando e porque a História chega às academias na Europa e no Brasil e, finalmente, em Goiás. É importante ressaltar que não foi intenção primordial da pesquisa estabelecer uma análise comparativa entre os cursos, todavia ela se faz presente em alguns momentos, basicamente quando se destacam as relações mantidas entre os cursos, quanto ao corpo docente, no passado, e que ainda sobrevivem na atualidade. Em síntese, procurou-se delinear a trajetória dos cursos de História das duas instituições universitárias, com enfoque para os contextos político, social e econômico e suas implicações nas mudanças ocorridas no interior das Universidades e dos próprios cursos objetos da pesquisa.

Palavras-chave: História, Universidade Católica de Goiás, Universidade Federal de Goiás.

ABSTRACT

The aim of this work is to reconstitute the way of the History Course at Goiás Catholic University and Goiás Federal University (*Universidade Católica de Goiás e Universidade Federal de Goiás*), since its creation until the year 2000, rebuilding, in this way, the historical trajectory of both. It is a historical research, that started with the collection, gathering, and interpretation of written documents (proceedings, bylaws, regulation, curricular schedule, scholar review newspapers etc), and also of the pioneers memory, initially as students of the History Course at Goiás Catholic University and, underlining where, when and with what intention this knowledge was invented. Later, it was demonstrated how and why the History comes to the academies in Europe and Brazil and, finally, in Goiás. It is important to stand out that it was not primordial intention sometimes, basically, when the maintained relations are emphasized among the courses about the professor team, at the past, and that still survey at this moment. In short, we tried to trace the way of the History courses of both university institutions, focusing the political, social and economic contexts, and their implications on the changes occurred inside the universities and in the courses of this subjects of this research.

Keywords: History, Goiás Catholic University, Goiás Federal University.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as pesquisas educacionais¹ no Brasil se tornaram objeto privilegiado de estudo nas universidades, notadamente a partir de 1971, com a criação dos programas de pós-graduação. Anteriormente a esse período, segundo Cunha (1979, p. 3), “a participação das universidades na pesquisa educacional era bastante reduzida”. E ainda conforme Gouveia:

a maior parte [...] dos trabalhos realizados pelos professores universitários resulta de esforços individuais relacionados com interesses intelectuais ou acadêmicos. A pesquisa praticada é praticamente negligenciada nos orçamentos das universidades e, em geral, desempenha papel secundário na carreira do professor universitário (GOUVEIA, 1978, p. 4 apud WARDE, 1990, p. 67).

Destacar a Educação como objeto de investigação é de primordial importância, uma vez que situa e discute a problemática educacional no Brasil e em Goiás. O Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), no decorrer de seus 20 anos de existência, vem enriquecendo a pesquisa educacional, como também o Programa de Pós-graduação em Educação da UCG. Além de contribuir com estudos de temas especificamente de natureza pedagógica, o Mestrado em Educação da UFG vem contribuindo com trabalhos de cunho histórico. Três trabalhos têm esse caráter: O Sentido Histórico da Criação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (REZENDE, 1997); Faculdade de Direito: Das Origens à Criação da Universidade Federal de Goiás 1898–1960 (ALVES, 2000); e O Curso de Administração da Universidade Católica de Goiás: Criação e Consolidação (LIMA, 2003). Fruto do Mestrado em Educação da UCG foi o trabalho Os Cursos de Matemática da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás: História e Memória (SILVA, 2003). Tal realidade demonstra que os dois Mestrados vêm contribuindo com pesquisas que buscam a reconstituição histórica dos cursos no interior das universidades.

Tais trabalhos colaboraram para o registro da memória dessas instituições, como também para o registro da memória das instituições educacionais do Estado de Goiás. Esta pesquisa se insere nesse contexto, pois privilegia como objeto a história dos cursos superiores de

¹ Sobre esse tema ver GATTI, Bernadete A. *Pesquisa em Educação: um tema em debate*. Caderno de Pesquisa n° 80, p. 106-111, São Paulo, fev. 1992.

História da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás. O intuito é buscar a origem dos dois cursos, delineando a trajetória e destacando suas especificidades e, se possível, suas inter-relações. O objetivo geral da pesquisa é, portanto, discorrer sobre os cursos de História da UCG e UFG, desde a criação até o ano 2000. Sendo assim, a busca, a identificação e a reunião de fontes (orais e escritas) tornaram-se tarefas primordiais para a efetivação desta pesquisa. É oportuno destacar que, ao se propor tal investigação, acredita-se estar contribuindo com a preservação da memória da UCG e da UFG e ainda a memória das instituições de ensino superior do Estado de Goiás.

Este estudo tem por princípio desenvolver a denominada proposta metodológica História-Problema, entendendo que problematizar significa “[...] dar voz aos sujeitos históricos. Nesse procedimento o pesquisador interroga os agentes sociais a partir de suas preocupações e de sua postura e deixa interrogar por esses agentes” (KHOURY, 1991, p. 43). Nessa ótica, problemáticas do presente nortearam o início do trabalho, todavia, no decorrer da pesquisa, a partir do diálogo com as fontes, outras indagações surgiram. Procurou-se, assim, estabelecer um movimento pendular de ir e vir às fontes à procura de respostas, bem como de novas indagações. Desse movimento dialógico resultou a síntese, proporcionando uma versão da história dos cursos de História das referidas Universidades.

Como foi dito, este estudo partiu da concepção de História-Problema, trabalhando com uma noção ampliada de documento histórico, como na perspectiva a seguir:

A história de Langlois e Seignobos, fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc (LE GOFF, 1998, p. 28).

Para viabilizar a pesquisa e reconstituir e registrar a trajetória dos cursos de História da UCG e da UFG, foram utilizadas fontes orais e também documentos escritos.

No trabalho com as fontes orais, partiu-se do princípio formulado por Thompson (2002, p. 176), que diz o seguinte: “[Todas as fontes] são falíveis e sujeitas a viés, e cada uma delas possui força variável em situações diferentes. Em alguns contextos, a evidência oral é o que há de melhor, em outros, ela é suplementar, ou complementar, à de outras fontes”.

Diante de tal formulação é necessário esclarecer que as fontes orais nesta pesquisa assumiram diferentes papéis conforme o assunto abordado. Foram primordiais em determinados momentos; em outros, foram suplementares ou complementares. Conforme

Macêdo (1999, p.11), “Não estamos vendo a documentação oral como panacéia, mas como instrumento de inegável importância para o historiador que trabalha com a chamada História do Tempo Presente”.

Dentre as modalidades de história oral, privilegiou-se a temática semi-estruturada, na tentativa de responder às problemáticas da pesquisa, todavia a maioria dos entrevistados relatou não só o percurso dos cursos, mas seu próprio passado, ou seja, sua memória reconstruída, o que fez com que muitas entrevistas fossem carregadas de emoção. Assim, a intenção é trabalhar com a memória, “percebendo-a como uma construção do passado, portanto carregada de emoções e vivências” (MACÊDO, 1999, p. 11). Conforme essa perspectiva, no trabalho com as fontes orais, para complementar, confirmar ou ratificar idéias ou dados, privilegiou-se

explorar a riqueza do depoimento procurando apreender o significado que os fatos tiveram para os narradores, entendendo como eles interpretam estes fatos e explorando também a diversidade das interpretações, diferenças e contradições contidas nas narrativas e entre documentos oral e escrito (MACÊDO, 1999, p. 11)

No intuito de realizar as entrevistas, primeiramente definiu-se a colônia, ou seja, o grupo comum que seria entrevistado. Entendeu-se como colônia, no caso, o corpo docente pioneiro dos cursos de História da UCG e UFG, formando-se, posteriormente, a rede: “uma subdivisão da colônia e que visa estabelecer parâmetros para decidir sobre quem deve ser entrevistado ou não” (MEIHY, 1996, p. 53). A partir dessas definições foi estabelecida a entrevista denominada “ponto zero”. A rede, na verdade, formou-se à medida que as entrevistas se sucediam, pois um entrevistado sempre indicava outro.

Ao todo formou-se uma rede com vinte e uma pessoas, entre professores, ex-professores, ex-alunos, sujeitos envolvidos na criação e consolidação dos cursos objetos do estudo. As entrevistas, previamente agendadas, realizaram-se no período de junho de 2005 a agosto de 2006, sendo que, na maioria das vezes, aconteceram nas residências dos entrevistados, na cidade de Goiânia, com exceção de uma, realizada na cidade de Anápolis.

Para nortear o trabalho com as entrevistas, trabalhou-se com os conceitos de memória, reminiscências e lembranças presentes na obra de Thompson (2002) e com o conceito de composição da memória em Thomson (1997), como também memória individual e coletiva em Maurice Halbwachs (2006).

Conforme Thompson, no trabalho com as fontes orais “A lição importante é aprender a estar atento àquilo que não está sendo dito, e a considerar o que significam os

silêncios. Os significados mais simples são provavelmente os mais convincentes” (THOMPSON, 2002, p. 204–205).

Na perspectiva de trabalhar com a evidência oral e em resposta àqueles que duvidam de sua credibilidade, Thompson afirma que:

Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permiti-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta (THOMPSON, 2002, p. 197).

A partir da memória de sujeitos que vivenciaram e colaboraram com a criação e a consolidação dos cursos em estudo, o intuito é:

Recuperar lágrimas e risos, decepções e esperanças, fracassos e vitórias, fruto de como os sujeitos viveram e pensaram sua própria existência, forjando saídas na sobrevivência, gozando as alegrias da solidariedade ou sucumbindo ao peso de forças adversas (KHOURY, 1991, p. 12).

A documentação escrita, embora na maioria das vezes escassa e dispersa, contribuiu para o que se propôs: reconstituir a trajetória de criação e consolidação dos cursos de História da UCG e da UFG. As fontes escritas da UCG foram coletadas inicialmente a partir de documentos já organizados, pertencentes ao Acervo Padre Luís Palacín Gómez e Ronaldo Vaz, da antiga Faculdade de Filosofia de Goiás. Posteriormente elas foram buscadas na Secretaria do Departamento de História, Geografia, Ciências Sociais e Relações Internacionais (HGSR), sendo que algumas foram doadas por professores entrevistados e outras emprestadas pela professora-orientadora desta pesquisa. Houve ainda as informações coletadas via Internet.

A princípio a documentação escrita que serviu de base para a reconstituição do curso de História da UFG foi coletada no Centro de Documentação e Arquivística da UFG, no Campus II, onde se encontram os documentos do ICHL. Posteriormente pesquisou-se no Núcleo de Estudos e Documentação Sociedade e Cultura (NEDESC), onde está a documentação da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na atual Faculdade de Educação da UFG. Alguns documentos foram doados pelos professores entrevistados. Para a coleta de dados atuais sobre o curso recorreu-se à pesquisa via Internet, ao Departamento de

Assuntos Acadêmicos (DAA), bem como à Diretoria do Curso de História e à Secretaria do Mestrado e Doutorado em História da UFG.

Em ambas as pesquisas foram encontrados documentos como: atas, ofícios, portarias, planos de aulas, certidões, relatórios, regimentos, grades e matrizes curriculares, anais, plano político-pedagógico, entre outros.

Enfim, o presente trabalho apresenta como desafio e motivação a busca, reunião e identificação das fontes documentais, aliadas à interpretação e à síntese histórica, como também a realização da análise e interpretação das entrevistas com sujeitos que vivenciaram o processo de criação e consolidação dos cursos de História da UCG e da UFG.

A motivação pessoal complementa e realça o trabalho, visto que a pesquisadora se encontra na condição de egressa da Universidade Católica de Goiás, da primeira turma do curso de História, cuja grade curricular (1994/2) propunha a formação de professores, bacharéis e especialistas, como também egressa do curso de especialização em Metodologia do Ensino Superior, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.

Para uma melhor compreensão dos assuntos pesquisados, a presente pesquisa foi organizada em três capítulos.

No primeiro capítulo reconstituiu-se a trajetória do saber histórico, ou seja, como se constituiu esse saber ao longo dos tempos. A intenção foi buscar as origens da História até sua chegada às academias, no século XIX, na Europa e no Brasil, e, em Goiás, no século XX, compreendendo assim como foi a organização e onde e quando iniciaram-se o ensino e a pesquisa histórica no Brasil.

No segundo capítulo reconstituiu-se o percurso histórico do curso de História da Universidade Católica de Goiás, desde sua gênese, em 1949, na antiga Faculdade de Filosofia de Goiás, até o ano de 2000.

O terceiro capítulo enfatiza a criação do curso de História da Universidade Federal de Goiás, desde o seu precursor, o Curso de Estudos Brasileiros, no Centro de Estudos Brasileiros (CEB), criado em 1962, até a Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia (FCHF), criada em 1997.

CAPÍTULO I

HISTÓRIA: CAMINHOS PERCORRIDOS – DA GRÉCIA ATÉ AS UNIVERSIDADES NO BRASIL

Para estudar os cursos de História da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás, achou-se relevante, à guisa de introdução, fazer uma retrospectiva, de forma sucinta, à origem da História. Como surgiu e com que intenção se “inventou” esse saber, ou seja, conhecer sua gênese e o seu percurso. O capítulo evidencia ainda como ao longo dos séculos a História foi sistematizada e suas diversas concepções. Enfim, evidencia sua trajetória até chegar às universidades, na Europa, no Brasil e em Goiás. Cabe esclarecer que notadamente são as correntes de pensamento surgidas no século XIX que influenciaram diretamente as concepções de História formuladas no Brasil e vivenciadas até o momento atual no ensino e na pesquisa nas universidades.

1.1 A HISTÓRIA NA ANTIGUIDADE: DA EXPLICAÇÃO MÍTICA NA GRÉCIA À HISTÓRIA ÚTIL EM ROMA

Os mitos, durante incontáveis séculos, constituíram a única forma de explicação do mundo grego e de seus fenômenos. Na Grécia Antiga a religião, por meio dos mitos, deu ao povo grego um sentido de unidade em meio à fragmentação das cidades-estado e, ao mesmo tempo, organizou a vida em sociedade. Os mitos representavam explicações para fenômenos que aparentemente não podiam ser explicados pelo homem comum. Dessa forma, a explicação mítica permeou todos os assuntos da sociedade grega, desde a origem do mundo, a criação dos homens e o próprio nascimento dos deuses, como no poema “Teogonia”, na versão de Hesíodo. O mito na Grécia possuía um caráter moral, ou seja, os gregos apreendiam aspectos das diversas formas das manifestações humanas, das relações entre si e das suas relações com os deuses.

A narrativa mítica era repassada por meio da tradição oral, sobretudo pelos cantores e poetas populares (conhecidos por aedos e rapsodos). Grande parte da mitologia grega está expressa nos poemas de Homero e Hesíodo, que viveram entre os séculos IX e VIII

a.C. Devido à tradição oral e às conquistas gregas, a narrativa mítica sofreu, ao longo dos séculos, diversas alterações e complementações. Os poemas homéricos *Ilíada* e *Odisséia*, datados por volta do ano 1000 a.C., são de fundamental importância para compreender a constituição da cultura grega, por conterem traços característicos da época micênica, um dos berços de origem do povo grego.

Com o decorrer dos séculos, o mito como forma de explicação da realidade não desaparece. Surgem, no entanto, outras formas de entender e elucidar os fenômenos ligados à existência humana. Assim, por volta do século VI a.C., aparecem, na Grécia, as primeiras escolas filosóficas. A partir daí alguns pensadores, como Heráclito e os sofistas, criticam e ironizam as explicações mitológicas. Outros filósofos, como Platão (427–347 a.C.) e Aristóteles (384–322 a.C.), buscam na mitologia, no estudo das divindades, fontes para suas meditações filosóficas. Aristóteles chega a dizer que o filósofo é um amante do mito, vez que o mito se constitui de maravilhas, como se evidencia na citação a seguir:

A maravilha sempre foi, antes como agora, a causa pela qual os homens começaram a filosofar: a princípio, surpreendiam-se com as dificuldades mais comuns; depois, avançando passo a passo, tentavam explicar fenômenos maiores, como, por exemplo, as fases da lua, o curso do sol e dos astros e, finalmente, a formação do universo. Procurar uma explicação e admirar-se dela é reconhecer-se ignorante. Por isso, pode-se dizer que sob um certo aspecto o filósofo é também amante do mito: uma vez que o mito se compõe de maravilhas (ARISTÓTELES, 1984, p. 25).

A filosofia, a princípio, conglomerou as diversas áreas do conhecimento. A história, dessa forma, nasceu ligada à filosofia, para posteriormente tornar-se um locus de saber autônomo. No século V a.C. Hecateu de Mileto criticou as lendas e os mitos gregos. Por sua vez Heródoto de Helicarnasso (484–425 a. C.), considerado o “pai da história”, inspirou-se nas idéias de Hecateu e inaugurou a narrativa histórica aliada à pesquisa e à investigação. Heródoto inovou os métodos até então utilizados e realizou um trabalho de historiador ao se distanciar dos logógrafos (escritores em prosa). Heródoto, em *Histórias*, relatou as guerras entre a Grécia e o Império Persa. Seu mérito está em utilizar-se tanto de informações sobre aspectos da vida dos povos gregos quanto dos persas e em valer-se de depoimentos escritos e orais para desvendar tais aspectos. Heródoto queria escrever sobre a Grécia, para isso defendeu a idéia de que deveria buscar a origem dessa sociedade no passado, ou seja, História para ele significava pesquisa. A partir de Heródoto tem-se uma História humana, ou seja, dos homens e seus feitos. O lugar da História, para esse historiador grego, era a memória, ou seja,

narrar os fatos passados para que os empreendimentos humanos não se desvanecessem com o tempo. Essa relevância da História, para Heródoto, salta aos olhos no prefácio de sua obra:

Esta é a exposição das investigações de Heródoto de Halicarnasso, para que os feitos dos homens se não desvançam com o tempo, nem fiquem sem renome as grandes e maravilhosas empresas, realizadas quer pelos helenos quer pelos bárbaros; e, sobretudo a razão por que entraram em guerra uns com os outros (HERÓDOTO, 1988, p. 53).

Outro conhecido historiador grego foi Tucídides, que nasceu provavelmente entre os anos 460 ou 455 a.C. Sua principal obra relatou a Guerra do Peloponeso (431 a 404 a.C.), entre as cidades-estado de Esparta e Atenas. Essa guerra, todavia, envolveu não só o mundo grego, mas também outros povos que viviam nas proximidades da Grécia. Na *História da Guerra do Peloponeso* Tucídides escreveu uma história contemporânea, buscando a objetividade e tentando estabelecer uma visão crítica dos acontecimentos. Com essa obra a História deixou de ser apenas narrativa, pois o autor não se limitou a elencar os fatos, mas antes quis pesquisá-los e conferir sua veracidade por meio de uma investigação rigorosa. É o que se percebe quando esse autor expõe sobre o método que utiliza:

Quanto aos fatos da guerra, considereí meu dever relatá-los, não como apurados através de algum informante casual nem como me parecida provável, mas somente após investigar cada detalhe com o maior rigor possível, seja no caso de eventos dos quais eu mesmo participei, seja naqueles a respeito dos quais obtive informações de terceiros. O empenho em apurar os fatos se constitui numa tarefa laboriosa, pois as testemunhas oculares de vários eventos nem sempre faziam os mesmos relatos a respeito das mesmas coisas, mas variavam de acordo com suas simpatias por um lado ou pelo outro, ou de acordo com sua memória. Pode acontecer que a ausência do fabuloso em minha narrativa pareça menos agradável ao ouvido, mas quem quer que deseje ter uma idéia clara tanto dos eventos ocorridos quanto daqueles que algum dia voltarão a ocorrer em circunstâncias idênticas ou semelhantes em consequência de seu conteúdo humano, julgará a minha história útil e isto me bastará (TUCÍDIDES, 1982, p. 13).

Na citação anterior depreende-se que, para Tucídides, a função da História não se traduziu apenas pela narrativa fabulosa dos fatos, mas pela busca de sua veracidade. Outra característica de sua obra é a utilidade, ou seja, esse historiador grego concebeu a História não somente como rememoração, mas como possibilidade de ação no presente. Procurou, assim, desmistificar variantes que ele considerava fantasiosas para fatos então considerados históricos. Tucídides, numa tentativa, ao que parece, de imparcialidade e neutralidade, buscou

dar voz aos diferentes sujeitos envolvidos nas questões. Ao longo de sua obra, entretanto, deixou transparecer as suas opções e preferências políticas.

A partir desses dois historiadores gregos, compreende-se uma História puramente humana: não são mais os deuses responsáveis pelo devir humano, mas, os homens, sim, são seus próprios guias. Existe a preocupação com o tempo presente, ou seja, com os acontecimentos contemporâneos, e não com o tempo mitológico, além de uma busca pela veracidade dos fatos.

Na obra de Políbio, historiador grego do século II a.C., a História assumiu também outras funções:

É próprio da história conhecer primeiramente a veracidade dos acontecimentos que efetivamente ocorreram e, em segundo lugar, descobrir a causa pela qual as palavras ou atos resultam, finalmente, em fracasso ou sucesso. Com efeito, um simples relato pode ser correto sem ter nenhuma utilidade; acrescente-se-lhe em compensação, a exposição da causa, e a prática da história torna-se fecunda. Buscando as analogias para aplicá-las a nossos problemas atuais, encontramos meios e indicações para prever o futuro; o passado nos protege, bem como nos fornece um modelo, permitindo-nos realizar nossas empresas sempre mais confiantes (POLÍBIO, s.d., apud PINSKY, 1988, p. 145).

Como se percebeu, a preocupação com a verdade permeou os escritos de Políbio, que se diferenciaram dos de Tucídides, visto que o primeiro não concebeu a História como útil. Para aquele historiador o importante foi buscar as causas e estabelecer analogias, para, assim, ter mais confiança ao realizar as ações presentes e perceber as possibilidades para o futuro. Outra preocupação de Políbio foi a de registrar uma História global sobre Roma. Para tal empreendimento ele retornou a um passado de mais de 150 anos do período em que escreve:

A extensão do seu campo visual compreende cinco gerações, em vez de uma só. A sua aptidão para tal está ligada ao fato de ele trabalhar em Roma, onde a consciência histórica era completamente diferente da que existia na Grécia. Para os romanos, a história significa continuidade e herança do passado, de instituições escrupulosamente preservadas na forma em que eram recebidas; a conformação da vida, segundo o modelo do costume ancestral (COLLINGWOOD, 1989, apud NASCIMENTO, 2002, p. 17).

No Livro I da História de Políbio (apud PINSKY, 1988, p. 145) também se depreendeu uma história patriótica e ufanista em relação ao Império Romano, engrandecendo

e valorizando suas conquistas. Tais características são aprofundadas na obra de Tito Lívio, bem como o caráter pragmático, utilitário e moralista da História:

O que a história oferece de salutar e de fecundo está nos exemplos, instrutivos e de toda espécie, descobertos à luz da obra: encontram-se modelos a seguir, tanto para o bem próprio como para o do país a que se pertença; encontram-se ações vergonhosas, a serem evitadas, tanto pelas suas causas como pelas conseqüências. De resto, se é que não me deixo levar pela paixão do meu empreendimento, jamais houve Estado de maior grandeza, mais puro, mais rico em bons exemplos, jamais qualquer povo foi durante tão longo tempo inacessível à cupidez e ao luxo, ou guardou de maneira tão duradoura e profunda o culto da pobreza e da economia [quanto o povo romano] (TITO LÍVIO, s.d., apud GLÉNISSON, 1991, p. 17).

Os romanos herdaram a cultura grega e o sentido da História, acrescentando-lhe o caráter pragmático e utilitário. Os escritos históricos, portanto, serviram para exaltar o imperialismo romano, colocando Roma como o centro do mundo.

Em síntese, compreendeu-se que na passagem da narrativa mitológica para o discurso histórico foi destacado o conteúdo moralista. A História foi considerada a mestra da vida, pois a partir dela se colhiam os princípios para a convivência humana. O passado, nesse sentido, passou a ter importância para o presente, pois foi no passado que se buscaram os ensinamentos para a atualidade. A narrativa mitológica, diferentemente, apresenta um tempo cíclico, caracterizava-se por um eterno retorno às situações já vivenciadas em outros períodos. O passado na narrativa mitológica era distante, remoto e incompreensível, portanto, não havia busca pela correlação entre passado e presente. Os fatos mitológicos apresentavam uma seqüência temporal, mas se distinguiam por ser um tempo irreal, já que não existia datação relacionada com os acontecimentos da realidade concreta.

1.2 A HISTÓRIA NA IDADE MÉDIA: A HISTÓRIA TEOLÓGICA

O que se pode chamar tradicionalmente de Idade Média é o período compreendido entre os séculos V e XV, classificado ainda em: Alta Idade Média (V ao X) e Baixa Idade Média (XI ao XV). Existem diversas controvérsias e críticas quanto a essa periodização e mais quanto à nomenclatura Idade Média. Conforme Franco Júnior (1986, p. 12), o poeta italiano Petrarca (1304–1374) se referia ao período anterior à Antiguidade Clássica como

tenebrae. No século XV o bispo Giovanni Andrea falava em *media tempestas*, literalmente “tempo médio”, mas também em sentido figurado de “flagelo” e de “ruína”.

Ainda quanto ao assunto Glénisson explicita que Marc Bloch:

Distingue a origem longínqua do termo “Idade Média” no vocabulário do profetismo semi-herético que, a partir do século XIII, principalmente, seduziria tantas almas inquietas. A Encarnação pusera fim à Antiga Lei. Ela não estabelecera o reino de Deus. Voltado para a esperança deste dia bendito, o tempo presente nada mais era além de uma idade intermediária, um *medium aevum*. Os humanistas haviam tomado o termo, mas desviaram a idéia de seu sentido primitivo: para eles, a “Idade Média” teria sido o intervalo de ignorância entre a antiguidade clássica e o reaparecimento do culto das belas-letas, no fim do século XV e começo do século XVI, ou, de um ponto de vista político, o período em que o pluralismo “nacional” se substitui à unidade imperial romana (GLENISSON, 1991, p. 46).

O uso do termo Idade Média se popularizou no século XVI com o Renascimento, e a partir desse momento recebe uma conotação negativa de retrocesso, ignorância e superstições. No século XVIII os filósofos iluministas anticlericais e antiaristocráticos acentuam ainda mais o desprezo à Idade Média, classificando-a como um período de obscurantismo. Os iluministas criticavam o domínio do clero nas diversas áreas da sociedade e o forte apelo religioso que impedia o uso da razão.

A Igreja Católica, de fato, assumiu um papel fundamental na estruturação da Idade Média. Após a queda do Império Romano do Ocidente, a única instituição que conseguiu manter-se sem abalos, ou mesmo fortalecer-se, foi a Igreja Católica. A partir daí ocupou os espaços deixados pelo Império Romano, assumiu o poder temporal e o poder religioso, constituindo-se elo entre germanos e romanos. A Igreja, assim, ao

Fazer a síntese daquelas duas sociedades forjou a unidade espiritual, essencial para a civilização medieval. Isto foi possível pelo próprio caráter da Igreja nos seus primeiros tempos. De um lado negava aspectos importantes da civilização romana, como o caráter divino do imperador, a hierarquia social, o militarismo. De outro, ela era um prolongamento da romanidade, com seu caráter universalista, com o Cristianismo transformado em religião do Estado, com o latim que através da evangelização foi levado a regiões antes inatingidas (FRANCO JÚNIOR, 1986, p. 12-13).

O processo histórico, nesse momento, constituiu-se não mais em torno de Roma, mas em função do cristianismo. A História dividiu-se em antes e depois de Cristo. Nessa

perspectiva, a humanidade vive à espera da volta do Salvador, que simboliza o final da História, tudo se realizando, portanto, em torno da Providência Divina.

A Igreja Católica dominou a esfera cultural em quase toda a Idade Média. Somente os membros da Igreja Católica sabiam ler e escrever. Destacam-se nesse período os cronistas que pertenciam ao clero, são eles que vão produzir a documentação escrita da época, em sua maioria crônicas, anais e hagiografias. Os hagiógrafos não se apoiavam na cronologia, mas preocupavam-se em reunir provas e fatos para “validar uma instituição ou legitimar um culto [...] O tempo circular exerce a sua atração sobre a hagiografia” (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 18–19). Depreendem-se também nesse período as histórias de vida da alta aristocracia e da casa real. Não existia, portanto, a preocupação por parte dos cronistas em verificar a veracidade dos fatos ou em explicá-los. Seus trabalhos se baseavam na tradição oral e suas preocupações se limitavam a agradar a quem os tinham contratado.

Na Idade Média a Igreja Católica detinha a produção intelectual no ocidente e com isso divulgou seus valores e impôs ao mundo uma nova visão. Foi o triunfo do cristianismo. Importa observar a sua contribuição para o enriquecimento da História. Antes do cristianismo a História baseava-se na tradição greco-romana e tinha como centro o estudo de Roma. Após a divulgação dos ideais da religião cristã, ocorreu uma mudança não só no foco dos estudos, mas também na concepção de tempo. Segundo Glénisson (1991, p. 18), o cristianismo caracterizou-se como uma “religião histórica”, ou seja, fundamentou-se na sucessão cronológica dos acontecimentos e em locais determinados. O tempo cíclico das narrativas mitológicas cedeu lugar aos livros sagrados cristãos, baseados na cronologia dos episódios. A idéia de criar uma cronologia comum baseava-se no pressuposto de que, se a vinda de Cristo possuía um sentido comum à humanidade, fazia-se necessário uma nova concepção de História. Criou-se, assim, um sistema cronológico universal e dotado de uma unidade.

No período medieval, além de um novo sistema cronológico, a História adquiriu, com Santo Agostinho (354–430), uma dimensão filosófica, unificada e orientadora. Esse filósofo e teólogo, em sua principal obra “Cidade de Deus”, traz uma grande contribuição ao escrever uma teologia da História. Sua obra se destaca por apresentar um sentido único, linear, baseada na Criação, Redenção e Apocalipse, substituindo, desse modo, o tempo cíclico concebido pelos gregos e romanos. O pensamento agostiniano também se distingue ao conceber uma História na qual os acontecimentos não são somente registrados e entendidos como destino inflexível da humanidade, mas, sim, são interpretados e explicados por meio da Revelação, ou seja, da Providência Divina.

Na Idade Média, enfim, como se registrou, surgiu uma nova cronologia e uma visão filosófica da História. Todavia, não houve inovação no método, pode-se dizer que houve até mesmo uma regressão do ponto de vista das técnicas em relação à Antiguidade. Glénisson (1991, p. 18–19) chama esse período de “tempo morto”. Segundo esse autor a renovação das técnicas teve início com o Renascimento e com a época clássica.

1.3 A HISTÓRIA NOS TEMPOS MODERNOS: RAZÃO E ERUDIÇÃO

No período considerado como Idade Moderna a Europa Ocidental passou por grandes transformações: as Grandes Navegações; a desestruturação do sistema feudal e o surgimento das formas capitalistas de organização da sociedade; a Reforma Protestante e a Contra-Reforma Católica; e o Renascimento, que proporcionou a volta às doutrinas filosóficas e científicas da Antiguidade Clássica.

Diante de tais mudanças, o poder inquestionável da Igreja Católica durante séculos passou a ser discutido e desafiado. As certezas advindas de um período em que prevalecera o teocentrismo se desvaneceram, suscitando na Europa um sentimento de insegurança e ceticismo. Concomitantemente, houve uma fase de busca por respostas para as inquietações humanas.

O movimento Renascentista retratou a busca por novas formas de expressões divergentes do teocentrismo. O Renascimento substituiu o teocentrismo pelo humanismo, ou seja, o homem se colocou diante da vida sob uma nova postura: a de criador, questionando a veracidade do conhecimento até então acumulado e preocupando-se em formular leis científicas universais. Tais inquietações estimularam, notadamente no século XVII, o surgimento de duas grandes vertentes do pensamento moderno: o empirismo de Francis Bacon e o racionalismo de René Descartes. As artes também retrataram esse clima de mudança. O racionalismo foi evidenciado na simetria das formas humanas nas mais variadas formas de arte.

Quanto à História, a partir do século XVI, no auge do movimento Renascentista, houve um retorno às obras gregas, retomando-se, com isso, seus valores e suas concepções filosóficas e culturais. Essa volta às obras clássicas contribuiu para significativas modificações no campo do conhecimento histórico, pois a preocupação em reconstituir um passado de mil anos engendrou o estudo de documentos antigos. Na análise das obras gregas primou-se pela autenticidade e precisão do documento. Do século XVI ao XIX

desenvolveram-se as técnicas que iriam auxiliar a História em sua tarefa. A esse conjunto de técnicas auxiliares da História denominou-se “erudição”. É importante esclarecer que a erudição não surgiu de forma repentina, mas foi se constituindo e se aperfeiçoando ao longo dos séculos, mediante o emprego de novas técnicas. Relacionada à erudição está a origem do método crítico:

A Idade Média [...] conheceu historiadores capazes de controlar suas fontes de informação e de apreciar seu valor. Estabeleciam eles a diferença entre testemunho ocular e a simples narração [...] Foi procurando provar sem contestação possível a autenticidade e a leal origem de seus achados, que os eruditos – fossem eles filólogos, juristas, teólogos ou arqueólogos acabaram por constituir empiricamente o método crítico, hoje em dia incorporado à história (GLÉNISSON, 1991, p. 85).

A crítica rigorosa dos documentos – acompanhada pela dúvida, a dúvida metódica, ou até mesmo a suspeita – deu origem à *crítica metódica* ou, como se denomina em História, *crítica erudita*. Esse método surgiu lentamente pelo esforço de alguns poucos eruditos, que trabalhavam de forma particularizada, atendendo a um público reservado. Na verdade, poucos historiadores se dedicavam de fato a essa árdua tarefa, preferiam simplesmente dedicar-se ao relato de belas histórias, ou seja, ligavam a História à Literatura.

O século XVII conheceu os precursores da erudição. Richard Simon, em *História Crítica do Antigo Testamento* (1678), inaugurou o que, no século XIX, recebeu o nome de crítica interna dos documentos. Em 1681 a crítica erudita se afirmou com a publicação de *De Re Diplomática*, de Dom Mabillon (1632–1701). Nesse livro, o autor “[...] fundou a ciência da diplomacia fornecendo os meios de distinguir os diplomas autênticos daqueles que foram forjados totalmente, remanipulados ou interpolados” (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 64–65). Segundo esses autores, a erudição praticada do final do século XVII ao início do século XVIII ensejou algumas regras que, a partir de 1876, foram estabelecidas pela *Escola Metódica*.

Durante o século XVIII o Iluminismo corroborou para o surgimento de uma nova concepção de História. Para os iluministas a História representava o desenvolvimento e o progresso linear da razão humana. As crenças e explicações medievais com base na teologia são substituídas pelas explicações fundamentadas na Filosofia. Cabia, assim, aos filósofos explicar os fenômenos, pois dessa forma o conhecimento se aproximaria da verdade.

Um dos principais filósofos iluministas, Voltaire (1694–1778), considerado por alguns historiadores como o precursor do que, nos séculos XIX e XX, se chamou de História Total ou História da Civilização. Em sua obra, *As Novas Considerações sobre a História*

(1744), Voltaire ampliou as perspectivas da História, ao abordar temas antes negligenciados e ao consultar fontes diversas. No *Ensaio sobre Costumes e o Espírito das Nações* (1756), o filósofo–historiador inaugurou as bases para uma História universal, manifestando o anseio por realizar uma História Total e com sustentação científica. Voltaire criticou aqueles que se limitavam a descrever mexericos, batalhas e festas: “o verdadeiro historiador é o que se ocupa dos costumes, das leis, das artes e dos progressos do espírito humano” (VOLTAIRE, 1767, apud GLÉNISSON, 1991, p. 22–23). A preocupação desse filósofo foi, portanto, a de escrever uma História que tivesse valor para a humanidade, daí a importância em utilizar outras ciências como a demográfica e a econômica.

1.4 A HISTÓRIA NOS SÉCULOS XIX E XX: DO CIENTIFICISMO À NOVA HISTÓRIA

Durante o século XIX a Europa se viu mergulhada nos movimentos de unificação e de afirmação das nacionalidades. Estados como Alemanha, Inglaterra, França e Itália se despertaram para o estudo do passado, buscando nele as origens de um sentimento de nacionalidade, ou seja, os fundamentos de uma nação. Diante do ideário liberal burguês, as bases de sustentação do poder não se encontravam mais no plano divino, mas, sim, na legitimidade conferida pelo povo ao seu governante. Da relação entre povo e nação, advinda da implantação do Estado burguês, foi que se depreendeu a base do nacionalismo.

Nesse contexto a História surgiu, na perspectiva oficial, como legitimadora das novas bases do poder. Buscou–se nas origens e na evolução da nação um discurso racional, ou seja, científico, capaz de suscitar no povo o sentimento de identificação com a nova sociedade. Assim sendo, o século XIX configurou–se como o “século da história erudita” (GLÉNISSON, 1991, p.20). Nesse ínterim o ofício de historiador se profissionalizou e o ensino de História passou a ser ministrado nas universidades. Foi na Alemanha que primeiramente se organizou o estudo científico da História, o que serviu de inspiração à França para a criação da Escola Prática de Altos Estudos².

O século XIX presenciou a organização do ensino superior, característica que favoreceu a expansão do ensino de História. O que impulsionou a História nesse período, no

² Academia francesa criada no século XIX, onde a disciplina História ganha assento e se institui o seu estudo científico, tendo por princípios as postulações e métodos do alemão Leopold Von Ranke, baseados na heurística, erudição e crítica dos documentos.

entanto, foi o incentivo governamental, que manteve historiadores em grandes empreendimentos de pesquisas e de publicações.

Os governos também financiaram escavações arqueológicas. “[...] isto se dá porque eles têm plena (ou, talvez, apenas o sentimento obscuro), poderosa alavanca sobre o espírito público, proporcionada pela história” (GLÉNISSON, 1991, p. 20). Nesse sentido, viu-se na História a possibilidade de resgate da memória coletiva e a organização da identidade nacional. A História no século XIX, porém, além de História das nações, pretendeu também ganhar *status* de História científica.

Na Europa, nesse período, houve um grande desenvolvimento das ciências naturais, principalmente a Física e a Química, que desenvolveram um rigoroso método: o método experimental. Os historiadores, por sua vez, entraram na defesa da História para garantir o seu caráter científico. É interessante notar que desde o final da Idade Média os eruditos elaboravam regras e técnicas que “os historiadores, absortos em suas preocupações literárias, teológicas ou morais, desprezaram quando não ignoraram completamente” (GLÉNISSON, 1991, p. 207). No entanto, o contexto se modificou, a História, em busca de seu método, reivindicou essas regras e técnicas, aperfeiçoando-as e transformando-as em um método coerente: o método crítico, podendo assim almejar um espaço ao lado das outras ciências.

Como se abordou inicialmente, a organização do estudo científico da História se deu na Alemanha e coube a Leopoldo Von Ranke, a maior expressão da chamada “Escola Científica Alemã”, o avanço do pensamento histórico alemão. Suas idéias influenciaram as futuras gerações de historiadores alemães e franceses. As teses de Ranke postularam afastar a História das especulações filosóficas, subjetivas e moralizantes. Segundo esse autor, “a ciência positiva pode atingir a objectividade e conhecer a verdade da história” (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 114). Utilizando-se da heurística, da erudição e da crítica, transformou as regras e técnicas desenvolvidas pelos eruditos em princípios metódicos, que podem ser assim classificados:

1ª regra: incumbe ao historiador não “julgar o passado nem instruir os seus contemporâneos mas simplesmente dar conta do que realmente se passou”; 2ª regra: não há nenhuma interdependência entre o sujeito conhecedor – o historiador – e o objecto do conhecimento – o facto histórico. Por hipótese, o historiador escapa a qualquer condicionamento social, o que lhe permite ser imparcial na percepção dos acontecimentos; 3ª regra: A história – o conjunto das *res gestae* – existe em si, objectivamente; tem mesmo uma dada forma, uma estrutura definida, que é directamente acessível ao conhecimento; 4ª regra: a relação cognitiva é conforme a um modelo mecanicista. O historiador registra o facto histórico, de maneira passiva,

como o espelho reflecte a imagem de um objecto, como o aparelho fotográfico fixa o aspecto de uma cena ou de uma paisagem; 5ª regra: a tarefa do historiador consiste em reunir um número suficiente de dados, assente em documentos seguros; a partir destes factos, por si só, o registro histórico organiza-se e deixa-se interpretar (BOURDÉ; MARTIN, 1991, p. 114).

Na França Michelet (1798–1874) realizou uma importante sistematização histórica em sua obra *História de França*, na qual ele tem a ambição de registrar a História francesa. Por meio de um trabalho minucioso, pretendeu alcançar uma compreensão total do passado. Outra característica marcante de seu trabalho é a relação do historiador com seu objeto: “A objectividade não passa, aos olhos de Michelet, de um falso problema. Longe de querer apagar-se, o historiador deve estar presente, com as suas paixões, emoções, a todos os níveis do seu trabalho” (BOURDÉ; MARTIN, p. 85).

O historiador Fustel de Coulanges (1830–1889), por sua vez, contribuiu para a fixação dos procedimentos da História erudita na França, primeiro por considerar o

[...] passado como um objecto separado do historiador, que pode ser observado com ‘um olhar mais calmo e mais seguro’ do que o presente, o que permite distinguir mais facilmente a ilusão da verdade. E também por prudências repetidas contra os impulsos da subjectividade: ‘A história é um ciência; não imagina; apenas vê; ou ainda: exige ‘um espírito absolutamente independente e livre sobretudo a respeito de si mesmo’. Finalmente, pelo enunciado da regra de ouro segundo a qual a história deve basear-se essencialmente nos documentos escritos [...] ‘O historiador só deve pensar segundo os documentos e escrever sob o seu ditame: ‘A sua única habilidade consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e nada acrescentar do que não contêm. O melhor dos historiadores é aquele que está mais perto dos textos, que os interpreta com mais justeza, que só escreve e mesmo pensa segundo eles’ (BOURDÉ; MARTIN, p. 78–79).

Alguns historiadores do assunto, todavia, chegaram à conclusão de que a escola histórica que se fixou na França entre 1880 e 1930 foi a Escola Metódica, indevidamente classificada como positivista. Isso ocorreu em decorrências das semelhanças entre o método desenvolvido pelos historiadores na segunda metade do século XIX e as idéias difundidas pelos discípulos de Auguste Comte, a saber: a primazia do documento escrito, a imposição do método experimental e a neutralidade científica. A tarefa do historiador se restringia à reunião e crítica dos documentos, ou seja, à determinação dos fatos. Diferem-se, no entanto, no tocante à existência de leis gerais que compreendam e expliquem a sociedade, ou seja, os historiadores da segunda metade do século XIX, como os seguidores de Comte, reconhecem

como tarefa primordial a determinação dos fatos, mas repelem qualquer forma de Filosofia da História.

A história, tal como é concebida por volta de 1890, no pequeno âmbito dos especialistas universitários, repele, efetivamente, a filosofia que tantos pensadores haviam pretendido extrair dela, bem como as 'leis', em que frequentemente se havia tentado enquadrá-la (GLÉNISSON, 1991, p. 210).

Pode-se dizer que a influência do Positivismo para a historiografia do século XIX relaciona-se à concepção do método. Ao lado dessa tendência, existiu o ideal de ver a História figurar ao lado das ciências da natureza. Houve uma busca pelo rigor, pela técnica, e o método erudito foi transformado em método histórico, enrijecendo-se e tornando-se dogmático. Os historiadores tornaram-se meros técnicos, possuindo como tarefa principal a verificação dos fatos (GLÉNISSON, 1991, p. 209–211). A partir dessas características é que muitos críticos da atualidade classificam a História do século XIX como Positivista.

Segundo Glénisson (1991, p. 211), ainda assim o adequado seria chamar de História erudita ou, apoiando-se em Seignobos, de História empírica, a que se consagrou na segunda metade do século XIX:

A história empírica pretende consagrar todos os seus esforços à pesquisa e à determinação dos fatos históricos. Estes deixaram seus traços nos documentos (que são na prática, quase sempre, documentos escritos). A missão primordial do historiador, portanto, consistirá em reunir e criticar os documentos. Uma vez extraídos daí os fatos e garantida sua autenticidade, será preciso determinar as relações existentes entre eles e que formam a substância da história geral. O essencial destas operações é de ordem psicológica: a história é “um problema de psicologia” (GLÉNISSON, 1991, p. 211).

A História empírica ainda se caracteriza por ser a História dos acontecimentos, em que um é causa incontestável do outro, ou seja, está calcada no determinismo: em que “[...] todo fato histórico tem sua causa e sua explicação nos fatos que o precederam” (GLÉNISSON, 1991, p. 213).

Os historiadores franceses não se inspiraram especificamente em Auguste Comte, apesar do alcance das concepções positivistas, mas, sim, no alemão Leopold Von Ranke. A Escola Metódica colocou em prática as postulações de Ranke, e a História se firma na França, provocando uma “[...] autêntica ‘ruptura epistemológica’ ao afastar o providencialismo

cristão, o progressismo racionalista, até mesmo o finalismo marxista” (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 102).

Nos meados do século XIX, acompanhando esse processo, a disciplina História chegou às academias francesas com a Escola das Cartas, a Escola Prática dos Altos Estudos, entre outras. Historiadores como Gabriel Monod, Ernest Lavisse e Charles Seignobos “bebem na fonte alemã” e participam das origens da Escola Metódica Francesa. Em 1876 Monod fundou *A Revista Histórica*, que pontuou alguns dos princípios da Escola Metódica. O periódico pretendia finalizar a tradição historiográfica francesa pautada na política e na religião, destinando-se a publicar investigações originais sobre a Europa e, em especial, sobre a França, tendo em vista os princípios de objetividade e exatidão das informações.

Posteriormente à fundação de *A Revista Histórica*, dois de seus colaboradores, Charles Langlois e Charles Seignobos, preocupados em formar gerações de historiadores, “[...] investiram as cátedras de histórias nas universidades recentemente criadas ou reformadas [...] e definem as regras aplicáveis à disciplina numa *Introdução aos Estudos Históricos*” (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 101), contribuindo, assim, decisivamente para a constituição dos princípios da Escola Metódica e para a construção de uma História científica na França.

Conforme Bourdé e Martin (1983, p. 102), a História para Langlois e Seignobos não passava da aplicação dos documentos, compreendidos como documentos escritos, testemunhos voluntários, como cartas, decretos, correspondências, manuscritos. Desse modo, para a Escola Metódica, a heurística correspondia em tarefa primordial do historiador, ou seja, reunir, classificar e proteger os documentos. Em seguida a essas etapas, iniciava-se a análise, compreendida pela crítica externa ou erudição, na qual se verificava a autenticidade do documento. A crítica interna ou hermenêutica, segundo Langlois e Seignobos, era constituída por duas fases:

1) análise de conteúdo da acta e a crítica positiva de interpretação para se certificar do que o autor quis dizer; 2) a análise das condições em que a acta é produzida e a crítica negativa necessária para controlar as afirmações do autor (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 101–105).

Após as análises passa-se para a síntese, que obedece às seguintes etapas: comparar os documentos; reagrupar os atos isolados em quadros gerais; por analogia ou dedução, ligar os fatos entre si, para preencher as lacunas deixadas pelos documentos; fazer

escolha na massa de acontecimentos; e tentar algumas interpretações e generalizações (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 104).

Na Terceira República francesa (1870–1940), a História Metódica participou da composição do ideário escolar por meio dos manuais escolares. O manual mais difundido foi o *Petit Lavisse* (1884), que, longe de conter a objetividade e a imparcialidade científicas veementemente proclamadas pelos adeptos da Escola Metódica, apresentava um conteúdo ideológico pautado no nacionalismo, na exaltação à pátria e na vingança ao inimigo germânico, bem como o culto às grandes personalidades e seus atos:

Nestas condições a ciência histórica, que pretende a imparcialidade, a objectividade, revela-se um discurso ideológico que serve os interesses de um regime político ou manifesta as aspirações de uma comunidade nacional (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 115).

Devido a essas características, a Escola Metódica sofreu diversos tipos de questionamentos que combatiam não só suas concepções como também as suas contradições.

No século XIX ainda se destacou o Idealismo Alemão, corrente filosófica que teve em Hegel (1770) seu maior expoente. As postulações desse filósofo trouxeram importantes conseqüências para o modo de conceber o conhecimento, em especial o conhecimento histórico. Hegel rompe com a idéia iluminista de progresso retilíneo e absoluto da razão e propõe que o conhecimento se dê por meio da dialética, no movimento dos contrários. Suas concepções têm por primazia um idealismo absoluto quanto à realidade, ou seja, a consciência humana é que determina o real e o desenvolvimento do processo histórico.

A História, para Hegel, é o movimento pelo qual o Espírito toma consciência de si mesmo e torna o real adequado a si. Esse movimento não é uma auto-repetição, mas, sim, dialético. Assim,

O Espírito, actor principal da história, não toma consciência de si mesmo directamente, mas por um movimento dialéctico, por uma operação de ritmo ternário. O movimento dialéctico comporta três momentos: a tese (o ser); a antítese (o não ser); a síntese (o devir) (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 49).

Segundo Hegel, deve-se procurar na História um objetivo universal, não um objetivo particular do espírito subjetivo, mas um objetivo absoluto final, em direção ao qual a

Razão guia a humanidade. Dessa forma, o movimento dialético fornece o ritmo para a marcha do Espírito rumo ao objetivo absoluto que se configura na forma do Estado:

O Estado é a realidade onde o indivíduo possui a liberdade e goza dela. O Estado é a vida verdadeiramente moral porque é a unidade do querer geral. Na história universal, só pode tratar-se de povos que formam um Estado. Com efeito, deve saber-se que um Estado é a realização da liberdade, ou seja do objectivo final absoluto (HEGEL, 1821, apud BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 51).

Na Alemanha do século XIX vislumbrou-se outra corrente filosófica ligada a dois filósofos, Friedrich Engels e Karl Marx. Num período marcado pelas idéias “positivistas” e de afirmação do ideário liberal burguês, as teorias desses filósofos não se destacam, em grande parte pelo fato de que seus criadores propunham uma transformação da sociedade via revolução. No início do século XX, no entanto, suas idéias começam a ter adeptos, influenciando futuras gerações de historiadores no decorrer de todo o século. Engels e Marx formularam uma nova concepção filosófica de mundo, baseada no materialismo histórico e na dialética. Ao contrário de Hegel, porém, a dialética marxista fundamentou-se no real, nas condições objetivas da sociedade. Segundo Marx, as formas de Estado, as relações jurídicas não se explicam por si mesmas, mas suas origens devem ser buscadas nas condições materiais de existência de cada formação social. No prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política*, Marx formula que:

Na produção social de sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, correspondendo tais relações de produção a um grau de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas determinadas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina a realidade, ao contrário, é a realidade social que determina sua consciência (MARX, 1928, apud GLÉNISSON, 1991, p. 222–223).

Na fase inicial de seus estudos, Karl Marx realizou pesquisas sobre as sociedades que precederam a sociedade capitalista. Mais tarde dedicou-se especificamente ao estudo do Capitalismo. Nesse estudo usou o método do materialismo histórico: partiu da realidade concreta de cada formação social e concluiu que cada modo de produção corresponde a

determinada formação social, na qual governa a classe social que possui maior poder. A realidade social, no entanto, não é estática, mas, sim, movida pela dialética, ou seja, pelo movimento de forças opostas. A transformação das condições objetivas da sociedade engendra um novo modo de produção, que condiciona o surgimento de uma nova formação social e, por sua vez, uma classe social que aspira ao poder. Dessas contradições decorrem as revoluções, pois as classes que se encontram no domínio entram em conflito com as classes aspirantes ao poder, para manterem seu *status quo*. Sobre o assunto, Karl Marx escreve:

Num certo estágio de seu desenvolvimento, as forças produtivas da sociedade entram em contradição com as relações existentes de produção ou, o que é apenas sua expressão jurídica, com as relações de propriedade em cujo interior elas até então haviam permanecido unidas. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, estas relações tornam-se entraves destas forças, abrindo-se, então, uma era de revolução social. A mudança que se produz na base econômica abala mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura (KARL MARX, 1928, apud GLÉNISSON, 1991, p. 223).

Conforme Glénisson (1991, p. 223), para Marx a evolução da sociedade é determinada por leis objetivas que podem ser reconhecidas por meio de estudo científico. A partir dessa concepção, no início do século XX, aliadas às críticas ao Positivismo, as postulações de Marx ganharam adeptos. Assim, surgiu nos trabalhos dos historiadores desse período a preocupação em estudar o modo de produção da sociedade e suas implicações. No decorrer do século XX, Engels postulava o seguinte: “Nossa concepção de história é, antes de tudo, uma diretriz para o estudo” (ENGELS, 1890, apud GLÉNISSON, 1991, p. 225). Muitos historiadores, porém, transformaram o materialismo histórico em dogma, levando a uma interpretação meramente economicista da História e utilizando o método materialista como se fosse uma “camisa de força”. Tal tendência sobrevive até os dias atuais. O pensamento de Marx, todavia, influenciou e continua influenciando gerações de historiadores, considerados não-dogmáticos, alguns deles integrantes da chamada Nova História, que contribuem para a formação do pensamento histórico recente. As mais significativas contribuições do pensamento de Karl Marx são, portanto, as análises do todo social.

Em 1900 Henri Berr fundou a *Revue de Synthèse Historique* e reuniu uma equipe de especialistas em diferentes disciplinas. A principal preocupação desses especialistas era combater as concepções da Escola Metódica. Para H. Berr, a História não se limitava somente ao exercício da erudição, mas, sim, devia se pontuar pelo estudo das experiências humanas. Na década de 1920 a crítica ao positivismo se concentrou na Universidade de Estrasburgo, em

um grupo interdisciplinar de historiadores, como Lucien Febvre, A. Colin e March Bloch. Em 1929 esse grupo fundou a revista *Les Annales d' Histoire Économique et Sociale*, que mais tarde foi transferida para Paris, onde alcançou um número maior de leitores. A primeira edição da revista tinha por objetivo:

1) eliminar o espírito de especialidades, promover a pluridisciplinaridade, favorecer a união das ciências humanas; 2) passar da fase dos debates teóricos (os da Revista de Síntese) para a fase das realizações concretas, nomeadamente inquéritos colectivos no terreno da história contemporânea (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 121).

A partir daí os “Annales” despertaram jovens investigadores, que se reuniram em torno da revista para as críticas à Escola Metódica ou “Positivista”. Os defensores da revista possuíam como principais características:

[...] o desprezo ao acontecimento e insiste na longa duração; deriva a sua atenção da vida política para a actividade económica, a organização social e a psicologia colectiva; esforça-se por aproximar a história das outras ciências humanas (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 119).

Conforme Le Goff (1998, p.27), a História Nova não se contentou em abrir novos horizontes, “Ela se afirma como história global, total, e reivindica a renovação de todo o campo da história”. Para atender a essa nova concepção de História, ampliou-se a noção de documentos históricos, assim considerados:

[...] escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, ou, para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são, para a história nova, documentos de primeira ordem (LE GOFF, p. 28–29).

A concepção histórica baseada no registro seqüencial de acontecimentos e fundamentada somente em documentos escritos foi criticada por Lucien Febvre, que defendeu uma História total que abordasse todos os aspectos das atividades humanas. Para Marc Bloch, a importância não estava apenas em estudar novos documentos, mas em descobrir-lhes novos

aspectos. Bloch propôs a compreensão do passado, tendo em vista o presente, e esse pela reflexão no passado.

Em síntese, segundo Le Goff (1998, p. 53), “[...] a história nova foi forjada, em grande parte, pela equipe dos Annales” e em torno da revista. Pode-se dizer que o contexto no qual surgiu a chamada Nova História foi o de uma postura teórica combativa às idéias positivistas. A influência da Escola dos Annales suplantou várias gerações de historiadores, não só na França como em outras partes do mundo. Nesse contexto, na década de 1930, o pensamento da Escola dos Annales se fará presente no Brasil, com a criação e estruturação dos cursos de História da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade do Distrito Federal (UDF) e da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), por meio das “missões franceses”, em especial a de Fernand Braudel.

Em suma, a Nova História originou-se a partir do frutífero encontro interdisciplinar de historiadores, filósofos e geógrafos que questionavam a concepção histórica metódica chamada de “positivista”, desenvolvida no século XIX.

1.5 A CONSTITUIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: DA COLÔNIA À REPÚBLICA

1.5.1 O ensino no Brasil Colônia

Em 1549 a Companhia de Jesus chegou ao Brasil, com a missão principal de cuidar da catequização dos indígenas e, como atividade coadjuvante, dedicou-se à fundação e manutenção de colégios para o ensino das primeiras letras, ensino secundário e superior aos filhos dos colonos. Para exercer tais funções os jesuítas recebiam subsídios da Coroa Portuguesa, na forma de dízimos. A Ordem jesuíta, no entanto, não se dedicou apenas à catequização ou à educação dos filhos dos colonos, mas também às questões econômicas e políticas, por isso sua forte influência no período de permanência no Brasil. Tal influência deveu-se ao fato de a Companhia de Jesus ser regida por normas e regras próprias e por possuir uma política definida em relação aos nativos. Assim, os jesuítas tornaram-se grandes proprietários agrícolas, pois:

[...] trataram de obter concessões de terra e privilégios de comércio, criando uma das mais rentáveis empresas econômicas do período colonial com vastas criações de gado, valendo-se da mão-de-obra gratuita dos indígenas (MONLEVADE, 1997, apud PINTO, 2000, p. 47).

Os Jesuítas não dependiam, assim, dos poucos recursos do governo português para se manterem na colônia, adquirindo, cada vez em maior escala, autonomia política em relação à metrópole. A importância adquirida pela Ordem Jesuíta explica a sua posterior expulsão, em 1759, da metrópole e das colônias portuguesas.

Os religiosos da Companhia de Jesus dedicaram-se à fundação de colégios, sendo o primeiro fundado em 1550, na Bahia. Em termos pedagógicos, os estabelecimentos de ensino da Companhia de Jesus seguiam os padrões sistematizados na *Ratio Studiorum*. Segundo Cunha (1980, p. 28), “Nos colégios jesuítas do Brasil havia quatro graus de ensino, sucessivos e propedêuticos: o curso elementar, o curso de humanidades, o curso de artes e o curso de teologia”. É interessante ressaltar que, embora o curso de Artes ou Filosofia do Colégio da Bahia possuísse os mesmos padrões pedagógicos do Colégio de Évora, em Portugal, não era reconhecido pelo reino português. Destarte, os egressos daquele colégio não poderiam ingressar diretamente na Universidade de Coimbra. Houve várias tentativas no sentido de equiparar o Colégio da Bahia ao Colégio de Évora, mas somente em 1689, após várias querelas, o Estado português concedeu a equiparação.

Historicamente existe o argumento de que a metrópole portuguesa não tinha interesse em desenvolver o ensino superior na colônia, pois assim manteria mais facilmente o controle ideológico sobre os colonos. No entanto, Cunha (1980, p.13) não acredita que esse argumento seja o mais provável. Para o autor o que explicita melhor a situação é o fato de haver em Portugal apenas uma universidade, a de Coimbra. A metrópole não possuía, portanto, recursos humanos suficientes, ou seja, professores para enviar à colônia sem que tal atitude prejudicasse o seu próprio sistema de ensino. Por isso valeu-se da Ordem Jesuíta para viabilizar a instrução no Brasil colônia.

Outra questão educacional a ser destacada no Brasil Colonial foi quanto à existência ou não do ensino superior. Conforme Cunha (1980, p.14), deu-se mais em torno da instituição onde era ministrado o ensino do que propriamente o seu conteúdo, já que a instrução ministrada na colônia brasileira não se diferenciava, em termos de conteúdo, do ensino realizado nas universidades da América espanhola. Assim, “Uma pesquisa dos currículos, do porte, dos destinatários das universidades da América espanhola poderia arrefecer boa parte

do lamento da universidade tardia no Brasil” (CUNHA, 1980, p. 14). O que o autor considera como ensino superior no período colonial são:

[...] os cursos de filosofia, teologia e matemática (o do Colégio da Bahia); o ensino de anatomia e cirurgia nos hospitais militares, criados em 1808; o curso de engenharia implícito na Academia Militar; o ensino de direito; e outros ministrados em aulas, cadeiras, cursos, escolas, academias, faculdades e, já no século XX, nas universidades (CUNHA, 1980, p. 14).

Em 1759 a Ordem Jesuíta foi expulsa de Portugal e de suas colônias. Como se mencionou, os jesuítas adquiriram autonomia político-econômica em relação à metrópole, situação não mais sustentada a partir do momento em que o governo português, voltado para a industrialização e recuperação da soberania nacional, necessitou centralizar a política e a economia em seu território e nos seus domínios além-mar.

Após a expulsão dos jesuítas e as chamadas Reformas Pombalinas da Instrução Pública, o ensino no Brasil sofreu várias alterações. Os colégios e seminários jesuítas foram fechados. O ensino fragmentou-se em aulas e escolas régias, nas quais os professores, em sua maioria, eram mestres e capelães de engenho, nomeados por intermédio dos bispos e padres (CUNHA, 1980 p. 56). A falta de professores foi um dos sérios problemas que afetaram o funcionamento do ensino após a expulsão da Ordem Jesuíta. Se em Portugal isso representava um obstáculo à implementação das Reformas Pombalinas, deduz-se que na colônia o problema era mais sério, pois havia menos pessoas preparadas para o exercício do magistério. Segundo Ribeiro (2003, p. 34), essa situação “teve como consequência a continuidade do exercício profissional de boa parte de professores com formação jesuítica”.

No tocante ao ensino superior, criaram-se matérias isoladas e cursos superiores no Rio de Janeiro e em Olinda. Em 1776 os frades franciscanos criaram um curso superior de Teologia, no Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, já nos moldes da reforma pombalina. Esse curso se destinava à formação de sacerdotes, não obstante ser freqüentado também por leigos. Cabe ressaltar que nessa época nenhuma outra ordem religiosa manteve hegemonia no sistema educacional da colônia, como a adquirida anteriormente pela Companhia de Jesus.

1.5.2 O ensino superior no Brasil Império: o surgimento de uma “cadeira” de História

A ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder na França acirrou os conflitos na Europa. A França e a Inglaterra disputavam a hegemonia econômica européia. Bonaparte, no seu intento expansionista, via-se impossibilitado de atacar por terra a poderosa ilha britânica, ou de enfrentá-la por mar e encarar a sua poderosa frota naval. Assim, optou por declarar, em 1807, o “Bloqueio Continental”, que consistia na ameaça de atacar qualquer país que insistisse em comerciar com a Inglaterra. Diante disso, o governo português se viu compelido a se posicionar, pois de um lado estava Napoleão com suas tropas e do outro, a Inglaterra, antiga “aliada” nas questões político-econômicas. Nesse jogo de forças, a autoridade portuguesa optou por aderir mais uma vez à aliança com a Grã-Bretanha e aceitar a sua proteção militar. Em 1808, sob os auspícios da Inglaterra, 36 navios portugueses desembarcam na Bahia, trazendo a família real e parte da corte, fugindo, desse modo, das tropas francesas.

A transferência da família real para o Brasil trouxe inúmeras modificações para a colônia, preparando, inclusive, o caminho para sua posterior independência política em relação a Portugal. Em 1808 houve a abertura dos portos às “nações amigas”, diga-se de passagem, à Inglaterra. Com essa medida rompeu-se o pacto colonial, o que satisfazia à população, que teve mais opções de compra no mercado, e aos comerciantes portugueses, cujas atividades econômicas foram ampliadas.

Ainda em 1808 a sede da corte se transferiu de Salvador para o Rio de Janeiro, proporcionando-lhe um aumento e um incremento populacional, que, por sua vez, contribuiu para o aparecimento de novos problemas e necessidades. O Rio de Janeiro teve de se adaptar à nova realidade. O aparelho do Estado português que se formava na nova sede do governo necessitava organizar sua burocracia, carecendo de profissionais para compor os seus quadros. Mas

[...] não só a burocracia do Estado nascente carecia de profissionais sistematicamente formados. Também necessitava deles a produção de bens simbólicos para o consumo das classes dominantes. Assim é que além dos novos cursos superiores militares e de medicina, e dos antigos, de filosofia e de teologia, confinados, então, aos conventos e seminários episcopais, **foram criados cursos superiores de desenho, história, música** (grifos nossos) (CUNHA, 1980, p. 68).

Na pesquisa sobre as origens do curso de História no Brasil percebe-se que ele nasceu nesse período ligado à “produção de bens simbólicos”. Na verdade Cunha (1980, p.118) menciona a criação de uma Cadeira em História, em 1817, na cidade de Ouro Preto. Consta que a mesma cadeira que ministraria História ensinaria também Desenho. Nessas condições, pode-se afirmar que à época a História não era ministrada de forma sistematizada e nem havia uma preocupação com sua cientificidade.

Conforme Ribeiro (2003, p. 42–43), os cursos que inauguraram o nível superior de ensino no Brasil nasceram de reais necessidades do país. Se por um lado foi positiva essa característica, por outro foi negativa, dado seu caráter imediatista, fato que contribuiu para duas tendências no ensino superior brasileiro: a constituição de instituições isoladas (não-universitárias) e a preocupação em criar cursos meramente profissionalizantes.

Em 1822, com o advento da independência política, surgiu a necessidade de uma Constituição para o Brasil. Dom Pedro, diante das disputas políticas que poderiam culminar com a diminuição de seus poderes, dissolveu os trabalhos da Assembléia Constituinte e, em 25 de março de 1824, promulgou a primeira Constituição do Brasil, ou seja, uma Constituição imposta. A Carta Magna possuía como características principais: continuidade da ligação entre Estado e Igreja; governo monárquico, hereditário e constitucional; nobreza constituída por títulos fornecidos pelo imperador; divisão provincial do país; organização dos poderes e definição de suas atribuições, inclusive com a criação do Poder Moderador; voto indireto e censitário (FAUSTO, 1996, p. 149–151).

Importa observar os avanços da Constituição de 1824 quanto à garantia de alguns direitos individuais: igualdade perante a lei, liberdade de religião, de pensamento e de manifestação. Tais avanços e garantias, no entanto, tornavam-se relativos, pois a maioria da população livre era dependente dos grandes proprietários. Acrescente-se o fato de os escravos nem serem citados. Pode-se afirmar, portanto, que não houve modificações relevantes no Brasil Império, ou seja, os traços coloniais persistiram: economia agrário-exportadora, sociedade escravocrata e elitista.

Nesse contexto, o ensino superior, durante todo o Império, não sofreu alterações significativas, o quadro permaneceu o mesmo. Após a independência política, foram criados dois cursos jurídicos no Brasil: o de Olinda e o de São Paulo, ambos em 1827. A lógica de instalação, porém, não se alterou, os cursos surgiram por necessidades burocráticas, são os chamados cursos de caráter utilitarista. O ensino jurídico, entretanto, desempenhou papel relevante na formação dos “mandarins”, ou seja, de funcionários para a burocracia civil do

Estado, fosse para ocuparem cargos na administração, no parlamento ou na justiça (CUNHA, 1980, p. 78). Os cursos jurídicos se distinguiram também pelo cultivo e a divulgação de uma mentalidade filosoficamente mais diversificada, ressaltando-se a transferência dos estudos de Filosofia para as faculdades de Direito. Talvez essa característica diferenciasse especialmente os cursos jurídicos dos demais e proporcionasse aos bacharéis uma formação conectada aos interesses culturais da época.

A partir da vinda da corte para o Brasil criaram-se os exames preparatórios, como garantia para o ingresso ao ensino superior. Assim, em 7 de novembro de 1831, os estatutos dos cursos jurídicos de São Paulo e Olinda foram alterados, acrescentando-lhes mais seis cadeiras exigidas pelos referidos exames, dentre elas a de História (CUNHA, 1980, p. 125). Deduz-se, portanto, que houve uma sistematização do ensino de História ao ser exigida a sua vinculação aos exames preparatórios.

Há de ressaltar-se que nesse período as escolas religiosas e não religiosas transformaram-se, em boa parte, em particulares. “Assim, pertenciam à mesma categoria de escolas particulares, tanto as mantidas pelas ordens religiosas e dioceses quanto as que eram organizadas por pessoas individuais, quaisquer que fossem seus objetivos” (CUNHA, 1980, p. 86).

Após a Independência, o ensino ficou dividido em estatal (secular) e particular (religioso e secular), com uma nítida ascensão, cada vez em maior escala, das escolas particulares nas províncias.

A ascensão das escolas particulares prevaleceu principalmente após o Ato Adicional de 1834, que dividiu o ensino estatal em dois níveis: o nacional e o provincial. Destarte, o ensino superior em todo o país e os ensinos primário e médio na corte ficaram sob a tutela do poder central, sendo que as províncias se encarregariam de prover as escolas primária e média. Nessa perspectiva houve a descentralização do ensino. Tendo em vista as condições econômicas das províncias, a educação estatal funcionava de forma precária, evidenciada pela falta de recursos, até mesmo para o pagamento dos professores, abrindo, assim, caminhos para a iniciativa privada.

Sob essas circunstâncias surgiram as diferenças regionais tão presentes na atualidade. Em outras palavras, a província que possuísse melhores condições econômicas investiria, em tese, mais recursos em educação. Outra questão atual, que encontra sua gênese nesse período, é a “desobrigação” do governo central para com as séries iniciais e médias, de forma geral, e até mesmo para com aquelas que se propôs a assumir, como se pode perceber no trecho abaixo:

Mesmo assumindo apenas os encargos com o ensino do Município Neutro, ao que parece, o imperador não queria colocar a mão no bolso. É o que se deduz a partir de um aviso ministerial de 1864 no qual declarava a impossibilidade de abrir novas escolas no Rio de Janeiro, apesar da demanda (ALMEIDA, 1989, apud PINTO, 2000, p. 50).

Nessa conjuntura as aspirações por uma liberdade de ensino – podendo ser traduzida por privatização do ensino –, estendem-se ao ensino superior, situação que já configurava no ensino secundário, como se mencionou anteriormente. Essa liberdade começou a ganhar espaço com o Decreto 7.247, de 1879, de Carlos Leôncio de Carvalho, que tenta estabelecer a liberdade de ensino superior em todo o país. Esse Decreto, no entanto, não foi aprovado em sua íntegra. O ensino superior ficou restrito ao Estado (Coroa) e prevaleceu a frequência livre dos alunos nas escolas superiores e a liberdade de crença para alunos, professores e funcionários (CUNHA, 1980, p. 92–93).

Se a luta pela liberdade de ensino ganhava adeptos oriundos de variadas categorias sociais e políticas (Igreja Católica, positivistas, etc.), o mesmo não se pode dizer sobre a criação da universidade no Brasil. Na verdade, em todo o período imperial a Assembléia Legislativa Geral negou 42 projetos relativos à criação de uma universidade no Brasil. Desse modo a organização do ensino superior no Império continuou em instituições isoladas e com uma nítida ascensão da iniciativa particular. Corroboraram para esse contexto a forte influência cultural francesa e a substancial contribuição dos positivistas. Cunha afirma que:

Os positivistas foram adversários ferrenhos dos projetos de criação de universidade no Brasil [...] argumentando que essa era uma iniciativa contrária à liberdade de ensino que pregavam, ainda mais porque, sob o controle direto do imperador, seria previsível o predomínio das doutrinas católicas (CUNHA, 1980, p. 138).

1.6 INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO: A PESQUISA HISTÓRICA E O ENSINO DE HISTÓRIA

1.6.1 A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: o desenho de uma história nacional

Segundo Cunha (1980, p. 76), “O ensino superior atual nasceu, assim, junto com o Estado Nacional, gerado por ele e para cumprir, predominantemente, as funções próprias deste”. No caso específico do curso de História, nasceu para forjar a identidade nacional, já que ele teve sua origem junto com a constituição do Estado Nacional brasileiro. Para a compreensão desse argumento, porém, é necessário entender o papel desempenhado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) na constituição de uma historiografia do Brasil e também na constituição de um ensino de História voltado para a formação de professores para o ensino secundário.

No mundo ocidental, como foi abordado anteriormente, a pesquisa histórica foi se constituindo ao longo dos séculos, como também a concepção de História. Antes do século XIX vários profissionais se dedicavam ao ofício de historiador e, nesse mesmo período, a História e os historiadores alcançam lugar de destaque na sociedade. Foi um momento em que a Europa estava mergulhada nas lutas de unificação e de afirmação das nacionalidades. Nesse contexto, a História surgiu como legitimadora da nação, pois se vê nessa disciplina a possibilidade de resgatar a memória coletiva e a organização da identidade nacional. Nessa fase o historiador ganhou *status* de pesquisador e se profissionalizou. Concomitantemente, o ensino de História passou a ser ministrado de forma sistematizada nas universidades, bem como se empreendeu o estudo científico dessa área do saber.

No que diz respeito à composição de uma História nacional, o Brasil, durante o século XIX, não se diferenciou da Europa, pois:

[...] é no bojo do processo de consolidação do Estado Nacional que se viabiliza um projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada. A criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) vem apontar em direção à materialização deste empreendimento, que mantém profundas relações com a proposta ideológica em curso, a saber: forjar a identidade nacional brasileira diante da diversidade de etnias presentes no Brasil (GUIMARÃES, M., 1998, p. 8).

Para tal empreendimento, o IHGB contou com o apoio pessoal do imperador e com a ajuda financeira do Império. Nas diretrizes trilhadas pelo estatuto do Instituto constava que a instituição deveria se dedicar “a coleta e publicação de documentos relevantes para a história do Brasil e o ensino público de estudos de natureza histórica” (GUIMARÃES, 1998, p. 8).

O Instituto esteve intimamente ligado à tradição francesa, por isso incentivou a criação de institutos históricos nas províncias, devendo eles enviar para o Rio de Janeiro todas

as informações coletadas nas províncias de origem, nos moldes das academias literárias das províncias da França. Outra mentalidade que permeou o IHGB foi o pensamento iluminista. Para os historiadores desse Instituto, a História possuía uma perspectiva linear e progressista. Não obstante a influência francesa, uma característica, em especial, diz respeito à constituição da historiografia e à disciplinarização da História no Brasil:

Enquanto na Europa o processo da escrita e disciplinarização da história estava se efetuando fundamentalmente no espaço universitário, entre nós esta tarefa ficará zelosamente preservada dentro dos muros da academia de tipo ilustrado, de acesso restrito, regulamentado por critérios que passam necessariamente pela teia das relações sociais e pessoais (GUIMARÃES M., 1998, p. 9).

A História engendrada nesse período é, portanto, uma história produzida pela elite letrada, com o aval do Estado, no intuito de forjar, como se mencionou, a nação brasileira, que seria, segundo Guimarães:

[...] o desdobramento nos trópicos, de uma civilização branca e europeia [diga-se de passagem, francesa]. Tarefa, sem dúvida a exigir esforços imensos, devido à realidade social brasileira, muito diversa daquela que se tem como modelo (GUIMARÃES M., 1998, p. 9).

A realidade, porém, é que por quase um século o IHGB, por meio de sua Revista, deixou um vasto material sobre a História do Brasil, principalmente no que diz respeito ao século XIX. Proporcionou também um acervo das idéias desse século, pois além de perseguir como tarefa primordial o recolhimento de documentos de todas as regiões do Brasil, distribuía temas a serem estudados e desenvolvidos por seus pesquisadores. Houve uma efervescência cultural bastante produtiva, embora pertencesse a um círculo restrito e escolhido entre a elite da época.

Cabe acrescentar que a concepção de História do IHGB, bem como as posturas metodológicas nele desenvolvidas, com exceção de pesquisas realizadas de forma isolada, vão permanecer por mais de um século praticamente sem nenhuma renovação. No início da década de 1930, somente com a criação da Universidade de São Paulo (1934) e da Universidade do Distrito Federal (1935) e, simultaneamente, a chegada das *missões francesas* do século XX, para criar e organizar os cursos de História dessas instituições, é que houve uma renovação no ensino e nas pesquisas históricas no Brasil.

1.6.2 A Faculdade de Filosofia e Letras do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: o ensino e a pesquisa em História

O trabalho historiográfico realizado pelo IHGB foi, sem dúvida, muito relevante para a atualidade, não só pela composição de um rico acervo documental e pelas diversas pesquisas realizadas, como também pela influência que exerceu no modo de conceber a História no Brasil. Recentes estudos revelaram que o Instituto foi pioneiro na implantação do ensino de Geografia e História no país. As pesquisas resultaram na publicação de um artigo intitulado “A Experiência Pioneira da Academia de Altos Estudos: Faculdade de Filosofia e Letras do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1916–1921)” (MORAES L., p. 38, 2000)³.

No trabalho a autora enfatiza a experiência pioneira da Faculdade de Letras do IHGB no ensino de História e Geografia no país. Destaca ainda que os estudos tradicionalmente realizados sobre a história da educação no Brasil ignoram a existência dessa Faculdade.

Não obstante a breve existência da Faculdade de Filosofia e Letras do IHGB, essa unidade de ensino foi muito importante por se tratar de uma experiência pioneira na formação de professores de História e Geografia para o ensino médio.

No período compreendido entre 1910 e 1920, os meios “beletristas” brasileiros se achavam em uma efervescência cultural voltada para o civismo, além da preocupação constante com as questões nacionais. Para salvaguardar a pátria, haveria de se combater o inimigo externo e o interno. O externo se combateria pela força das armas e o interno, por meio das letras, na “formação de uma consciência nacional, privilegiando-se dentre outros aspectos o estudo da história pátria e das tradições brasileiras” (GUIMARÃES, L., 2000, p. 39).

Nesse intuito, em 1911, Alberto Torres, associado ao IHGB, propôs a criação de uma Universidade Brasileira, à qual seria integrado um Centro de Estudos de Problemas Brasileiros. A Universidade não saiu do papel, mas a idéia do Centro de Estudos permaneceu e viabilizou a programação de vários cursos voltados para o estudo da realidade brasileira.

Após esse empreendimento, o IHGB patrocinou a iniciativa pedagógica idealizada por Manoel de Oliveira Lima e por Delgado de Carvalho, que defendiam a idéia de que era

³ Lúcia Maria Paschoal Guimarães, doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, pesquisa sobre o IHGB, especificamente sobre os Congressos de História promovidos por esse Instituto.

necessário modificar a realidade brasileira e não apenas conhecê-la. “Neste sentido, entendiam que a escolarização em todos os níveis se constituía num instrumento poderoso de correção do processo evolutivo e capaz de impulsionar o progresso da sociedade brasileira” (GUIMARÃES L., 2000, p. 40). Em outras palavras, é a conhecida fórmula de se creditar à educação um caráter salvacionista e progressista.

Dessa forma, visava-se a criação de uma Escola de Ciências Políticas e Administrativas, nos moldes de instituições congêneres francesas, destinada a formar profissionais para a administração pública federal e estadual. A Escola possuía uma proposta pedagógica inovadora em vários aspectos:

Integravam-na três seções, a saber: seção diplomática, seção financeira e seção econômica, que deveriam constituir-se tal qual hoje se organizam os departamentos nas instituições de ensino superior. Os cursos teriam a duração de dois anos e o currículo, bem flexível [...] estabelecia disciplinas fundamentais, regulares e facultativas. O plano de estudos, embora não fixasse uma carga horária mínima, estipulava a oferta de 20 a 25 “preleções” por matéria. No que refere aos critérios de avaliação, afora a exigência de frequência mínima obrigatória, previa-se a realização de exames no encerramento de cada período letivo. Ao final do último ano, os alunos deveriam apresentar suas ‘[...] teses [...] obrigatoriamente sobre assuntos nacionais’ (GUIMARÃES L., 2000, p. 40).

É interessante mencionar que a Escola não expediria certificados de conclusão de curso, mas, ao final das três seções de estudo o concluinte receberia uma recomendação para a administração pública, ou seja, era o passaporte para o serviço público.

Em 1916 a Escola iniciou suas atividades. Houve, todavia, algumas alterações em relação ao projeto original. Recebeu nova denominação, passando a se chamar Academia de Altos Estudos, na qual seriam ministrados dois cursos: um, habilitaria para a carreira diplomática e o outro, para a área administrativa ou financeira. A Academia pertencia à iniciativa privada, mas recebia a chancela dos poderes públicos. Essa instituição de ensino logrou sucesso, mas já havia nessa época a intenção de transformá-la numa Faculdade de Filosofia e Letras. O intuito era formar professores para o ensino secundário, pois no Brasil isso representava um grande problema a ser resolvido. “Habilitar pessoal para o magistério secundário, eis a nova missão a que se propunham os intelectuais do IHGB” (GUIMARÃES L., 2000, p. 41).

A Academia de Altos Estudos reformulou seus estatutos e criou a Faculdade de Filosofia e Letras. Embora sua preocupação principal fosse a formação de quadros profissionais para o ensino secundário, não abandonou a formação de quadros para a

administração pública. A Faculdade ministraria, como cursos permanentes, os seguintes: curso de Ciências Políticas e Sociais; curso de Filosofia e Letras; e curso Normal Superior, subdividido em seis habilitações: Línguas Clássicas, Línguas Modernas, Ciências Matemáticas, **Ciências Históricas e Geográficas**, Ciências Físicas e Naturais e Ciências da Educação. O curso de Ciências Sociais teria a duração de quatro anos e os demais, três anos. Os concluintes do curso Normal receberiam o título de professor e os demais, o título de bacharel (GUIMARÃES L., 2000, p. 41).

A proposta pedagógica do curso de Ciências Históricas e Geográficas se orientava para as teses mais modernas relacionadas ao conhecimento histórico da época. Era, assim, um misto de abordagem interdisciplinar, metodologia posteriormente tão cara à Escola dos Annales, e uma forte influência dos enfoques deterministas de Ratzel “O meio faz o homem”. Desse modo, havia uma imbricação muito forte da História com a Geografia. Na cadeira de Introdução aos Estudos Históricos, percebem-se os princípios da escola metódica, ao escolher como disciplinas as chamadas ciências auxiliares, como: Arqueologia, Numismática, Paleografia e Diplomática (GUIMARÃES L., 2000, P. 41).

Todo o prestígio alcançado pela Faculdade não impediu, no entanto, a sua breve existência, de 1919 a 1921. Segundo Lúcia P. Guimarães (2000, p. 42), os obstáculos ao funcionamento da Faculdade se intensificaram após a apresentação de um projeto de lei do deputado federal José Augusto Bezerra de Medeiros. Nele o deputado pleiteava que a Faculdade fosse considerada de utilidade pública; que os seus diplomas fossem equiparados aos dos bacharéis do Colégio Pedro II; que se concedesse preferência nos concursos públicos aos professores egressos do curso Normal Superior.

A partir dessa exposição, não fica difícil entender a razão do fechamento da Faculdade, visto que, como se mencionou, durante todo o Império não houve a organização do sistema de ensino superior em universidade devido às restrições dos positivistas, que não concordavam com os privilégios proporcionados pelos diplomas de curso superior. Dessa forma, não deve ter sido difícil também encontrar adversários contra tal iniciativa, já que se tratava de um projeto altamente tendencioso.

Guimarães L. (2000, p.42) acrescenta que “no bojo dessa ‘campanha’ inseria-se uma questão de fundo, ou seja, a fragilidade da recém-criada Universidade do Brasil e a problemática do ensino superior gratuito”.

Enfim, não obstante a função primordial de pesquisa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, houve essa “experiência pioneira” de formação de professores de História e Geografia para o ensino secundário.

1.7 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL NO PERÍODO REPUBLICANO: A CRIAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA NO SISTEMA UNIVERSITÁRIO

1.7.1 As primeiras universidades no Brasil

A República foi proclamada em 15 de novembro de 1889, fruto de um ideal republicano que se alastrava pelo Brasil a partir de fins do século XVIII e, por fim, em consequência da crise da monarquia brasileira. Em um primeiro momento a direção da República fica nas mãos dos militares, recebendo, por isso, a denominação de “República da Espada”. Os primeiros anos republicanos são marcados por crises econômicas (Encilhamento) e disputas pelo poder entre as oligarquias regionais. Duas delas se destacaram economicamente, conseguindo a hegemonia do poder em nível federal. O Estado de São Paulo se destacou pela produção de café e o de Minas Gerais pela produção de leite. Assim, vai-se compor, ao longo de toda a chamada “República Velha”, a política do “Café-com-Leite”, alicerçada pela “Política dos Governadores”. Em outras palavras, os Estados de São Paulo e Minas Gerais, por meio de um arranjo político, vão revezar-se na Presidência da República e, como garantia desse “acordo”, estabelecem uma política de troca de favores com os governadores dos outros estados da federação.

Durante a Primeira República ocorreram grandes transformações, em grande parte advindas do processo de industrialização. Presenciou-se a ascensão da “burguesia” industrial e o surgimento da classe operária. É um período em que se destacam crescentes manifestações operárias e movimentos insurrecionais por parte de civis e militares relacionados às questões político-econômicas do país. Nesse contexto, surgiram movimentos por uma escola pública e gratuita que atendesse a demanda dos filhos dos operários das fábricas.

Outro fato de destaque no contexto das transformações econômicas e sociais durante a Primeira República foi a procura pelo diploma de nível superior, sinônimo de ascensão social das camadas médias, da classe trabalhadora urbana e, naquele momento, das camadas decadentes das classes dominantes. Ocorreu, assim, um aumento da demanda a esse nível de ensino e a sua expansão nas primeiras décadas da República Velha. Foram criadas novas faculdades, além da facilitação do acesso ao ensino superior. Cabe ressaltar que desde 1808 o acesso ao ensino superior era garantido pela realização dos exames preparatórios nos próprios estabelecimentos.

Em 1837 foi criado o Colégio Pedro II, que garantia aos seus formandos o ingresso sem exames em qualquer escola de ensino superior do Império. Nesse contexto de crescente demanda ao nível superior, são empreendidos regulamentos e normas para facilitar-lhe o ingresso. Segundo Cunha (1980, p. 172), por meio do Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890, estabeleceu-se novo regulamento que redefinia os currículos do Colégio Pedro II (agora Ginásio Nacional). O Decreto criava também o Exame de Madureza, que garantia ao concluinte aprovado na última série do Colégio Pedro II o direito de se matricular em qualquer escola superior brasileira. A reforma ainda estendeu esse privilégio “aos colégios organizados pelos governos estaduais, desde que adotassem currículos semelhantes ao do Ginásio Nacional” (CUNHA, 1980, p. 172).

As medidas de “facilitação” de ingresso ao ensino superior foram se ampliando. Em 1896 a realização do Exame de Madureza foi permitida às escolas particulares. Mais tarde, com os Decretos 1.232–G e 1.232–H, de 1º de janeiro de 1901, surgiram condições de criação e equiparação de faculdades livres às federais, desde que estas estivessem sob o controle do Conselho de Instrução Superior (CUNHA, 1980, p. 172–173). As principais implicações da abertura dos canais de acesso ao ensino foram:

[...] a alteração quantitativa e qualitativa do ensino superior. Os estabelecimentos de ensino se multiplicaram e já não eram todos subordinados ao setor estatal nem à esfera nacional: os governos estaduais abriam escolas, assim como pessoas e entidades particulares (CUNHA, 1980, p. 175).

O contraponto desse movimento de expansão iniciou-se com grupos que criticavam a má qualidade dos ensinos secundário e superior em todo o Brasil. Como meios de frear a expansão ao ensino superior, foram empreendidas reformas denominadas por Cunha (1980, p. 176) de “contenção”. A primeira delas foi a “Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República” (1911), redigida por Rivadávia Corrêa, que acabou com o privilégio do Colégio Pedro II e dos colégios a ele equiparados, que garantia aos seus concluintes o direito de se matricularem em escola superior; instituiu os exames de admissão (substituindo os de Madureza); e criou o Conselho Superior de Ensino. Outra reforma da mesma natureza foi a de Carlos Maximiliano (1915), que dificultou a equiparação das escolas particulares às federais; instituiu os exames vestibulares e exigiu o certificado de conclusão do ensino secundário; e manteve o Conselho Superior de Ensino, com o fim de fiscalizar as escolas não-oficiais. Constava nessa reforma, além de todas as restrições citadas, que “não

haveria alunos gratuitos nas escolas superiores” (CUNHA, 1980, p. 187–189). Há que ressaltar que o ensino superior, nessa época, era pago tanto nos estabelecimentos particulares quanto nos oficiais.

Em 1925 aconteceu a reforma conhecida como Rocha Vaz, também imbuída de restrições ao ingresso no ensino superior. Caracterizou-se por uma maior centralização por parte do poder federal em relação à equiparação das escolas não-oficiais e pelo reforço do controle do Estado sobre o aparelho escolar. De conseqüência, ampliou-se para o ensino secundário a “polícia escolar”, antes restrita ao ensino superior, com a “polícia acadêmica”. Dentre suas principais restrições destacam-se as seguintes: frequência obrigatória às aulas; limitação do número de vagas para cada faculdade; vestibular classificatório (CUNHA, 1980, p. 189–191). A reforma distinguiu-se ainda por estabelecer várias despesas para os estudantes, prevendo, porém, de forma limitada, a existência de alunos gratuitos. É o que se observa a seguir:

[...] taxa de exame vestibular, taxa de matrícula em cada série, taxa de frequência em cada série, taxa de exame, taxa de transferência“, mas previa a existência de “alunos gratuitos” por série: um seria aquele que tivesse média mais elevada no exame vestibular ou na série anterior; outro seria indicado pelo governo; e os três restantes seriam indicados pelos próprios colegas de série [...] (CUNHA, 1980, p. 197).

Durante a Primeira República foi criada, em 1920, a primeira entidade de ensino superior com o nome de Universidade e que de fato se efetivou: a Universidade do Rio de Janeiro. Antes dessa iniciativa houve outras, “à revelia do poder central” (CUNHA, 1980, p. 198), como a Universidade de Manaus (1909), que sucumbiu com a crise do Ciclo da Borracha; a Universidade de São Paulo (1911), criada pela iniciativa particular, que não resistiu à competição com uma escola de medicina criada pelo governo estadual; e a Universidade do Paraná (1912), que não sobreviveu à reforma Carlos Maximiliano (1915), que inviabilizava a criação de uma universidade em cidades com menos de 100 mil habitantes, como era o caso de Curitiba, à época.

A criação da Universidade do Rio de Janeiro (1920) na verdade se concretizou com a aglutinação de faculdades isoladas já existentes: Medicina, Direito e Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Daí em diante esse seria o modelo para a criação de outras universidades no Brasil.

1.7.2 O ensino superior após a “Revolução de 30”: o Estatuto das Universidades Brasileiras

A “Revolução de 1930” marcou o término oficial da Primeira República. Surgiu um Estado mais centralizado, com projetos de industrialização e desenvolvimento do capitalismo nacional, tendo como meta a inserção do Brasil na competitividade com os países desenvolvidos. Para tanto, Getúlio Vargas contará com o apoio do Exército e com a aliança da burguesia industrial com a classe trabalhadora urbana, desenvolvendo um governo de cunho nacionalista, autoritário e ao mesmo tempo alicerçado no populismo (FAUSTO, 1996, p. 327).

Para atingir as metas de inserção do País na competitividade internacional, fazia-se necessário modernizar suas estruturas. Segundo Dourado “[...] a estruturação e a expansão do ensino superior efetivam-se, nesse período, de modo heterogêneo, em razão das condições objetivas de inserções dos diferentes estados da federação no processo de modernização do país” (DOURADO, 2001, p. 35).

Com essa perspectiva, no início do governo Vargas criou-se o Ministério da Educação e Saúde Pública, cujo primeiro ministro foi Francisco Campos. O órgão ficou encarregado de dispor da educação e saúde públicas em todo o País e delinear suas políticas. No tocante à educação, seu papel era de “controlar a reprodução de força de trabalho e das elites dirigentes (chamadas de coletividade social brasileira)” (CUNHA, 1980, p. 283). Desse modo, a partir da centralização do ensino no Ministério, o governo adotou o discurso da escolarização, regulando todos os níveis de ensino no Brasil.

Vale apresentar alguns traços específicos do Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931, segundo Romanelli: “O Decreto n.º 19.851, de 11 de abril de 1931, que instituiu o regime universitário no Brasil e se constitui no Estatuto das Universidades Brasileiras, fixou os fins do ensino universitário da seguinte forma”:

Art. 1.º O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral; estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requererem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade de todas as atividades universitárias, para a grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade (ROMANELLI, 2003, p. 133)

Romanelli tece uma crítica, pois segundo a autora o Estatuto traduz uma

[...] visão distorcida, tanto da realidade educacional brasileira de então, quanto dos limites que comporta toda e qualquer instituição, sobretudo a instituição escolar. A investigação científica e o preparo para o exercício profissional têm sido, na verdade, os reais objetivos da Universidade moderna. Mas, apesar de ambos constarem da declaração de princípios da legislação, a Universidade brasileira vem perseguindo, desde sua criação, apenas os objetivos ligados à formação profissional, salvo raríssimas exceções. A falta de tradição de pesquisa deve-se, [...], a fatores tais como a estratificação social, a herança cultural [...], a forma como tem evoluído a economia e, sobretudo, como se tem processado a industrialização. Mas, poder-se-ia incluir também, entre outros fatores, a própria forma como se organiza o ensino : nossas leis referentes ao ensino superior têm sido omissas quanto à previsão de situações objetivas e definidas para as atividades de pesquisa (ROMANELLI, 2003, p. 133).

Outras medidas sobre a organização do ensino universitário diziam respeito à criação de uma reitoria para coordenar as faculdades e à exigência de que uma universidade fosse criada a partir de pelo menos três instituições de ensino superior, a saber: Direito, Medicina e Engenharia ou Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Tal discurso, no entanto, escamoteava a verdadeira face das medidas adotadas pelo governo federal, que podem ser traduzidas como centralização e autoritarismo.

A Universidade do Rio de Janeiro foi reorganizada de acordo com o Estatuto das Universidades Brasileiras. A Universidade de São Paulo (USP), entretanto, criada em 1934, foi a primeira universidade criada e organizada já nos moldes do Estatuto. Foi idealizada e criada pela elite cultural paulista. Segundo seus idealizadores, a USP seria o resgate de São Paulo frente à derrota Constitucionalista de 1932. Conforme o pensamento de um de seus idealizadores:

Vencidos pelas armas, sabíamos perfeitamente que só pela ciência e pela perseverança no esforço voltaríamos a exercer a hegemonia que durante longas décadas desfrutáramos no seio da Federação. Paulistas até a medula, herdáramos da nossa ascendência bandeirante o gosto pelos planos arrojados e a paciência necessária à execução de grandes empreendimentos (MESQUITA FILHO, 1969, p. 199)

Importa destacar que o Estatuto das Universidades Brasileiras previa a organização de uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras, dividida em três seções:

a de educação, a de ciências, compreendendo esta os cursos de matemática, física, química e ciências naturais, e a de letras, com os cursos de **letras, filosofia, História e geografia e línguas vivas**. Seriam os cursos de *licenciatura*, e os diplomados deveriam, preferentemente, lecionar as disciplinas de sua especialidade no ensino normal (licenciados em educação) e no ensino secundário (licenciados em ciências e em letras) (grifos nossos) (CUNHA, 1980, p. 301–302).

Já na organização da Universidade de São Paulo houve a constituição de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Segundo Cunha (1980, p. 303), esse dado corresponde mais a uma diferença ideológica do que propriamente diferenças substanciais na forma de organização. Em outras palavras, enquanto no modelo paulista a ideologia era liberal, no modelo federal era autoritária e de controle. Outro destaque é a questão de a Faculdade de Educação, Ciências e Letras possuir como tarefa a preparação de professores para o ensino secundário, sendo que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP não tinha, a princípio, essa função como objetivo central. Na prática, porém, devido à resistência de professores das outras faculdades, receosos em perderem suas disciplinas para essa última instituição, a FFCL da USP acabou por se fundir à Faculdade de Educação, dedicando-se também à formação de professores para o ensino secundário.

Segundo os idealizadores da USP, a Faculdade de Filosofia teria como tarefa primordial a preparação de jovens para a pesquisa, leitura e desenvolvimento do “espírito”, levando-os à especulação teórica, aos “estudos desinteressados”, em oposição àqueles voltados especificamente para a profissionalização. Nessa perspectiva, a FFCL idealizada seria indispensável para a composição da Universidade de São Paulo, pois almejava-se um centro de altos estudos que se voltasse à pesquisa. A Faculdade de Filosofia seria o “coração da universidade”, local onde os estudantes das diversas áreas do conhecimento teriam uma base comum de aprendizado preparatória para a posterior profissionalização:

[...] aprenderão em comum a disciplina da lógica, a precisão do saber científico, o valor da literatura e da história e o segredo do conhecimento estético ou artístico. Nessa aprendizagem comum formarão o seu espírito para que ao engenheiro não falte sensibilidade, aos filósofos não falte a precisão, aos cientistas não falte o humanismo e aos artistas não falte o saber [...] (AZEVEDO, 1958, p. 115).

A Universidade de São Paulo foi criada pelo Decreto nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934, resultante do agrupamento de unidades universitárias já existentes: Faculdade de Direito, Escola Politécnica, Escola Superior de Agricultura, Faculdade de Medicina,

acrescidas de duas remodeladas: Escola de Veterinária e Faculdade de Educação, além da criação de uma nova, a **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na qual se inseriu o curso de História.**

Em 1935 o Decreto nº 5.513 criou a Universidade do Distrito Federal (UDF), por iniciativa de Pedro Ernesto, prefeito do Rio de Janeiro, com o auxílio de Anísio Teixeira, Diretor Geral da Instrução no Estado e “integrante da ala mais democrática da Escola Nova” (FERREIRA, 1999, p. 3). O projeto da UDF contrariava o Estatuto das Universidades Brasileiras, já que seu Estatuto vinculava a instituição ao poder municipal e não ao governo federal.

Conforme Ferreira (1999, p. 4), a UDF estava organizada em diferentes unidades: Instituto de Educação, Escola de Ciências, Escola de Economia e Direito, Escola de Filosofia e Letras e Instituto de Artes para Experimentação Pedagógica. É interessante destacar que o curso de **História e Geografia** integrava a Escola de Direito e Economia.

A Universidade do Distrito Federal possuía um projeto no qual

Se pretendia estimular a formação de um novo tipo de intelectual, capaz de atuar com competência numa sociedade técnico-científica e democrática e integrar os objetivos da universidade à vida pública e cultural do Rio de Janeiro e ao seu sistema de ensino básico (FERREIRA, 1999, p. 4).

Esse projeto democrático de universidade, no entanto, sofreu diversas resistências por parte daqueles que viam na UDF e em seus dirigentes forças comunistas. Com a situação agravada devido a intensas oposições e com a implantação do Estado Novo, a UDF foi fechada e houve “a integração de seus quadros à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil em 1939” (FERREIRA, 1999, p. 5).

1.7.3 A estruturação dos cursos de História na USP e na UDF: as “missões francesas” do século XX

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP, 2005), o primeiro curso de História do sistema universitário foi o da Universidade Federal do Rio de Janeiro (antiga Universidade do Brasil), cuja autorização para funcionamento ocorreu em 11/4/1931. O curso de História da Universidade de São Paulo (USP) foi o segundo a estruturar-se no sistema universitário, em 25/1/1934. Devido ao pioneirismo e em

consonância com a literatura encontrada, primou-se em discorrer sobre a estruturação dos cursos de História da USP e da UDF.

Para a estruturação da Universidade de São Paulo foram convocados professores estrangeiros:

De 1934 a 1942, trabalharam na Universidade de São Paulo 45 professores estrangeiros, mais alguns assistentes de laboratório. Nesse último ano havia 22 professores estrangeiros na universidade, seis dos quais desde a sua criação (CUNHA, 1980, p. 271).

No que se refere ao corpo docente do curso de História, a maioria de seus professores era de origem francesa. Tais professores vieram com a incumbência de estruturar, ao lado de professores nacionais, os cursos de História e Geografia não só da USP, mas também os da Universidade do Distrito Federal (UDF) e, posteriormente, os da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi).

A atração do Brasil pela cultura da França vinha de longa data, traduzida pelas *missões francesas* no País desde o início do século XIX. Nesse momento houve, em contrapartida, o especial interesse da França em garantir sua presença na criação das universidades no Brasil, além de afastar possíveis influências de outros países. Segundo Ferreira,

As articulações para a vinda de missões universitárias francesas ao Brasil constam da documentação diplomática francesa a partir de 1934. Tratava-se, naquele momento, não mais da organização de ciclos de conferências a serem proferidas nos principais centros culturais brasileiros, mas da vinda de professores que seriam responsáveis por cursos completos nas novas universidades [...] Em fevereiro de 1934, temos notícias de uma carta de Júlio de Mesquita Filho, dono do jornal O Estado de São Paulo, a George Dumas, recomendando o professor da Escola Politécnica, Theodoro Ramos, que estava viajando para a França com o objetivo de escolher alguns futuros professores para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras [da USP]. Alguns meses mais tarde localizamos negociações empreendidas pela UDF para concretizar a vinda de professores para o Rio (FERREIRA, 1999, p. 8).

A vinda de professores franceses para o Brasil contou com as articulações de George Dumas⁴. Vieram da França professores como: Henri Hauser, Eugéne Albertini e Pierre Deffontaines, para a Universidade do Distrito Federal (UDF). Concomitantemente a

⁴ Médico eminente, professor na Faculdade de Paris. Fez suas primeiras viagens para a América do Sul em 1908. No Brasil organizou cursos, palestras e missões nos meios universitários franco-brasileiros, fundando no Rio de Janeiro a aliança Universitária Franco-Latina (Seção brasileira) (FERREIRA, 1999, p. 9).

Universidade de São Paulo (USP) contratou Emile Coornaert, Fernand Braudel, Pierre Mombeig, Paul Gagé e Pierre Deffontaines.

No que diz respeito à importância desses professores para a constituição do curso de História da Universidade de São Paulo, algumas observações devem ser feitas. A primeira é o fato de que os docentes de História que vieram para a USP não ficaram por um período tão extenso quanto os de Geografia. A outra se refere à existência da tradição de pesquisas históricas no País, controladas pelo Estado e pelas elites, desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), “órgão do nosso principal centro de estudos de história durante quase um século, até a instituição da Faculdade de Filosofia no país” (GLÉNISSON, 1991, p. 247). A última ressalva é quanto à questão da Cadeira de História do Brasil ter sido vinculada a professores tradicionais (Afonso Taunay e Alfredo Éllis Júnior).

Conforme o professor Eduardo Oliveira França⁵, em virtude do aspecto já evidenciado, existiu uma iniciação à metodologia nas outras disciplinas, não se chegando, porém, à renovação, em profundidade e em extensão, da produção historiográfica. O autor acrescenta que:

Comparando, por exemplo, ao que sucedeu com a Geografia, em nosso campo foi menor o impacto causado pela criação da Faculdade de Filosofia. Em nosso país havia uma historiografia tradicional e nossa pesquisa teria naturalmente de se desenvolver em História do Brasil. Ora, na Faculdade foram professores de História, historiadores brasileiros [...], afeiçoados a uma orientação tradicional. Somente mais tarde o professor Sérgio Buarque entrou como docente na Faculdade. Assim, a influência modernizadora dos professores foi neutralizada por aqueles historiadores brasileiros comprometidos com uma visão mais tradicional da História (FRANÇA, 1994, p. 3–4).

Fernando Novais confirma a idéia anterior:

A modernização da historiografia se deu, não nos temas de História do Brasil, mas através da cátedra de História Geral da Civilização. Ou seja, pela cadeira ocupada pelos professores estrangeiros. Sorte teve a Geografia, com a presença de Monbeig, porque este, naturalmente, tinha como campo de pesquisa o território nacional [...] Assim, a área de História do Brasil na Faculdade, em seu período de formação, ficou marcada pela orientação de historiadores tradicionais até a entrada de Sérgio Buarque de Holanda, em 1956. Note-se que no regime de cátedras, que existiu até a reforma universitária de 1968, a orientação dos catedráticos não podia ser questionada. Seus assistentes eram forçados a seguir rigorosamente suas determinações (NOVAIS, 1994, p. 3).

⁵ Assistente dos professores Eurípedes Simões de Paula, Fernand Braudel e Emile Leonard, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Após concurso para catedrático, ocupou as Cadeiras de História Moderna e Contemporânea. Conforme Capelato, integrou a primeira geração de pesquisadores da USP.

Outro aspecto importante sobre os professores franceses foi a preocupação em preparar discípulos para a docência, no intuito de formar seus sucessores. França traz as seguintes reminiscências sobre esse tema:

Braudel interessa-se tanto pela docência como pela pesquisa. Constantemente indicava o que deveríamos fazer quando fossemos professores, pois a Faculdade de Filosofia fora criada para formar docentes para o ensino secundário [...] como outros mestres franceses contratados, Braudel se esforçou para que esse objetivo fosse plenamente atingido. Dava-nos conselhos, transmitindo sua experiência no magistério. Era um professor maravilhoso! [...] Foi ele quem nos informou sobre a escola dos Annales, que tanto mudara a historiografia de então (FRANÇA, 1994, p. 2).

Corroborou para o despertar da docência nos alunos das Faculdades de Filosofia a implantação, por parte dos professores franceses, da prática das assistências nas ciências sociais. França assim se refere ao assunto:

Uma das marcas dos professores franceses era a preocupação com o destino daqueles alunos que poderiam a vir desempenhar papel de relevo na USP. Eles empenhavam nisso, dando preferência a alguns e a esses assistiam com atenção especial (FRANÇA, 1994, p. 3).

Observa-se que o curso de História da Faculdade de Filosofia da USP não se limitou à preparação de professores para o ensino médio. Como se mencionou, existiu também a preocupação em prepará-los para a sucessão dos professores-formadores. Por isso, houve uma crescente produção historiográfica alimentada pelas teses defendidas ainda no sistema antigo da pós-graduação. Segundo historiadoras da USP,

A ação dos franceses floresceu num ambiente intelectual propício. Se de um lado traziam a experiência com o trabalho metodologicamente orientado e os ares dos Annales, por outro, encontraram caldo de cultura fértil, patente em produção historiográfica tradicional, de grande erudição, voltada para temas paulistas, expressa nas obras de Taunay e Alfredo Éllis Jr. Em múltiplos aspectos, essa época corresponde a um repensar do Brasil, que produziu trabalhos de importância como os de Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, cujo diálogo mais sistemático com a produção uspiana só ocorreu posteriormente [...] No plano intelectual, os franceses introduziram a preocupação com a orientação metodológica e com o rigor da análise documental, iniciando uma relação com temas da historiografia francesa, especialmente a dos Annales (CAPELATO et al., 1994., p. 3).

Nesse primeiro momento as teses, ou seja, as produções historiográficas sofreram evidente influência do pensamento da escola dos Annales, principalmente devido à figura de Braudel. Posteriormente outras contribuições teóricas proporcionaram à produção historiográfica um caráter múltiplo e eclético. Capelato (1994, p.3), ao pesquisar as linhagens historiográficas da USP, classificou-as em três gerações: formadores, primeira geração e segunda geração.

Os **formadores** são os primeiros historiadores uspianos, alunos e professores das primeiras turmas da faculdade e que representaram a conjunção das preocupações intelectuais correntes no Brasil na época com a orientação dos mestres da missão francesa. Consideramos **primeira geração** o conjunto de doutorandos produzidos, grosso modo, entre 1951 e 1973, orientados pelos formadores e defendidos, ainda no sistema do antigo regime da pós-graduação. Do ponto de vista metodológico, a influência dos Annales persistiu, houve a incorporação de reflexões de natureza marxista representou mudança significativa nas pesquisas. Nesse momento, as análises de Caio Prado Jr. constituíram referencial importante. Na cadeira de História da Civilização Brasileira, Sérgio Buarque de Holanda orientou mestrandos e doutorandos. Sua presença veio dar novo perfil às pesquisas em História do Brasil, introduzindo discussões sofisticadas, com utilização de referenciais weberianos, do historicismo, da escola psicossocial alemã. A produção historiográfica da **segunda geração** corresponde ao amplo conjunto de teses defendidas no sistema atual de pós-graduação, implantado na USP a partir de 1971, em dois cursos: História Econômica e História Social. Essa produção manteve a marca do ecletismo, com diferenciações de matrizes teóricas e metodológicas (grifos nossos) (CAPELATO et al., 1994, p.1-5).

Ainda conforme Capelato:

A partir da Faculdade de Filosofia, consolidou-se a formação de historiadores, com características comuns, que os diferenciam de outros existentes: a escola uspiana de estudos históricos, que formou seus próprios quadros e quadros para tantas outras escolas, no país. Seu estilo profissional de trabalho a diferencia dos autodidatas, dos Institutos Históricos e das Academias e dos historiadores geopolíticos do Itamaraty. Do cruzamento do modo francês de fazer história, com a historiografia tradicional brasileira e com a preocupação de explicar, de forma ampla, o passado, incentivou os estudos de História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea. Iniciou os estudos de História da América, valorizou e redimensionou o Período Colonial, abriu novas perspectivas para a análise do Império e sedimentou a historiografia sobre o Brasil Contemporâneo. Mas, além disso, definiu uma forma de trabalho com marcas características: base erudita, rigor metodológico, coerência interna do trabalho, interdisciplinaridade e relacionamento constante entre a pesquisa empírica e a reflexão teórica, fugindo dos esquemas e modelos pré-estabelecidos (CAPELATO et al., 1994, p. 3).

Em suma, nota-se que o curso de História da Faculdade de Filosofia da USP foi pioneiro na questão de relacionar o ensino à pesquisa, sendo esse o seu diferencial em relação

aos demais. Desde o início houve a preocupação por parte dos professores franceses em formar os futuros docentes e pesquisadores. Conforme Capelato (1994, p. 4), ao longo da existência, o Departamento de História da Faculdade de Filosofia da USP consolidou uma produção historiográfica diferente da que se desenvolvera no Brasil e trouxe para o meio acadêmico os embates teóricos, formando gerações de historiadores e professores renomados em todo o país. Além disso, irradiou para outras universidades, por meio de convênios, a pós-graduação em História, como foi o caso do mestrado em História da Universidade Federal de Goiás, no limiar da década de 1970.

Para a estruturação do curso de História da Universidade do Distrito Federal (UDF), veio primeiramente Henri Hauser⁶. Sua atuação no Brasil foi relevante não só para a estruturação do curso de História da UDF, mas também na indicação de vários nomes de professores que integraram as missões para São Paulo, como Pierre Monbeig e Fernand Braudel. De volta à França, Hauser escreveu e publicou trabalhos que proporcionaram uma verdadeira “redescoberta do Brasil para os franceses” (FERREIRA, 1999, p. 12).

Segundo Ferreira (1999, p. 12), Hauser empenhou-se na organização da Cadeira de História Moderna, bem como apresentou propostas curriculares para o curso como um todo. O historiador francês valorizou as disciplinas históricas em detrimento das chamadas disciplinas pedagógicas. Sua atuação se fez sentir na divulgação de uma nova concepção de História Econômica e Social conectada aos movimentos de renovação da disciplina na França.

Outro professor que veio para o Rio de Janeiro como participante das *missões francesas* foi Eugène Albertini⁷. Sua atuação centrou-se na estruturação do curso de História Antiga da UDF. Contribuiu também para a criação do Centro de Estudos Eugène Albertini, que congregava professores e alunos em torno de pesquisas históricas e geográficas. Albertini criticava a concepção de História pautada pela política e “reivindicava uma História dos povos e das civilizações” (FERREIRA, 1999, p. 13).

É interessante ressaltar que, tanto na Universidade de São Paulo (USP) quanto na Universidade do Distrito Federal (UDF), as cátedras de História do Brasil ficaram nas mãos

⁶ Fez seus estudos na École Normale Supérieure. Em 1892 fez seu doutorado. Foi um dos precursores da História Econômica na França. Integrante da geração que ingressou na vida acadêmica nos anos 1880-90. Tornou-se professor da Sorbone em 1927, com a Cadeira de História Econômica. Desenvolveu sua carreira num momento de afirmação da História como disciplina e de consagração do ofício do historiador. Participou desde o início dos anos 20 das articulações para o lançamento da Revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale* (FERREIRA, 1999, p. 11).

⁷ Em 1900 formou-se pela École Normale Supérieure. Em 1932 ingressa no Collège de France em Paris. Sua obra concentrou-se no estudo do Império Romano. Integrou o Conselho de redação da *Revue Historique*. Foi ainda colaborador dos *Annales* (FERREIRA, 1999, p. 13).

de professores brasileiros e tradicionalistas. Essa característica retardou o desenvolvimento das pesquisas historiográficas no Brasil. Mas

Se a influência dos professores franceses se mostrou limitada no que diz respeito a uma nova maneira de fazer história no Brasil, sua presença se fez importante com relação à atualização bibliográfica dos alunos, à forma de estruturação dos cursos criados e ao desenvolvimento de canais de intercâmbio entre as comunidades universitárias francesa e brasileira (FERREIRA, 1999, p. 19).

É importante destacar que, a partir do Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931), houve a proliferação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, visto que essa unidade acadêmica se tornou peça fundamental para a composição de uma universidade. Desse modo propagou-se a criação dos cursos de História no Brasil, como também as demais licenciaturas. Tal característica advém do fato de que no Brasil, tradicionalmente, uma das principais funções atribuídas à FFCL foi a formação de professores para o ensino secundário.

No intuito de informar sobre a criação dos cursos de História no Brasil surgidos após o contexto já apresentado, organizaram-se dois quadros. Conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), os cursos se dividem em duas modalidades, segundo a apresentação do Quadro 1 e do Quadro 2, a seguir:

Quadro 1 – Relação dos Programas e/ou cursos de Graduação em História e seqüenciais oferecidos pelas Instituições de Educação Superior – Brasil; Áreas Detalhadas: História e Arqueologia:

Nome da Instituição	Condição de Funcionamento	Data Início de Funcionamento	Data de Autorização do Curso	Data de Reconhecimento
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Em Atividade	11/4/1931	11/4/1931	6/4/1939
Universidade de São Paulo	Em Atividade	25/1/1934	25/1/1934	25/1/1934
Universidade Federal do Paraná	Em Atividade	1/10/1938	—	4/6/1940
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Em Atividade	26/3/1940	23/11/1940	9/7/1942
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Em Atividade	1/3/1941	1/3/1940	6/1/1943
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Em Atividade	14/1/1943	20/10/1942	19/12/1945
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Em Atividade	1/3/1943	11/5/1943	19/12/1944
Universidade Federal Fluminense	Em Atividade	24/4/1947	—	14/4/1951
Universidade Federal de Juiz de Fora	Em Atividade	1/2/1948	30/10/1947	17/11/1951

Quadro 1 – Relação dos Programas e/ou cursos de Graduação em História e seqüenciais oferecidos pelas Instituições de Educação Superior – Brasil; Áreas Detalhadas: História e Arqueologia:

Nome da Instituição	Condição de Funcionamento	Data Início de Funcionamento	Data de Autorização do Curso	Data de Reconhecimento
Universidade Federal de Pernambuco	Em Atividade	1/3/1950	28/6/1950	—————
Universidade Federal de Sergipe	Em Atividade Parcial	5/3/1951	2/3/1951	28/1/1954
Universidade Católica de Salvador	Em Atividade	29/3/1952	24/1/1952	17/9/1956
Universidade Federal do Maranhão	Em Atividade	5/1/1953	28/4/1953	30/7/1956
Universidade Federal do Espírito Santo	Em Atividade	17/8/1953	13/7/1953	22/8/1953
Universidade Federal do Pará	Em Atividade	1/3/1954	17/5/1954	17/5/1954
Universidade do Sagrado Coração Bauru-SP	Em Atividade	7/3/1954	4/11/1953	1/12/1956
Universidade Federal de Minas Gerais	Em Atividade	1/3/1957	5/11/1940	—————
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Em Atividade	7/3/1957	4/1/1957	4/11/1959
Centro Universitário Franciscano /Santa Maria-RS	Em Atividade	1/4/1957	1/4/1957	24/12/1959
Universidade Estadual de Londrina	Em Atividade	1/3/1958	25/1/1958	6/10/1960
Universidade Federal de Santa Catarina	Em Atividade	1/3/1959	3/1/1959	10/7/1959
Universidade Gama Filho Rio de Janeiro – RJ	Em Atividade	2/1/1964	19/7/1963	8/8/1969
Centro Universitário de Belo Horizonte	Em Atividade	10/3/1964	28/8/1968	20/11/1970
Universidade Católica de Santos	Em Atividade	1/3/1965	20/7/1965	17/12/1964
Universidade Federal de Santa Maria – RS	Em Atividade	1/3/1965	22/9/1961	22/9/1961
Centro Universitário de Itajubá	Em Atividade	7/3/1965	19/9/1968	24/6/1970
Universidade Federal de Uberlândia	Em Atividade	1/2/1966	18/8/1964	7/2/1968
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho Franca – SP	Em Atividade	6/5/1966	5/5/1968	12/7/1968
Universidade Estadual de Maringá-PR	Em Atividade	1/3/1967	24/12/1966	18/2/1972
Universidade de Brasília-DF	Em Atividade	1/8/1967	4/8/1967	9/11/1972
Centro Universitário de Brasília-DF	Em Atividade	1/8/1967	26/4/1968	28/6/1974
Universidade Federal de Goiás	Em Atividade	19/11/1968	12/11/1962	25/11/1968

Fonte: Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (www.inep.gov.br), 21/9/2005.

Quadro 2 – Relação dos Programas e/ou cursos de Graduação em História e sequenciais oferecidos pelas Instituições de Educação Superior – Brasil; Área Detalhada: formação de professor de História:

Nome da instituição	Condição de Funcionamento	Data Início de Funcionamento	Data de Autorização do Curso	Data de Reconhecimento
Universidade Santa Úrsula – RJ	Paralisado	28/9/1939	28/3/1939	14/10/1941
Universidade Católica de Pernambuco	Em Atividade	1/3/1943	31/3/1943	3/7/1948
Universidade Estadual do Ceará	Em Atividade	22/4/1947	20/7/1950	20/7/1950
Universidade de Uberaba	Em Atividade	17/12/1948	28/1/1949	11/2/1952
Universidade Católica de Goiás	Em Atividade	1/4/1949	14/1/1949	3/3/1952
Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR	Em Atividade	1/3/1950	8/11/1949	20/2/1953
Universidade Federal de Sergipe	Em Atividade	5/3/1951	2/3/1951	28/1/1954
Centro Universitário Salesiano de São Paulo	Em Atividade	20/2/1952	20/2/1952	17/7/1954
Universidade Federal da Paraíba	Em Atividade	2/3/1952	29/5/1952	7/11/1955
Universidade Federal de Alagoas	Em Atividade	3/3/1952	31/1/1952	3/1/1955
Universidade Sorocaba – SP	Em Atividade	7/3/1955	24/2/1953	27/4/1957
Universidade de Taubaté – SP	Em Atividade	7/5/1957	7/5/1957	16/5/1963
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Em Atividade	1/3/1958	27/12/1958	19/12/1963
Universidade Federal do Piauí	Em Atividade	23/3/1958	18/3/1958	28/7/1964
Centro Universitário Salesiano Auxilium – SP	Em Atividade	2/3/1959	17/9/1956	9/2/1962
Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho – PR	Em Atividade	30/11/1959	19/10/1960	19/10/1965
Universidade Regional do Cariri – CE	Em Atividade	6/12/1959	20/4/1960	4/9/1970
Universidade de Caxias do Sul	Em Atividade	1/3/1960	25/1/1960	16/2/1965
Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras União da Vitória – PR	Em Atividade	1/3/1960	10/1/1960	31/7/1967
Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá – PR	Em Atividade	1/3/1960	19/1/1960	3/9/1964
Centro Universitário de Anápolis	Em Atividade	4/4/1961	2/3/1961	14/12/1967
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru – PE	Em Atividade	12/4/1961	12/4/1961	17/1/1969
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – SP	Em Atividade	1/3/1963	1/3/1963	6/4/1967
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	Em Atividade	13/2/1964	27/4/1965	27/3/1968
Universidade Estadual de Montes Claros – MG	Em Atividade	13/4/1964	15/12/1967	12/1/1971
Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé – MG	Em Atividade	16/5/1964	—	22/5/1969
Universidade do Vale do Itajaí – SC	Em Atividade	1/3/1965	20/8/1968	2/1/1973
Centro Universitário Fluminense – RJ	Em Atividade	15/3/1965	20/4/1965	14/2/1969
Faculdades Integradas Castelo Branco – ES	Em Atividade	3/5/1965	27/4/1965	18/6/1970
Centro Universitário do Sul de Minas	Em Atividade	23/9/1965	23/9/1965	11/11/1971
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Pardo – SP	Em Atividade	1/3/1966	6/5/1966	2/3/1971

Fonte: Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (www.inep.gov.br), 21/9/2005.

1.8 O ENSINO SUPERIOR EM GOIÁS: DA ACADEMIA DE DIREITO À CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS E DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

1.8.1 A Gênese do ensino superior em Goiás: a criação da Academia de Direito em Goiás

O ensino superior em Goiás nasceu com o curso de Direito, em um momento em que, no Brasil, estava ocorrendo uma expansão desse sistema de ensino. Os cursos jurídicos iniciados em 1827, em Olinda e São Paulo, ganhavam cada vez mais a preferência dos jovens. Eram bastante procurados por representarem uma forma de ascensão social via diploma. É o que pode ser chamado de síndrome do bacharelismo, muito bem simbolizado pela frase: *Bacharel o quanto antes, dinheiro quanto mais*. Entre os anos de 1891 e 1907 foram criadas oito (8) Faculdades Livres de Direito (CUNHA, 1980, p.175–176), entre elas a do Estado de Goiás.

A criação da Academia de Direito de Goiás inseriu-se em um contexto atípico, pois no período de sua implantação o Estado se caracterizava por: economia periférica, agricultura de subsistência e densidade populacional baixa, que “vivia disseminada nas grandes extensões das fazendas e dos sítios. Era uma população quase que integralmente rural. Os centros urbanos eram poucos e de pouca significação” (PALACÍN; MORAES, 2001, p. 94). Em virtude disso Goiás tinha pouca arrecadação de impostos. Numa sociedade com tais características ainda prevalecia o poder dos coronéis, que mantinham sob seu domínio seus dependentes diretos e indiretos, ou seja, os trabalhadores que viviam em suas propriedades.

Assim, nesse contexto, no tocante à educação em Goiás:

Não havia condições históricas para uma demanda acentuada, pois a realidade goiana de sociedade agrária [...] não exigia dos órgãos públicos educação para a população. Aliada à falta de reivindicação de um sistema escolar estava a recusa dos coronéis em garantir educação às populações que estavam sob seu domínio (ALVES, 2000, p. 27).

Outro fator que contribuiu para a falta de organização do sistema escolar foram os escassos recursos destinados pelo Estado à educação primária e secundária, visto que nesse período não havia, no texto constitucional, vinculação de recursos para o sistema escolar.

Dessa forma, qual o argumento utilizado para criar em Goiás uma Academia de Direito, dentro de um contexto no qual a minoria da população não tinha acesso às primeiras letras?

Conforme Alves, tal explicação inseriu-se na

[...] importância do “doutor” na estrutura social da Primeira República, assim como a necessidade dos governos estaduais de formar quadros para a burocracia estatal e também a formação de uma elite política [...] Desta forma, a situação goiana, de domínio oligárquico, de supervalorização do doutor, com 98% de analfabetos, de lutas entre os grupos locais e da necessidade de controlar a formação das elites, remetem à necessidade de se criar em Goiás uma Academia de Direito que pudesse atender às demandas elitistas das oligarquias locais e também prover de bacharéis a administração do Estado (ALVES, 2000, p. 28–29).

Com a Academia de Direito de Goiás, criada em 1898 e instalada em 1903, nasceu o ensino superior no Estado, ligado às oligarquias dominantes na cidade de Goiás. Nesse contexto a Academia de Direito de Goiás

[...] esteve duplamente submetida ao poder político goiano, enquanto instituição mantida pelo estado e também pelo papel de formação dos altos cargos do judiciário [e] serviu duplamente ao coronelismo familiar goiano. À medida que formava os quadros burocráticos e também ideológicos, com destaque especial aos políticos que exerciam funções de comando nas oligarquias dos Bulhões e dos Caiados (ALVES, 2000, p. 31).

Devido à submissão ao poder político local, a Academia de Direito teve vida curta. Em 1909, com a mudança do poder político para as mãos dos Bulhões, houve o seu fechamento, sob a alegação de faltas de verbas e de alunos matriculados. Para Canezin e Loureiro (apud ALVES, 2000, p. 28), entretanto, tratava-se claramente de rivalidades políticas, visto que se pretendia suprimir uma área de influência xavierista. Fechou-se a Academia de Direito, pois ela representava o prestígio e o poder de Xavier de Almeida, que projetou e instalou a Academia e nomeou todo o corpo docente.

Em 1916 foi criada a Faculdade Livre de Direito de Goyaz, instituição particular que obteve sua equiparação à Academia, ou seja, obteve reconhecimento oficial do Estado. Em 1917, por almejar sua equiparação às congêneres federais, a Faculdade Livre adequou-se às alterações advindas da reforma Carlos Maximiliano (1915). Assim, ampliou o curso jurídico de 3 para 5 anos, trocando ao mesmo tempo o nome do instituto para Faculdade Livre

de Ciências Jurídicas e Sociais de Goyaz. A instituição, porém, sofria com a falta de subvenção estadual e com a redução do número de estudantes.

Alves (2000, p. 29) analisa que não havia real intenção, por parte do governo estadual, em subvencionar a Faculdade Livre. Na verdade, a essa altura o governo goiano tratava de reatar os antigos laços com o ensino jurídico em Goiás. Para tanto, pretendia reabrir a antiga Academia de Direito, pois a Faculdade Livre, embora reconhecida pelo Estado, não se tratava de uma iniciativa governamental, ou seja, mantinha seu caráter particular. Em 1920, desse modo, diante das dificuldades financeiras e divergências entre os professores e a Congregação, a Faculdade Livre encerrou seus trabalhos.

Em 1921, sob os auspícios do governo e com a “mescla de professores da Academia de Direito e da Faculdade Livre” (ALVES, 2000, p. 55–56), foi instalada a Faculdade de Direito de Goyaz. Todavia, teve também uma efêmera existência, pois não resistiu à competição com outra congênere. Segundo Baldino,

Ressurge também em 1921, da antiga Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, a Escola de Direito de Goiás – encampada pelo Estado segundo a Lei nº 103, de 19–3–1937. Em 1942 (Decreto–Lei nº 5997, de 5/8) transforma–se em fundação. Em 1949 (Lei nº 604, de 3/1) é federalizada vindo a integrar o sistema federal de ensino em 1950 (Lei nº 1.254, de 4–12) (BALDINO, 1991, p. 56).

Na década de 1920, além dos cursos jurídicos, destinados à formação da elite política de Goiás, destacou–se também o surgimento de dois cursos na área de saúde, subvencionados pelo Estado: o de Farmácia (1922) e o de Odontologia (1923) que, da mesma forma que os cursos jurídicos, eram acessíveis somente à elite (BALDINO, 1991, p. 56).

1.8.2 A criação da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás: o embate entre o público e o privado

A Revolução de 1930, bem como a transferência da capital de Goiás para Goiânia, em 1937, trouxeram um novo impulso para o Estado. Sobre o assunto Palacín e Moraes consideram que

A Revolução de 30, embora sem raízes próprias em Goiás, teve uma significação profunda para o estado. É o marco de uma nova etapa histórica. Esta transformação

não se operou imediatamente no campo social, mas no campo político. O governo passou a propor, como objetivo primordial, o desenvolvimento do estado. A construção de Goiânia, pelas energias que mobilizou, pela abertura de vias de comunicação que a acompanharam e pela divulgação do estado no país, foi o ponto de partida desta nova etapa histórica (PALACÍN; MORAES, 2001, p. 102–113).

Após 1930 ocorreu uma centralização política que se irradiou para os diversos campos da sociedade. O governo que se instalou assumiu o discurso de modernização do País e sua inserção no mercado internacional em condições de competir. Para tanto, era necessário modernizar as suas estruturas por meio de reformas, incluindo-se as educacionais. Segundo Nepomuceno:

Foi nesse contexto [...] que surgiu a educação como “direito” e como “garantia” de uma sociedade “civilizada” e “moderna”. Foi nele então que apareceu a política educacional do governo de Goiás, assentada nos princípios liberais e nos pressupostos da Escola Nova [...] A política educacional esboçada e posta em prática pelo governo de Goiás integrou-se ao movimento de expansão do capitalismo, visando criar comportamentos e impor valores capazes de incorporar significativos setores da população a um mundo regido pelo capital. Simultaneamente, esta política incorporou ao seu discurso e à sua prática o ideário escolanovista de reconstrução social pela educação [...] (NEPOMUCENO, 1994, p. 32).

Em Goiás, a preocupação em renovar as estruturas oligárquicas e estacionárias corroborou para que o governo atentasse para a “Formação de um quadro de pessoal competente, compatível e necessário à sustentação do projeto político-ideológico daquelas frações oligárquicas dissidentes comprometidas com os projetos modernizadores tipicamente burgueses” (NEPOMUCENO, 1994, p. 31).

Dourado (2001, p. 42) acrescenta que no período pós-30, em Goiás, a intervenção do Estado no campo educacional se traduziu por medidas de organização e regulamentação. Em 1931 criou-se o Conselho Estadual de Educação e em 1933 houve a regulamentação do ensino primário.

No tocante ao ensino superior, Nepomuceno (1994, p. 56–57) observa que o Estado de Goiás manteve “sintonia” com o governo central quanto às diretrizes traçadas para a educação superior. O principal interesse do Estado de Goiás era conseguir a equiparação da Faculdade de Direito, reaberta em 1931 e oficialmente a ele vinculada, com as congêneres federais. A equiparação aconteceu em 1936 e em 1937 a Faculdade de Direito foi transferida para a nova capital – Goiânia. Conforme Barbosa,

A transferência da Faculdade para Goiânia representou a sua afirmação política, à medida que era também a reafirmação política de Pedro Ludovico. Ficar em Goiás seria seguir a tradição caiadista. Ficando, a Faculdade de Direito em Goiás seria como uma espécie de corpo estranho lá dentro (BARBOSA, 2000, apud ALVES, 2000, p. 95).

Nesse ínterim, a Escola de Direito sofria com a ausência de professores, falta de alunos e a competição com sua congênere, Faculdade de Direito. Realizou-se, assim, um acordo entre o Diretor da Escola e o Governo de Goiás para que essa unidade de ensino fosse encampada pela Faculdade, o que ocorreu em 1937.

Alves (2000, p. 97–100) pondera que o ensino jurídico em Goiás, desde a sua gênese, esteve ligado às disputas pelo poder entre as oligarquias locais. Somente após a “Revolução” (grifo nosso) de 1930, com o governo de Pedro Ludovico Teixeira, é que se findaram as disputas entre os grupos políticos pela Faculdade de Direito. Aliado a esse contexto, houve o reconhecimento da Faculdade de Direito de Goiás e a sua equiparação às instituições congêneres do país.

É importante ressaltar que nas décadas de 1920 e 1930 surgiram as primeiras universidades no Brasil, ligadas às sociedades urbano-industriais: no Rio de Janeiro (1920), em Minas Gerais (1927) e em São Paulo (1934), enquanto que em Goiás, nesse mesmo período, não se vislumbraram propostas dessa natureza.

Na década de 1940 o progresso do Estado de Goiás passou por um processo de aceleração dos diversos serviços, especialmente no setor de educação. Conforme Palacín e Moraes,

A partir de 1940, Goiás cresce rapidamente: a construção de Goiânia, o desbravamento do Mato Grosso Goiano, a campanha nacional de “marcha para o Oeste”, que culmina na década de 1950 com a construção de Brasília, imprimem um ritmo acelerado ao progresso de Goiás. A população se multiplica; as vias de comunicação realizam a integração do estado com o resto do país e dentro do próprio estado; assiste-se a uma impressionante explosão urbana, com o desenvolvimento concomitante de todo tipo de serviços (a educação especialmente) (PALACÍN; MOARES, 2001, p. 113).

Todo esse contexto, aliado ao novo projeto nacional de desenvolvimento do capital (substituição de importações), refletiu na estruturação da nova Capital. Tais modificações alteraram o cenário educacional goiano, ampliando-o e diversificando-o:

À medida que Goiânia – a nova capital do Estado – vai se constituindo e configurando como um novo centro urbano–comercial, no plano de sua infraestrutura, a educação superior se faz presente. Afinal, essa área, praticamente estável por mais de três décadas, sofre impulsos consideráveis que não somente lhe trouxeram ampliação como também diversificação [...] novas iniciativas emergem (BALDINO, 1991, p. 66).

É nesse bojo de acontecimentos que a Sociedade São Vicente de Paulo implantou na nova Capital a Escola de Enfermagem (1944) e a Faculdade de Farmácia e Odontologia (1947), cursos voltados para a saúde pública, típicos de uma sociedade em fase de estruturação.

O ano de 1948 foi marcado pela realização, em Goiânia, do Congresso Eucarístico, que contou com a presença de autoridades eclesásticas, como Dom Emmanuel Gomes de Oliveira, e políticas como o governador do Estado Jerônimo Coimbra Bueno. Em reunião durante o Congresso, deliberou-se sobre a criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “que viesse a ser o núcleo central da futura Universidade do Brasil Central” (MACÊDO; VAZ, 2001, p. 132). O ponto culminante do Congresso Eucarístico, porém, deu-se a partir da resolução de fundar uma Universidade Católica. Dom Antônio (2006), em entrevista, ao estabelecer uma interlocução entre passado e presente, trouxe a seguinte recordação:

No ano de 1948 houve em Goiânia um grande Congresso Eucarístico, promovido pela Arquidiocese de Goiás. O Arcebispo que coordenou esse trabalho foi Dom Emmanuel Gomes de Oliveira, um Arcebispo que consagrou a vida dele à Educação. Ele tinha fundado muitos colégios em Goiás, pois naquela época o poder público não tinha como atender à demanda [...] no encerramento do Congresso Eucarístico foi tirada uma resolução – a fundação em Goiás de uma universidade. Deu-se na Ata o nome de Universidade do Brasil Central, seria uma universidade com direção mista – do Estado e da igreja. Quem assinou a resolução foi o Arcebispo Dom Emmanuel o governador Doutor Jerônimo Coimbra Bueno e o Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara. Isso aconteceu em praça pública na noite de encerramento do Congresso, no mês de junho, com grande aclamação popular. O Estado colaborou com os terrenos com o apoio, mas para consolidar juridicamente a entidade não havia como e também o Estado não tinha condições no seu orçamento de arcar com as despesas da fundação de uma universidade. Então a Igreja assumiu sozinha e se criaram as faculdades (OLIVEIRA, 2006)⁸.

Como enfatizou Oliveira (2006), Dom Emmanuel dedicou-se à obra educacional em Goiás e, por fim, acalentou o sonho de criar uma universidade católica. Devido ao seu

⁸ Dom Antônio Ribeiro de Oliveira em entrevista concedida à Simone Aparecida Borges, em 5/7/2006.

empenho pela educação, recebeu o codinome de “Bispo da Instrução”. Ao se referir a Dom Emmanuel, Moraes (2005) enalteceu os seus feitos para a educação em Goiás:

Para você ter uma idéia do valor de Dom Emmanuel, quando ele chegou a Goiás, em 1922, eu acho que a data é essa, o Estado tinha seis grupos escolares: o Santa Clara, que é o Colégio de Campinas, estava nascendo; o Colégio das Freiras em Pirenópolis e em Goiás Velho; o Lyceu e o Instituto de Educação; e alguma escola particular aqui e ali. Então, esse arcebispo de Goiás, aceitava que seus párocos não tivessem a sua residência, mas não aceitava que não tivessem a Escola Paroquial. Ele criou essa Fundação Cultural da Católica [Sociedade Goiana de Cultura – SGC]. Depois foi chegando a década de 50, eles tinham mais escolas em Goiás do que o próprio Estado. O valor educacional da Cúria Metropolitana de Goiás pelos esforços de criar escolas foi grande e Dom Emmanuel foi um grande educador, por isso ele é chamado “Bispo da Instrução” (MORAES, 2005)⁹.

A preocupação em criar universidades apoiadas na doutrina da Igreja Católica não foi fato isolado em Goiás, mas permeava nesse momento o contexto educacional brasileiro, inserindo-se no que Bruneau denominou de neocristandade¹⁰. Nesse contexto, ao que tudo indica, prevalecia um jogo de interesses recíprocos. A Igreja Católica carecia da subvenção do Estado para as suas diversas atividades, enquanto que o Estado necessitava do ensino oferecido pela Igreja. Em outras palavras, era importante para o Estado estabelecer essa aliança, tendo em vista a influência da Igreja na formação ideológica das futuras gerações.

O anseio por criar uma universidade não se restringiu, no entanto, somente à Igreja Católica; outros setores da sociedade também almejavam tal instituição. Assim, houve uma convergência de anseios da Igreja, do governo estadual e dos empresários, representados pela Associação Comercial e Federação do Comércio do Estado de Goiás. Como consequência, pela Lei nº 192, de 20 de outubro de 1948, criou-se a Universidade do Brasil Central (UBC). Sua composição se daria pela aglutinação de institutos isolados já existentes, mas se diferenciava ao pretender aglutinar tanto instituições oficiais quanto particulares. Moraes relata que a constituição dessa universidade se originou

Pelos esforços de Dom Emmanuel junto ao governo do Estado, Coimbra Bueno, porque o Bispo tinha várias escolas de cunho agrário, as escolas agrícolas. Pois ele sabia que a vocação do goiano era agrária, era nossa economia. Então, ele luta muito também para construir uma faculdade de medicina juntamente com a Santa Casa, e em 1948, é criada a Universidade do Brasil Central, que seria uma universidade

⁹ Maria Augusta Sant’Anna de Moraes em entrevista concedida à Simone Aparecida Borges, em 10/8/2005.

¹⁰ Período de separação entre a Igreja e o Estado, [...], mas que o Estado passou “a cuidar da Igreja, ou seja, passou a ampará-la [...] uma vez que a educação promovida pela Igreja formava elite” (BRUNEAU, 1974, apud ALMEIDA, 2004, p. 66).

mista congregando os cursos que já tinham aqui, mas com maior enfoque na agronomia e na veterinária. Constava a Faculdade de Medicina, era o ideal dele, mas só se pensaria na Faculdade de Medicina, em termos de realidade, pois já estava no papel, depois que estivessem saturados os cursos de veterinária e agronomia, veja bem a visão desse homem. Mas também ele buscou apoio de pessoas de fora entendidas em educação (MORAES, 2005).

A UBC, apesar de não concretizada, “representou a aliança Estado–Igreja onde se assegura a autonomia da personalidade jurídica de cada instituição” (BALDINO, 1991, p. 75). O projeto de criação dessa universidade denota a intenção da Arquidiocese de Goiânia em criar uma universidade Católica, mas ao mesmo tempo subvencionada com verbas públicas, tendo em vista que a maioria das faculdades que comporiam a futura Universidade do Brasil Central estava ligada direta ou indiretamente à Igreja Católica.

A Universidade do Brasil Central, todavia, não se efetivou. Segundo Souza (1999, apud SILVA, 2003, p. 55), a sua criação, que tinha como objetivo atender não só aos jovens goianos, mas aos provenientes de toda a Região Centro–Oeste, ficou apenas no papel. A principal causa do fracasso da lei que criava a UBC foi proveniente dos empecilhos criados pelos adversários políticos do governador da época.

Na década de 1950 ocorreu em nível nacional a expansão do ensino superior. O movimento expansionista se destacou principalmente após o Decreto–Lei nº 8.457, de 26 de dezembro de 1945, promulgado pelo presidente provisório José Linhares, que tornou mais flexível a implantação de uma universidade. Sobre o assunto, Cunha esclarece que:

As exigências ficaram bem mais flexíveis do que as determinadas pelo Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931. Desde este estatuto, uma universidade precisaria ter, pelo menos, três institutos de ensino. Mas, pelo novo critério, dois deles (e não os três) deveriam estar dentre os de filosofia, direito, medicina e engenharia [...] Com isso, passava a ser possível instalar–se uma universidade a partir de uma faculdade de filosofia (até mesmo com apenas uma seção), uma faculdade de direito e a terceira de economia ou serviço social, por exemplo, sem as custosas faculdades de engenharia ou medicina (CUNHA, 1982, p. 94–95).

Goiás, na citada década, crescia rapidamente, recebendo significativo fluxo migratório decorrente da construção de Brasília, da construção da estrada Belém–Brasília e da implantação de colônias agrícolas no interior do Estado. Goiás inseria–se, assim, no contexto nacional–desenvolvimentista e a economia goiana crescia e se diversificava. Tal conjuntura afetou diretamente o ensino superior, uma vez que, de 1951 a 1959, foram criadas sete faculdades, sendo quatro públicas (três mantidas pelo Estado e uma pela Federação do

Comércio do Estado) e três particulares (mantidas pela Igreja Católica). Ainda em 1959 foi criada a Universidade de Goiaz (BALDINO, 1991, p. 80–81).

Em 1955 Dom Emmanuel Gomes de Oliveira, o Bispo da Instrução, faleceu sem realizar o seu desejo de criar uma Universidade Católica em Goiás. Dom Fernando Gomes dos Santos, todavia, prosseguiu rumo a esse desígnio.

Importa ressaltar que por essa época havia toda uma movimentação por parte dos estudantes, da maçonaria, entre outros setores da sociedade, em prol da criação de uma universidade federal em Goiás. Ademais, a luta pela criação de uma universidade federal inseria-se em um contexto mais amplo, o da luta por um ensino público e gratuito, luta essa travada em âmbito nacional.

Uma grande parcela da sociedade goiana, nesse momento, aderiu à campanha pela escola pública:

Em 1959, sob a presidência de um aluno da escola de Engenharia, fundou-se a frente universitária pró-ensino federal. O movimento conseguiu mobilizar estudantes, intelectuais e parcela considerável da população goianiense [...] No entanto, várias dificuldades foram encontradas para a viabilização deste projeto. Entre estes empecilhos, figurava a luta [...] por uma Universidade Católica (RIBEIRO, 1989, apud DOURADO, 2001, p. 43–44).

Sobre o período de disputas pela criação das duas universidades, Egídio Turchi relata que existia uma mentalidade interiorana em Goiás que não deixava vislumbrar a possibilidade de duas universidades no Centro-Oeste. Na voz do professor:

A mentalidade perdurou até 1980/1990. Essa mentalidade de que em Goiânia não podia haver duas Universidades. Não podia haver duas Faculdades de Filosofia [...] Havia esse medo de que duas Faculdades pudessem atrapalhar uma a outra. Houve um período da criação da Universidade Católica, que o Dom Fernando foi até ‘enterrado’, um enterro simbólico organizado pelo pessoal que queria a Federal.. Segundo eles a Federal tinha que ter sido criada primeiro e o Dom Fernando tinha sido culpado desse fato da Católica ter sido a primeira (TURCHI, 2002, apud ALMEIDA, 2004, p. 67).

As reminiscências de Dom Antônio (2006) confirmam o pensamento de Goiânia não comportar as duas universidades. Tal idéia, na verdade, traduz e reforça as intenções da instituição que ele representava, a saber, ver criada primeiramente a Universidade Católica:

Dom Fernando havia requerido junto ao Ministério da Educação a criação da universidade. Foi ao Juscelino Kubitschek, que era o presidente da república, e disse a ele que se tivesse intenção de criar a Universidade Federal imediatamente que nós não iríamos criar a Católica, porque julgávamos que Goiânia não tinha condições ainda para duas universidades. Aí o Juscelino disse a Dom Fernando que precisava do apoio de Dom Fernando e que criasse primeiramente a Católica antes dele criar a Universidade de Brasília. Então nós reunimos as faculdades já existentes na época nossas e outras particulares e se iniciou a Universidade Católica (OLIVEIRA, 2006).

Dom Antônio (2006), em suas análises e representações sobre a criação das duas universidades em Goiás (UCG e UFG), concilia as divergências existentes na época, afirmando que, apesar do movimento dos estudantes contra a criação da Universidade Católica e em prol da criação da Universidade Federal, houve posteriormente uma parceria entre as duas instituições:

Na década de 1950, quando se consolidou a Universidade Católica, começou um movimento, sobretudo no meio universitário, para que ao invés de se criar a Católica se criasse a Federal [...] houve um movimento muito forte no meio universitário para a criação da Federal. Eu me lembro muito de Dom Fernando, um homem aberto, deu todo apoio ao Doutor Colemar Natal e Silva, Doutor Jerônimo Coimbra Bueno e a outros grandes professores de Goiás **e um ano e meio depois de criada a Católica foi criada também a Federal. E não como adversárias, mas como colaboradoras e parceiras no desenvolvimento cultural e educacional de Goiás.** Depois, sobretudo na gestão dos dois reitores, na Federal José Cruciano e na Católica o Padre Pereira, consolidou-se muito a parceria, professores colaborando. Houve um trabalho muito bonito de parceria entre as duas universidades (grifos nossos) (OLIVEIRA, 2006).

Um fato interessante ocorrido nesse período foi o “enterro simbólico” do arcebispo, no mesmo instante em que ocorria a Ação de Graças pela criação da Universidade Católica, promovida pela Arquidiocese de Goiânia. Dom Antônio (2006) rememora esses acontecimentos e relata detalhes preciosos, com a convicção de alguém que vivenciou intensamente o momento:

Houve uma manifestação liderada pelos estudantes do Direito, mas outros estudantes também aderiram. O velório de Dom Fernando estava acontecendo na Rua 20, onde hoje é a Justiça Federal, era a Faculdade de Direito. Já estava no final o processo de criação da Católica. Dom Fernando preparou um documento para eu levar para Dom Hélder no Rio de Janeiro. No entanto eu não consegui passagem aérea e voltei para a Cúria. Quando cheguei Dom Fernando, com o Diário Oficial na mão, me abraça e diz “você não precisa ir ao Rio de Janeiro, saiu o Decreto de criação da universidade”. Aí naquela noite, isso foi na parte da manhã, nós acionamos as rádios, a Assembléia Legislativa estava muito acomodada, não queria entrar em choque com os estudantes, o governador do Estado não queria choque e

tirou a polícia da rua. Então aquela confusão e nós com vontade de dar uma resposta aos estudantes. Dom Fernando disse “vamos fazer um ato positivo, deixem eles fazer o enterro e nós vamos fazer um ato de Ação de Graças”. Naquela noite se fez um grande ato religioso na Catedral e o povo acorreu. Enquanto isso o enterro simbólico desceu a Rua 20, foi até a Praça do Bandeirante, e fizeram a queima do caixão, na mesma hora em que acontecia a Ação de Graças na Catedral (OLIVEIRA, 2006).

Dom Fernando, na verdade, pode ser considerado o grande “culpado” pela criação da Universidade Católica de Goiás, pois desde que assumiu a função de Arcebispo de Goiânia, em 1957, esteve imbuído da idéia de concretizar o sonho de Dom Emmanuel. A partir de 1959 o Arcebispo contou com a ajuda do Padre Paulo de Tarso Nacca, para a fundação da Universidade, que veio a ser, posteriormente, o primeiro reitor da instituição. Em seu diálogo com o passado Dom Antônio (2006) se recorda da presença marcante do Padre Nacca na organização e concretização da Universidade Católica:

O Padre Nacca foi encarregado por Dom Fernando, assim que chegou, para trabalhar nesse ponto de organização do processo de criação da Universidade Católica. Tanto que ele ficava em Goiás ajudando e organizando e no Rio acompanhando a tramitação do projeto junto ao Ministério da Educação (OLIVEIRA, 2006).

As fontes pesquisadas sobre esse período da história do ensino superior em Goiás revelam as articulações políticas da Igreja Católica, ou até mesmo a sabotagem, em favor da aprovação de seu projeto de universidade, conforme Martins:

[...] há indícios na documentação oficial de que a Igreja articulou politicamente objetivando aceleração do processo de criação da Universidade de Goiás [Católica] para que essa ocorresse antes do projeto público, como de fato veio a acontecer [...] no dia 12 de outubro de 1959 o Ministro da Educação Clóvis Salgado homologou Parecer do Conselho Nacional de Educação e em 17 de outubro de 1959 o decreto presidencial n. 47.041 criou a Universidade de Goiás, primeira instituição universitária do Brasil Central (MARTINS, 2004, p. 21).

Corroborar esse argumento a análise de Baldino (1991, p. 82–83) ao afirmar que houve por parte da Igreja a intenção de retardar o processo do Deputado Gerson de Castro (projeto de criação de uma universidade federal) e apressar o da criação da Universidade Católica (projeto do deputado Cônego Trindade).

Em suma, a luta travada pela criação das duas universidades em Goiás resultou de dois projetos distintos: de um lado a defesa do ensino público e laico, representado pela Maçonaria e, do outro, o ensino particular e confessional, em nome da liberdade do ensino, defendido pela Igreja Católica. Na verdade, duas tendências evidenciadas no plano nacional nesse momento histórico do País. Depreende-se que as duas universidades de Goiás nasceram de processos conflitantes e não como parceiras. Baldino reconstitui esse conflito com a seguinte interpretação:

No fundo se contrapunham dois projetos universitários distintos: um público, laico (defendido pela Maçonaria); outro particular, católico (defendido pela Arquidiocese de Goiânia); que também expressam interesses ideológicos distintos ao nível da formação intelectual dos jovens. A Maçonaria acusava a Igreja Católica de estar boicotando a aprovação da UFG, uma vez que, considerada a realidade do Estado e da própria capital, entendia-se que Goiás não comportava duas universidades (à época). Por outro lado, a Igreja Católica nunca defendeu a educação superior pública e gratuita, tanto é que no período de 1945 a 1960, cria as suas instituições universitárias no país (BALDINO, 1991, p. 82).

Acrescenta que “a polarização entre Igreja x Maçonaria (entende-se UCG x UFG) é expressão de uma luta maior entre ensino público x ensino privado, laico x confessional, que na época tinha expressão nacional” (BALDINO, 1991, p. 94).

Nesse embate, enfim, saiu vitoriosa a Igreja Católica, que teve seu projeto aprovado em 1959. A Universidade de Goiás foi criada com o Decreto presidencial nº 47.042, de 17 de outubro de 1959, constituindo-se a partir de um núcleo de 7 institutos: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1948); Faculdade de Ciências Econômicas (1951), Faculdade de Farmácia e Odontologia (1945), Faculdade de Direito (1959), Escola de Enfermagem (1941); Belas Artes e Arquitetura (1952); e de Serviço Social (1957). Após a Reforma Universitária de 1968, pelo Decreto presidencial nº 68.917, de 19 de julho de 1971, a Universidade de Goiás passou a denominar-se Universidade Católica de Goiás.

No que diz respeito à criação das duas universidades em Goiás Baldino (1991, p. 81) sugere ter prevalecido um pacto conciliatório, devido ao estreito relacionamento entre o Presidente Juscelino Kubitschek e o Governo de Goiás e, de maneira especial, a sua ligação com a Igreja. O Presidente, desse modo, em um breve espaço de tempo, atendeu aos dois projetos em evidência. Um ano depois de criada a Universidade de Goiás, assim, aprovou também o projeto de criação da Universidade Federal de Goiás, por meio do Decreto presidencial nº 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960.

Na memória da ex-aluna e ex-professora da UFG o dia de criação da Universidade ficou assim gravado:

O dia em que foi assinado o ato de criação da UFG, foi 14 de dezembro de 1960, foi uma festa na Praça do Bandeirante. O Juscelino Kubitschek estava no final de seu mandato. Eu fui à Praça e me lembro da festa de criação. A lembrança que eu tenho da fundação da UFG é daquela festa. A Praça do Bandeirante lotada e a gente lá e o presidente no palanque assinando o decreto (GODOY, 2005)¹¹.

Há que destacar a intensa luta travada em prol da criação da UFG, com a participação da Frente Universitária Pró-Ensino Federal; o empenho do Deputado Gerson Castro Costa, ex-aluno da Faculdade de Direito e autor do projeto; o apoio da Câmara Municipal de Goiânia; de forma particular e conclusiva, o apoio da Faculdade de Direito, representada pelo seu diretor Colemar Natal e Silva, que assumiu o movimento pró-Universidade Federal; e do corpo discente, que desempenhou papel relevante na luta de implantação da UFG, inclusive liderando protestos, greves e até mesmo o “enterro simbólico” de Dom Fernando, quando da criação da Universidade Católica.

Criada, enfim, a Universidade Federal de Goiás, em 1960, essa teve como núcleo constitutivo a Faculdade de Direito, de Medicina, de Farmácia e Odontologia, a Escola de Engenharia do Brasil Central e o Conservatório de Música. Segundo depoimento de Cassimiro (2005) a princípio a Faculdade de Farmácia e Odontologia esteve agregada à Universidade Católica de Goiás, na época Universidade de Goiás. Com a criação da UFG, porém, houve um acordo e essa Faculdade passou a integrar a Universidade Federal de Goiás. Convém acrescentar que na Lei 3.834-C, artigo 3º, constava que no prazo de três anos dever-se-ia criar ou agregar à UFG uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Na voz da professora Cassimiro a análise sobre o período de criação das duas universidades em Goiás:

Foi uma luta muito grande para criar essas universidades (UCG, UFG), não é como hoje que se cria uma universidade de um dia para o outro, naquele tempo não, era uma luta enorme e Goiás era um estado atrasado, Goiânia era uma cidade atrasada, então era muito difícil. Tanto que quando o Juscelino Kubitschek criou a Universidade Federal foi nos últimos dias de seu governo. Já estava eleito Jânio Quadros para a presidência do Brasil e o Jânio disse que não sancionaria a lei que criou a Universidade, porque Goiás não tinha condição de ter duas universidades, porque já tinha a Católica de um ano atrás. Então daí o valor da luta do professor Colemar de correr com os papéis a fim de que fosse criada e publicada no Diário

¹¹ Maria Stela de Godoy em entrevista concedida à Simone Aparecida Borges, em 13/7/2005.

Oficial e ele nomeado reitor ainda no último dia de governo do Juscelino Kubitschek. Tudo isso para que a Universidade vingasse, porque havia um perigo muito grande de ficar uma lei no papel sem aplicação, uma letra morta, a lei que criaria a Universidade Federal de Goiás (CASSIMIRO, 2005)¹².

Em síntese, ao final da década de 1960, o ensino superior em Goiás possuía a seguinte estrutura:

Universidade de Goiás (1959), particular; Universidade Federal (1960), pública; Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão (1961), particular; Faculdade de Ciências Econômicas (1961), pública; Faculdade de Educação Física do Estado de Goiás (1962), pública; Faculdade de Direito de Anápolis (1969), particular (BALDINO, 1991, p. 91).

Em suma, o primeiro capítulo buscou a origem da História, com Heródoto, no século V a.C., até a sua chegada nas academias européias do século XIX. Demonstrou-se ainda o surgimento de uma História científica no século XIX, como também outras correntes de pensamento surgidas nos séculos XIX e XX, que influenciaram e influenciam a forma de pensar e conceber a História até a atualidade. O capítulo delineou a origem do ensino e da pesquisa em História no Brasil, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sob a influência das correntes de pensamento oriundas da Europa do século XIX, notadamente a Positivista ou, como alguns historiadores a denominam, Metodista. O estudo destacou ainda a constituição do ensino superior no Brasil e em Goiás, que resultou na criação das duas primeiras universidades do Estado: Universidade Católica de Goiás (1959) e Universidade Federal de Goiás (1960). O segundo e o terceiro capítulos tratarão especificamente de reconstituir o surgimento e a trajetória dos cursos de História da UCG e da UFG.

¹² Maria do Rosário Cassimiro em entrevista concedida à Simone Aparecida Borges, em 21/8/2005.

CAPÍTULO II

O CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

O presente capítulo tem por objetivo abordar o processo de criação e consolidação do curso de História da Universidade Católica de Goiás (UCG). Para tanto, os estudos se reportaram à Faculdade de Filosofia de Goiás, criada em 1948. Essa unidade de ensino criou, em 1949, o curso de História da UCG. Os primeiros anos de existência do curso foram marcados por dificuldades, como, por exemplo, a falta de professores. Na década de 1960, após a Reforma Universitária, o curso de História implantou o currículo de Estudos Sociais, que vigorou até meados da década de 1980. Concomitantemente, diante da nova estruturação da Universidade, o curso de História passou a compor o Departamento de História e Ciências Sociais (HCS). Ainda na década de 1980, com a vinda do curso de Geografia, o Departamento recebeu outra denominação, passando a se chamar Departamento de História, Geografia e Ciências Sociais (HGS). A referida década marcou também a crise nas licenciaturas em todo o Brasil. Nessa época o curso de História sofreu com a redução do número de alunos, que resultou no seu fechamento no turno matutino. Os anos posteriores se caracterizaram pelas tentativas de revitalização do curso de História e, de forma geral, das licenciaturas da Universidade Católica de Goiás.

2.1 A GÊNESE DO CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

2.1.1 A Faculdade de Filosofia de Goiás, nos primeiros tempos: “a razão de ser do curso de História e Geografia era a carência de professores diplomados no Estado”.

Como foi abordado no primeiro capítulo, o ano de 1948 marcou a história do ensino superior em Goiás, com a realização do Congresso Eucarístico:

Nesse Congresso, eu diria, saiu a conclusão, a resolução de se fundar em Goiás uma universidade. Durante o segundo semestre daquele ano o Arcebispo convocou a Goiânia o Cônego Emílio Salim, que era reitor da Universidade Católica de Campinas. O Padre Emílio Salim fez os estudos preliminares sobre a fundação desta

universidade. Primeira condição, criar uma entidade mantenedora. Foi criada a Sociedade de Educação e Ensino de Goiás. Essa mantenedora agregou, desde então, as escolas católicas já existentes e serviu de apoio institucional para criar os primeiros cursos da Faculdade de Filosofia (OLIVEIRA, 2006).

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Goiás foi fundada partindo do princípio que a legislação educacional em vigor exigia, para a fundação de uma universidade, três unidades de ensino, das quais duas deveriam estar entre as Faculdades de: Filosofia, Direito, Medicina e Engenharia. A partir da vigência do Decreto-Lei nº 8. 457, de 26/12/1945, houve uma expansão do ensino superior em todo o país, por via da criação de Faculdades de Filosofia, assim, o Estado de Goiás não se diferenciou desse contexto. A Faculdade de Filosofia de Goiás da Universidade Católica de Goiás (UCG), diferentemente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Goiás (UFG), foi criada para ser a pedra angular da futura Universidade do Brasil Central.

Assim, em 12 de julho de 1948 ocorreu a fundação da Sociedade de Educação e Ensino de Goiás e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras [...] Com a aprovação do Estatuto da Sociedade de Educação e Ensino de Goiás, na prática ocorreu a fundação da Faculdade de Filosofia, embora o seu regimento interno considere como data da fundação o dia 6 de junho, o que não é verdade, pois a ata dessa reunião [ocorrida durante o Congresso Eucarístico] faz referência a “fundar” (grifos do autor). Os Estatutos da Seeg previam “Fundar, administrar, dirigir e manter a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Goiás [...]” (MACÊDO; VAZ, 2004, p. 133).

A Universidade do Brasil Central, idealizada durante o Congresso Eucarístico de 1948, tornou-se letra morta. A Faculdade de Filosofia de Goiás, todavia, continuou a sua trajetória, e a Igreja Católica partiu solitária para a constituição de seu ambicioso projeto: fundar uma Universidade Católica em Goiás.

Interessante destacar que no Relatório para o reconhecimento da Faculdade de Filosofia de Goiás, no item “Da real necessidade dos cursos para o meio”, aparecem diversas motivações para a existência da Faculdade de Filosofia no “coração do país”. Entre elas, merecem especial atenção as seguintes:

- * crescente demanda pelos cursos da Faculdade de Filosofia, em virtude da melhoria das condições trabalhistas para o magistério;
- * evitar a improvisação e o autodidatismo, tendo em vista o crescimento das congregações religiosas em Goiás, cujos membros se dedicam ao magistério;
- * ampliar a capacidade de preparação de elementos docentes para a formação das futuras gerações;

* formação de docentes para atuar no ensino secundário, tendo em vista que a formação oferecida nos seminários e nos cursos normais é insuficiente para a formação de docentes para o ensino secundário;

* constatação de que o número de docentes é insuficiente para atender à demanda do nível secundário de ensino;

* a criação da Faculdade de Filosofia em Goiânia atenderia anseio, não só de Goiás, mas dos estados vizinhos, no intuito de atender necessidades profissionais e culturais (RELATÓRIO PARA RECONHECIMENTO DA FACULDADE DE FILOSOFIA DE GOIAZ, 1951, p. 12–13).

Diante de tais argumentações, pode-se afirmar que o curso de História da Universidade Católica de Goiás se originou a partir da demanda de cursos oferecidos pela Faculdade de Filosofia, pois, tradicionalmente, esse ensino pertencia ao rol de cursos oferecidos por tal instituição em todo o país. Evidentemente a criação da Faculdade de Filosofia inseriu-se dentro do contexto apresentado anteriormente, para ser a pedra fundamental da futura Universidade Católica. Dom Antônio (2006), ao reconstruir e interpretar seu passado, confirma que o curso de História, como os demais cursos da Faculdade de Filosofia, teve sua gênese a partir da carência de profissionais para o magistério:

A finalidade principal da Faculdade de Filosofia era a de formar professores, por isso, sugeriu-se ao Ministério da Educação a criação de alguns cursos destinados a essa tarefa. E foram pedidos, naquele primeiro processo, cinco cursos: Pedagogia, Letras Anglo-Germânicas, Letras Neo-Latinas, Letras Clássicas e o curso de História e Geografia [...] Naquela época, o Ministério da Educação é que geria o ensino superior em todo o país e tinha os cursos de História e Geografia juntos. Então **a razão de ser do curso de História e Geografia**, como o de Letras e Pedagogia, **era a carência, no Estado, de professores diplomados nessas áreas** (grifos nossos) (OLIVEIRA, 2006).

Conforme depoimento de Gomes (2005), os cursos de História e Geografia nasceram juntos e só foram separados por uma determinação legal, ainda na década de 1950. No entanto, a UCG só os separou de fato por volta de 1960. Segundo os depoentes, isso foi em decorrência da carência de professores para atuar de forma separada nos dois cursos, bem como o número reduzido de alunos.

Quando eu entrei na Faculdade de Filosofia da Católica, foi em 55, eu não sou da primeira turma. Eu fiz o curso de História e Geografia na Católica. Com a morte de Vargas, quem o substituiu foi Café Filho, no final do governo ele faz a separação do curso de Geografia e História. Mas do ponto de vista da prática a Católica só vai separar em 1960. Eu fiz o curso de História e Geografia, eu terminei o bacharelado em 1958. Em 1959 eu não voltei a estudar e fiquei só trabalhando. Em 1960 eu terminei a licenciatura em História e em 1963 eu busquei novamente a Faculdade de Filosofia para terminar o curso de Geografia que faltava. A Geografia foi

praticamente um ano de estudo, porque como eu fiz o curso de História, embora a lei tenha separado, não separaram na prática. Então eu tinha as disciplinas geográficas dentro do curso de História, faltou apenas completar as que faltavam. No meu caso eu só complementei as disciplinas para o curso de Geografia e, em 1963, eu terminei o curso de Geografia na Católica (GOMES, 2005)¹³.

Segundo o depoimento do professor Juarez Costa Barbosa (2005), ele se graduou em História na antiga Faculdade de Filosofia da UCG, terminando em 1965. Conforme seu relato, o vestibular realizou-se de forma separada e o curso de Geografia já possuía uma grade curricular diferenciada da do curso de História. O depoente evidenciou ainda que nesse período a instituição passava por dificuldades financeiras e devido ao número ínfimo de alunos de História e Geografia as turmas dos dois cursos assistiam às aulas nas mesmas salas.

Em 1949 o Decreto nº 26.144, de 2 de janeiro, autorizou o funcionamento de cinco cursos na Faculdade de Filosofia de Goiás: História e Geografia, Letras Clássicas, Letras Neo-Latinas, Letras Anglo-Germânicas e Pedagogia, sendo que apenas o de Letras Clássicas não iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 1949, por não haver candidatos ao vestibular (OLIVEIRA, 2006). O reconhecimento desses cursos concretizou-se com o Decreto nº 30.588, de 22 de fevereiro de 1952. Anteriormente, pelo Decreto nº 30.475, de 29 de janeiro de 1952, foi autorizado o funcionamento do curso de Didática, que se uniu aos já existentes.

É interessante ressaltar que o processo de criação e reconhecimento dos cursos da Faculdade de Filosofia de Goiás foi rápido, se for considerada a seguinte cronologia: em 1948 foi criada a Sociedade de Educação e Ensino de Goiás, mantenedora da Faculdade; no mesmo ano foi fundada a Faculdade de Filosofia; em janeiro de 1949 essa unidade de ensino conseguiu autorização para funcionamento de cinco cursos; e em 1952 os cursos são reconhecidos. Dom Antônio (2006), ao abrir um diálogo entre passado e presente, relatou que:

Foi muito rápido. Dom Emmanuel era um grande educador e tinha muito apoio das autoridades locais e também das autoridades federais, sobretudo do Ministério da Educação. Contou com a ajuda preciosa de duas pessoas: o Cônego Emílio Salim, que era reitor de Campinas. Nós temos que nos colocar na perspectiva histórica daquele tempo em que a Igreja, de um lado, tinha muito mais ligação com o poder público e, do outro, em segundo lugar, a Igreja era considerada a grande parceira do poder público na Educação. Então Emílio Salim como reitor de Campinas ajudou muito. E o Padre José Trindade da Fonseca de Silva, goiano, que era uma espécie de secretário particular de Dom Emmanuel e que acompanha por ordem do bispo, no Rio de Janeiro, junto ao Congresso toda essa tramitação do processo. Mais tarde, Padre Trindade, com autorização da Arquidiocese, entrou para a política, foi Deputado Federal, foi Secretário de Educação e sempre colaborou com Dom Emmanuel nesse trabalho. E havia no Rio de Janeiro o reitor da atual PUC do Rio,

¹³ Horieste Gomes em entrevista concedida à Simone Aparecida Borges, em 11/7/2005.

na época Universidade Católica do Rio de Janeiro, um padre jesuíta que colaborou muito com eles também nesse processo de conseguir a aprovação rápida dos cursos e o reconhecimento [...] Agora quem de fato defendia isso lá junto ao Congresso era Dom Emmanuel pessoalmente. Ele ia para o Rio de Janeiro, ficava 15 ou 20 dias, visitava os senadores e deputados. Tinha um bom relacionamento no Congresso. Eu, como secretário da faculdade, durante o ano de 1949, fiz os relatórios, como eu não tinha muita prática eu ia para a Faculdade de Farmácia e Odontologia e o secretário, Ramiro Meireles, me ajudava a montar esses processos para enviar ao Ministério. Mas houve um período anterior a mim, no final de 1948, em que a montagem do projeto inicial foi feita sob a orientação do Cônego Emílio Salim, por um grupo aqui de Goiânia coordenado pelo Padre Trindade A fiscalização aqui foi feita por ordem do Ministério, com muita atenção, por inspetores federais [...] O fato é que a faculdade começou com muito apoio, porque era uma expectativa da comunidade, do próprio poder público, pois se tratava de uma necessidade vital para o Estado, que não tinha, não contava ainda com nada na área de formação de professores (OLIVEIRA, 2006).

No tocante à estrutura organizacional da Faculdade de Filosofia de Goiás, cabe acrescentar que a unidade compreendia quatro seções fundamentais e uma seção especial. As quatro seções se dividiam em: Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia. A seção especial, por sua vez, era constituída de um curso somente, o de Didática. A Faculdade ministrava cursos ordinários ou de graduação e cursos extraordinários. Eram dois os cursos extraordinários: Curso Superior de Cultura Religiosa e Curso de Iniciação Filosófica. Esses cursos eram obrigatórios para todos os alunos da faculdade. No entanto, dado o seu caráter confessional, ficava a cargo do diretor dispensar o discente do Curso de Cultura Religiosa, dependendo do credo religioso de cada aluno (REGIMENTO DA FACULDADE DE FILOSOFIA DE GOIAZ, ART. 26 e 27, 1948).

Outra característica da Faculdade de Filosofia de Goiás é que a instituição abrigava dois tipos de alunos: o regular e o ouvinte. O primeiro ingressava por meio do vestibular e, no ato da matrícula, apresentava certificado de conclusão do curso secundário. O ingresso também estava garantido para religiosos, com atestado de conclusão de estudos em seminários, e para professores normalistas, com o curso regular de pelo menos 6 (seis) anos de duração. Para os alunos regulares a frequência e a realização dos exames eram obrigatórias e ao final do curso recebiam os devidos certificados. Ao aluno ouvinte caberia somente o ato de matricular-se no curso de sua escolha, sem, no entanto, o direito de receber qualquer tipo de certificado, sendo livres a frequência e os exames.

O curso de Geografia e História tinha a duração de três anos, como os demais cursos da Faculdade de Filosofia. Cabe ainda esclarecer que vigorava o regime seriado. Conforme as fontes consultadas, a primeira matriz curricular do curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia de Goiás possuía a seguinte estrutura:

Quadro 3 – Disciplinas do Curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia de Goiás (1948)

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Geografia	Geografia Física	Geografia do Brasil
Física	Geografia Humana	História Contemporânea
Geografia Humana	História Moderna	História do Brasil
Antropologia	História do Brasil	História da América
História da Antiguidade e da Idade Média	Etnografia	Etnografia do Brasil

Fonte: Regimento Interno da Faculdade de Filosofia de Goiaz, 1948.

Após os três anos do bacharelado, o aluno da Faculdade de Filosofia cursaria as disciplinas pedagógicas no curso de Didática, com duração de um ano. Nesse curso ministravam-se as seguintes disciplinas: Didática Geral, Didática Especial, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Fundamentos Biológicos da Educação e Fundamentos Sociológicos da Educação.

Ao aluno concluinte dos três anos do curso ordinário da Faculdade de Filosofia seria conferido o grau de bacharel; ao aluno com grau de bacharel, concluinte do curso de Didática, o diploma de licenciado nas disciplinas cursadas durante o bacharelado.

Conforme as características já delineadas, as grades curriculares dos cursos da Faculdade de Filosofia estavam nos moldes do que se denominou “3+1”, assim recordado por Cassimiro:

Eu fiz Pedagogia na Católica que ainda não era Universidade Católica, mas chamava-se Universidade de Goiás. Ela foi criada com esse nome. O termo Católica foi adicionado posteriormente. Mas eu ainda me formei na Faculdade de Filosofia. Tanto que meu diploma está encabeçado pela denominação de Faculdade de Filosofia, a qual englobava todos esses cursos, como Pedagogia, **História e Geografia**, Biologia, Matemática, então era uma miniuniversidade. O currículo naquele período era o 3+1, o curso todo era de 4 anos. Nós tínhamos o diploma de bacharel e de licenciado. O curso de bacharel era feito em três anos e o de licenciatura em um ano. O curso de História, portanto, fazia parte desse conjunto de cursos da antiga Faculdade de Filosofia (CASSIMIRO, 2005).

As palavras da professora Lena Castello Branco confirmam:

Primeiro nós fazíamos o bacharelado em três anos. Nesses três anos nós estudávamos as Histórias e as Geografias, nesse começo acrescentavam algumas disciplinas de Cultura Geral, digamos assim, que completavam a formação: a Antropologia, a Sociologia, a Filosofia e depois passávamos..., tínhamos também Biogeografia, a Geografia Humana e depois que completávamos o bacharelado nós ingressávamos nas matérias pedagógicas, que era um ano de duração. Durante esse ano nós estudávamos a Sociologia Educacional, era o professor José Umbelino. A Psicologia da Criança e do Adolescente, era uma freira aqui do Colégio Santa Clara, era alemã. O professor Bretas, que era professor de Didática Geral. E tínhamos as Didáticas particulares, didática de História e Didática de Geografia, que ficavam a cargo de professores que eram mais orientadores do estágio que nós fazíamos no Colégio de Aplicação. O Colégio de Aplicação foi fundado também nessa época e funcionava em salas anexas à antiga Santa Casa, ali onde fica o Centro de Convenções, funcionava à noite e eram turmas relativamente pequenas. O professor Bretas quem supervisionava o Colégio de Aplicação. O aluno ficava como responsável por uma classe durante um período (FREITAS, 2005)¹⁴.

Conforme o depoimento anterior, os estágios eram realizados no Colégio de Aplicação, que funcionava junto à Santa Casa de Misericórdia. Após várias fontes consultadas, surgiu a problemática em torno da existência ou não do Colégio de Aplicação. A princípio encontraram-se respostas divergentes; posteriormente, na coletas de outras fontes orais, surgiram maiores esclarecimentos quanto a esse aspecto. A primeira é de uma ex-aluna da Faculdade e também ex-professora do Ginásio de Aplicação e a outra de Dom Antônio, primeiro secretário da Faculdade de Filosofia de Goiás:

Existia um Colégio de Aplicação da Católica e eu lecionei nesse Colégio. E como eu fiz Direito e fiz Pedagogia, eu acredito que eu enveredei pelo magistério muito pela experiência angariada no Colégio de Aplicação. Era diretor do Colégio de Aplicação o professor Genesco Bretas. O Colégio de Aplicação funcionava num prédio, em uma parte da Santa Casa de Misericórdia, na esquina da Avenida Paranaíba com a Avenida Tocantins, onde hoje está o Centro de Convenções de Goiânia. Então, eu lecionei no Colégio de Aplicação, comecei lecionando Religião, parece que os professores e os dirigentes da Faculdade de Filosofia gostaram e depois eu passei a lecionar outras disciplinas [...] quando eu fui me aposentar, eu fui ao INSS pra fazer uma contagem de tempo. E citei a minha passagem pelo Colégio de Aplicação. Naquele tempo era INPS, aí eles fizeram o seguinte: foram à Universidade Católica, abriram processo lá no Instituto do INPS e foram à Universidade Católica e pegaram os diários de classe, que ainda devem estar lá, os meus diários de classe e contaram o tempo a partir dos diários de classe (SILVA N., 2005)¹⁵.

Dom Antônio (2006) se recorda da criação do Ginásio São Vicente de Paulo como espaço para a atividade de estágios dos alunos da Faculdade de Filosofia:

¹⁴ Lena Castello Branco Ferreira Freitas em entrevista concedida à Simone Aparecida Borges, em 5/7/2005.

¹⁵ Nancy Ribeiro de Araújo Silva em entrevista concedida à Simone Aparecida Borges, em 2/9/2005.

Dirigindo a Santa Casa de Misericórdia estavam as Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo. As Irmãs tinham fundado a pedido de Dom Emmanuel a Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo. E quando a Faculdade de Filosofia começou a precisar de estágio, Dom Emmanuel insistiu com as Irmãs para que elas fundassem escolas em Goiás. Elas fundaram esse Ginásio São Vicente de Paulo, sob o patrocínio da Sociedade São Vicente de Paulo, cujo presidente era Germano Roriz, par ser ao mesmo tempo um curso ginásial e abrir espaços para os estágios da Faculdade de Filosofia (OLIVEIRA, 2006).

Em consulta à documentação sobre a Faculdade de Filosofia de Goiás, em vários momentos o Ginásio de Aplicação é citado, como, por exemplo, em relatórios sobre gastos destinados à sua manutenção e em receitas oriundas das taxas cobradas dos alunos.

Cabe esclarecer que as divergências entre as respostas sobre a existência ou não do Ginásio São Vicente de Paulo, como era de fato denominado o Ginásio de Aplicação, explicam-se pela sua breve existência. Os entrevistados que estudaram depois da década de 1960 não sabiam de sua existência, já que por volta dos anos de 1959 ou 1960 os dirigentes da Faculdade de Filosofia resolveram fechá-lo. A professora Nancy Ribeiro (2005) apresenta a hipótese de o fechamento ter-se dado em virtude de problemas ligados às condições financeiras da unidade de ensino (SILVA, N., 2005). Na documentação escrita consultada não foram encontradas explicações para o fechamento do Ginásio São Vicente de Paulo¹⁶. Dom Antônio (2006) também desconhece os motivos de seu fechamento, já que naquele período ele não se encontrava em Goiânia.

É interessante destacar que na lei de criação da Universidade do Brasil Central constava que “O Colégio Estadual de Goiânia e o Instituto de Educação de Goiaz servirão para a prática de ensino dos alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Goiaz” (DIÁRIO OFICIAL nº 5.757, de 11 de novembro de 1948). Tal prática, todavia, não se efetivou, possivelmente pela falta de empenho do governo estadual em subsidiar ou mesmo apoiar a recém-criada Faculdade de Filosofia. Não obstante esse descaso, a própria Faculdade de Filosofia conseguiu um Colégio para a prática de ensino de seus alunos. Assim, o Ginásio, que era mantido pela Conferência São Vicente de Paulo, passou a ser administrado pela Sociedade de Ensino e Educação de Goiás (SEEG). Em 22 de setembro de 1952 o Ministério da Educação homologou o Parecer nº 201/52, favorável à aceitação do Ginásio São Vicente de Paulo como Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia de Goiás (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO FEDERAL, MEC, 1954).

¹⁶ Em pesquisa junto à Secretaria de Educação do Estado de Goiás – Superintendência do Ensino, no Acervo das Escolas Extintas, consta relação de alunos do Ginásio São Vicente de Paulo, dos anos letivos de 1950 e 1951. Não foram encontrados, porém, dados sobre o seu fechamento.

Segundo Freitas (2005), o aluno da Faculdade de Filosofia ficava, durante um período, responsável por uma sala de aula no Ginásio de Aplicação, tempo esse que correspondia ao estágio ou prática de ensino. A unidade de ensino, todavia, possuía um quadro permanente de docentes nomeados. Essa informação foi confirmada pelo depoimento de Dom Antônio (2006).

Um dado interessante sobre a Faculdade de Filosofia, que se perpetuou durante muito tempo, foi a idéia de que as alunas da instituição estavam ali à procura de casamento. Tal mito foi construído dentro do contexto de uma sociedade extremamente machista, em que a mulher ainda era vista como “a rainha do lar”, ou seja, à mulher estava reservado um futuro cujo objetivo central era o de “contrair matrimônio”. Em um depoimento a recordação de que nos primeiros tempos da Faculdade de Filosofia, na década de 1950, eram comuns piadas e brincadeiras que enfocavam essa unidade de ensino como “caça marido”:

Na época falavam que a Faculdade de Filosofia era lugar de esperar marido. Eu nunca vi assim, mas brincavam muito conosco. Quando nós íamos (as alunas) para a Biblioteca, naquela farra..., os alunos diziam assim: “Ah, vocês não estão aqui para estudar...” (MORAES, 2005).

A Faculdade de Filosofia dispunha de duas bibliotecas: uma Biblioteca Geral e outra especializada. Um dado curioso sobre esse período se refere ao uso de livros proibidos na Biblioteca da Faculdade. O art.101 do Regimento da Faculdade dizia o seguinte: “Os estudantes que precisarem de dispensa para a leitura de livros proibidos pelo *Index* deverão pedi-la ao Diretor da Faculdade e apresentá-la ao Bibliotecário antes de retirar tais livros”(grifos no original) (REGIMENTO INTERNO DA FACULDADE DE FILOSOFIA DE GOIAZ, 1948).

Sobre a existência das bibliotecas, Moraes se recorda:

A biblioteca funcionava muito bem e era muito boa e nós freqüentávamos a biblioteca lá no Santo Agostinho. Eu sei que vivia cheia. Eu me lembro que uma vez tive interesse em estudar, sempre gostei de História do Brasil, tive interesse em estudar as origens. Fui procurar um livro de História de Portugal, li o livro todinho na Biblioteca, quer dizer havia um interesse do aluno, não só meu interesse, mas de vários alunos (MORAES, 2005).

Os cursos da Faculdade de Filosofia funcionaram nas instalações do Colégio Santo Agostinho, situado à Rua 55, Centro, até a construção de seu primeiro prédio, onde se localiza

atualmente a área II da UCG. Das memórias de Moraes a recordação das dificuldades dos tempos pioneiros:

Eu estudei na Católica. Na década de 50, Goiânia era uma pequena cidade. E nós não tínhamos nem transporte praticamente para ir. Muitas vezes nós fomos do centro a pé até a escola. Quando a gente perdia o primeiro ônibus, que saía justamente às sete, depois era só o retorno. Mas o meu primeiro ano foi no Colégio Santo Agostinho, num salão que era dividido por biombos, todos os cursos da Faculdade funcionavam ali. Mas o número de alunos era bastante restrito, nessa turma, por exemplo, éramos treze. No segundo, nós passamos para o prédio novo, ali à direita de quem sobe a Praça Universitária (MORAES, 2005).

Sobre o tema, Silva N. (2005) relembra que:

Quando se fundou a Faculdade de Filosofia a Cúria não tinha prédio próprio. Então o Colégio Santo Agostinho sediou durante anos a Faculdade, salvo engano, a professora Lena Castello Branco estudou no Colégio Santo Agostinho, a Neli de Almeida, entre outras. Eu ainda peguei o vestibular no Colégio Santo Agostinho, acho que foi a última atividade dessa faculdade lá no Colégio Santo Agostinho, porque nesse período já havia começado a construir o primeiro prédio do que seria a futura Universidade Católica. Então eu comecei no curso de Pedagogia no primeiro ano em que a Faculdade funcionou no Setor Universitário (SILVA N., 2005).

O primeiro ano de funcionamento da Faculdade de Filosofia foi marcado pela falta de verbas. Em 1949 a instituição não contou com ajuda financeira do governo estadual nem do federal. Cabe ressaltar que na lei de criação da Universidade do Brasil Central¹⁷, em seu artigo 23, constava que o Estado cobriria 50% das despesas de pessoal e material advindas das instituições agregadas, enquanto que o art. 25 dizia que “Fica o Executivo Estadual autorizado a auxiliar com a importância de Cr\$ 20. 000,00 (vinte mil cruzeiros) as despesas iniciais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Goiaz” (LEI N° 192, 1948). Sobre o drama vivenciado pela Faculdade de Filosofia em seu primeiro ano de existência, a imprensa da época noticiou o seguinte:

A Faculdade de Filosofia continua desamparada pelo governo goiano [a reportagem ainda enfatizava] Até o presente, o governo não se dignou a dar aquele auxílio, o que vem colocar em dificuldade a Arquidiocese de Goyaz [...] por esse motivo a Faculdade ameaçava a cerrar as suas portas (O POPULAR, 1950).

¹⁷ Lei n° 192, de 20 de outubro de 1948, República dos Estados Unidos do Brasil, Diário Oficial do Estado de Goiaz, Ano 112, n° 5.757, de 11 de novembro de 1948.

Dom Antônio (2006) rememora que a Faculdade de Filosofia de Goiás conviveu com três problemas principais, em seu primeiro ano de existência:

A dificuldade de encontrar professores. Eu me lembro que nós íamos a professores do Estado, da própria Faculdade Federal pedir professores. Eles davam os nomes, mas não dispunham de tempo. Então nós tínhamos uma carência de professores muito grande. O segundo problema era o recurso financeiro. Porque a faculdade começou com 39 alunos e a anuidade naquele tempo era de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) e muitos não podiam pagar, então não havia receita. E foi necessário nos dois primeiros anos que a Arquidiocese de Goiás subvencionasse tudo isso. Eu era o secretário e fazia as folhas de pagamento. Eu levava os cheques e o Arcebispo assinava na conta do Santuário do Divino Pai Eterno. E a terceira dificuldade, naturalmente, era a falta de espaço físico próprio (OLIVEIRA, 2006).

Segundo Dom Antônio (2006), a primeira subvenção federal ocorreu no ano de 1950. A sua narrativa revela também o fenômeno da *neocristandade*:

Durante o ano de 1949 o Arcebispo, que era muito ligado ao Congresso Nacional, foi ao Rio de Janeiro e com patrocínio de vários deputados amigos e goianos e, sobretudo, de mineiros, o Arcebispo conseguiu colocar no orçamento da União para o ano de 1950 uma verba ordinária [...] naquela época havia essa subvenção ordinária que era paga anualmente. Aí o Arcebispo, como era muito ligado ao Congresso, mas também muito empenhado na área da Educação, conseguiu convencer o Congresso a liberar para Goiás uma verba anual de dez milhões de cruzeiros, sendo dois milhões e quinhentos mil para cada faculdade: Farmácia e Odontologia, Enfermagem, Ciências Econômicas, que era da Federação das Indústrias, e a Faculdade de Filosofia de Goiás. E essa verba permaneceu durante muito tempo enquanto era permitido por lei, e com isso se construíram os primeiros prédios das faculdades (OLIVEIRA, 2006).

Na verdade a ajuda financeira efetiva veio da Mitra Arquidiocesana, pois a Sociedade de Educação e Ensino de Goiás (SEEG), entidade mantenedora da Faculdade de Filosofia, não possuía recursos próprios para concretamente manter a Faculdade. Segundo Dom Antônio (2006), os pagamento eram feitos diretamente, com cheques da conta do Santuário do Divino Pai Eterno.

As dificuldades financeiras se refletiam nos salários dos professores que, teoricamente, não eram tão baixos, mas o pagamento era irregular. Na Ata da primeira reunião da Congregação da Faculdade de Filosofia de Goiás, ocorrida em 3 de maio de 1949, ficam evidentes a irregularidade nos salários e a colaboração do corpo docente:

Atentos às dificuldades financeiras da faculdade na fase inicial de sua organização, os srs. professores aceitaram perceber, a título de gratificação, dispensados os proventos durante o período de férias, a importância de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) para cada aula dada, de conformidade com o Regimento Interno, com agradecimentos da parte do exmo. Sr. Diretor da faculdade [...] (ATA DA CONGREGAÇÃO FACULDADE DE FILOSOFIA DE GOIÁS, 1949).

As fontes orais e escritas indicam que a Faculdade de Filosofia funcionou, em seus primórdios, graças ao idealismo dos professores e à ajuda sistemática da Arquidiocese de Goiás. No período da construção da sede da Faculdade de Filosofia, muitos professores leigos colaboravam sem nada receber, os padres recebiam a metade do valor da hora aula, enquanto que outros recebiam o valor total. Mesmo assim havia muito atraso no pagamento do corpo docente. Segundo a memória de uma ex-aluna:

Os professores eram idealistas e trabalhavam sem receber, levavam meses e meses sem receber um centavo. E quando recebiam era uma festa, todo mundo ficava felicíssimo, lembro-me de um ano em que vários professores compraram seus carrinhos, naquele tempo os carros eram importados, eram caros e alguns puderam comprar seus carrinhos (FREITAS, 2005).

Outra característica marcante da fase inicial dos cursos da Faculdade de Filosofia foi a existência de turmas bastante pequenas. Segundo Freitas (2005), na sua turma de 1953, a segunda do curso de Geografia e História, formaram-se apenas oito alunos. Ela relata que na formatura, devido ao pequeno contingente de alunos, as solenidades e comemorações foram realizadas de forma conjunta, reunindo-se formandos dos cursos de Letras, Pedagogia, História e Geografia. Houve um único paraninfo para todas as turmas e o escolhido foi Pedro Calmon, que na época era reitor da Universidade do Brasil.

No depoimento de Freitas (2005) destaca-se que o clima da Faculdade de Filosofia era permeado pela confraternização, amizade e o bom relacionamento entre alunos e professores. Ao se recordar sobre a formatura e o clima vivenciado na época, conta que o professor doutor Hélio de Araújo Lôbo¹⁸ ofereceu um coquetel, em sua residência, para o paraninfo, professores e formandos da faculdade. Recorda ainda seu percurso como estudante e, posteriormente, como docente. Interpretando seu relato, deduz-se que, quando a depoente se refere aos tempos pioneiros, recorda-se do seu tempo como estudante, e quando menciona as disputas, já são aspectos vivenciados na sua carreira profissional como docente:

¹⁸ Professor da disciplina Fundamentos Sociológicos da Educação, advogado.

Os tempos pioneiros sempre são marcados por esse sentimento de conagração, de esforço comum. Depois, quando as coisas se sedimentam, é que começa a disputa pelos lugares, pelas primazias, pela remuneração melhor, vamos dizer, por aparecer mais, aí já começa a haver as divergências (FREITAS, 2005).

Como foi dito, as turmas da Faculdade de Filosofia eram pequenas, todavia importa ressaltar que houve uma demanda expressiva para o curso de História e Geografia, se comparada aos demais cursos. Essa hipótese pôde ser confirmada a partir de fonte oral e de fontes escritas. Conforme Dom Antônio (2006), a Faculdade de Filosofia iniciou suas atividades com poucos alunos, mas se recorda que houve uma maior procura pelo curso de História e Geografia, enquanto que para o curso de Letras Clássicas não houve candidatos. Por isso a Faculdade de Filosofia iniciou o primeiro ano letivo com quatro cursos:

Eu fui o primeiro secretário da Faculdade de Filosofia, junto com Dom Abel Ribeiro de Camêlo, ajudei a organizar o primeiro vestibular. Feito o vestibular não compareceram alunos para o Curso de Letras Clássicas. Então a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Goiás começou com quatro cursos, sendo: Pedagogia, poucos alunos; Letras Anglo-Germânicas com quatro alunos; Letras Neo-Latinas com 12 alunos e o curso de História e Geografia foi o que teve mais candidatos foram, se não me engano, 19 ou 21 alunos, era o mais numeroso (OLIVEIRA, 2006).

A documentação consultada corrobora a hipótese da existência de um maior número de alunos no curso de História e Geografia, nos primeiros tempos da Faculdade de Filosofia. Ao ser inquirido sobre a causa de uma procura maior ao vestibular desse curso, Dom Antônio (2006), na interlocução com seu passado, interpreta e representa esse assunto da seguinte forma:

Talvez por causa da facilidade, me perdoe esse julgamento, mas a facilidade para o vestibular, porque era um curso que exigia menos. Para o curso de Letras se exigia mais, por exemplo, determinada língua estrangeira. Então havia mais dificuldade. Um pouco isso e um pouco a carência de professores que o Estado tinha, então, havia o interesse da garantia de trabalho assim que terminasse o curso. E foi um curso bastante solicitado (OLIVEIRA, 2006).

A expressão do curso de História e Geografia pode ser visualizada no quadro a seguir:

Quadro 4 – Matrícula de alunos da Faculdade de Filosofia de Goiás por curso (1949–1950)

Anos / Séries Cursos	1949 1ª Série	1950 1ª Série	1950 2ª Série
	Número de alunos matriculados	Número de alunos matriculados	Número de alunos matriculados
Geografia e História	21	13	16
Letras Neo-Latinas	14	10	10
Anglo-Germânicas	5	4	5
Pedagogia	6	6	5

Fonte: Faculdade de Filosofia de Goiaz, Relatório de Verificação de Funcionamento, 1951.

Nos anos seguintes, todavia, nota-se o gradativo crescimento do número de alunos concluintes do curso de Pedagogia, o que denota que, posteriormente, esse curso tornou-se o carro chefe das licenciaturas na Faculdade de Filosofia. Os quadros a seguir denotam essa realidade.

Quadro 5 – Concluintes da Licenciatura dos cursos da Faculdade de Filosofia de Goiás (1952–1960)

Cursos Anos	Geografia e História	Filosofia	Letras Clássicas	Letras Neo-Latinas	Letras Anglo-Germânicas	Pedagogia
1952	12	-	-	5	2	3
1953	8	-	-	2	4	3
1954	3	-	-	3	4	6
1955	3	-	-	5	1	4
1956	5	1	-	7	3	5
1957	13	-	-	9	1	7
1958	10	-	-	5	5	15
1959	7	-	-	13	8	7
1960	7	-	2	5	1	20
Total	68	1	2	54	29	70

Fonte: Ofício nº 172/61, Faculdade de Filosofia de Goiaz, 1961.

Quadro 6 – Concluintes do Bacharelado da Faculdade de Filosofia de Goiás (1952–1957)

Cursos Anos	História e Geografia	Letras Neo-Latinas	Letras Anglo-Germânicas	Letras Clássicas	Pedagogia	Filosofia
1951	13	07	05	**	04	**
1952	10	12	05	**	04	**

Quadro 6 – Concluintes do Bacharelado da Faculdade de Filosofia de Goiás (1952–1957)

Cursos Anos	História e Geografia	Letras Neo-Latinas	Letras Anglo-Germânicas	Letras Clássicas	Pedagogia	Filosofia
1953	03	03	05	**	08	**
1954	03	07	**	**	04	**
1955	10	08	04	**	05	**
1956	20	10	03	**	08	**
1957	13	09	08	**	18	**
1958	05	21	10	**	11	**
1959*	03 Hist. 05 Geog.	09	02	03	19	**

Fonte: Ofício nº 172/61, Faculdade de Filosofia de Goiás, 1961.

*Número de alunos dos cursos de História e Geografia provenientes de currículos separados.

**Não houve diplomados.

Quadro 7 – Diplomados da Faculdade de Filosofia de Goiás (1960)

Cursos	Número de Alunos Diplomados
Geografia	*
História	6
Letras Clássicas	2
Letras Anglo-Germânicas	2
Pedagogia	15

Fonte: Relação de Diplomados, Faculdade de Filosofia de Goiás, 1960.

*Não houve diplomados.

Quadro 8 – Número de alunos matriculados na Faculdade de Filosofia de Goiás (1961)

Curso	Alunos matriculados
Didática	24
Física	7
Geografia	10
História	39

Quadro 8 – Número de alunos matriculados na Faculdade de Filosofia de Goiás (1961)

Curso	Alunos matriculados
Letras Anglo–Germânicas	21
Letras Clássicas	3
Letras Neo–Latinas	25
Matemática	14
Pedagogia	36

Fonte: Ofício nº 172/61, Faculdade de Filosofia de Goiaz, 1961.

Quadro 9 – Diplomados da Faculdade de Filosofia de Goiás (1962)

Cursos	Bacharéis	Licenciados
Geografia	6	1
História	14	5
Letras Anglo–Germânicas	5	1
Letras Clássicas	1	1
Letras Neo–Latinas	10	3
Pedagogia	9	10

Fonte: Relação de Diplomados, Faculdade de Filosofia de Goiás, 1962.

Importa destacar que dos 5 alunos licenciados em História de 1962, dois lecionaram, posteriormente, no curso de História da Faculdade de Filosofia de Goiás (UCG) e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da (UFG). São eles: Modesto Gomes da Silva e Padre José Maria Corrêa.

Cabe lembrar que, a partir de 1956, devido à legislação federal, o curso de Geografia e História se dividiu em dois cursos distintos. É interessante destacar ainda que, após a separação dos referidos cursos, houve uma predominância do curso de História, ou seja, a procura por ele era maior que pelo curso de Geografia. Sobre o prestígio do curso de História da UCG, Teixeira Neto (2005), em seu diálogo com o passado, apresentou a seguinte análise:

O curso de Geografia era muito acanhado na Católica e o de História era mais concorrido, havia mais condições de você fazer melhor um curso de História do que o de Geografia. O curso de História era um curso que oferecia mais *status*, eu diria isso, porque até mais ou menos os anos 60, aqui em Goiânia, os professores de

História eram professores bastante conhecidos no meio da sociedade. E a História sempre, através da História... ela sempre abria as portas mais do que a Geografia. E as possibilidades de quem tinha o curso de História, ia lecionar em qualquer lugar [...] E depois, História, aparentemente, parecia ser um curso mais fácil do que o de Geografia (TEIXEIRA NETO, 2005)¹⁹.

2.1.2 Os primeiros mestres do curso de História da Universidade Católica de Goiás

Os nossos professores eram pioneiros, não eram especializados, eram advogados, médicos, sendo professores de Geografia e de História.

Maria Augusta Sant'Ana de Moraes

A Faculdade de Filosofia de Goiás foi a primeira a oferecer as habilitações específicas para o exercício do magistério superior. Diante de tal constatação, inquiriu-se as fontes sobre a composição do corpo docente das primeiras turmas do curso de História da UCG. Conforme documento da Faculdade de Filosofia de Goiás, inicialmente os professores foram requisitados nas Faculdades de Direito, Farmácia, Odontologia, Enfermagem e em vários Colégios e Ginásios da época (RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA FACULDADE DE FILOSOFIA DE GOIAZ, 1951, p. 9).

O depoimento de Dom Antônio (2006) ressalta que havia uma escassez muito grande de professores em Goiás, por isso optou-se por recrutá-los também junto aos eclesiásticos:

Por isso nós éramos forçados a buscar professores entre os eclesiásticos, entre os padres. Eu me lembro de alguns padres que lecionavam no Dom Bosco como Padre Félix Abadaro, um italiano que mais tarde foi fundador da Faculdade Católica de Campo Grande. O padre Ângelo, um italiano também. E havia na Iniciação Religiosa o padre Artur Bonotti e o padre José Quintiliano Leopoldo e Silva (OLIVEIRA, 2006).

Outros religiosos, posteriormente, como foi o caso dos jesuítas, vieram para Goiás, a pedido de Dom Emmanuel, não só para compor os quadros docentes da Faculdade de Filosofia, mas também com a função de fundar e organizar a futura Universidade Católica. Dom Antônio (2006) analisa e reconstrói a vinda dos Jesuítas para a Universidade Católica de Goiás da seguinte forma:

¹⁹ Antônio Teixeira Neto em entrevista concedida à Simone Aparecida Borges, em 10/8/2005.

Depois vieram os jesuítas, eles vieram para dirigir a faculdade. Vieram inicialmente uns quatro ou cinco, dentre eles o padre Francisco Machado. Depois no final da década de 50, em 57 ou 58, vieram mais quatro: padre Paulo Nacca, o padre Luís Thomazi, o Délio Moreira, que depois deixou o ministério, e o padre Henrique, que era o superior deles na casa dos jesuítas. O padre Palacín também veio nesse período. Vieram e ficaram na direção da Universidade durante 25 anos. Quando terminou o tempo do padre José Carlos de Lima, Dom Fernando pediu aos jesuítas que indicassem o reitor, todavia, devido a algumas dificuldades internas da Congregação, eles falaram que não tinham padre para a reitoria, então se encerrou a parte administrativa dos Jesuítas na UCG e a Diocese indicou o padre José Pereira de Maria. Mas os quatro primeiros reitores da UCG foram jesuítas: o primeiro foi o padre Paulo de Tarso Nacca, depois foi o padre Ormino Viveiros de Castro, padre Cristóbal Alvarez e o padre José Carlos de Lima Vaz (OLIVEIRA, 2006).

As entrevistas com alunos que vivenciaram essa época imprimem um ar de pioneirismo aos seus mestres:

Os nossos professores eram pioneiros, mas não eram especializados, eram médicos, advogados, sendo professores de Geografia, de História. Eram dedicados, mas nós saíamos com uma visão tênue. Eu, por exemplo, posso falar que saí de lá querendo oferecer para os meus alunos algo mais do que os meus mestres tinham oferecido. Não por que eram incompetentes, eles eram brilhantes advogados e médicos. Professores como o Ferreira de História do Brasil, era aquela história tradicional, sem muita análise. O professor Neiva era especializado, era antropólogo, não era goiano, era mineiro. Professor Clóvis, era desembargador, como ser humano, não tinha igual, mas ele de fato, como professor, ele era nosso amigo. Mas ele mandava nós estudarmos, assim aprendíamos. Tinham os jesuítas, eles foram excelentes educadores, cultos, as aulas de filosofia eram maravilhosas, nós é que não tínhamos muita capacidade para assimilar tanta profundidade. Então nós saímos com o caminho (MORAES, 2005).

Sobre esse tema, Freitas (2005) representando seu passado, rememora:

A maior parte dos professores eram autodidatas, tanto na área de História como na de Geografia. Eram professores que, geralmente, eram formados em Direito e por esforço próprio, leitura e participação em congresso, se aperfeiçoavam, na medida do possível, nas diversas áreas de História e Geografia. O único professor que eu me lembro que era formado em Faculdade de Filosofia foi o professor Bretas, Genesco Ferreira Bretas, que era da área de Pedagogia, ele era professor de Didática Geral. Na primeira série eu me lembro de um professor de História Antiga que era um juiz, Dr. Clóvis Esselin. De Antropologia era um padre, um jesuíta, não me lembro o nome dele; de Geografia Geral era, se não me engano, o José Sizenando Jayme, eu tenho certeza que ele foi meu professor de Geografia do Brasil, não me lembro se ele foi de Geografia Geral. De Biogeografia era o Luís Gonzaga de Faria, Sociologia era um padre também, de Filosofia era o padre Artur Bonotti. De História Moderna era o professor Waldir Luís Costa, também excelente professor de História, era também advogado, de uma cultura muito vasta. Ele dava uma bibliografia para os alunos, teve uma influência marcante. O professor Joaquim de Carvalho Faria, ele lecionava História do Brasil e História de Goiás. E o professor Zoroastro Artiaga era professor de Geografia do Brasil e Geografia de Goiás. Eles também tinham essas incursões na área da pesquisa, publicavam. Mas o curso, nos padrões atuais, era um

curso improvisado. A meu ver teve o mérito de abrir algumas janelas e nós termos algumas indicações bibliográficas importantes (FREITAS, 2005).

As narrativas anteriores evidenciam o contexto educacional superior brasileiro e goiano na década de 1950. Considerando-se algumas regiões do país, é uma realidade ainda contemporânea. Há que salientar o fato de que na década de 1950 o sistema universitário no Brasil encontrava-se bastante incipiente, por isso não há razão para escandalizar-se com a formação do corpo docente da época. Os depoimentos de alunos explicitam que, para compensar as deficiências da formação acadêmica improvisada, eram constantes os cursos de especialização em Goiânia e, posteriormente, na Universidade de São Paulo (USP). Destacase, assim, o pioneirismo da UCG não só na criação dos primeiros cursos de formação de professores em Goiás, mas também o primeiro curso de especialização na área. Sobre esse curso, a professora Cassimiro se recorda:

O Curso de Orientação Educacional foi criado na década de 1960, mas ele já existia fora de Goiás quando foi ministrado aqui. E eu fui professora do Curso de Orientação Educacional, que era ministrado após o curso de Pedagogia. Não havia curso de pós-graduação, não se usava essa expressão pós-graduação, mas, sim, após a graduação, que dava o título de pós-graduação. Esse curso permaneceu durante algum tempo ainda, mas com a Reforma Universitária de 1968 a Orientação Educacional passou a ser uma habilitação do curso de Pedagogia (CASSIMIRO, 2005).

O Curso de Orientação Educacional não era restrito apenas aos egressos do curso de Pedagogia, mas aos professores de forma geral. O depoimento da professora Maria Augusta (2005) corrobora essa idéia, já que era egressa do curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia e fez o curso de Orientação Educacional em 1963.

Nessa época já se irradiava na Universidade de São Paulo uma intensa efervescência cultural. Essa instituição se encontrava anos à frente no trabalho com ensino e pesquisa em diversas áreas do saber. Como se mencionou no primeiro capítulo, a criação da Faculdade de Filosofia da USP se deu na década de 1930 e, na década de 1960, já se destacavam professores-pesquisadores “de primeiro time como Sérgio Buarque de Holanda e Nícia Vilela Luz” (FREITAS, 2005).

As fontes escritas confirmam os depoimentos sobre a formação do corpo docente das primeiras turmas do curso de História da Faculdade de Filosofia de Goiás, conforme pode ser visualizado nos quadros a seguir:

Quadro 10– Relação parcial de professores do curso de História da Faculdade de Filosofia de Goiás (1951)

Nome do docente	Disciplina ministrada	Graduação/Formação
Agnelo Arlington Fleury Curado	História da Civilização Americana	Farmácia
Dr. Alírio Furtado Nunes	Antropologia e Etnografia	Medicina
Dr. Clóvis Roberto Esselin	História da Civilização Antiga e Medieval	Direito
João Jacintho de Almeida	Geografia Física e Humana	Direito e Farmácia
José Quintiliano Leopoldo Silva	História da Civilização Moderna e Contemporânea	Padre
José Sizenando Jaime	Geografia do Brasil	Direito
Oswaldo Sérgio Lobo	História da Civilização Brasileira	Padre

Fonte: Relatório de Funcionamento da Faculdade de Filosofia de Goiaz, Anexo, 15b, 1951.

Quadro 11 – Docentes dos cursos de História e Geografia e de Didática da Faculdade de Filosofia de Goiás (1956)

Disciplina	Professor	Titulação
Administração Escolar	Vicente de Paula Umbelino de Souza	Advogado
Antropologia e Etnografia	Alfredo Paes	Médico
Didática Geral e Especial de Geografia e História	Genesco Ferreira Bretas	Licenciado
Fundamentos Biológicos da Educação	Percival Xavier Rebelo	Farmacêutico
Fundamentos Sociológicos da Educação	Hélio Araújo Lobo	Advogado
Geografia Física	Zoroastro Artiaga	Advogado
Geografia Humana	Luiz Gonzaga de Faria	Advogado
História da América	Agnelo Arlington Fleury Curado	Farmacêutico
História Antiga e Medieval	Clovis Roberto Esselin	Desembargador
História do Brasil	Joaquim Carvalho Ferreira	Advogado
História Moderna e Contemporânea	Joaquim Machado de Araújo	Advogado

Fonte: Faculdade de Filosofia de Goiaz, Relação do corpo docente ativo de 1956.

No decorrer das décadas de 1960 e 1970, o curso de História da Universidade de Goiás sofreu modificações quanto à composição do corpo docente. Percebe-se que os alunos da Faculdade foram se incorporando ao corpo docente da instituição, bem como destaca-se a presença dos padres jesuítas. Conforme relação de professores da Faculdade Filosofia de Goiás, a partir do ano de 1959 já aparece o nome da professora Lena Castello Branco Ferreira Costa²⁰ como docente da instituição. Ela se licenciou pela instituição, onde, depois, iniciou sua carreira no magistério superior. Defende-se, portanto, nesta pesquisa, que inicialmente o

²⁰ Faz-se necessário esclarecer que posteriormente a professora Lena passou a assinar Lena Castello Branco Ferreira de Freitas; suas citações nesta pesquisa aparecem com o sobrenome Freitas.

corpo docente do curso de História da UCG constituiu-se de renomados profissionais do cenário goiano, mas que não possuíam licenciatura. Posteriormente o corpo docente foi se constituindo a partir de seus alunos licenciados, não só nas disciplinas específicas do curso de História, mas em diversas áreas, passando a compor o corpo docente do curso em estudo.

Gomes (2005), ao recordar-se de seu passado acadêmico, relata que iniciou a sua graduação em História e Geografia no ano de 1958 e recorda-se dos vários mestres que marcaram a sua trajetória na Faculdade:

Eu tive a Dona Lena Castello Branco como professora, uma pessoa muito séria e apaixonada pela História. Dona Lena e dona Gilka foram pessoas importantíssimas no curso de História e uma série de outras pessoas no campo da Geografia. Um professor que me marcou muito foi José Sizenando Jaime, marcou muito porque ele já dava uma Geografia Humana mais avançada e eu já tinha ciência dela. Lembro-me do professor Agnelo, porque apesar dele ser farmacêutico foi um homem importantíssimo na História de Goiás, principalmente na História de Goiânia e de Goiás Velho. Eu encontrei nele um dos melhores historiadores de História da América, era um apaixonado por História da América. Era um homem que entrava em sala de aula com um preparo e um conhecimento. Então é um homem que eu quero registrar como marca da minha formação, como também o professor Zoroastro Artiaga, que foi um mestre de Geografia Física. Depois eu me tornei muito próximo dele, li toda a sua obra. Na época ele chegou a produzir mais de 12 livros sobre Goiás. Evidentemente era uma Geografia empírica, não podia ser diferente, ele tinha que trabalhar com os padrões de formação da pessoa (GOMES, 2005).

O depoimento de um ex-aluno do curso de História da UCG, na década de 1960, rememora o incentivo recebido da professora Gilka, sua professora na Escola Técnica, para que fizesse o curso de História na Católica:

A professora Gilka me incentivou a fazer o curso de História, já que minha intenção era fazer Geologia. Mas eu não tinha condições para isso, pois eu teria que sair de Goiânia e ir para Ouro Preto. Então o curso que sempre me atraiu foi História. E a professora Gilka foi minha professora na Escola Técnica justamente de História (TEIXEIRA NETO, 2005).

Os quadros a seguir já demonstram algumas das modificações pontuadas anteriormente, no que diz respeito à formação/titulação dos docentes. Nota-se, a partir do ano letivo de 1959, a presença de professores com licenciatura em História e Geografia:

Quadro 12 – Docentes das disciplinas específicas do curso de História e Geografia e de disciplinas de cunho geral da Faculdade de Filosofia de Goiás (1959)

Disciplina	Professor	Titulação
Antropologia e Etnografia	Antônio Theodoro da Silva Neiva	Licenciado em História e Geografia
Didática Geral e Especial de Geografia e História	Genesco Ferreira Bretas	Licenciado em Línguas Anglo-Germânicas
Fundamentos Biológicos da Educação	Percival Xavier Rebelo	Farmacêutico
Fundamentos Sociológicos da Educação	Hélio Araújo Lobo	Advogado
Geografia Física	José Sizenando Jaime	Advogado
Geografia Humana	Luiz Gonzaga de Faria	Advogado
História da América	Agnelo A. Fleury Curado	Farmacêutico
História Antiga e Medieval	Lena Castello Branco Ferreira Costa	Licenciada em História e Geografia
História do Brasil	Joaquim Carvalho Ferreira	Advogado
História Moderna e Contemporânea	Lena Castello Branco Ferreira Costa	Licenciada em História e Geografia

Fonte: Relação do corpo docente ativo de 1959, Faculdade de Filosofia de Goiaz, 1959.

Quadro 13 – Docentes das disciplinas específicas do curso de História e de disciplinas de cunho geral da Faculdade de Filosofia de Goiás (1960)

Disciplina	Professor	Titulação
Antropologia e Etnografia	Antônio Theodoro da Silva Neiva	Licenciado em História e Geografia
Crítica Histórica	Luiz Palacín Gómez	Bacharel em Filosofia e Letras. Padre Jesuíta
Cultura Religiosa	Artur Rodrigues	Padre jesuíta
Didática Geral e Especial de História	Genesco Ferreira Bretas	Licenciado em Línguas Anglo-Germânicas
Fundamentos Sociológicos da Educação	Enrique Jaureguizar	Licenciado. Padre Jesuíta
História da América	Agnelo Arlington Fleury Curado	Farmacêutico
História Antiga e Medieval	Lena Castello Branco Ferreira Costa	Licenciada em História e Geografia
História do Brasil	Joaquim Carvalho Ferreira	Advogado
História Contemporânea	Gilka Ferreira Salles	Licenciada em História e Geografia
História Moderna	Lena Castello Branco Ferreira Costa	Licenciada em História e Geografia
Iniciação Filosófica	Luiz Palacín Gómez	Licenciado em Filosofia e Letras. Padre Jesuíta
Psicologia	Luiz Thomazi	Licenciado. Padre Jesuíta
Psicologia Educacional	Colemar Natal e Silva	Advogado

Fonte: Relação do corpo docente ativo de 1960, Faculdade de Filosofia de Goiaz, 1960.

Freitas (2005) concluiu seu curso de História e Geografia na Faculdade de Filosofia de Goiás em 1953 e, posteriormente, ingressou como docente dessa instituição. Conforme seu relato, iniciou sua carreira na Universidade Católica por intermédio do professor Bretas²¹, que sugeriu seu nome ao Padre Francisco Machado, na época diretor da Faculdade de Filosofia. A depoente recorda-se de sua felicidade ao receber o Diretor da Faculdade em sua casa, convidando-a para lecionar. De suas reminiscências ainda a lembrança das dificuldades do início de sua carreira no magistério superior:

O começo é sempre uma coisa que exige sacrifício, exige disposição da pessoa para enfrentar as dificuldades. Então eu era professora substituta, havia os professores cujos nomes tinham sido aprovados pelo Conselho Nacional de Educação e havia aqueles professores que, na eventualidade da falta, do afastamento, de doença, o que fosse, eram então substituídos por outros professores, geralmente jovens e iniciantes. E eu trabalhei lá na Católica durante seis anos como professora substituta, eu nunca fui regente de cátedra, regente era o professor que era responsável pela Cadeira. E um catedrático para ter esse título tinha que ser concursado. Eu iniciei com História Moderna, mas passei por todas as Histórias, mas foi bom, porque me obrigou a estudar e conhecer, pelo menos superficialmente, todas as divisões da História (FREITAS, 2005).

A depoente foi convidada, posteriormente, para trabalhar na reitoria da UFG e, em 1963, ministrou História Contemporânea no Centro de Estudos Brasileiros. Após o fechamento dessa unidade de ensino, integrou-se ao corpo docente do curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFG.

Destaca-se também a entrevista da professora Ana Lúcia da Silva (2005), que ainda não havia terminado o seu curso de graduação e já lecionava para o segundo ano de História, o que demonstra a carência de docentes licenciados ainda nesse período.

No ano de 1965, quando eu fazia o quarto ano de universidade, eu dava aula pro segundo ano na universidade, lecionava História Medieval. Quando eu me formei ainda fiquei uns dez anos na Católica. E, concomitantemente, eu fiz concurso para a Federal em 67, fui aprovada e fiquei lecionando nas duas universidades (SILVA A., 2005)²².

Moraes (2005), na sua interlocução com o passado, interpreta e representa o início de sua carreira como docente na Universidade Católica de Goiás:

²¹ Genesco Ferreira Bretas. Licenciado em Letras Anglo-Germânicas. Foi professor de Língua e Literatura Inglesa, Literatura Norte-Americana e Didática Geral na Faculdade de Filosofia de Goiás. A partir da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFG passou a atuar também nessa instituição.

²² Ana Lúcia da Silva em entrevista concedida à Simone Aparecida Borges, em 29/8/2005.

Eu comecei também na Católica, de uma forma muito interessante. Também não tinha pretensão de ser professora universitária [...] em 1963 a Católica abriu o curso de Orientação Educacional, era o segundo ano e era à noite [...] fiz o curso, inclusive a professora Nancy também fez. E o Padre Thomazi, que era um grande psicólogo e diretor da Faculdade e também nosso professor de Psicologia no Curso de Orientação Educacional. No começo de 1964, chamou a Nancy e eu para darmos aula na Católica. Eu falei: “Padre Thomazi, o senhor está é louco, não sei nada, ainda mais História do Brasil”, e ele disse: “Eu sei que você não sabe nada, eu estou convidando um potencial”. E isso marcou muito pra mim. Aí comecei e ele me deu uma orientação do que eu tinha que fazer [...] foi uma busca constante, uma página na frente do aluno [...] foi um tempo de muitos erros, mas de muita luta (MORAES, 2005).

Gomes (2005), ao analisar o seu início na UCG, relata:

A minha formação foi na Católica e me tornei professor também da Católica em 1968. Hoje eu já estou com mais ou menos uns vinte anos de UCG, entre saídas e retornos. Na época eu tive que deixar o Brasil, pois fui atingido pelo Decreto 477²³, aí eu tive que deixar tanto a Universidade Federal como a Universidade Católica (GOMES, 2005).

Outro depoente, Juarez Costa Barbosa, também fez sua graduação na UCG e iniciou a docência universitária nessa mesma instituição: “Eu iniciei o magistério superior na Católica em 1965. Naquela época eu lecionava Antropologia Física, hoje em dia se fala Antropologia Biológica” (BARBOSA J., 2006)²⁴.

Conclui-se, portanto, que o corpo docente da Faculdade de Filosofia de Goiás, em sua maioria, não possuía licenciatura, mas, sim, formação nas tradicionais faculdades já existentes. Há que ressaltar a presença dos professores jesuítas na composição do corpo docente. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, nota-se, na composição do corpo docente, a presença de professores graduados pela Faculdade de Filosofia.

2.2 O CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS: CELEIRO DE PROFESSORES PARA O CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Como foi dito anteriormente, “a razão de ser dos cursos da Faculdade de Filosofia era a preparação de professores” (OLIVEIRA, 2006), pois havia uma enorme carência desses

²³ Decreto-Lei 477, de 26 de fevereiro de 1969, editado para coibir e punir qualquer tipo de manifestação por parte do corpo docente, discente e administrativo das universidades brasileiras.

²⁴ Juarez Costa Barbosa em entrevista concedida à Simone Aparecida Borges, em 15/7/2005.

profissionais no Estado de Goiás. A partir dessa afirmação, é correto dizer que a ênfase no curso de História da UCG, inicialmente, foi a preparação de professores. Os depoimentos confirmam:

Desde a fundação da Faculdade predominantemente a preocupação era a formação de professores e vai atravessar a década de 1950 e a década de 1960, pois era uma necessidade regional. E eu acho que estava certo. Posteriormente, na década de 1970, é que vem a preocupação com a pesquisa, posteriormente com a vinda dos jesuítas. Aí é preciso ver a figura do Padre Palacín, porque é ele que vai abrir caminhos para a pesquisa, formar e desenvolver um espírito de pesquisa. Luís Palacín vai despertar o interesse para a pesquisa, ensinar a pesquisar na área de História; e na área de Geografia, o professor Horieste Gomes, eles são figuras marcantes na pesquisa em Goiás (FRANÇA M., 2005).

Outra depoente é incisiva ao dizer que no curso de História da UCG “A ênfase era a preparação de professores, nem existia, que eu soubesse, professores que pesquisassem ali, a não ser depois com o Padre Palacín” (SILVA, A., 2005).

O professor Antônio Teixeira Neto (2005), ao ser inquirido sobre o tema, considerou que tanto o curso de História da UCG quanto o da UFG foram e são voltados para a licenciatura: “O grande carro chefe das duas universidades durante muito tempo, e ainda hoje, é a licenciatura”.

Depreendeu-se, assim, das fontes que a Universidade Católica de Goiás desempenhou papel fundamental na formação de professores para o Estado de Goiás, não só na área de História, mas também em diversas áreas do conhecimento. No caso específico do curso de História, objeto de estudo desta pesquisa, a geração de alunos que se formou na Universidade Católica de Goiás (Faculdade de Filosofia de Goiás) iniciou o magistério superior na mesma instituição. Posteriormente, quando se criou o curso de História da UFG, integrou-se ao corpo docente dessa universidade.

Dom Antônio (2006) destaca em sua entrevista que de forma geral a Universidade Católica

Foi pioneira na formação de professores e foi o celeiro, o berço também dos próprios cursos da Universidade Federal, sobretudo, nessas três áreas: Anglo-Germânicas, Neo-Latinas e História e Geografia. Realmente foi o grande celeiro. E também a grande propulsora na área pedagógica das escolas do Estado, as escolas de 1º e 2º graus do Estado. Naquela época, como não havia faculdade em Goiás, cada ano o Ministério da Educação promovia em Goiás aqueles chamados Exames de Suficiência para habilitar professores para o ensino fundamental e secundário [...] Inicialmente esses Exames ocorriam sob a supervisão da Inspeção Federal de Ensino. Mas com a fundação da Faculdade de Filosofia de Goiás esses Exames passaram a ser feitos pela própria faculdade, mas com uma restrição muito grande. [...] houve um tempo limite em que o Ministério permitia esses exames,

depois, com a criação dos cursos que da faculdade de Filosofia, o aluno teria que cursar a própria faculdade (grifos nossos) (OLIVEIRA, 2006).

A geração de professores graduados na Faculdade de Filosofia contribuiu para a fundação do curso de História da Universidade Federal de Goiás, ou seja, constituem a geração de professores–fundadores (primeira geração) do curso de História da UFG. Depreende–se, assim, que **o curso de História da UCG foi celeiro para a composição do núcleo inicial do corpo docente de História da UFG**. Dos professores que aqui denominamos de *primeira geração*, a maioria se graduou na Universidade Católica. Há que registrar a presença da professora Gilka Vaconcellos F. de Salles, que se graduou na Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte, e do professor Padre Luís Palacín Gómez, que veio da Espanha.

O relato da professora Maria Augusta (2005) realça os frutos da Universidade Católica:

Esse grupo que saiu da Católica mudou o ensino em Goiás, e é fruto da Católica. Quer dizer com aquele canudo na mão e aquela vontade de crescer. Nós chegamos a fazer doutorado na USP. Nós, província, chegávamos naquela USP, nós olhávamos..., eu me sentia pequenina (MORAES, 2005).

Conforme egresso do curso de História da UCG e ex–professor da instituição:

Eu acredito que o núcleo inicial do quadro de professores e, posteriormente, do ICHL, foram professores que saíram da Católica. O grande formador desse quadro de professores que deu origem ao curso de História [...] saiu da Universidade Católica. Era licenciatura, nós éramos formados para ministrar aulas, para sermos professores. Meu diploma é de licenciado em História. O professor Horieste ainda fez o antigo curso de História e Geografia, mas eu quando fiz, já era só em História, a minha opção foi História (TEIXEIRA NETO, 2005).

Trata–se de uma constatação lógica, já que a Universidade Católica de Goiás (Faculdade de Filosofia de Goiás), até a criação do curso de História da Universidade Federal, era a única instituição que oferecia esse ensino em Goiás.

2.2.1 Os “bons filhos” à casa retornam: o movimento de migração e de refluxo dos professores do curso de História da Universidade Católica de Goiás

A partir do diálogo com as fontes orais, evidenciou-se que a maioria dos professores entrevistados se graduou e iniciou o magistério superior na Universidade Católica de Goiás. Após a criação do curso de História da UFG, esse corpo docente se desdobrou para atender à demanda das duas universidades. A partir da implantação do Regime de Dedicção Exclusiva, ocorreu uma migração dos professores do curso de História da Universidade Católica para o curso de História da Universidade Federal. O relato a seguir rememora essa situação:

Não havia um sistema de Dedicção Exclusiva, nós éramos professores “taxímetro”, nós lecionávamos na Católica, na Federal, no Lyceu. Eu lecionava na Escola Técnica, na Católica, na Federal, para poder ter uma renda compatível, para sobreviver mesmo. A Reforma Universitária é que permitiu a opção pela Dedicção Exclusiva. A maioria dos professores optou pela Dedicção Exclusiva e ficaram quase todos, se não todos, vinculados à Universidade Federal de Goiás. Os salários e as garantias eram melhores (TEIXEIRA NETO, 2005).

Como se evidenciou no relato anterior, com a implantação do Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (RETIDE), muitos docentes optaram pela Universidade Federal de Goiás, com exceção do Padre Palacín que, devido a sua condição de religioso jesuíta, continuou atuando também na Universidade Católica de Goiás, ou seja, nas duas instituições. Sobre esse tema, Salles relembra:

Nós aceitamos o tempo integral, eu, a professora Lena e vários outros, a Maria Augusta, a Dalísia. Porque nós queríamos ter tempo para fazer mestrado, doutorado. Em 1970, nós aceitamos o tempo integral e nos desligamos de todas as outras escolas, ficamos somente na Universidade Federal (SALLES, 2005)²⁵.

O Regime de Dedicção Exclusiva foi instituído pelo Decreto n.º. 64.086/69, que implantou:

a) regime de 12 horas semanais efetivas de trabalho; b) regime de 22 horas semanais de trabalho efetivo, em turno completo; c) regime de tempo integral e dedicação exclusiva, em que será exigido o compromisso de trabalho em dois turnos completos

²⁵ Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles em entrevista concedida à Simone Aparecida Borges, em 28/6/2005.

com um mínimo de 40 horas semanais, e o de não exercer outro cargo, função ou atividade remunerada, em órgão público ou privado. O regime de trabalho de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva será remunerado com 380% (trezentos e oitenta por cento) do regime de 12 (doze) horas semanais; e o regime de vinte e duas horas (22) horas semanais será remunerado com 190% (cento e noventa por cento) do vencimento básico correspondente ao regime de doze horas (12) semanais (INFORMATIVO/UFG, JAN.,1969, p.5).

No decorrer da década de 1970, e ainda na de 1980, assistiu-se ao fenômeno da migração dos professores da Universidade Católica para a Universidade Federal. Nas últimas décadas, porém, verifica-se o retorno desses docentes. Evidentemente não se pode afirmar que essa volta corresponda à maioria dos professores, todavia é correto dizer que uma parcela significativa de ex-docentes da Universidade Católica de Goiás está a ela retornando, após aposentar-se na Universidade Federal de Goiás, para atuar não só em sala de aula, mas também em assessorias, programas de pós-graduação ou em outras atividades da UCG.

Cabe destacar que num primeiro momento a Universidade Católica preparou esse corpo docente na antiga Faculdade de Filosofia de Goiás e, na década de 1970, essa mão-de-obra migrou para a Universidade Federal de Goiás, devido às melhores condições de trabalho oferecidas por essa instituição. Ressalta-se que atualmente os professores que estão retornando à UCG são altamente qualificados, possuem vastíssima experiência tanto no ensino quanto na pesquisa. Isso implica dizer que a Universidade Católica de Goiás não terá que investir na sua qualificação, detalhe que pesa no momento da contratação de um profissional, tendo em vista tratar-se de uma universidade privada.

É oportuno salientar que o processo migratório, bem como o de refluxo, que podem ser configurados em: privado-público e público-privado, estiveram à mercê das políticas educacionais empreendidas no Brasil nos referidos períodos. Na década de 1970 a migração do privado para o público deveu-se à implementação de uma política que garantia melhores condições de trabalho aos professores do sistema federal de ensino.

Conforme depoimentos, nesse período, após a Reforma Universitária de 1968, a universidade pública proporcionou melhores salários e garantias, bem como condições de pesquisa. Atualmente, com o processo de “enxugamento” da máquina do governo, assiste-se ao sucateamento das universidades públicas e ao atrofamento dos salários dos professores da rede federal de ensino. Aliada a esse contexto, veio a reforma da Previdência Social, que ameaçava mudar as regras das aposentadorias, levando vários docentes da Universidade Federal a optarem por requerer a aposentadoria antes que pudessem ter os seus direitos prejudicados.

Diante de tal fato, inquiriu-se às fontes orais o por quê desse refluxo. O depoimento a seguir mostra claramente o movimento de migração e de refluxo representado pelo esquema: privado-público e público-privado:

Até bem pouco tempo a maioria dos professores da Universidade Federal, que sustentavam o curso de História na UFG, foram oriundos da Universidade Católica, isso aconteceu na Geografia, na História, muitos, depois que se aposentaram na universidade voltaram para a UCG, porque isso foi uma questão salarial também. Porque houve um tempo em que a Universidade Federal pagava muito melhor o professor do que a Universidade Católica. De um certo tempo pra cá ficou o contrário. Hoje o salário do professor da UCG é melhor do que o salário da Universidade Federal. Mas, houve uma época em que o salário era muito maior, **nessa época houve uma grande migração dos professores da Católica para a Federal.** Então eles ficaram lá, dedicaram e estruturaram o curso de História da Federal, que está muito bem estruturado. **Mas esses professores num determinado tempo começaram a se aposentar e retornaram à sua casa de origem** (grifos nossos) (BARBOSA A., 2006)²⁶.

O retorno de professores da Universidade Federal de Goiás para a Universidade Católica de Goiás é evidenciado também em outra entrevista. É interessante notar como a rivalidade entre o público e o privado, que permeou a gênese das duas universidades e impregnou-se nas relações pessoais dos sujeitos ligados a elas diretamente, permanece viva na atualidade, e como ela é representada pela memória de uma depoente:

Um grande número de professores da Federal estão procurando a Católica agora em assessorias. Inclusive professores que faziam críticas horríveis á Católica, hoje eu vejo lá assessorando e muitas vezes assessorando mal, porque realmente não conhecem a Católica. Gente que falou que o pessoal da Católica era despreparado, que não tinham curso de mestrado e doutorado, o que não é verdade, porque desconheciam o que era a Católica, hoje estão dando as cartas e querendo falar como se conhecessem a Católica. Nós falávamos que a UCG preparava o professor para a Federal e aí houve a Dedicção Exclusiva e o professor ia para a Federal. Quer dizer a honra e a glória estavam em ser professor da Federal. Aí a Católica passa a pagar melhor, então alguns fizeram um retorno como professor convidado ou procurando manter as duas sem ficar com o RETIDE. E agora eles também aposentam cedo e estão vindo para a Católica (RASSI, 2006)²⁷.

Em síntese, como se enfatizou, o movimento de retorno dos professores aposentados da UFG para a UCG, ou seja, o refluxo para a iniciativa privada, insere-se num contexto mais amplo, é fruto de políticas educacionais que afetam diretamente o ensino superior público. Nesse sentido, muitos docentes que se aposentaram cedo ou mesmo que

²⁶ Altair Sales Barbosa em entrevista concedida à Simone Aparecida Borges, em 7/7/2006.

²⁷ Sarah Taleb Rassi em entrevista concedida à Simone Aparecida Borges, em 5/7/2006.

sentiram seus proventos diminuir substancialmente com a aposentadoria, “optaram” por ingressar novamente no mercado de trabalho, provocando o que, nesta pesquisa, denominou-se de refluxo à rede privada de ensino. No caso específico deste estudo, constatou-se o refluxo de professores que iniciaram a carreira no magistério superior na UCG, nas décadas de 1970 e 1980 migraram para a UFG, e, na atualidade, estão retornando às suas origens.

2.3 O CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS NAS DÉCADAS DE 1970, 1980 E 1990

2.3.1 O curso de História da Universidade Católica de Goiás, no contexto da Reforma Universitária de 1968: o currículo de Estudos Sociais.

Como foi abordado no primeiro capítulo, o ano de 1959 marcou a criação da Universidade de Goiás. Conforme Vaz (1979, p. 35), “Com justiça se pode dizer que a Universidade de Goiás, que teve em Dom Emmanuel seu idealizador, em Dom Fernando seu fundador, teve no padre Nacca quem a consolidou e lhe deu fisionomia própria”. O padre Paulo de Tarso Nacca foi o primeiro reitor da Universidade de Goiás e esteve à frente da instituição de 1959 a 1962. Em seu mandato foi incorporada à Sociedade Goiana de Cultura²⁸ a Chácara São José (atual Campus II da UCG), iniciando-se também, em 1961, a construção dos prédios do curso de Direito e do Ginásio de Esportes.

O segundo reitor foi o Padre Ormindio Viveiros de Castro, cuja administração se deu de 1963 a 1967:

[...] grande educador preocupou-se principalmente em consolidar o corpo docente e ampliá-lo. Em 1962, a universidade contava com 135 professores, passando a 202 em 1967. Em 1963, foi fundado o Gabinete Psicotécnico [...] iniciou-se no mesmo ano, o Curso de Orientação Educacional, pioneiro em Goiás, e o Colégio de Aplicação, que teve duração efêmera. Nos anos seguintes o crescimento foi lento sob uma direção tranqüila. Em 1964 os alunos eram em número de 1223. alcançando, em 1966, o montante de 1442 (VAZ J., 1979, p. 101).

O Padre Cristóbal Alvarez Garcia esteve à frente da Universidade Católica no período compreendido entre 1968 e 1973. Nessa fase consolidou-se o espaço físico da

²⁸ Criada em 25 de outubro de 1958 “Para possibilitar a criação da universidade [...], passou a existir como entidade jurídica, tendo seus Estatutos aprovados e publicados no Diário Oficial do Estado de Goiás de 27 de novembro de 1958” (MARTINS, 2004, p. 17).

universidade, conseguindo-se, junto ao governo estadual, anexar a ela o restante da quadra 88, onde se localizava a Escola de Belas Artes. Houve também a alteração do seu Estatuto e do Regimento Geral, além da criação do 1º Ciclo de Estudos Gerais²⁹. Em suma, “A grande obra do padre Cristóbal foi, sem dúvida, a reestruturação da Universidade, adaptando-a às exigências da Lei 5.540” (VAZ J., s.d., p. 102). Ainda nesse período a Universidade de Goiás recebeu outra denominação, passando a se chamar Universidade Católica de Goiás, fato que arrematou o sonho acalentado por Dom Emmanuel, “o Bispo da Instrução”.

Sobre a época de implantação da Reforma Universitária de 1968, na UCG, o depoente a seguir rememora que:

Até 1971 a universidade funcionava congregando diversas faculdades: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Faculdade de Farmácia, que depois passou a integrar a Federal, Faculdade de Artes e Arquitetura e uma série de outras faculdades, Escola de Enfermagem e a Faculdade de Direito. E a partir de 1971 houve a transformação dessas unidades em Departamentos, ou seja, houve a departamentalização da universidade. Eram dez Departamentos congregados em dois Centros: Centro de Ciências Humanas e Centro Técnico Científico. Só que a estrutura desses Centros era muito pesada e eles funcionaram até 1972 e depois acabaram, mas os Departamentos continuaram (BARBOSA A., 2006).

A Lei de Reforma Universitária de 1968 teve como inspiração o modelo americano. Entre outras características, houve a estruturação do ensino em básico e profissional e a implementação dos cursos de curta duração, além da departamentalização. O Departamento passou a ser “a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal, e compreenderá disciplinas afins” (LEI N° 5.540, 1968). A organização da Universidade e do vestibular se deu em função da área de conhecimento e não por cursos. O curso de História, desse modo, passou a compor o Departamento de História e Ciências Sociais (HCS), sendo que o curso de Geografia integrou-se ao Departamento de Ciências Biológicas, formando o Departamento de Ciências Biológicas e Geográficas (CBG). Rassi (2006), ao abrir um diálogo com seu passado, relembra que:

Quando eu cheguei à universidade já era o HCS e aí nós convidamos a Geografia, que, estava junto com a Biologia, para fazer parte do HCS, mas não aceitaram. Só alguns anos depois, na década de 1980, eles vieram e formamos o HGS. Mas quando eu fui Diretora do HCS pela primeira vez, que foi em 1974 e 1975, era apenas o curso e História e muitas disciplinas de apoio. Por exemplo, nós tínhamos a

²⁹ Implementado após a Reforma Universitária de 1968. Também conhecido como Ciclo de Estudos Básicos, período em que os alunos de diferentes graduações cursavam disciplinas comuns.

Antropologia, Sociologia, Política. Assim, nós ministrávamos aulas para vários cursos. O Departamento tinha o curso de bacharelado e licenciatura em História e eram poucos alunos nesse curso, mas pelo número enorme de disciplinas de apoio ele se tornou um Departamento grande (RASSI, 2006).

É interessante salientar que tanto na Universidade Católica de Goiás quanto na Universidade Federal de Goiás o curso de História nasceu ligado ao de Geografia, havendo posteriormente a divisão de seus currículos. Destaca-se também que após a Reforma Universitária (1968) houve a separação dos cursos em unidades distintas. Na UCG, como já mencionado, o curso de História agregou-se ao Departamento de História e Ciências Sociais (HCS), já o de Geografia uniu-se ao Departamento de Ciências Biológicas e Geográficas (CBG). Na UFG o curso de História integrou-se ao Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), enquanto que o de Geografia agregou-se ao Instituto de Química e Geociências (IQG). Conforme depoimentos, nesse período ainda prevalecia uma concepção de Geografia voltada para o espaço físico, por isso uma ciência mais ligada às ciências biológicas. A partir disso havia uma visão dicotômica da Geografia, quando, na verdade, “A Geografia é uma só, a Geografia é a Geografia, você não pode desvincular dessa realidade completa, do espaço, desse mundo visível em que se vive” (TEIXEIRA NETO, 2005). Gomes (2005) complementa:

Na minha visão não existem duas Geografias, a Humana e a Física, a separação é de ordem mais didática. Mas do ponto de vista científico só existe uma ciência, Física e Humana, pois natureza e sociedade estão interligadas. Então trabalhar com Geografia Humana é trabalhar com essa unidade. É você partir de uma visão local, regional, nacional e até universal, você está trabalhando com o espaço, que é objeto de estudo, do nosso estudo, mas a partir de um espaço integrado e não somente o espaço físico – terra. Quando nós falamos de espaço nós estamos trabalhando com a natureza viva que, na minha opinião, desde aquela época, é uma natureza única (GOMES, 2005)..

Nesse contexto instituiu-se, entre 1975 e 1983, o currículo de Estudos Sociais em substituição ao de História. O currículo de Estudos Sociais, reconhecido pelo Decreto nº 82.521, de 30 de outubro de 1978, tinha a duração mínima de um ano e meio, média de três e máxima de quatro anos, possuindo uma carga horária de 2.070 horas. Ao final do terceiro ano, o aluno estava habilitado em Licenciatura Curta de Estudos Sociais, possibilitando-o atuar no ensino denominado, na época, de 1º Grau. Ao receber seu diploma poderia lecionar as disciplinas de Estudos Sociais, História, Geografia, Organização Social e Política Brasileira

(OSPB), Educação Moral e Cívica, as duas últimas disciplinas criadas, dentro do ideário do Regime Militar.

Após a Licenciatura Curta, o egresso poderia complementar as disciplinas, cursando mais um ano e meio, e receber, ao final, o diploma em Licenciatura Plena de Geografia ou História. Ao estabelecer uma analogia com os primeiros currículos do curso de História, os denominados “3+1”, pode-se denominar-se o currículo de Estudos Sociais de 1+2+1: o primeiro ano correspondia às disciplinas do Primeiro Ciclo de Estudos Gerais (Básico), dos chamados estudos básicos, que era oferecido concomitantemente aos alunos de diversos cursos; dois anos do núcleo comum de Estudos Sociais, divididos em disciplinas profissionalizantes e disciplinas pedagógicas, nas quais os alunos saíam com uma visão superficial das disciplinas específicas; e mais um ano de História ou Geografia, o que correspondia à Licenciatura Plena em História ou Geografia. Na verdade, o curso completo era realizado em 4 anos e meio. O quadro a seguir corresponde ao currículo de Estudos Sociais praticado na UCG de 1975 a 1983:

Quadro 14 – Disciplinas do Curso de Estudos Sociais – Licenciatura de 1º Grau em Estudos Sociais da UCG (1975/1983)

Disciplinas do Primeiro Ciclo de Estudos Gerais	Iniciação Científica Introdução aos Estudos Sociológicos Introdução aos Estudos Teológicos Português I Português II Introdução à Pesquisa Introdução aos Estudos Filosóficos	Nº de créditos 28
Disciplinas Profissionais	Introdução à Estatística História Antiga História Medieval História Moderna História Contemporânea O.S.P.B. História do Brasil I e II Antropologia I e II Elementos da Geografia Física I e II Elementos da Geografia Humana I e II Política I e II Geografia do Brasil I e II Sociologia Geral I e II	80
Disciplinas de Formação Pedagógica	Didática Estrutura e Func. do Ens. de 1º Grau Psicologia da Educação A (Evolutiva) Didática Estrutura e Func. do Ens. de 1º Grau Psicologia da Educação A (Evolutiva) Psicologia da Educação B (Aprendizagem) Prática de Ensino de Estudos Sociais	

Quadro 14 – Disciplinas do Curso de Estudos Sociais – Licenciatura de 1º Grau em Estudos Sociais da UCG (1975/1983)

Disciplinas de Formação Moral e Cívica	Estudos dos Problemas Brasileiros I Estudos dos Problemas Brasileiros II	04
Eletiva		04
Educação Física		04
Total de Créditos		140

Fonte: Currículo do Curso de Estudos Sociais, VAA, Universidade Católica de Goiás, 1975/1983.

Rassi (2006), ao analisar e interpretar o período de implantação do currículo de Estudos Sociais, tece a seguinte consideração:

Quando houve uma reforma e se instituiu os Estudos Sociais, houve uma crítica muito grande principalmente por parte de alguns professores ligados à Federal, achando que era uma questão de ideologia, mas não era nada disso. Não foi uma questão de ideologia, tudo se jogava para ideologia naquela época. O que foi é que os nossos alunos que faziam História estavam sendo prejudicados, porque todo mundo dava aula de História. Eu me lembro que teve uma pesquisa e descobriu-se que tínhamos onze profissionais de diferentes áreas dando aula de História. Então nós tentamos com os Estudos Sociais abrir um leque de oportunidades para o nosso aluno, como de fato se abriu. Porque aí eles podiam dar aula de História, Geografia, OSPB e Moral e Cívica. Então foi nesse sentido que foi criado e não de ideologia (RASSI, 2006).

A depoente enfatiza que a criação do curso de Estudos Sociais não foi por motivos ideológicos. O contexto que envolveu a criação desse currículo, todavia, indica o contrário, ou seja, a intenção do governo militar foi de educar não só o corpo³⁰, mas principalmente o pensamento das futuras gerações, por meio da Educação desde o nível primário até o superior. Nesse sentido, a escola, conforme Freitag (1980, p. 35), ao citar Gramsci, atuou como o mais importante Aparelho Ideológico do Estado (AIE):

A escola atua no interesse da estrutura de dominação estatal e, em última instância, no interesse da dominação de classe. Essa dominação não se dá por via direta, através da aplicação explícita da violência, mas de maneira disfarçada, com o consentimento dos indivíduos que sofrem a violência da “ação pedagógica”. A escola tem, pois, uma função básica de reprodução das relações de produção. Para satisfazê-la, ela age de diferentes maneiras, ao nível das três instâncias. As diferentes formas de atuação, em seu desdobramento múltiplo, vistas dialeticamente no contexto estrutural global, acabam por se reduzir a uma essencial: a da manutenção e perpetuação das relações existentes (FREITAG, 1980, p. 35).

³⁰ No ano de 1977, com o Decreto Lei nº 6.503, de 13 de dezembro, instituiu-se a Educação Física como disciplina obrigatória nos currículos das universidades.

A afirmação de que a escola e suas estruturas não foram e não são ideológicas não condiz, portanto, com a realidade, notadamente em um período em que se buscou, sob diversas formas, acabar e cooptar as forças estudantis e docentes com projetos de extensão universitária, entre eles o Projeto Rondon e o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC):

Longe de estimular o exercício da crítica social, tais programas procuravam, ao contrário, combater a “subversão”, reintroduzir o denominado desenvolvimento de comunidades e levar adiante uma prática paternalista e caritativa de assistência às populações ditas “carentes” [...] Do ponto de vista ideológico, esses programas assumiam frequentemente um tom nacionalista – “integrar para não entregar” era o lema do “Projeto Rondon” (GERMANO, 1984, p. 137).

Ao longo da vigência do Regime Militar, criou-se um aparato de divulgação das ideologias do governo, com a instituição de disciplinas de cunho “educativo”³¹, além do exercício de forte repressão em torno das questões estudantis.

As ressalvas quanto à prática do currículo de Estudos Sociais dizem respeito à redução/eliminação das disciplinas de caráter específico (formativas) do curso, que talvez contribuíssem para o aluno visualizar a realidade dentro de uma perspectiva mais crítica. Na verdade, foi esvaziado o currículo de História. Em síntese, esse currículo representou a descaracterização do curso de História e, para os profissionais de História, a sua desprofissionalização. Em suma, o curso de Estudos Sociais caracterizou-se por sua falta de identidade, com um currículo extenso, mas esvaziado de conteúdo. O aluno estudava um pouco de Geografia e de História, entre outras disciplinas, mas ao final não se aprofundava em nenhum conteúdo específico. Tal currículo também pode ser comparado ao do início do curso de História, quando ligado ao de Geografia, sem identidade. A introdução do currículo de Estudos Sociais, representou, assim, o retorno à descaracterização, além da fragilização acentuada do curso de História.

Na década de 1970, além da mudança do currículo para Estudos Sociais, o Departamento de História (HCS) sofreu com o clima proporcionado pela Ditadura

³¹ Ao lado de medidas repressivas, foi instituído, em todos os graus escolares, um ensino propagandístico da “Ideologia da Segurança Nacional” e dos feitos da “Revolução” de 1964, com vistas à obtenção de alguma forma de consenso e legitimação. Isso ocorreu com a institucionalização da “Educação Moral e Cívica” e seu prolongamento para o ensino superior (inclusive para pós-graduação), com a denominação de “Estudos de Problemas Brasileiros” (EPB), segundo o Decreto-Lei 869/69, assinado pela Junta Militar, tornaram-se disciplinas obrigatórias (GERMANO, 1994, p. 134).

Militar. Conforme as reminiscências da professora Sarita Rassi (2006), quando ela assumiu a direção do HCS, em 1974, uma das dificuldades enfrentadas foi o fato de o Departamento ser muito visado devido às disciplinas que ministrava, como História, Política, Sociologia e Antropologia. Assim,

A todo o momento vinha alguém me avisar “Olha tem gente na porta gravando”. Se falava muito em SNI. Nós não tínhamos condições de estabelecer, na realidade, quem era quem. Era um período em que se tomava muito cuidado com o que se falava, havia o controle de quem havia dado tal texto para ser rodado, naquela época, na mecanografia, não havia xerox. Então havia assim um clima de tensão permanente. Nós tivemos professores e professores que foram perseguidos (RASSI, 2006).

Entre os anos de 1973 e 1979, estive à frente da Reitoria da Universidade Católica de Goiás o Padre José Carlos de Lima Vaz. Nesse período, a UCG passou por sérias dificuldades financeiras, que acarretavam o atraso no pagamento dos professores. Além dos problemas internos, a Universidade teve de enfrentar problemas de ordem externa, que foram sendo solucionados gradativamente:

Pagamento para o financiamento da construção do prédio do 1º Ciclo de Estudos Gerais; o reitor conseguiu o reconhecimento da Utilidade Pública da Sociedade Goiana de Cultura pelo governo federal (Decreto nº 73.729, de 4 de março de 1974) e a consolidação do reconhecimento como Entidade de Fins Filantrópicos pelo Conselho Nacional de Serviço Social em 20 de março de 1974; elaboração de novos Estatutos para a Sociedade Goiana de Cultura; regularização do débito junto ao INPS (Instituto Nacional de Previdência Social) mediante parecer favorável do Conselho de Recursos da Previdência Social, em 23 de dezembro de 1977, publicado no Diário Oficial de 10 de julho de 1978 (VAZ J., 1979, p. 40–41).

No tocante às melhorias para o corpo de professores, implantou-se a carreira docente com acesso às categorias de Adjunto e Titular. Em 1976 foi implementado o Plano de Capacitação Docente e regularizada a Licença Remunerada para Pós-Graduação. Em 1977 foi assinado o primeiro Convênio com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação, que integrou a Universidade ao Plano Institucional de Capacitação de Docentes (PICD) e permitiu-lhe enviar professores para cursos de pós-graduação no país e no exterior. “Neste período a UCG continuou crescendo. Em 1977 a matrícula total era de 8.238 alunos, em 1978, de 8.697 alunos” (VAZ J., 1979, p. 42–43).

2.3.2 O curso de História da UCG (1980-2000): a “crise” nas licenciaturas e reformulações curriculares

O ano de 1979 marcou a reabertura política no Brasil, tendo como ponto culminante a Lei da Anistia, que permitiu a volta de vários intelectuais, artistas e professores ao País. Na década de 1980, vários movimentos sindicalistas se despontaram, como o dos metalúrgicos e o dos professores, por melhores condições de trabalho e por uma educação de qualidade. Em 1984 o povo lotou as ruas com manifestações em prol da aprovação da Emenda Dante de Oliveira, que exigia eleições diretas para a Presidência da República. Houve, enfim, a abertura política e a volta à “democracia”.

Nas universidades, como em outros setores da sociedade, o diálogo foi reaberto para diversas questões da realidade social. Nesse período, no Departamento de História, segundo Rassi (2006), houve uma intensa crítica em relação ao currículo de Estudos Sociais:

O currículo de Estudos Sociais acabou quando as críticas já eram muito grandes. Eu acho que aquilo abalou um pouquinho o interesse e alguns diretores e algumas pessoas se sentiam constrangidas em manter um curso achando que poderia dar demonstração de um certo proselitismo político, o que era um equívoco sem nome (RASSI, 2006).

As críticas ao currículo de Estudos Sociais já eram nítidas desde o final da década de 1970, como resultado da reabertura política e das reações contra o modelo de ensino imposto pela Reforma Universitária de 1968, bem como fruto do retorno dos movimentos docente e estudantil, enfim, dos questionamentos e das discussões em torno de questões nacionais e/ou direcionadas às da Universidade:

[...] quando os ares políticos do país ficaram mais respiráveis e quando a ANPUH ampliou seu espaço de atuação incluindo entre seus associados os professores dos níveis de Ensino Fundamental e Médio, é travada uma luta pela melhoria das condições dos cursos de História. Desde essa ocasião, professores de História dessa egrégia universidade, tem-se articulado com as Instituições de Ensino Superior, e com a ANPUH, apoiando a mobilização para combater a distorção representada pela criação e funcionamento generalizado dos cursos de Estudos Sociais em licenciatura curta. A posição contrária à existência dos cursos de Estudos Sociais decorria da compreensão, cada vez mais amadurecida, nos debates então promovidos, de que a formação adequada do professor de história não poderia passar pelo tratamento genérico e superficial do conhecimento histórico [...] Do mesmo modo, questionava-se a drástica diminuição da carga horária destinada aos estudos de história, o que aumentava, mais ainda, os efeitos negativos da superficialidade e da simplificação no tratamento dos conteúdos. Essa batalha foi ganha; esse tipo de

curso foi extinto legalmente, bem como o chamado “ensino por áreas” e a educação moral e cívica, que o justificavam (PPP DO CURSO DE HISTÓRIA 2004/1, 2005, p. 11).

Conforme o estudo dos currículos do curso de História da UCG (1975; 1981, 1982/1983) entre 1982 e 1983/1 ainda prevaleceu o currículo de Estudos Sociais, mas com algumas modificações na nomenclatura de determinadas disciplinas, como por exemplo: a disciplina que no currículo de 1981 recebia o nome de Teologia passou a denominar-se, no currículo de 1982, Introdução aos Estudos Teológicos; Português Fundamental passou a se chamar Português; no currículo de 1981 havia Organização do Trabalho Intelectual I e II, enquanto que no de 1982 passou a ter Iniciação Científica.

Como foi dito, devido às críticas ao currículo de Estudos Sociais, em 1981 criou-se uma comissão para elaborar uma nova proposta curricular. De 1982 a 1983 praticou-se o currículo já com algumas alterações, como mencionado. As sugestões dessa comissão foram apresentadas à Congregação Departamental. Nesse ínterim, entre 1982 e 1984, mesmo sem ter sido aprovado, foi introduzido um “Currículo do Curso de História”, com 9 períodos, num total de 54 disciplinas.

O que chama a atenção nessa grade curricular é a introdução, no 9º período, da disciplina História de Goiás. Segundo Machado (2006), sempre houve uma luta no Departamento para a implantação de tal disciplina. Durante esse período foi feita uma complementação ao currículo, conforme solicitou a Assessoria da Vice-Reitoria Acadêmica (UCG, PPP DO CURSO DE HISTÓRIA 2004/1, 2005, p.7).

A partir de novos ciclos de estudos por parte do corpo docente do HCS, chegou-se à composição da Grade Curricular de 1986/1, “composta por 9 períodos, com disciplinas agregadas por ‘bloco de matrícula obrigatória’, orientada cada uma por tema central” (UCG, PPP DO CURSO DE HISTÓRIA 2004/1, 2005, p. 7).

O curso de Bacharel em História possuía 190 créditos integralizados em 2.970 horas. A Licenciatura, por sua vez, possuía 198 créditos, com 2.850 horas. O curso se caracterizava ainda por apresentar um núcleo comum de 40 disciplinas, para as duas habilitações, bem como quatro disciplinas específicas do bacharelado (Métodos e Técnicas de Pesquisa I e II, Historiografia e Prática e Pesquisa Histórica) e seis disciplinas específicas da licenciatura (Fundamentos da Educação, Psicologia do Escolar, Psicologia da Aprendizagem, Estrutura e Funcionamento de Ensino de 1º e 2º Graus, Didática e Prática de Ensino de História I e II), o que pode ser visualizado no quadro a seguir:

Quadro 15 – Disciplinas do curso de História Bacharelado e Licenciatura (Grade curricular vigente a partir de 1986/1)

Disciplinas do Núcleo Comum	Disciplinas Específicas ao Bacharelado	Disciplinas Específicas da Licenciatura
História Antiga I Antropologia I Introdução aos Estudos Sociológicos Iniciação Científica Introdução aos Estudos Teológicos Português I História Antiga II Antropologia II Introdução a Pesquisa Introdução aos Estudos Filosóficos Português II História Medieval Introdução aos Estudos Históricos Introdução as Sociedades Rurais História das Religiões História Moderna I História do Brasil I História da América I Filosofia da História Organização do Espaço I História Moderna II História do Brasil II História da América II História de Goiás I Organização do Espaço II História Contemporânea I História do Brasil III História da América III História de Goiás II História Econômica I História Contemporânea II História do Brasil IV Sociologia dos Movimentos Sociais Política I História Econômica II História Contemporânea III Antropologia Cultural Brasileira I Política II Metodologia da História Antropologia Cultural Brasileira II Eletiva	Métodos e Técnicas de Pesquisa I e II Historiografia Prática e Pesquisa Histórica	Fundamentos da Educação Psicologia Escolar Psicologia da Aprendizagem Estrutura e Funcionamento de Ensino de 1º e 2º Graus Didática e Prática de Ensino de História I e II

Fonte: Grade Curricular de História, UCG, 1986/1.

Conforme reminiscências da professora Laís A. Machado (2006), com o fim do currículo de Estudos Sociais e a implantação da grade curricular de 1986, criou-se o bacharelado e a licenciatura em História. A partir da nova proposta, houve a obrigatoriedade da elaboração de monografia ao final do curso, prática que prevalece ainda no último currículo de 2006/1. Outro dado importante desse currículo foi o acréscimo das disciplinas História de Goiás I e II, o que demonstra uma crescente preocupação em relação ao estudo e

ao conhecimento da história regional. Sobre a implantação do currículo de 1986/1, Machado (2006) rememora que:

Nós tínhamos os eixos temáticos e os períodos estavam ligados, de certa forma, a esses eixos temáticos. Era uma grade curricular de orientação mais marxista e tinha um sistema que era ao mesmo tempo de créditos, mas também seriado. Pois havia o sistema do pré-requisito. Então se o aluno não cumprisse um determinado bloco de créditos ele não poderia dar seqüência ao curso, em virtude desses eixos temáticos e por causa do sistema de pré-requisito. O co-requisito seria se o aluno ficasse reprovado em determinada disciplina ele poderia cursar simultaneamente o bloco subsequente. No entanto, se ele ficasse preso, por exemplo, em três disciplinas, dificilmente ele teria como conciliar. Era uma grade curricular que possuía muitas disciplinas de História, só que muita extensa, 4 anos e meio, com o tempo se tornou inadequada à realidade dos cursos de licenciatura no Brasil (MACHADO, 2006).

Conforme o depoimento de Machado (2006), o currículo de 1986/1 aos poucos foi se tornando inadequado, “não daria para continuar um curso de História, de Geografia ou Letras em 4 anos e meio, os alunos acabavam optando por outros cursos, pois achavam que era muito tempo para se fazer a licenciatura”. A depoente analisa que essa reformulação curricular, como as demais ocorridas no curso de História, foi em decorrência das pressões do “mercado de trabalho”, que cada vez mais exigia uma formação rápida. Tais pressões vêm acarretando uma diminuição no tempo de duração do curso, daí o “enxugamento” do currículo.

A década de 1980 marcou o acirramento da crise do sistema educacional³² brasileiro, desembocando na década de 1990 num contexto insustentável. Ao analisar e representar a sua experiência na direção do HGS, na década de 1980, Machado (2006) relembra:

Quando eu fui diretora na década de 1980, nós tínhamos 800 alunos no curso de História, que funcionava de manhã e à noite, e também 400 alunos no curso de Geografia, quer dizer, eram, ao todo, 1200 alunos no Departamento. Com o passar do tempo esse número foi diminuindo. Eu sempre digo que o período matutino morreu por inanição. Teve um período que desapareceram os alunos. Eles se transferiram em massa para a Universidade Federal. Então era horrível entrar numa sala, por exemplo, e ter cinco alunos. A partir dessa situação a universidade resolveu promover uma reforma, no intuito de restaurar um pouco mais as licenciaturas. Eu chamo de licenciatura, mas englobando também o bacharelado (MACHADO, 2006).

³² A chamada crise do sistema educacional no Brasil – causada pelo descaso em relação à escola pública em todos os níveis e a conseqüente desvalorização da classe docente -, diante da sua historicidade, já se tornou crônica. Pois o que se percebe é que a escola e o profissional da educação não alcançaram ainda, apesar das constantes lutas, a devida atenção por parte das autoridades competentes deste país.

A crise afetou diretamente a situação financeira da Universidade Católica de Goiás, que a essa altura não era mais subsidiada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), como na época da Faculdade de Filosofia. Conforme Rassi (2006), os subsídios do MEC foram diminuindo a partir do início da década de 1970. Dom Antônio (2006), sobre o tema, rememora:

Eu me lembro até quando se fundou a universidade, em 1959, foi quando as faculdades se incorporaram pra fundar a universidade houve um depoimento do reitor, Padre Cristóbal, que foi reitor posteriormente, não na fundação, é que 97% da mensalidade dos alunos era subvencionada pela União, pelo dinheiro do país. Me parece que foi no período revolucionário, na Reforma Universitária, que essas verbas saíram. Elas foram diminuindo até serem cortadas e então a anuidade passou a ser toda custeada pelo aluno através das mensalidades (OLIVEIRA, 2006).

Nesse contexto justificou-se a evasão de alunos para a Universidade Federal de Goiás, pontuada anteriormente pela professora Laís A. Machado.

De forma geral inquiriu-se às fontes sobre o que foi a denominada crise das licenciaturas na década de 1980, vivenciada em nível nacional. Conforme as análises da professora Iria Brzezinski (2006), a crise pode ser caracterizada por três eixos principais: a crise gerada devido à desvalorização do profissional do magistério, a crise acadêmica do modelo de formação dicotômico entre licenciatura e bacharelado e a crise do preparo de formador de formadores. Na voz de Brzezinski:

O contexto que eu conheci das universidades particulares e públicas, na década de 1990, foi o de uma crise violenta que se configurava pelo descrédito nos cursos de licenciatura, uma crise relacionada ao mercado de trabalho. Havia uma falta de respeito até das políticas públicas em relação aos professores e ademais as remunerações eram muito inferiores do que a profissão merecia, assim, os estudantes preferiam outros cursos aos de licenciatura. Esse foi um dos aspectos da crise, relacionado mais ao mercado de trabalho e à desvalorização da profissão pelas próprias autoridades educacionais. Aliás, que perdura até aos nossos dias. O segundo aspecto se revela pela crise acadêmica, ou seja, o modelo de formação de professores no Brasil. Esse modelo foi herança, estatutária de 1939, mas com a implantação em 1940. Seguiu um modelo “padrão” para todas as licenciaturas. Assim, foi imposto pelo Ministério da Educação às universidades que foram sendo criadas. Esse modelo era o esquema 3+1 e prevaleceu até a década de 1980, quando cada vez mais se denunciava a falência desse padrão. Em 1962, uma nova lei propôs que não podia diferenciar-se a formação do historiador e a formação do licenciado, mas na prática não se efetivou, por isso a lei tornou-se letra morta. Dentro das universidades continuou a dicotomia entre as disciplinas da área específica de formação e as da área pedagógica. Ainda na década de 1960, o Conselho Federal de Educação normatizou as disciplinas do currículo mínimo. E nesse currículo mínimo entravam as disciplinas pedagógicas e da área específica. Tudo isso, academicamente, criou uma crise no interior das universidades. Havia uma rejeição do alunado e do próprio corpo docente em trabalhar a licenciatura, que eu chamo de

crise do formador de formadores. Essa crise – preparo de formadores – perdura até hoje, porque não se exige formação pedagógica do docente do ensino superior. A própria LDB 9394/96, em seu artigo 63, dispensa, de forma pouco explícita, o professor do ensino superior de ter qualquer estágio ou trabalho que o insira no magistério superior (BRZEZINSKI, 2006)³³.

Segundo Brzezinski (2006), na década de 1980 já havia uma grande ressonância das lutas em favor da valorização do professor e movimentos de estudos³⁴ a respeito da formação desse profissional. No bojo dessas lutas e estudos estava a crítica ao modelo de formação do professor em nível nacional. Na Universidade Católica, a partir do segundo semestre de 1990, iniciaram-se encontros que desembocaram numa nova política de formação de professores, apresentada em 1993 e materializada no “Projeto de Formação de Professores da UCG”. A nova política buscava

Otimizar a qualificação e a carga horária dos docentes, a iniciação à pesquisa, o aproveitamento de turmas, o espaço físico, e, principalmente, promover um ensino de melhor qualidade, visando à verticalização e à interdisciplinaridade de estudos, mediante uma lógica curricular que propiciou a elaboração de currículos mais consistentes, mais sintéticos e mais ágeis (PROJETO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UCG, 1998).

O Projeto possuía, como princípios norteadores: a qualidade, a interdisciplinaridade, a verticalidade e a simplicidade. A estrutura curricular visava a preparação do professor, bacharel e especialista e, especialmente, a superação da dicotomia entre bacharel/licenciado, conteúdo específico/contéudo pedagógico, teoria/prática e graduação/pós-graduação. Conforme Brzezinski (2006):

A reformulação dos cursos se deu de forma estrutural, pois as licenciaturas passaram a ter disciplinas em uma base comum para todos os alunos que desejassem ser professores, que se mantém até hoje. No entanto, uma mudança se fez em 2004. Essa base comum advém da orientação da Associação Nacional de Formação do Profissional de Educação (ANFOPE), que identifica como base comum o que forma o docente independentemente da área de atuação. Pois o aluno não se localizava anteriormente como docente, como pesquisador ele se sentia bacharelado e depois fazia uma complementação docente. Na verdade não é assim, nós não fazemos distinção entre o pesquisador-professor, todo professor tem que ser pesquisador. Então esse era outro princípio da ANFOPE e nós o adotamos (BRZEZINSKI, 2006).

³³ Iria Brzezinski em entrevista concedida à Simone Aparecida Borges em 27/7/2006.

³⁴ A respeito do assunto ver CANDAU, V. (Org.) *Novos Rumos da licenciatura*. Rio de Janeiro: INEP/PUC-RJ, 1987.

Para nortear e ao mesmo tempo manter a unidade do curso, criou-se um eixo temático. O eixo temático da 1ª turma (1994/2) dos cursos, com base no Projeto Formação de Professores, intitulou-se Ciência, Tecnologia, Educação e Cidadania.

A carga horária de cada curso da licenciatura variava de 2580 a 3390 horas-aula e, por sua vez, o número de créditos podia variar de 190 a 226, já inclusos os créditos da pós-graduação. O curso estava dividido em três áreas: formação comum, formação específica e especialização. É interessante destacar que, conforme o Projeto de Formação de Professores da UCG, inicialmente o curso terminava com a especialização, ou seja, no 8º período, como pode ser visualizado no quadro a seguir:

Quadro 16 – Grade Curricular de História (Vigência: a partir de 1994/2)

Períodos	Disciplinas	Nº de Créditos
1º	Português I	4
	Tópicos de Filosofia	4
	História Antiga	8
	Introdução aos Estudos Históricos	2
	Elementos de Geografia e Estudos de Mapas	4
	Atividades Interdisciplinares I	2
	Nº DE CRÉDITOS NO PERÍODO	24
2º	História Medieval	8
	Teoria e Metodologia da História	6
	Informática e Educação	4
	Teologia	4
	Atividades Interdisciplinares II	2
	Nº DE CRÉDITOS NO PERÍODO	24
3º	História Moderna	8
	História da América Pré-Colonial	6
	História do Brasil Colonial	4
	Antropologia Social	4
	Atividades Interdisciplinares III	2
	Nº DE CRÉDITOS NO PERÍODO	24
4º	História Contemporânea	8
	História do Brasil Imperial	6
	História da América Independente	4
	Estrut. Func. do Ensino de I e II Graus	4
	Atividades Interdisciplinares IV	2
	Nº DE CRÉDITOS NO PERÍODO	24
5º	História do Brasil Republicano	8
	História América Contemporânea	4
	Teorias Sociológicas	4
	Psicologia da Educação	6
	Atividades Interdisciplinares V	2
	Nº DE CRÉDITOS NO PERÍODO	24
6º	Método e Técnicas de Pesquisa em História	8
	Teoria Política	4
	História do Tempo Presente	4
	Didática e Prática de Ensino de História I	6
	Atividades Interdisciplinares VI	2
	Nº DE CRÉDITOS NO PERÍODO	24

Quadro 16 – Grade Curricular de História (Vigência: a partir de 1994/2)

Períodos	Disciplinas	Nº de Créditos
7º	História de Goiás	6
	Historiografia	4
	Monografia	6
	Didática e Prática de Ensino de História II	6
	Atividades Interdisciplinares VII	2
	Nº CRÉDITOS NO PERÍODO	24
8º	ESPECIALIZAÇÃO	

Fonte: Grade Curricular de História, UCG, 1994.

É importante ressaltar que a professora Iria Brzezinski (2006), ao rememorar o processo de implantação do referido Projeto na UCG, relatou que houve uma resistência por parte dos cursos de História e Biologia em relação a ele. Ao se implantar a base comum, houve forte inserção das disciplinas de cunho geral e das disciplinas pedagógicas, o que foi alvo de intensas críticas. Aliado a esse contexto, houve uma diminuição das disciplinas de caráter específico que, segundo Brzezinski (2006), poderiam ser aprofundadas no 8º período. Os alunos do curso de História, todavia, não esperaram chegar a esse ponto, a partir do segundo período começaram as críticas.

Conforme Brzezinski (2006), iniciou-se um trabalho de formação dos próprios docentes dos cursos de Biologia e História. Quanto ao curso de Biologia, realizaram-se vários seminários visando à integração dos professores, alunos e administradores que, aos poucos, se incorporaram ao Projeto. Na avaliação de Brzezinski (2006), o curso de Biologia posteriormente tornou-se um dos maiores defensores do Projeto de Formação de Professores da UCG. No curso de História, todavia, a mobilização e a resistência por parte dos alunos foram mais acentuadas:

Os alunos do curso de História queriam uma formatura separada dos demais cursos e o nosso projeto não permitia. Se era um projeto global, a formatura também era global, feita com todos os alunos. Mas os alunos do curso de História não aceitavam. Então era uma questão social também, porque eles diziam que tinha que ser uma formatura específica, pois os pais viriam e não encontrariam seus filhos na imensidão de formandos. Então tudo era pretexto para que a História não aceitasse o Projeto. Mas o que aconteceu? Com a paciência histórica e como houve resultados em outros Departamentos, a História foi entendendo paulatinamente... (BRZEZINSKI, 2006).

As críticas ao Projeto diziam respeito à diminuição da carga horária das disciplinas específicas, pois os alunos se viam descontentes ao comparar a grade curricular anterior com a

que estavam cursando. Constatavam que várias disciplinas haviam sido “enxugadas” ou mesmo extintas. Outra insatisfação, logo de início, foi em relação às chamadas Atividades Interdisciplinares, que eram bastante desorganizadas, salas lotadas e tumultuadas, isto é, sem aproveitamento efetivo por parte dos alunos. Ao final de cada semestre, realizava-se uma avaliação do curso com o corpo discente. Assim, somente a partir do terceiro semestre houve uma melhor estruturação dessas Atividades. Outra polêmica quanto à grade curricular proposta pelo Projeto de Formação de Professores foi sobre seu término no 8º período, com a especialização. Diante de tal obrigatoriedade, os alunos de História novamente se mobilizaram como os demais alunos dos cursos envolvidos no Projeto. Sobre esse assunto, Machado (2006) relata:

O aluno terminando o curso já entrava de imediato na especialização, que era o 8º período. Na época foi motivo de grande polêmica, porque foi interpretado ou até mesmo colocado como uma especialização obrigatória e, na realidade, o curso tinha terminalidade no 7º período. Então muitos alunos não quiseram fazer a especialização, por mais que se mostrasse a eles que era interessante fazer uma especialização rápida, muitos não quiseram. E era um direito deles colar grau no 7º período. Mas isso provocou um tumulto no HGS e na universidade como um todo (MACHADO, 2006).

Ao analisar e avaliar a criação do Projeto de Formação de Professores da UCG, Brzezinski (2006) conclui que ele logrou grandes êxitos, como a superação do modelo baseado na dicotomia entre formação específica e formação pedagógica; as Atividades Interdisciplinares, que inicialmente foram criticadas, transformaram-se depois em atrativo dos cursos de licenciatura da UCG. Outro êxito foi em relação à interdisciplinaridade, que pôde ser evidenciada nos trabalhos monográficos do final da graduação dos alunos egressos dos cursos que fizeram parte do Projeto. Se por um lado os trabalhos desenvolvidos pelos alunos foram interdisciplinares, por outro, o corpo docente não conseguiu ainda desenvolver o trabalho interdisciplinar. Nesse sentido, “a formação de formadores foi uma das grandes crises que não se resolveu e permanece até hoje” (BRZEZINSKI, 2006).

Outro ponto positivo que a depoente destacou foi o expressivo aumento no número de alunos dos cursos integrantes do Projeto. Segundo Brezezinski (2006) isso deveu-se principalmente por não haver a dicotomia entre o bacharelado e a licenciatura e pelo fato dos estudantes saírem graduados e especialistas, o que facilitava a sua inserção no mercado de trabalho, embora a especialização não fosse obrigatória. Ainda esclareceu que “No início a especialização era obrigatória, depois por ingerência legal, ela deixou de ser obrigatória, pois

nós tínhamos que ter uma terminalidade na graduação e na pós-graduação. Então o curso terminava no 7º período, e no 8º o aluno fazia a especialização ” (BRZEZINSKI, 2006).

Ao analisar o número de alunos matriculados no curso de História, entre 1993 e 1996, verifica-se um expressivo aumento, conforme quadro a seguir:

Quadro 17 – Matrícula por semestre no curso de História da UCG (1993 a 1996)

História	1º Semestre	2º Semestre
1993	21	17
1994	30	43
1995	40	45
1996	46	48

Fonte: Projeto de Formação de Professores da UCG, 1998.

A primeira turma do Projeto formou-se em 1998/1, com concluintes dos seguintes cursos de graduação: Biologia, Filosofia, Física, Geografia, História, Letras, Matemática e Pedagogia; e de pós-graduação: Educação Ambiental, Educação e Informática, Educação Especial e Cultura, Memória e Linguagem. A formatura, evidentemente, contou com grande número de formandos devido à presença de oito cursos de graduação. É importante destacar, todavia, que dos 30 alunos matriculados em 1994 somente 10 optaram por fazer a Especialização do 8º período, e 16 alunos, no total, participaram das solenidades conjuntas de formatura o que demonstra ainda a grande relutância por parte dos alunos do curso de História em aceitar não somente a formatura conjunta, mas também a própria filosofia do Projeto (CONVITE DE FORMATURA DA PRIMEIRA TURMA DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, BACHARÉIS E ESPECIALISTAS, 1998). Os demais optaram pela colação de grau especial. Conforme avaliação da professora Iria Brzezinski (2006), aos poucos as resistências do curso de História ao Projeto foram sendo rompidas. Assim, poucos alunos deixavam de fazer o 8º período.

Importa ressaltar que o aumento progressivo do alunado nos cursos de licenciatura da UCG deu-se não só pela reforma curricular implementada pelo Projeto Formação de Professores de 1994, mas também pela crescente demanda provocada pela promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996), que exigia a licenciatura para aqueles que estivessem atuando em sala de aula. Houve, assim, uma grande procura pelas licenciaturas. Muitos profissionais já formados em outras áreas, mas que atuavam em sala de aula, tiveram de voltar à Universidade para cursar a licenciatura. No caso específico de História, por exemplo, advogados que davam aula, principalmente nos cursinhos

pré-vestibulares de Goiânia, tiveram de retornar para fazer a licenciatura. Na mesma situação os pedagogos que, para atuarem no ensino secundário, tiveram de se especializar na área em que atuava ou cursar a licenciatura específica. O mesmo ocorreu com outros profissionais que eram graduados em outros cursos, mas não possuíam a licenciatura. É interessante destacar que muitos professores, em fase de aposentadoria, com longos anos de magistério na Rede Estadual/Municipal de Goiânia, tiveram de optar por cursar o ensino superior ou deixar de atuar no Ensino Fundamental e Médio.

A revitalização das licenciaturas da UCG, corroborada também pelo subsídio proporcionado pela Reitoria, contribuiu para o revigoramento do curso de História. O seu desenvolvimento, todavia, ainda continua na dependência de fatores tais como:

Fortalecimento da ciência e do conhecimento histórico, através da defesa dos seus métodos e da formação de bons profissionais; a defesa do Curso de História da UCG numa conjuntura desfavorável, agravada pela oferta de mais Cursos de História, seja na UFG, nas Faculdades do Estado de Goiás e principalmente, diante da atabalhoada expansão dos cursos superiores, promovida desordenadamente, nos últimos anos, para responder aos anseios do empresariamento educacional; a formação do corpo de professores/pesquisadores de história (PPP DO CURSO DE HISTÓRIA, 2005, p. 6).

A partir de 1999 foram implantadas ações que visavam enfrentar os desafios pontuados anteriormente, o que resultou na composição do “Projeto de Revitalização da Área de História”. Em 2000 iniciou-se uma nova grade curricular, que vigorou no segundo semestre desse ano, com um total de 192 créditos e 2.880 horas/aula, distribuídos em 7 períodos. Nessa grade ainda prevaleciam as Atividades Interdisciplinares (I a VII) e a especialização no 8º período, mas não obrigatória.

Em 2003, no intuito de manter o curso no nível “A”³⁵, o curso de História sofreu novas alterações visando promover ensino e pesquisa em História. Percebe-se também a inclusão de disciplinas ligadas às novas tendências historiográficas, principalmente ligadas à História Cultural, como: Mito e Teatro como Prática Educacional, Produção de Textos Didáticos em História Regional e História, Patrimônio e Cultura.

Da proposta de revitalização do curso de História surgiram a grade curricular de 2004/1 e o Plano Político Pedagógico (PPP) de 2004, que romperam com a Especialização do 8º período. Concomitantemente percebe-se, com maior intensidade, a incorporação das novas concepções em História, fruto das novas tendências agregadas pelo corpo docente do HGSR.

³⁵ Conforme avaliação do MEC em 2002.

É importante destacar que, desde o início da década de 1980, foi crescente o número de docentes com título de Mestre e, no final da década de 1990 e a partir do ano 2000, vieram os doutores. Em 2004 do quadro permanente de professores do curso de História, 19 ao todo, 8 são doutores, 8 mestres e 3 especialistas. O retorno desses professores, depois de realizarem mestrado e doutorado, deu novo impulso ao curso, pois houve a agregação de novas idéias, colocando o curso de História da UCG, já no final da década de 1990, em sintonia com as novas tendências historiográficas, pode-se dizer que a partir de então o curso vem recebendo um novo figurino. Houve também a renovação das linhas de pesquisas do CPHGS. Foram criadas disciplinas ligadas à História Cultural, disciplinas do Tempo Presente, culminando com a Especialização em História Cultural e a criação do Mestrado, que tem como área de concentração “Cultura e Poder”.

Na reformulação do Curso ainda prevaleceu a articulação entre o ensino e a pesquisa, teoria e prática, a formação do historiador e do professor de História. Visando a superação da dicotomia entre disciplinas pedagógicas e disciplinas da área de formação específica, retirou-se da grade curricular de 2004/1 o termo bacharelado, vigorando apenas a licenciatura em História. A grade curricular pretendia a formação do pesquisador e do professor de História. Para tanto deveriam ser desenvolvidas atividades “no ambiente da instituição e/ou fora dela que se destinem à consolidação do perfil desejado na forma de estágios, programas de iniciação de estágios, programas de iniciação científica” (PPP DO CURSO DE HISTÓRIA 2004/1, 2005, p. 19).

Dentro da política de formação e de integração ensino/pesquisa, professor/historiador, o CPHGS propôs a criação da Especialização de Formação de Professores, tendo como área de concentração a História Cultural da UCG, com o objetivo geral de “Aprofundar conhecimentos básicos da história cultural para a atuação no trabalho como professor e pesquisador de história” (PPP DO CURSO DE HISTÓRIA DA UCG, 2005, p. 116). A proposta do CPHGS para criar uma Especialização com área de concentração em História Cultural deveu-se, como já foi dito, às novas tendências de pesquisas já desenvolvidas no Centro, pelos professores-pesquisadores e alunos de graduação do curso de História, tendo em vista também o rico acervo documental do Centro de Pesquisa em História, Geografia e Ciências Sociais (CPHGS), bem como o acervo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC). A área de concentração em História Cultural foi pensada face às transformações da sociedade e da maneira de pensar e de fazer História:

Jacques Le Goff, no livro “A História Nova”, descreve a importância dessa moderna orientação histórica que subverte não só o domínio tradicional da história mas também o das novas ciências humanas, envolvendo, sem dúvida, todo o campo do saber. Le Goff faz um balanço dos dois domínios da História Nova: o primeiro relacionado à história dos marginais, considerando-a de influência marcante no campo da História Nova; o outro, o do imaginário, ainda impreciso ligado à releitura da história literária, da arte, da psicanálise, da psichistória e da Antropologia Cultural, buscando nessas ciências elementos que permitam enriquecer e transformar a abordagem tradicional. O novo historiador, que busca o sentido da história nessa revelação, deverá percorrer novos caminhos, na fecundidade das múltiplas contribuições e na pluralidade dos sistemas de explicações, para além das ortodoxias ideológicas. É tarefa do novo pesquisador escolher, entre tantos caminhos, os melhores, os que possam conduzir a história em direção a diferentes modos de pensar e de compreender o mundo. Essa é a tarefa que propomos desenvolver, na Especialização de Formação de Professores, a Área de Concentração em História Cultural (PPP DO CURSO DE HISTÓRIA 2004/1, 2005, p. 115–116).

Conforme o PPP do curso de História da UCG, a graduação tem por objetivos propiciar ao licenciado em História:

a possibilidade de compreender o mundo em que vivem, a partir do conhecimento das experiências vividas pelas diferentes sociedades, em tempos e espaços diversos, assim como capacitá-los a possibilitar a compreensão por outros indivíduos do mundo em que vivem, por meio da produção e da transmissão do conhecimento histórico, através de práticas diversas (PPP DO CURSO DE HISTÓRIA 2004, 2005, p.13).

Ainda segundo o PPP, o graduado no curso de História da UCG deverá

estar capacitado ao exercício da docência, em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão. Atendidas estas exigências básicas e conforme as possibilidades, necessidades e interesses das Instituições de Ensino Superior (IES), com formação complementar e interdisciplinar, o profissional estará em condições de suprir demandas sociais relativas ao seu campo de conhecimento (magistério em todos os graus, preservação do patrimônio, assessorias a entidades públicas e privadas nos setores culturais, artístico, turístico, etc.), uma vez que a formação do profissional de História se fundamenta no exercício da pesquisa e da extensão (PPP DO CURSO DE HISTÓRIA 2004/1, p. 14).

Em 2005/2, para atender à nova proposta curricular do curso de História, foi estabelecida uma nova política de estágios na UCG, entendendo como estágio a:

atividade prevista no processo de formação profissional, deverá pautar-se pelas exigências formais previstas pela UCG [...] com vistas a garantir [...] uma correta e

imediate inserção do futuro profissional no mercado de trabalho, contemplando uma efetiva articulação teórico/prática (PPP DO CURSO DE HISTÓRIA DA UCG 2004/1, 2005, p. 117).

Conforme o PPP (2005, p. 118), o estágio, concebido também como prática de Extensão, deveria ocorrer em ambientes escolares e não-escolares, mediante projetos supervisionados por supervisores acadêmicos e profissionais da área. De acordo com essa política, o Curso de História se constituiria dos Estágios I, II, III, IV, compreendidos entre o 4º e o 7º períodos. Propunha também uma série de atividades visando não somente a formação profissional em História, mas também uma maior interação da Universidade com a comunidade. Daí serem desenvolvidas as denominadas Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais, de caráter complementar ao currículo básico, entre elas: seminários, ciclos de debates, comunicações diversas, mini-cursos e atividades culturais e viagens científico-culturais.

A nova proposta de formação de professores de História da UCG, expressa no PPP 2004/1, visava conferir o grau de licenciado ao aluno e objetivava a superação das dicotomias professor/pesquisador, conteúdo específico/contéudo pedagógico, teoria/prática. A matriz curricular do curso de História ficou estruturada em 7 semestres, com carga horária de 2.810 horas/aula, totalizando 174 créditos, como pode ser visualizado no quadro a seguir:

Quadro 18 – Núcleo de disciplinas da matriz curricular do Curso de História da UCG (2004/1)

Disciplinas	Núcleo de Disciplinas	Nº de Créditos
Disciplinas de Formação Geral	Língua Portuguesa I Sociedade, Cultura e Educação Filosofia Teologia e Formação de Professores	16
Disciplinas de Formação Pedagógica – comuns às Licenciaturas	Teorias da Educação Educação, Comunicação e Mídia Psicologia da Educação I Políticas Educacionais Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico	22
Estágio Supervisionado	Estágio Supervisionado I, II, III e IV	28

Quadro 18 – Núcleo de disciplinas da matriz curricular do Curso de História da UCG (2004/1)

Disciplinas de Formação Específica	Antiguidade Oriental e Clássica História da História Teorias Antropológicas História Medieval História da América Pré-Colombiana Teoria Política História Moderna História da América Colonial História do Brasil Colonial História da África História Contemporânea História da América Independente História do Brasil Imperial História da América Contemporânea História do Brasil Republicano História de Goiás Teorias Sociológicas História do Brasil Recente Produção do Pensamento Histórico Projeto de Pesquisa em História História do Tempo Presente Produção do Pensamento Histórico Brasileiro Pesquisa Monográfica em História	92
Total de Créditos		174

Fonte: PPP do Curso de História da UCG 2004/1, 2005.

Ao analisar a Grade Curricular de 2004/1, percebe-se que houve mudança na nomenclatura de algumas disciplinas; mudança de disciplinas de um semestre para outro; fim da disciplina Atividades Interdisciplinares, e, ao que parece, criação de disciplinas que contemplam alguns dos núcleos dessas Atividades. Outra nítida constatação é o aumento das disciplinas pedagógicas, fato que se explica pela proposta do curso, que é o de Licenciatura em História. Parte da idéia de que a graduação, a licenciatura em História, deve formar, concomitantemente, o professor e o pesquisador em História, e ainda, parte do pressuposto de que todo professor deve ser um pesquisador, mas nem todo pesquisador necessariamente virá a ser um professor.

Para a efetivação da proposta pedagógica, no ano de 2004 o curso de História possuía o seguinte corpo docente:

Quadro 19 – Docentes do Curso de História da UCG (2004)

Docentes	Graduação em História	Titulação	Regime de Trabalho	Área de Conhecimento
Antônio Luís de Souza	Licenciado	Espec.	30 h	História das Sociedades Agrárias
Dulce Madalena R. Pedroso	Licenciada	Ms.	40 h	História das Sociedades Agrárias
Eduardo José Reinato	Licenciado	Dr.	40 h	História Cultural
Geisa Cunha Franco	Licenciada	Ms.	40 h	História das Sociedades Agrárias
Heliane Prudente Nunes	Licenciada	Dr ^a	40 h	História Cultural
Heloísa Selma F. Capel	Licenciada	Dr ^a	40 h	História Cultural
Josélio Mendes Luz	Licenciado	Ms.	40 h	História da Sociedades Agrárias
Laís Aparecida Machado	Licenciada	Ms.	40 h	História das Sociedades Agrárias
Leopoldo Nardini	Licenciado	Ms.	40 h	Educação
Lúcia Helena Rincon	Licenciada	Dr ^a	40 h	Educação
Luiz Carlos dos Santos	Licenciado	Esp.	40 h	Educação
Luisa Maria M. César	Licenciada	Esp.	40 h	História Regional
Maria Amélia Garcia Alencar	Lic./Bacharel	Dr ^a	40 h	História Cultural
Maria do Espírito Santo R. Cavalcante	Licenciada	Dr ^a	40 h	História Econômica
Maria Madalena Queiroz	Licenciada	Ms.	40 h	Educação
Maurides Batista de Macedo Filha	Licenciada	Dr ^a .	40 h	História Econômica
Paulo Rodrigues Ribeiro	Licenciado	Ms.	40 h	História das Sociedades Agrárias
Terezinha A. Mendes Marra	Licenciada	Dr ^a	40 h	Relações Internacionais
Walmir Barbosa	Licenciado	Ms.	40 h	História das Sociedades Agrárias

Fonte: PPP do Curso de História da UCG 2004/1, 2005.

É oportuno dizer que a configuração do quadro docente do curso de História da UCG se deu de forma diferenciada da do quadro docente da UFG. Enquanto na UFG se constata a presença de *gerações*, na UCG não se pôde trabalhar com essa categoria, pois o quadro docente da UCG foi sendo configurado de modo diferenciado. Inicialmente, no período da gênese do curso, formou-se um quadro com docentes que não possuíam formação específica em História e alguns padres. Depois, concomitantemente, formou-se um quadro com docentes fundadores do curso, egressos do próprio curso. As décadas de 1970 e 1980 marcaram a saída de muitos docentes do quadro de professores da UCG. Como se mencionou, com a implantação do Regime de Dedicção Exclusiva muitos docentes optaram por ficar apenas na UFG, depois pela própria situação de crise da Universidade Católica: crise das licenciaturas e crise financeira.

Em 1987 e 1988 foram realizados os últimos concursos para suprir as vagas deixadas por esses professores. A partir de então o quadro docente do curso de História se

configurou da seguinte forma: de um lado, um quadro permanente, composto por professores concursados, ressaltando-se não ter ocorrido ainda aposentadorias, como na UFG, também por professores que estavam retornando da UFG; e do outro, um quadro flutuante de docentes, composto por professores convidados que muitas vezes eram os mesmos que retornavam. Há que esclarecer que a contratação de professores convidados é uma política da UCG, portanto, não está restrita somente ao HGSR. Todas essas políticas inseriam-se em um contexto de medidas de contenção, ou seja, tornava-se menos oneroso contratar professores por um ano e dispensá-los posteriormente, bem como contratar profissionais já aposentados e bastante titulados, pois, assim, a instituição não teria que investir em sua qualificação.

2.4 A PESQUISA EM ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA NA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

2.4.1 O Instituto de Antropologia da Universidade Católica de Goiás: o precursor da pesquisa antropológica no Estado de Goiás

A busca pela história do IGPA tornou-se necessária face à ligação cultivada entre o Instituto e o Departamento que integra o curso de História. Primeiro, porque o IGPA nasceu da iniciativa de professores ligados ao Departamento de História, na época ainda Faculdade de Filosofia; segundo, pela proximidade desde os bolsistas do curso de História até os professores do HGS, que se integravam e ainda se integram ao núcleo de pesquisas do IGPA. A história do IGPA, todavia, tornou-se uma teia complexa, permeada por disputas que, a princípio, não ficaram evidentes, porém, mediante a confrontação entre fontes orais e fontes escritas, elas se tornaram nítidas. Em outras palavras, ao que tudo indica a história do precursor do IGPA, o Instituto de Antropologia (IA), não está registrada na história da UCG com a devida atenção. Recentemente, em uma publicação da UCG, denominada “Momento”, saiu um pequeno histórico sobre o IGPA e de fato o IA não foi mencionado, ou seja, a breve existência do precursor do IGPA e o nome dos primeiros fundadores estão esquecidos, isto é, apagados da memória da UCG.

Ao consultar as fontes orais percebe-se que a história do IGPA, na verdade, está envolta em disputas. Rassi (2006), ao abrir um diálogo com seu passado e analisar e representar esse passado, apresenta a seguinte versão sobre a gênese do IGPA:

A fundadora foi a professora Mari Baoicchi auxiliada por Antônio Teixeira Neto, Horieste Gomes, depois pela professora Abiacy Fradique, depois o Jaime Marchese, por mim, pelo Mário Arruda, que esteve desde o primeiro momento, o Luís Eurico Moreira, paleontólogo, que chegou logo em seguida. E também alguns alunos entre eles, hoje professor Altair, na época era aluno do primeiro ano de Geografia. Então foi aí fundado o IGPA, que naquela época era só Instituto de Antropologia. Ficamos no IA mais de dois anos, fizemos pesquisas em São Domingos e em Jaupaci. Depois o Instituto passou a ser IGPA e tomou assim um caminho maior. Mas as primeiras pesquisas foram os dois projetos em São Domingos, principalmente baseados na gruta de São Domingos, na Terra Ronca e outras mais. O IGPA foi re-fundado várias vezes e tomou uma outra conotação e os primeiros nomes me parece que desapareceram da história do IGPA. Depois a professora Mari Baoicchi saiu da Católica, eu acabei indo para a direção do Departamento e nessas re-fundações o nosso nome saiu da história do IGPA (RASSI, 2006).

Na voz da professora Sarita Rassi o objetivo da criação do Instituto de Antropologia era

desenvolver pesquisas na área de Antropologia, porque havia muito interesse de nós conhecermos a Arqueologia e a Antropologia do Estado de Goiás, que naquela época quase não tinha nada. Então a Católica começou a se interessar por isso, quer dizer, foi uma tentativa de conhecimento real do Estado de Goiás, foi esse o objetivo. E como já eram vários professores de Antropologia e alguns de Geografia interessados, nós tínhamos também o professor Essilo, que era de Física, ele contribuiu muito nessa pesquisa também, ele faleceu logo depois num acidente, professor Essilo foi excelente companheiro de pesquisa. Então, o interesse maior era resgatar a História, a Arqueologia e a Antropologia de Goiás (RASSI, 2006).

No depoimento de Rassi (2006) constata-se a estreita ligação entre o Departamento de História e o Instituto de Antropologia. Segundo a depoente, o IA nasceu dentro do Departamento que abrigava o curso de História e sempre manteve essa ligação com ele, já que os professores do Instituto eram do curso de Geografia ou História. Em suas palavras:

Eu era Diretora quando separou. Primeiro ele foi criado dentro do Departamento. Mas acontece que não deu certo e eu pedi então que o IGPA ficasse diretamente ligado à Vice-Reitoria. Naquele tempo era Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos. Na verdade, houve opiniões divergentes, então, em vez deles responderem diretamente à direção do HGS eles passaram a responder diretamente à Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos. Mas continuou a ligação, pois muitos professores estão nos dois lugares e muitas promoções nós fazemos em conjunto. Por exemplo, a Semana da Antropologia é feita também com a participação do Centro Afro-Brasileiro (CEAB). O CEAB quando faz um concurso ele traz o Departamento, trouxe Letras, trouxe o HGS. A gente tem muita coisa com o IGPA lá no CEAB. Agora nós estamos com dois professores de lá. Quer dizer engrossando as nossas fileiras, quer dizer, enriquecendo o trabalho da gente. Então essa participação conjunta eu acho que é muito importante. Tem a questão dos bolsistas do curso de História que estão no IGPA (RASSI, 2006).

A fundação do IGPA assume outra versão no depoimento a seguir:

O Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia surge dentro do curso de História, foi criado por mim, em 1972, com a ajuda de alunos do curso de História da Universidade. Esses alunos todos eles hoje são professores, por exemplo, Luiza Maria Mendes, Nara Neide Gonçalves, isso no início, Avelino Fernandes de Miranda, bem no início mesmo, foram os primeiros que começaram comigo. Todos da História, com exceção do Avelino da Geografia. E depois vieram outros, a Dulce Madalena Rios Pedroso, Lúcia de Fátima Lobo, Beatriz Aparecida Zanata, Maria Eugênia Brandão Alvarenga. E todos foram alunos que foram se formando, às vezes uns ficavam no Instituto, às vezes outros deixavam o Instituto e iam ficar só com aulas no Departamento. A maioria foi formada assim (BARBOSA A., 2006).

É importante salientar que, quanto aos objetivos e a ligação do Instituto de Antropologia com o Departamento de História, os depoimentos não se destoam:

O IGPA foi criado pra se dedicar mais à área de Pré-História mesmo, Pré-História e Antropologia, foi criado pra se dedicar a essas áreas. E a pesquisa histórica ficava em todo o seu nível de abrangência ficava mais para o Departamento de História. Mas o IGPA sempre buscava essa integração com o Departamento. Ele não funcionava sem o Departamento. Na realidade ele começou quase com um vínculo muito grande com o Departamento já que seus pesquisadores eram todos professores do Departamento de História e Geografia, com formação em História ou com formação em Geografia (BARBOSA A., 2006).

Cabe acrescentar que, apesar de administrativamente não manterem ligação, o “IGPA foi celeiro para a formação de professores para o Departamento de História”. Nas palavras de Machado (2006):

O IGPA não tem ligação administrativa com o Departamento de História, todavia, mantém estreita ligação no que diz respeito à formação de pesquisadores. Sim existe muito essa ligação. **O IGPA já foi quase que assim um celeiro de formação do Departamento de História.** Vários professores do Departamento passaram como bolsistas pelo IGPA. Lá tem um campo de pesquisa muito grande, principalmente hoje, com as chamadas Pesquisas de Contrato, são pesquisas que envolvem estudos sobre impacto ambiental. Faz-se um projeto para resgatar, que é uma coisa muito difícil de fazer, resgatar a cultura, pois cultura não se resgata, mas para você registrar aspectos da cultura daquela região. E no caso da Arqueologia isso é obrigatório constitucionalmente. Não se pode mexer num sítio arqueológico sem a autorização do IPHAN. Então isso envolve muito o trabalho de arqueólogos que envolve o trabalho de bolsistas. Por exemplo, vários professores que foram bolsistas do IGPA são ou foram professores do Departamento de História. Então vários alunos entravam lá como bolsistas e se encaminhavam para a carreira acadêmica. E, normalmente, o aluno de história tem um perfil adequado para trabalhar no IGPA. O de Geografia também, principalmente nessa área de Arqueologia. Mas o de História, na área de Antropologia tem mais, pois ele estuda Antropologia por tê-la na grade curricular (grifos nossos) (MACHADO, 2006).

O Instituto de Antropologia (IA) nasceu em 1968, ainda na Faculdade de Filosofia de Goiás. Desde o início sua direção foi assumida pela professora Mari Baioicchi. Em 1970 participaram do IA os seguintes professores: Padre Luís Palacín, Regina Lacerda, Cristina Kratz, Elder Passos, Braz de Pina e, como aluna do 2º ano de História, participou Lizete Caramaschi. Em 1971 ocorreu a sua efetivação, com membros permanentes (professores de Antropologia, Etnografia, Paleontologia e Arqueologia), e membros adjuntos (alunos e professores da Universidade e convidados para auxiliar na pesquisa) (PROJETO SÃO DOMINGOS I, 1971).

Conforme documentação pesquisada, o IA contou, para viabilização das pesquisas arqueológicas em Goiás, com o apoio financeiro da Fundação Inca de Cultura e da Inca S/A Crédito Imobiliário, de propriedade dos irmãos Baiocchi, representadas nesse período por César Baiocchi. Inicialmente o IA contou também com a ajuda de órgãos oficiais, como o Departamento de Turismo de Goiás, que liberou verbas para a pesquisa em São Domingos. Na voz de Baioicchi:

O governo de Leonino Ramos Caiado, engenheiro de minas, formado em Ouro Preto, que compreendeu e abraçou a causa Terra Ronca. E aí o Nelson Bosi, que estava no turismo, tinha fundado um Departamento de Turismo. Nelson Bosi estava lá junto com outras pessoas e o Leonino deu ordem para ajudar-nos financeiramente. Para não ficar só o INCA, que era a imobiliária dos meus irmãos, tinha carteira imobiliária para construção, acho que foi a primeira imobiliária aqui em Goiânia. Eram quatro irmãos homens que estavam ali dentro, era um grupo econômico de Goiás, com várias outras pessoas. Tivemos também o apoio do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), na época estava à frente do DNPM Átila Godoy, que forneceu tudo que precisávamos. Então de um lado tivemos o apoio do Estado, na figura do Leonino, que tinha sido meu colega de Liceu, e também do Átila Godoy, que era esposo da minha amiga. Então essas coisas ajudaram muito. Goiás tem muito dessas relações. Não sei hoje ainda, não estou fazendo uma análise social hoje, mas aquela época, a gente olhando para trás, Goiás muito agrário ainda, onde as relações pessoais pesavam muito. Por isso, apesar de sermos iniciantes, mas pelos laços de amizade tivemos pessoas que acreditaram no nosso propósito (BAIOICCHI, 2006)³⁶.

Sobre a criação do IA e um de seus primeiros eventos, a depoente relatou que:

Sob a orientação do professor Neiva, de Regina Lacerda, Zoroastro foi anterior, até foi homenageado na I Semana de Paleontologia, Regina e professor Neiva, no ano de 1968, já tínhamos formado junto com Braz Pompeu de Pina e o Elder Camargo de Passos, foi numa sala que foi a Faculdade de Direito da UCG, o Instituto de Antropologia da UCG. E esse instituto seria então o que buscava professores de várias instituições universitárias brasileiras para que eles viessem aqui oferecer

³⁶ Mari Nazaré Baioicchi em entrevista concedida à Simone Aparecida Borges, em 22/7/2006.

curso. Porque o professor Neiva, sempre apontava que devido a nossas universidades serem muito jovens, nós não tínhamos professores nessa área, por isso era preciso procurar em outros centros, trazer reforços, por meio de concursos e seminários. Aí nasce o primeiro Seminário de Antropologia, em 1970, onde vieram João Batista e Egon Shaden. Eu já estava matriculada para fazer o doutorado. O Egon Shaden era antropólogo e trabalhava com a linha das populações indígenas e o João Batista trabalhava com a linha das populações afro-descendentes, ele já tinha mestrado e doutorado nessa linha e com várias obras publicadas. Eles vieram para o Seminário de Antropologia e fizeram um sucesso tremendo. O João Batista recentemente deu um depoimento num Simpósio sobre a História da Antropologia em Goiás, ali no Museu Antropológico, o depoimento dele enfatizou que uma das coisas que mais lhe impressionou, ele e ao Egon Shaden, na época foi que de repente eles estavam num auditório com mais de 300 pessoas que perguntavam e participavam, ele vê como um marco da História da Antropologia em Goiás esse Seminário de Antropologia (BAIOCCHI, 2006).

Em 1970, de 17 a 22 de agosto, o IA promoveu um grande evento em Goiânia, o Iº Seminário de Antropologia, que contou com a participação de renomados Antropólogos, como João Batista Pereira Borges e Egon Shaden. Nessa ocasião também comemorava-se a Semana do Folclore. Sobre o tema, o jornal A Folha de Goiás (23/8/1970) noticiou que o evento promovido pela Universidade Católica de Goiás e pelos Departamentos Municipal e Estadual de Cultura apresentou ao público o modo típico da vida do goiano, com a conferência realizada pelo antropólogo da USP Egon Shaden sobre folclore goiano. Acrescentou ainda que o evento foi encerrado com dança de catira, considerada uma das maiores atrações da Semana.

O Jornal O Popular (1970, p. 7) também noticiou: “Continuando as comemorações da ‘Semana do Folclore’, nesta capital, o professor João Batista Pereira Borges, a convite do Instituto de Antropologia da UG, profere mais duas conferências no auditório da Federação das Indústrias”.

Outro evento importante promovido pelo IA foi a Semana de Paleontologia, em homenagem ao professor Zoroastro Artiaga. Conforme O Popular, em 18/5/1971:

À frente da organização da Semana de Paleontologia encontra-se a professora Mari Baiocchi, Diretora do Instituto de Antropologia da Universidade (Católica) de Goiás. A Semana foi iniciada com uma palestra do professor Carlos de Paula Couto, do Rio Grande do Sul, que focalizou o tema “Linhas Gerais da Evolução dos Vertebrados”. [...] também vai pronunciar palestras o professor Luiz Eurico Moreira [paleontólogo] da Universidade de Brasília e da Universidade Católica de Goiás (O POPULAR, 1971).

Por meio do Instituto de Antropologia iniciaram-se as pesquisas antropológicas, ou seja, foi ele o precursor dessas pesquisas no Estado de Goiás, por isso a importância de

resgatar a história e os sujeitos que estiveram à sua frente nesse período. Como esse fim, começou-se a inquirir as fontes sobre o que foi e como começou o Projeto São Domingos I (SD-I). O Jornal Cinco de Março (4/10/1971) entrevistou a então coordenadora do IA, professora Mari Baiocchi, que assim definiu o Instituto:

um órgão auxiliar da Universidade Católica no campo da pesquisa, embora realize também cursos de extensão cultural e seus componentes estejam ligados ao corpo docente da universidade. Enfim, o IA é filho da evolução por que passa o Estado de Goiás no setor das pesquisas e planejamento (BAIOCCHI, 1971 apud JORNAL CINCO DE MARÇO, 1971).

Na mesma reportagem do Jornal Cinco de Março, intitulada “A maior gruta do Brasil está em Goiás”, consta que o trabalho concreto realizado pelo IA foi o estudo da Gruta Terra Ronca, do qual participaram, além da coordenadora do Instituto Mari Baiocchi, geólogo, geomorfólogo, físico e cartógrafo. Na entrevista concedida ao jornal, Baiocchi (1971) explicita o que se realizou e relata porque foi escolhido São Domingos para as pesquisas:

No que diz respeito ao levantamento da Gruta Terra Ronca, já consideramos o trabalho concluído. Do município, contudo, está apenas iniciado. Escolhemos São Domingos para estudos porque em estudo bibliográfico à página 23 do livro “Riquezas de Goiás”, de autoria de Zoroastro Artiaga, encontramos citação sobre a gruta de Terra Ronca, já profetizando o seu turismo (BAIOCCHI, 1971 apud CINCO DE MARÇO, 1971).

Conforme histórico do Projeto São Domingos I (1971), a fim de levantar as possibilidades do campo escolhido como lócus de pesquisa, realizou-se uma visita ao local, no dia 20 de fevereiro de 1971, noticiada pelo Jornal O Popular de 29/3/1971. À visita de reconhecimento estiveram o prefeito de São Domingos Domingos de Oliveira, a professora Mari Baiocchi e, como observador, Emir Baiocchi. Sobre o assunto, Mari Baiocchi rememora que:

No projeto São Domingos, eu fui com o prefeito de São Domingos, que esteve em Goiânia, Domingos de Oliveira, e levou-me até São Domingos, eu e a meu irmão, que é o Emir César Baiocchi, que foi comigo para fazer companhia. Então dirigi-me a São Domingos em fins de 1970 para irmos à Terra Ronca, à Gruta, que foi citada por Zoroastro Artiaga em um livro dele. ele era muito jovencinho, devia ter uns 27 quando escreveu esse livro. Ele não tinha maiores informações à respeito, só ouviu falar. E eu perguntei para o Zoroastro à época e ele ajudou-me explicando-me coisas sobre o local. Então fomos com o prefeito e o meu irmão que tinha uma mineração por lá, meus irmãos da Fundação INCA, e eles então propiciaram um garimpeiro

com um jipe, daqueles antigos, aberto para nos levar á Terra Ronca e o prefeito foi junto, porque o prefeito não sabia da existência de Terra Ronca (BAIOCCHI, 2006).

Segundo Baiocchi (2006), suas pesquisas arqueológicas iniciaram em 1968, sob a orientação da USP. O seu depoimento revela os detalhes sobre a origem do Instituto de Antropologia, bem como o contexto que permeou a sua criação:

Eu precisava mapear o Estado de Goiás do ponto de vista do Inventário Arqueológico, eu estava nessa objetividade, assim, de 1968 a 1973 eu fiz Arqueologia para o trabalho da USP, onde levava alunos constantemente. O Mário Arruda, que era da Faculdade, também participou a Abiacy Fradique, que era botânica, trabalhava no Instituto e sempre participava da pesquisa de campo. A Regina Lacerda, que já tinha feito pesquisa arqueológica, também me apoiou bastante nesse empreendimento. Ela foi professora de Artes e já tinha nome nacional como folclorista e como pesquisadora. Mas eu via na Regina minha professora perene, para conselho e para conversa. Então as pessoas me ajudaram muito, eu não tenho queixas, pois tive incentivo de mestres e de muitos de muitos colegas. O professor Horieste foi grande incentivador e várias outras pessoas, como Amália Hermano, que tinha sido professora no Centro de Estudos Brasileiros, que já falava em História de Goiás, também incentivou-me para a pesquisa. Então desde 1968 já fazíamos de pesquisas de campo. Eu me inscrevi na USP em 1967, e em 1968 fundava-se o Instituto de Antropologia para fazer as pesquisas. A maioria do trabalho eu fiz só, fiz o levantamento de quinze sítios arqueológicos, 6 ou 7 sítios foram feitos por alunos de Geografia e de História. E sempre o professor Neiva e Regina falavam que não era justo que eu fizesse as pesquisas e depois não tivesse um local para abrigar todo o acervo. Então eles diziam que deveria ter um lugar na universidade para abrigar esse acervo. E eu percebi que eles estavam orientando-me com toda razão, como em São Paulo também. Então abracei a idéia, me colocaram como coordenadora e fundamos o Instituto de Antropologia (BAIOCCHI, 2006).

Na análise de Baiocchi o Projeto São Domingos, todavia, se destaca por ter sido o primeiro projeto multidisciplinar:

Terra Ronca foi o ponto, o projeto do Instituto de Antropologia com o nome de “Goiás – São Domingos I” e “Goiás – São Domingos II”. A Sarita participou eu tenho fotografias dos pesquisadores, porque nós pedimos apoio ao Hélio Mauro, que era Secretário de Educação, ele nos apoiou. Eu tenho um filme aqui em casa de 16 milímetros e quem fez foi José Petrilo, aquele cineasta José Petrilo. Ele filmou, meus irmãos arrumaram o filme para ele, arrumaram tudo, arrumaram a máquina e ele foi para filmar. Então eu tenho o filme da primeira pesquisa feita lá. Tem filme, tem slides, têm fotografias, relatórios de campo, tem tudo pronto. E o DNPM, aqui em Goiânia, deve ter porque o DNPM emprestou o martelo de geólogo e emprestou o geólogo Lauribés para acompanhar-nos. Lauribés, porque nós não tínhamos geólogos na equipe. Tínhamos geomorfólogo, que era o Roberto Bucci, tinha o geógrafo que era o Horieste Gomes, o Antônio Neto, que era cartógrafo. O Mário Arruda era Diretor da Faculdade de Filosofia. E foi também dessa época. Essilo Vilela, era físico. Levamos médicos, como Doutor Arnaldo Velasco, íamos ficar uns dez dias em campo e não sabíamos das necessidades que teríamos. Então esse foi o

primeiro projeto multidisciplinar, envolvendo vários profissionais (BAIOCCHI, 2006).

Conforme O Popular de 4/7/1971, a equipe do IA, nessa época, já havia feito o levantamento dos sítios arqueológicos de 22 municípios goianos, e que concentrava em um projeto específico de São Domingos. Noticiou ainda que:

A equipe estava sob à coordenação da professora Mari Baiocchi e contava com a participação dos seguintes os professores: Altair Sales, Jaime Marchese, Horieste Gomes, Antônio Teixeira Neto, Roberto Bucci, Essilo da Costa Vilela, Abiacy Nunes Fradique, além dos senhores Domingos de Oliveira, José Petrillo, cinegrafista, Gino A. Petrillo, assistente de cinegrafista, Arnaldo G. Vellasco, médico, e Tasso Galvão Vellasco, observador (O POPULAR, 1971).

Sobre o destino do Instituto de Antropologia, Baoicchi (2006) assim relata:

O Instituto de Antropologia durou de 1968 a 1974, mas antes já houve a fundação do Museu, pois nós apresentamos a importância de se criar o museu para a Universidade Católica, com o objetivo de receber o acervo e que o Instituto devia vincular-se junto ao Departamento de História, que estava nascendo. Pois estávamos no processo de Reforma Universitária, falávamos que o Instituto devia existir, mas que se criasse o museu. Mas foi uma época de turbulência, 1973 e 1974, e os acontecimentos políticos se acirraram em Goiás, a situação estava se fechando politicamente em todo o Brasil e aqui também. A situação era gravíssima no Estado de Goiás, porque estava passando por aqui a “guerrilha”. E assim acirrou-se a repressão, onde nós sofremos muito particularmente. E onde os acontecimentos se precipitaram na Universidade Católica de Goiás. Foi então que, para minha surpresa, eu não sabia o desenvolvimento do que estava acontecendo e foram somas muito difíceis, onde num dado momento vi-me fora da Universidade, legalmente fora, por ato de reitor. E foi extinto em determinado momento também o Instituto de Antropologia, quer dizer, não se entendia, são nebulosas e eu não posso culpar ninguém. Foi um tempo de exceção, foram os anos de chumbo que se incrementaram nessa época, e eu não tenho muito boas lembranças (BAIOCCHI, 2006).

Diante de tal contexto percebe-se que de fato a primeira parte da história do IGPA foi “esquecida”, “desvaneceu-se” com o tempo. Foi necessário, portanto, buscar fontes não-oficiais para resgatar essa parte importante para a compreensão do processo histórico das pesquisas arqueológicas e antropológicas no Estado de Goiás. Conclui-se que o Instituto de Antropologia foi a gênese do processo que culminou com o Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA), cuja importância é hoje altamente reconhecida.

Há que ressaltar a importância atual do IGPA, nas palavras da professora Laís A. Machado (2006): “O IGPA foi um marco para a Universidade Católica”. Posteriormente, com a saída dos pioneiros do IA, que foi extinto, outros pesquisadores, já integrantes do Instituto,

assumiram de fato a sua direção e, sem dúvida, realizaram e realizam um trabalho relevante para o desenvolvimento das pesquisas antropológicas, arqueológicas e pré-históricas em Goiás.

Em 1977 o Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia recebeu o acervo do fotógrafo e documentarista Jesco Von Puttkamer, “resultado de mais de quarenta anos de atividades junto às sociedades indígenas brasileiras” (MOMENTO, 2006, p.2), como também

doações de filmes 16mm sobre a Amazônia do cineasta Adrian Cowell; diários de campo, artefatos indígenas e bibliografia pelo sertanista Acary de Passos Oliveira; relatórios de campo do sertanista Francisco Meirelles; conjunto de bonecas Karajá de 1954 colecionadas pelo arqueólogo Mário Ferreira Simões (MOMENTO, 2006, p. 2).

Em síntese, desde o seu precursor – o Instituto de Antropologia –, o IGPA “tem se firmado como uma instituição referencial de pesquisa a serviço do estudo, da memória e do patrimônio histórico cultural do Centro-Oeste e do Brasil” (MOMENTO, 2006, p. 2).

2.4.2 As Pesquisas e a Pós-graduação em História na Universidade Católica de Goiás

A criação do Centro de Pesquisa Histórica (CPH), em 1989, constituiu-se em marco para a articulação entre o ensino e a pesquisa no HGS. Conforme depoimentos, todavia, a pesquisa em História realizada pelo corpo docente do curso, mesmo antes dessa época, já se fazia latente no Departamento. As pesquisas partiam da iniciativa dos professores que, na maioria das vezes, as realizavam com poucos recursos ou recursos próprios. A fala a seguir expõe a experiência do depoente nas iniciativas de pesquisas do HGS:

Sempre houve a pesquisa no Departamento, se fazia de forma meio intuitiva, mas sempre houve iniciativas. Eu me lembro que nós íamos com os alunos para o arquivo histórico e lá pedíamos a eles que escolhessem os documentos ou às vezes de forma aleatória, e partindo da leitura desses documentos e a interpretação os alunos redigiam um relatório. E a partir daí se pensava em cinco temas de pesquisa. Sempre trabalhei com os alunos com documentos históricos, porque nessa época já havia mais material para se trabalhar. Eu falo que um grande marco para a História de Goiás foi a reedição de documentos que até então eram inacessíveis como o *Jornal Matutina Meia-Pontense* e os *Anais de Goiás* (MACHADO, 2006).

Corroborando esse pensamento, o relato a seguir:

No caso do HGS a pesquisa existia mais na forma de vocação mesmo das pessoas que trabalhavam lá. Então as pessoas que tinham vocação para a pesquisa arcavam com seus projetos e integravam a esses projetos pessoas que tinham esse mesmo ideal. É diferente da mentalidade que você tem hoje na universidade. Hoje para formar um corpo de pesquisadores é exigido que você integre um grupo de pesquisas do CNPq³⁷ ou que você tenha bolsistas. Naquela época as pessoas trabalhavam mais por idealismo e desenvolviam projetos procurando associar o ensino à pesquisa e com isso ia envolvendo paulatinamente pessoas que tinham vocação para seguir o caminho da pesquisa, os que não tinham vocação seguiam o caminho do magistério (BARBOSA A., 2006).

O depoimento a seguir também confirma a existência de pesquisas que nasceram no HGS, mesmo com escassos recursos, pesquisas que partiam da dedicação pessoal dos professores:

Na Universidade Católica de Goiás o pessoal mesmo sem carga horária se dedicava à pesquisa. Em 1971 eu entrei na Católica e já fui participar de uma pesquisa em São Domingos, eu participei de São Domingos II e depois fui para Jeopaci. Então desde 1971 a Católica tem pesquisa e é assim mesmo diante de uma situação calamitosa, pois nós não tínhamos quase recursos. Os recursos eram mínimos, mas se fazia pesquisa (RASSI, 2006).

Conforme documentação pesquisada,

A criação do CPH foi resultado da implantação do bacharelado no currículo de História, grade de 1986, numa necessidade de adequação do Departamento à nova realidade de formação do pesquisador em História (PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO MESTRADO EM HISTÓRIA DA UCG, 2001).

Em entrevista, Machado (2006) rememora a época da criação do CPH, em que houve um grande incentivo por parte da vice-reitora de Pesquisa, professora Albertina Vicentini, e acrescenta que corroborou para a criação do CPH a prática da pesquisa já desenvolvida no Departamento por parte dos professores, destacando-se o pioneirismo do Padre Luís Palacín Gómez. Inicialmente a coordenação do Centro ficou a cargo do Padre Palacín, da professora Laís A. Machado e da professora Sônia Marquês. Conforme Machado (2006),

O objetivo do CPH era de desenvolver a pesquisa histórica, com destaque da pesquisa em Goiás. Formar um acervo, um local que os alunos pudessem ir para pesquisar. Nós tínhamos bolsistas para as pesquisas e com o tempo nós conseguimos comprar uma máquina de ler microfilmes. Nós microfilmamos dois jornais e deixamos lá esse material. Depois vieram as monografias dos alunos. Então com

³⁷ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

isso temos um acervo até amplo de trabalhos monográficos dos alunos do Departamento (MACHADO, 2006).

O CPH era ligado diretamente ao HGS e à Vice-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (VPG). Conforme as fontes consultadas, o Centro contribuiu de forma expressiva no que diz respeito ao seu incentivo à pesquisa, promovendo, inclusive, concursos de monografias. Machado (2006), ao buscar em seu passado as lembranças sobre o CPH, rememora que:

O CPH contribuiu muito para o desenvolvimento da pesquisa. Um trabalho que o Centro realizou muito nessa época foi o concurso de monografias para incentivar os alunos. Na época, por exemplo, da comemoração do Bicentenário da Revolução Francesa nós fizemos um concurso de monografias, foi também uma promoção da Aliança Francesa. O primeiro colocado ganhou uma passagem para a França. Depois na época da comemoração da Chegada à América e também os 500 anos do Brasil foram promovidos o mesmo concurso. Outra frente que o Centro também contribuiu foi em pesquisas desenvolvidas por alunos, até muitos diziam que não era pesquisa científica, mas era um tipo de pesquisa para montar peças teatrais. Nós tivemos nessa época a peça sobre a Revolução Francesa, que se chamou “Liberté Uai”, depois tivemos sobre Canudos, que se chamou “Sob o sol de Canudos”. A partir dessa experiência o Grupo Arte e Fatos permanece até hoje na Universidade (MACHADO, 2006).

O CPH nasceu com o intuito de incentivar e promover as pesquisas no HGS, mas também desenvolveu outras atividades, como as de extensão: uma viagem ao México e viagens a cidades históricas, como Ouro Preto, promovidas pela professora Sônia Marquês.

Em 1992 o CPH iniciou um processo de reformulação e de redefinição de seus objetivos. Concomitantemente a UCG também assumiu uma política mais definida em relação à implementação e ao desenvolvimento da pesquisa na Universidade. Com essa nova postura, houve um crescimento do número de projetos apresentados junto à Vice-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (VPG), para obtenção de bolsas de iniciação científica, e ainda “o aumento da participação de professores do Departamento nos programas institucionais de iniciação científica, PIBIC/CNPq e BIC/VPG (vide anexo), abriu nova perspectiva de atuação para o Centro de Pesquisas Históricas” (PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO MESTRADO EM HISTÓRIA NA UCG, 2001, s.p.).

Por outro lado, o IV Fórum de Pesquisas, realizado em 1995, também contribuiu para a redefinição das atividades de pesquisa no âmbito da Universidade. Esse contexto proporcionou a ampliação do CPH, transformando-o, em 1996, em Centro de Pesquisa do Departamento de História, Geografia e Ciências Sociais (CPHGS), “com o propósito de se

transformar em um laboratório para as disciplinas do Curso de História, dando o suporte para a formação do professor-pesquisador, constituindo-se prioritariamente em um centro de documentação histórica” (PPP DO CURSO DE HISTÓRIA 2004/1, 2005, p. 113).

Dentro da proposta do CPHGS, ressaltam-se os seguintes objetivos:

Centralizar as pesquisas do Departamento (pesquisa individual, monografias de graduação em História e Geografia, especialização de Estudos Regionais) (vide anexo); divulgar, acompanhar e definir as linhas de pesquisa para o Departamento; estimular a realização de conferências, seminários, mini-cursos, visando o aprimoramento profissional de professores e alunos; viabilizar a publicação das produções das diversas áreas que compõem o departamento; desenvolver estreita ligação com a PROPE e Institutos de Pesquisa da UCG e de outras Instituições; estimular a participação de professores e pesquisadores e alunos nos programas institucionais de apoio à pesquisa; apoiar a participação dos pesquisadores do CPHGS em eventos de credibilidade nacional e internacional, através da comunicação de suas pesquisas; fomentar atividades de Pós-Graduação, criando condições para implementar cursos de especialização, mestrado e doutorado (PPP DO CURSO DE HISTÓRIA 2004/1, 2005, p. 114).

Inicialmente o CPHGS possuía as seguintes linhas de pesquisa: Estudos Regionais; Memória, Identidade e Paisagem; Memória, Patrimônio e Arquivística; Memória e História; e Sertão e Discurso. Ao serem reavaliadas, em 2004, pela Congregação do HGS, as linhas de pesquisas foram redefinidas em: Estudos Regionais, História, Memória e Linguagem; Cultura, Educação e Poder; Sociedade, Estado e Imaginário; Estudos do Sertão; e Estudos de Gênero.

A professora Laís A. Machado faz a seguinte análise sobre a reestruturação do CPH:

O CPH foi se alterando e adaptando-se às novas realidades, foi se transformando. Assim os objetivos se ampliaram, porque a partir de sua criação se englobaram as outras áreas; se formaram grupos de pesquisa mais heterogêneos para trabalhar de uma forma integrada. Teve uma época também que o Centro procurava divulgar os trabalhos dos professores que faziam mestrado ou doutorado. E lá sempre foi o espaço também para a apresentação das monografias (MACHADO, 2006).

No contexto apresentado anteriormente, do incentivo à pesquisa, surge a pós-graduação (*lato sensu*) em História na UCG. O primeiro curso iniciou-se em 1988, com a Especialização em História do Brasil Contemporâneo, que ofereceu duas turmas: uma em 1988 e outra em 1990. Em 1995 foi oferecido o curso de Especialização em História Cultural; em 1998 e 1999, o curso de Especialização denominado Cultura, Memória e Linguagem; em 1999 também o curso de Estudos Regionais.

Conforme documentos pesquisados, os cursos de Especialização oferecidos pelo HGS “geraram uma produção ligada às linhas de pesquisa do CPHGS e aos projetos de pesquisa do referido centro, totalizando 10 (dez) monografias no curso Brasil República e 5 (cinco) no Curso de História Cultural” (PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO MESTRADO EM HISTÓRIA NA UCG, 2002, p. 7).

Os cursos de Especialização mencionados contaram com a participação de mestres e doutores não só da UCG, como também de outras instituições, o que pode ser visualizado no quadro a seguir:

Quadro 20 – Docentes atuantes nos cursos de Especialização em História da UCG (1988–1999)

Nome do docente e titulação	Instituição de origem
Dr. Alberto Aggio	UNESP
Dr. Alcir Lenharo	PUC–SP
Dra. Heliane Prudente Nunes	UFG
Ms. José Maria Baldino	UCG
Ms. Laís Aparecida Machado	UCG
Dr. Luís Palacín Gómez	UCG/UFG
Ms. Maria Amélia Garcia Alencar	UCG
Ms. Maria das Graças Salgado	UFG
Ms. Maria Fernanda Bicalho	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
Ms. Maria Rita Sperb Santana	UCG
Dr. Nasr Nagib Fayad Chaul	UFG
Dr. Noé Freire Sandes	UFG
Ms. Paulo Rodrigues Ribeiro	UCG

Fonte: Proposta de criação do mestrado em História da UCG, 2002.

Em 2002 foi oferecido o curso de Especialização em História do Brasil Republicano, com um total de 360 horas de duração, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394/96. O curso era de responsabilidade do HGS e estava estruturado em 4 módulos: Política Econômica (40 horas), Movimentos Sociais e Religiosidade (40 horas), Relações Exteriores (35 horas) e Cultura e Mentalidades (35 horas). A Metodologia da Pesquisa possuía uma carga horária de 30 horas e o Trabalho Monográfico, 60 horas.

Ao longo da trajetória do curso de História, como se evidenciou, houve, sem dúvida, o desenvolvimento e o amadurecimento das pesquisas nessa área do saber, notadamente após a criação do CPH, em 1989, e, posteriormente, com os cursos de especialização *lato sensu*. No decorrer desse tempo o corpo docente do curso de História qualificou-se, chegando a um número expressivo de mestres, doutores e doutorandos, que vêm se destacando com diversas publicações divulgadas em Congressos Nacionais e Internacionais (vide anexo), resultantes de pesquisas desenvolvidas junto ao CPHGS, PIMEP/NEG e no IPEHBC³⁸ (vide anexo). Vários resultados de pesquisas foram divulgados e/ou apresentados em congressos: em 1998, no Encontro Anual da Associação Americana de História Oral, foram apresentados resultados de pesquisa; em 1999 três professores apresentaram suas pesquisas no Encontro realizado em Anchorage-Alaska; em 2000, em Istambul, no Congresso Internacional de História Oral foram apresentados resultados de pesquisa de três professores de História da UCG; em 2000, foram apresentadas pesquisas de três professores no Congresso de História Oral realizado em Ávila, na Espanha; também em 2000, no Congresso de História da Educação, em Coimbra, foram apresentados resultados de pesquisas; em 2001, na X FIEALC, em Moscou, três professoras apresentaram suas pesquisas.

Diante dessa realidade constatou-se um amadurecimento científico do corpo docente do HGS, que já conta na atualidade com um quadro permanente e qualificado de mestres e doutores. O quadro advém não apenas da política interna de qualificação da UCG, empreendida desde o final da década de 1970, como também, mais recentemente, em cumprimento às determinações da LDB, 9.394/96, que exige que um terço do quadro de professores seja composto por mestres e doutores.

No curso de História da UCG os professores qualificados, quando retornam de seus doutorados, retomam e consolidam pesquisas, a princípio consolidou-se o grupo de pesquisa História e Memória, posteriormente foram criados novos grupos, provocando, assim, uma renovação e a seleção de novos temas vinculados às novas tendências historiográficas. Todas essas mudanças representaram vetores para a criação do Mestrado em História da UCG. Diante disso o grupo de doutores do curso de História apresentou a proposta de criação do Mestrado em 2001, aprovado em 2006. O Mestrado em História foi pensado tendo

³⁸ O IPEHBC tem como meta principal fornecer subsídios aos pesquisadores e interessados na produção do conhecimento histórico do Brasil Central. Seu acervo bibliográfico, apesar de diversificado e enriquecido com obras relativas à história da Igreja Católica, é composto em sua maior parte por obras referentes a Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Distrito Federal.

como referência a produção do conhecimento científico e a riqueza das fontes documentais existentes no CPHGS, no IPEHBC (Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central), e no PIM-EP/NIG (Programa Interdisciplinar da Mulher – Estudos e Núcleo de Investigação de Gênero) (PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO MESTRADO EM HISTÓRIA DA UCG, 2002, p. 8).

Conforme Proposta de Criação do Mestrado em História, a primeira tentativa de sua criação foi em outubro de 2001 e apresentava a seguinte comissão responsável: Dr^a Heliane Prudente Nunes, Ms. Laís Aparecida Machado (Diretora do HGS), Dr^a Maria Cristina Nunes Ferreira Neto, Dr^a Maria Helena de Oliveira Brito, Dra. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante e Dr^a Maurides Batista Macêdo, Dr^a Teresinha A. Mendes Marra. Em março de 2002 foi reapresentado o projeto, sob a coordenação da professora Heliane Prudente. À primeira comissão foram acrescentados: Ms. Elizabete Bicalho, à época Diretora do HGSR e os recém-doutores do Departamento: Heloisa Selma Fernandes Capel, Eduardo José Reinato, Maria Amélia Alencar e Lúcia Helena Rincon Afonso.

A Proposta de criação do Mestrado em História da UCG teve como principais justificativas para a sua implantação a crescente demanda por cursos de pós-graduação de egressos do curso de História não só da UCG, como também de outras instituições universitárias de Goiás e até mesmo de outros centros universitários do Brasil. O Estado de Goiás, até o ano de 2005, conforme o quadro a seguir, contava com os seguintes cursos de Licenciatura e Bacharelado em História:

Quadro 21 – Cursos de graduação em História oferecidos pelas instituições de Educação Superior no Estado de Goiás (1949/2004)

Nome da Instituição	Município	Início do Funcionamento	Autorização do curso	Data de Reconhecimento
Universidade Católica de Goiás (UCG)	Goiânia	1/4/1949	14/1/1949	3/3/1952
Universidade Federal de Goiás (UFG)	Goiânia	4/4/1961	2/3/1961	14/12/1967
Universidade Estadual de Goiás (UEG)	Porangatu	15/4/1985	21/6/1985	17/6/1997
UEG	Anápolis	24/2/1986	13/4/1987	12/2/1992
UEG	Formosa	27/5/1987	28/5/1987	10/7/1998
UEG	Quirinópolis	1/1/1988	16/2/1990	12/2/1993
UEG	Morrinhos	1/3/1988	16/2/1990	20/3/1997
UEG	Itapuranga	29/8/1988	16/2/1990	4/11/1996
UEG	Goiás	1/2/1989	22/11/1989	23/12/1997
UEG	Goianésia	2/4/1990	15/10/1993	6/12/1996
UEG	Pires do Rio	14/4/1994	7/3/1994	10/1/2001
UEG	Jussara	20/2/1999	1/10/1998	*
UEG	Itumbiara	21/2/2000	16/3/2000	*
UEG	Uruaçu	21/2/2000	16/3/2000	*
Universidade Salgado de Oliveira (Universo)	Goiânia	1/8/2001		*
Universidade Estadual de Goiás (UEG)	Trindade	6/10/2001	14/8/2001	*

Quadro 21 – Cursos de graduação em História oferecidos pelas instituições de Educação Superior no Estado de Goiás (1949/2004)

Nome da Instituição	Município	Início do Funcionamento	Autorização do curso	Data de Reconhecimento
UEG	Posse	6/10/2001	14/8/2001	*
Faculdade de Ciências Humanas de Anicuns	Anicuns	1/2/2003	31/1/2002	*
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Goiatuba	Goiatuba	12/7/2004	18/5/2004	*
Faculdades Integradas do Brasil Central (FIPLAC)	Luziânia	7/3/2005	16/11/2004	*
Centro Universitário de Goiás	Goiânia	1/8/2005	24/12/2004	*
Universidade Paulista (UNIP)	Goiânia	9/8/2005	20/8/2004	*

Fonte: INEP, 2005.

* Cursos ainda não reconhecidos até o ano de 2005.

Como se demonstrou por meio do quadro anterior houve uma expansão no número de cursos de História, notadamente via Universidade Estadual de Goiás (UEG). A criação desses cursos ocorreu, em grande parte, para atender aos professores da Rede Estadual de Ensino de Goiás, em obediência à Lei 9.394/96, que exigiu, no prazo de dez anos, a titulação do docente para atuar em sala de aula.

A criação do Mestrado em História, assim, justificava-se devido à crescente demanda e também pela constatação de que em Goiás só existia um curso dessa natureza, o da UFG, que oferecia apenas 15 vagas ao ano. “Assim sendo, o curso de Mestrado em História a ser oferecido pela UCG vai atender uma demanda reprimida de profissionais da área de História e afins” (PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO MESTRADO EM HISTÓRIA DA UCG, 2002, p. 11).

A proposta apresentava como área de concentração História Social e Cultural, procurando focar as linhas de pesquisas já desenvolvidas no CPHGS pelos corpos docente e discente do Departamento. No intuito de formar docentes-pesquisadores, o projeto de criação do Mestrado em História organizou-se dentro de uma perspectiva interdisciplinar, que englobava três áreas de pesquisas: História das Representações e Práticas Políticas; Sertão, Cultura, Memória e Literatura; e Sociedade, Família e Gênero.

No decorrer de 2002, até junho de 2006, a referida proposta não havia sido aprovada pela CAPES. Ao longo desse período a proposta original sofreu algumas alterações como, por exemplo, a mudança da área de concentração para Cultura e Poder. Enfim, em 12 de julho de 2006, deu-se o coroamento da trajetória da pesquisa realizada pelo HGS, atual

HGSR³⁹, mediante a aprovação, pela CAPES, na 92ª reunião de seu Conselho Técnico Científico (CTC), do Mestrado em História: Cultura e Poder da UCG.

O Mestrado em História da UCG pretende capacitar profissionais nessa área, tendo em vista a formação de docentes pesquisadores, como também:

Aprofundar o conhecimento profissional e acadêmico [...] possibilitar o desenvolvimento da habilidade para executar pesquisa histórica; aprimorar o ensino de graduação por meio da capacitação qualificada do corpo docente e do incentivo à pesquisa, a partir do desenvolvimento de programas de Iniciação Científica, de núcleos e grupos de pesquisa; divulgar a produção acadêmica produzida tanto no âmbito específico do programa de pós-graduação, quanto aquela produzida nos demais centros de pesquisa do Brasil e do exterior; e constituir-se em espaço de aglutinação de pesquisadores, brasileiros e estrangeiros, por meio da criação de núcleos e laboratórios de pesquisa, promoção de seminários e congressos (FLASH UCG, 2006, p. 2).

Conforme o jornal eletrônico da Universidade Católica de Goiás, Flash UCG (2006, p. 2), o profissional formado pelo Programa de Mestrado em História deverá estar apto para atuar em instituições públicas e/ou privadas ligadas à pesquisa e à preservação da memória, e ainda realizar a pesquisa histórica, a partir de releitura das fontes, enfocando os níveis nacional e regional, para assim possibilitar novos olhares sobre os objetos pesquisados.

A escolha da área de concentração em Cultura e Poder pretende viabilizar:

estudos históricos e historiográficos, seja no nível das micro-relações, seja no nível das relações macro-políticas, tendo como objeto o poder e o modo pelo qual o mesmo é distribuído no interior da estrutura social, incluindo-se tanto os aspectos da práxis política efetiva quanto as concepções, visões de mundo e reflexões político-filosóficas a ela associadas (CAPEL, 2006, p. 1).

Para atender a essa área de concentração do Mestrado foram definidas duas linhas de pesquisa: Identidades, Tradições e Territorialidades e Poder e Representações. Segundo Capel (2006, p. 1), as linhas foram delimitadas tendo em vista a experiência das pesquisas dos professores doutores integrantes do Programa de Pós-Graduação e com vínculos com a Universidade Católica de Goiás.

³⁹ O Departamento de História, Geografia, Ciências Sociais e Relações Internacionais (HGSR) é o atual nome do departamento. Veio com a criação do curso de Relações Internacionais em 1999. O Curso de Relações Internacionais recebeu autorização do Conselho de Ensino e Pesquisa (CEPE) da UCG, por meio da Resolução nº 03/99, de 25/3/99, que aprovou o Projeto apresentado pela Comissão Interdepartamental, sob a Coordenação do Departamento de História, Geografia e Ciências Sociais (HGS)–responsável pelo funcionamento do Curso. O curso foi reconhecido pelo Ministério da Educação, pela Portaria MEC nº 2878, de 13/7/2004, publicada no Diário Oficial da União no dia 16/9/2004.

No quadro a seguir consta o nome dos professores do Programa do Mestrado em História da UCG e suas linhas de pesquisa.

Quadro 22 – Docentes e Linhas de Pesquisa do Mestrado em História da UCG (2006)

Docentes	Título	Linhas de Pesquisa
Adriana Mara Vaz de Oliveira	Doutora	Identidade, Tradições e Territorialidade
Eduardo Gusmão de Quadros	Doutor	Poder e Representações
Eduardo José Reinato	Doutor	Poder e Representações
Goiamérico Felício dos Santos	Doutor	Poder e Representações
Heliane Prudente Nunes	Doutora	Identidade, Tradições e Territorialidade
Heloisa Selma Fernandes Capel	Doutora	Poder e Representações
Lúcia Helena Rincón Afonso	Doutora	Identidade, Tradições e Territorialidade
Maria Cristina Nunes Ferreira Neto	Doutora	Poder e Representações
Maria do Espírito Santo R. Cavalcante	Doutora	Identidade, Tradições e Territorialidade
Maria Helena de Oliveira Brito	Doutora	Identidade, Tradições e Territorialidade
Maurides Batista Macedo	Doutora	Identidade, Tradições e Territorialidade
Terezinha A. Mendes Marra	Doutora	Poder e Representações

Fonte: Capel, 2006.

Em síntese, o capítulo II reconstituiu a trajetória do curso de História da Universidade Católica de Goiás (UCG). Pôde-se constatar o seu pioneirismo na formação de professores de História para o Estado de Goiás, como também que foi o berço que embalou a geração de professores-fundadores do curso de História da UFG. Ainda percebeu-se que a dinamização da pesquisa aliada à crescente formação do quadro docente foram vetores para a criação do Mestrado em História da UCG, recém-aprovado pela CAPES, em julho de 2006. Os últimos acontecimentos demonstram o amadurecimento adquirido pelo Curso e, ainda, que o mesmo vem conseguindo enfrentar os desafios e consolidar-se no cenário educacional superior em Goiás.

O próximo capítulo abordará o percurso do curso de História da Universidade Federal de Goiás (UFG).

CAPÍTULO III

O CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

O intuito deste capítulo é de discorrer sobre o processo de constituição do curso de História da Universidade Federal de Goiás (UFG). Para tanto, os estudos se reportam ao Centro de Estudos Brasileiros (CEB), criado em 1962. O CEB, na verdade, foi o berço que embalou o curso de História da UFG. Após seu fechamento, em 1965, foi criado o curso de História e Geografia, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da UFG. Posteriormente à Reforma Universitária de 1968 (Lei 5.540), com a conseqüente fragmentação da FFCL, o curso de História integrou-se ao Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), enquanto que o curso de Geografia agregou-se ao Instituto de Química e Geociência (IQG). A partir de 1997, com o desmembramento do ICHL, o curso de História passou a compor o quadro de ensino da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia (FCHF).

3.1 O CENTRO DE ESTUDOS BRASILEIROS: “UMA UTOPIA QUE ESTEVE NAS MÃOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS E ELA NÃO SOUBE MANTER”

O ano de 1960, como se mencionou anteriormente, foi o da criação da Universidade Federal de Goiás. Na ocasião do primeiro aniversário da instituição realizou-se, no de 22 a 29 de janeiro de 1962, a “Semana de Planejamento da UFG”. O evento foi bastante significativo, pois foi divulgada a idéia da criação de um Centro de Estudos na recém-fundada Universidade, ligado diretamente à Reitoria. A proposta foi apresentada pelo professor Agostinho da Silva⁴⁰. Após tecer algumas considerações sobre as universidades

⁴⁰ **George Agostinho Baptista da Silva** (1906-1994) nasceu na cidade do Porto-Portugal, onde realizou seus estudos secundários e universitários. Licenciou-se e doutorou-se (1930) em Filologia. No ano 1933 tornou-se efetivo do Liceu José Estevão em Aveiro, no entanto, dois anos depois foi exonerado do cargo ao se recusar a assinar a Lei Cabral (um documento onde tinha que jurar não pertencer a nenhuma sociedade secreta). Após várias perseguições advindas da Igreja Católica e do Estado Português, o professor saiu de Portugal, passando pelo Uruguai e Argentina. No ano de 1944 fixou-se no Brasil. A sua presença no Brasil foi marcada por um conjunto de realizações culturais. Agostinho da Silva fundou e contribuiu com a fundação das seguintes instituições brasileiras: Instituto Oswaldo Cruz; Universidades da Paraíba e Santa Catarina; Centro de Estudos Portugueses, na Universidade de Brasília e Centro de Estudos Africanos e Orientais, na Bahia. No Estado de Goiás sugeriu ao reitor Colemar Natal e Silva a criação do Centro de Estudos Brasileiros. A Ditadura Militar iniciada na década de 1960, no Brasil, levou o professor português de regresso a Portugal, onde continuou seu

brasileiras, ressaltou a necessidade de criar um Centro de Estudos Brasileiros, “Um lugar onde se possa aprender o Brasil. As nossas universidades [...] ensinam de tudo, mas nada do que seja especificamente brasileiro” (SILVA, G., apud TELES, 1963, p. 13). A idéia era criar um Centro de Estudos nos moldes da experiência do Centro de Estudos Afro–Orientais, na Bahia, e do Centro de Estudos Latino–Americano, no Rio Grande do Sul.

Na voz do professor Horieste Gomes (2005), “a idéia era criar um Centro ligado à uma universidade nova, que desejasse avançar e inovar, com a visão de oferecer o máximo da realidade do Brasil [...], mas principalmente do Estado de Goiás”. O depoente ressaltava que a criação teve como forças impulsionadoras a experiência do professor Agostinho da Silva e a visão macro do reitor da época, Colemar Natal e Silva, ambos imbuídos de ideais de inovação. Na sua interpretação o CEB foi fruto de:

um salto qualitativo a partir de uma cabeça pensante que foi o professor Agostinho da Silva. Ele já veio com essa filosofia, com a experiência da África, já tinha experiência no Brasil com outros dois Centros, o da Bahia e do Rio Grande do Sul. E faltava instalar um Centro no Centro–Oeste [...] porque haveria ligação desse Centro com a própria criação de uma nova universidade (UFG), em grande parte influenciada pela UNB. A UNB surgiu com aquela dimensão de ser uma universidade aberta ao espírito universal, à cultura e ao conhecimento, conglomerando tudo ali, o possível, atraindo o máximo de competências para o Planalto Central. E o CEB teve um papel imenso dentro da realidade do Estado de Goiás na interação com a Universidade Federal e desta com a Universidade de Brasília, aí vem a figura do reitor da época, professor Colemar Natal e Silva, que foi, sem dúvida alguma, um elemento expoente, tinha uma visão macro, de projetar a universidade ao nível daquilo que havia, a ciência, a literatura, a cultura da humanidade. O Colemar também, como o professor Agostinho, partiu para várias iniciativas. Uma foi de endossar e aprovar a criação do Centro de Estudos (GOMES, 2005).

Gomes (2005), em seu depoimento, destacou também a importância do papel desempenhado pelo professor Gilberto Mendonça Teles na estruturação do CEB:

Primeiro, porque o professor [Gilberto Mendonça Teles] estava dentro do espírito do pensamento idealista do professor Colemar, “ele estava eivado daquela filosofia de otimismo, de colocar uma universidade à frente, moderna”. Segundo, porque era um liberal, possuía um pensamento livre e engajado no processo de modernização da universidade. Por isso ele reuniu em torno de si pessoas como Bernardo Élis, Ático Vilas Boas, juntamente com os ideais do professor Colemar e do professor Agostinho da Silva. Esse conjunto de pessoas estava engajado na perspectiva de

trabalho dedicado ao estudo da língua, à docência. Nesse período de regresso o seu trabalho foi reconhecido e nos últimos anos de sua vida tornou-se bastante popular por sua participação no programa “Conversas vadias”, da RTP1. O escritor e professor Gilberto Mendonça Teles informou que este ano (2006) Portugal comemora o Cent., Centenário do professor Agostinho da Silva, por isso foi convidado a realizar duas palestras sobre a atuação do professor homenageado na criação dos Centros de Estudos no Brasil.

uma universidade moderna e **o Centro seria uma célula da modernidade, a grande célula da modernidade**. O pensamento do reitor era de que o Centro de Estudos representasse uma unidade da UFG voltada ao estudo das realidades nacional e regional, portanto se tratava de uma inovação o fato de estudar a regionalidade (grifos nossos) (GOMES, 2005).

Segundo Teles (2006), a idéia de criar um Centro de Estudos na Universidade Federal de Goiás esteve inserida na perspectiva do novo:

O contexto nacional era do novo: Juscelino construindo Brasília, Darcy Ribeiro construindo a UNB, universidade que seria a mais moderna do Brasil. Esperava-se nacionalmente uma política revolucionária e, além disso, o goiano tinha visto e crescido com uma nova capital. Colemar Natal e Silva estava em cheio nessa idéia do novo, do revolucionário e, além disso, contou com o sentido utópico da filosofia de Agostinho da Silva (TELES, 2006)⁴¹.

O Centro de Estudos Brasileiros tinha por meta o estudo das realidades brasileira e goiana, reunindo em torno de si a imensa diversidade cultural do País e apreendendo a cultura do Estado. Importa ressaltar que para o professor Agostinho o ideal de criação de um Centro ligado à Universidade Federal de Goiás pautava-se em dois princípios: o primeiro, por se tratar de uma universidade nova, portanto, sem um passado de tradição e com novas perspectivas; segundo, por estar numa região próxima a Brasília, lugar de fácil percepção da diversidade regional brasileira.

Conforme Teles:

além disso, para que fosse realmente um “centro”, de modo a carrear para si os vectores diversos das áreas culturais brasileiras, era sobretudo necessário que existisse na área central do Brasil, ao lado de Brasília. Somente no Planalto Central do Brasil se verificam certas peculiaridades demográficas e sociais heterogêneas, funcionando como perfeita amostragem das mais diversas e diferentes regiões brasileiras. Propunha então que [...] a Universidade Federal de Goiás fundasse o seu Centro de Estudos Brasileiros, com o objetivo principal de estudar, ensinar e pesquisar todos os aspectos da realidade brasileira (TELES, 1963, p. 13–14).

Ao estabelecer um diálogo entre passado e presente, Teles (2006) recorda-se da importância do professor Agostinho da Silva não só para a constituição do Centro de Estudos Brasileiros, como também para a sua vida pessoal, já que partiu do professor a sugestão para

⁴¹ Gilberto Mendonça Teles em entrevista concedida à Simone Aparecida Borges, em 2/6/2006.

que o reitor o indicasse para a estruturação do CEB. O relato a seguir detalha a sua trajetória junto ao Centro de Estudos:

Antes da Conferência , eu recebi no IBGE a visita do prof. Agostinho da Silva que, conhecendo meus livros de poemas e alguns artigos que publiquei em jornais de Goiânia e Brasília, quis me conhecer pessoalmente. Na conversa, falei sobre alguns de meus projetos de investigação literária e lingüística, em andamento, e recebi dele o convite para estar presente no encerramento da Semana, no Hotel Bandeirantes [...]. Compareci e, conversando com D. Genesy, esposa do reitor e minha ex-professora de francês na Faculdade de Filosofia, fiquei sabendo que o prof. Agostinho havia sugerido o meu nome ao reitor e que este ia me convidar para ser o organizador e, depois, o diretor do Centro de Estudos Brasileiros, cuja criação ele ia anunciar essa noite [...] A partir daí fui posto à disposição da Universidade Federal de Goiás [...] Logo me enquadraram num cargo de professor e pude então pedir minha exoneração do IBGE [...] Começa, portanto, em janeiro de 1962, o meu trabalho de Diretor de Departamento de Pesquisa do Centro de Estudos Brasileiros (CEB), na Universidade Federal de Goiás. Três meses depois fui promovido a “Coordenador e Executor dos Planos de Estruturação do Instituto de Pesquisas Culturais e Educacionais do CEB”. **E em agosto virei Diretor do Centro de Estudos Brasileiros, conforme Portaria nº 85, de 3 de agosto de 1962** (grifos nossos). Continuei no cargo até o fechamento do Centro (TELES, 2006).

Ao final da Semana de Planejamento da UFG, o reitor Colemar Natal e Silva anunciou a criação do Centro de Estudos Brasileiros, com a aprovação do Conselho Universitário da Universidade Federal de Goiás, pela Resolução n.º 12, de 9 de fevereiro de 1962 (TELES, 1963, p. 14).

Após a conferência proferida pelo professor Agostinho da Silva, em 11 de março de 1962, o reitor instalou o Centro de Estudos Brasileiros. O CEB não possuía sede própria, iniciando suas atividades em salas do Conservatório de Música. Em julho 1962 o reitor, que também era presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, cedeu salas do Instituto para o funcionamento do Centro de Estudos.

A princípio o CEB ofereceu um curso de extensão cultural, no período noturno, denominado “Estudos Goianos”. O curso tinha a duração de dois semestres e o objetivo de implementar o ensino e a pesquisa da realidade goiana. Para o ingresso exigia-se do candidato somente a aprovação no exame vestibular, tendo por princípio estender o benefício às pessoas que não cursaram o ensino secundário. Ademais, havia o critério de “Findo o Curso de Estudos Goianos, o aluno que tiver concluído o curso secundário terá direito de ingresso, sem vestibular, no Curso de Estudos Brasileiros” (TELES, 1963, p. 18).

A idéia de criação do Centro de Estudos foi prontamente aceita pelo reitor da Universidade Federal de Goiás. Quanto à criação de Congênere no Estado de São Paulo, houve oposição por parte do Conselho Federal de Educação, que entendeu que as estruturas

das Faculdades de Filosofia seriam abaladas. Conforme a análise do professor Agostinho da Silva tal justificativa não procedia, visto que:

[...] em primeiro lugar não se percebe que o Centro viesse a abalar o que nas Faculdades de Filosofia ainda é o melhor, a Geografia, a Biologia, a Física, a Química, a Matemática; em segundo lugar não podia haver abalo nenhum para a Filosofia, que nas nossas Faculdades é apenas título de cadeira ou de seção, e nada mais; o abalo seria apenas para as chamadas Letras, incluindo História, e bendito seria o abalo, porque na maior parte das vezes o que aí existe é apenas uma péssima Escola Normal de professores de ensino secundário ou o emprego de quem falhou em outras profissões (SILVA G., 1963, p. 32).

O professor Agostinho da Silva (1963, p. 32) acrescenta que no Estado de Goiás a situação transcorreu de forma diferente, já que o reitor decididamente aceitou a idéia de se criar um Centro de Estudos agregado à UFG. Segundo as análises do professor, o Estado de Goiás, desse modo, havia se libertado da limitação de proporcionar ao aluno um ensino e uma pesquisa fragmentados, com conteúdos distantes de sua realidade. Nesse sentido, ressalta que a Universidade Federal de Goiás *“foi a primeira a ter um curso de história do seu Estado”* (SILVA G., 1963, p.31). O professor complementa que fracassou no intento de implantar em Santa Catarina uma Cadeira de História do Estado, já que nessa universidade até sumiram com o processo de criação da disciplina. Em Goiás, porém, diz o professor, tudo encaminhou de forma rápida e receptiva devido *“a capacidade de ação, audácia, a inteligência construtora, a sensibilidade regional e nacional do reitor Colemar Natal e Silva, que não olha a Reitoria, como tantos outros, mesmo os que se apregoam mais progressistas, como um feudo pessoal”* (SILVA G., 1963, p. 32).

Cumprir destacar que a visão do Prof. Agostinho da Silva em relação ao dirigente da UFG é compartilhada por vários outros sujeitos históricos. Em diversos textos e depoimentos, o reitor é retratado como um homem de visão futurística, dinâmico e de ação. Digamos que no momento histórico atual ele fosse comparado a um empreendedor. Como se mencionou, o momento histórico exigia alguém com tais características e pelo que se constatou o reitor procurou se adaptar ao contexto.

A riqueza do pensamento e o idealismo do professor Agostinho da Silva, como também o *“espírito”* do CEB, estão bem presentes em seu discurso, proferido no Centro de Estudos:

[...] no seu segundo ano de existência, com muito boa resposta da população universitária, já o Centro mantém, a par do Curso de Estudos Goianos, um Curso de Estudos Brasileiros; espero que este não fique apenas limitado a seus valores

próprios, mas na medida em que o plano de contenção de despesas do Governo lho permite – [...] leve Goiás os melhores do Brasil, que muitas vezes, senão a maior parte das vezes, não estão nas Universidades, quaisquer que sejam as suas ideologias, porque na vida só é fecundo o diálogo, só é vivo o confronto de pensamentos, só fazem luz, não as idéias, mas os seus entrecosques. O Centro de Estudos Brasileiros da Universidade Federal deve ser o ponto de reunião de todos os que se interessam pelo Brasil, em qualquer de seus aspectos e qualquer que seja o seu ponto de vista (SILVA G., 1963, p. 32).

Os depoimentos correspondem a essa idealização, todos reconheceram que o mais significativo para eles no CEB foi a convivência com as diferentes formas de pensamento e a liberdade de expressão. Nas memórias do professor Horieste Gomes o tema foi assim representado:

Havia um corpo docente estruturado, livre do ponto de vista do pensamento, das idéias, livre para produzir, para se expressar, produção escrita, falada, para se manifestar. A gestão do professor Gilberto também foi muito importante, era um liberal que apoiava todas as iniciativas. E respeitava as tendências, por isso que dentro do Centro nós tínhamos as tendências, não se usa mais falar, mas na época, nós tínhamos as de esquerda e de direita, essa bipolarização. Naquela época eu era militante já do PC, quando eu entrei no Centro, ele evidentemente sabia. (GOMES, 2005).

Outro depoente acrescenta que no CEB havia uma convivência democrática entre alunos e professores, como também o cultivo da liberdade de expressão, corroborada pela figura do diretor:

O professor Gilberto tinha uma qualidade muito valiosa, ele se comportava como um de nós, isso também foi uma coisa. Enquanto nas escolas pré-existentes na Universidade o diretor se comportava como um catedrático, o Gilberto era uma pessoa, marcadamente democrática (MOREYRA, 2005)⁴².

As instalações do Centro de Estudos eram precárias, todavia os cursos oferecidos por essa unidade de ensino foram bastante procurados desde o início. Freitas (2005), ao analisar e interpretar essa característica do CEB, apresenta a explicação a seguir: “ali nós tínhamos um *élan* muito grande, éramos todos muito jovens e havia uma disposição para o trabalho, um questionamento permanente, vontade de aperfeiçoar e de melhorar” (FREITAS, 2005).

⁴² Sérgio Paulo Moreyra em entrevista concedida à Simone Aparecida Borges, em 4/7/2005.

Outro diferencial do Centro de Estudos dizia respeito à composição da grade curricular. Na grade do Curso de Estudos Goianos se destacou a flexibilidade e a diversidade de disciplinas. Conforme plano de cursos pesquisados, referentes a 1964, destacam-se disciplinas voltadas para o estudo de aspectos da realidade goiana. O quadro a seguir evidencia essa característica:

Quadro 23 – Docentes e disciplinas do curso de Estudos Goianos do CEB/UFG (1963)

DISCIPLINAS	DOCENTES
Antropologia Cultural de Goiás	Antônio Theodoro da Silva Neiva
Economia de Goiás	Vicenzo Falcone
Geografia de Goiás	Horieste Gomes
História de Goiás	Modesto Gomes
Literatura Goiana	Antônio Geraldo Ramos Jubé

Fonte: Programa de Curso das disciplinas do Curso de Estudos Goianos, Centro de Estudos Brasileiros, 1963.

Ressalta-se que o programa de História de Goiás, elaborado pelo professor Modesto Gomes, apresentava um conteúdo diversificado, pois se propunha a abordar os diferentes aspectos regionais: políticos, econômicos, artísticos, literários e educacionais, além de indicar quatro conferências para o ano letivo de 1964.

No programa de Geografia de Goiás, organizado por Horieste Gomes, consta, como um dos objetivos gerais da disciplina, “Incentivar o interesse pelos problemas regionais, mostrando o papel da Geografia como auxílio ao seu equacionamento, notadamente num estado que se desenvolve” (GOMES, 1963). Destaca-se nesse programa o incremento de aulas teóricas e práticas, incluindo pesquisas e excursões. A avaliação final era realizada no período compreendido entre os meses de agosto e dezembro. O professor orientava o aluno para a elaboração de uma tese original sobre as cinco disciplinas cursadas. Assim, ao final do segundo semestre o estudante apresentava cinco trabalhos.

Em março de 1962 iniciou-se o curso de Graduação em Estudos Brasileiros, com duração de quatro anos e com quatro disciplinas por semestre. Para o ingresso nesse curso era necessário que o candidato fosse aprovado em vestibular e apresentasse conclusão do ensino secundário, sendo o exame vestibular direcionado para as áreas de Língua Portuguesa, História e Geografia do Brasil.

A grade curricular da graduação em Estudos Brasileiros oferecia um leque diversificado de disciplinas e era bastante flexível. Havia as disciplinas programadas, mas

poderiam ser substituídas; eram semestrais, em substituição ao tradicional ano letivo, sendo que algumas tinham a duração de dois semestres.

A primeira grade curricular do Curso de Estudos Brasileiros possuía as seguintes disciplinas, no primeiro semestre: História do Brasil, Geografia do Brasil, Língua Portuguesa e Noções Gerais de Estatística. No segundo semestre de 1962 ministrou-se: Língua Portuguesa, Instituições Jurídicas Brasileiras, História da Arte no Brasil e Introdução à Cultura Brasileira. No segundo ano do curso constavam as seguintes cadeiras: Antropologia Cultural Brasileira, Literatura do Brasil, Economia do Brasil e Sociologia Brasileira. Para os semestres seguintes estavam previstas: História Política Contemporânea, Política Externa do Brasil, História da Educação Brasileira, Noções de Didática Geral, Lingüística Brasileira, Teoria Geral de Pesquisa. Ao final do curso o aluno receberia o diploma de Graduação em Estudos Brasileiros (TELES, 1963, p. 17–18).

O quadro a seguir detalha algumas das disciplinas ministradas no CEB e seus respectivos professores:

Quadro 24 – Disciplinas e docentes do curso de Estudos Brasileiros do CEB/UFG (1963)

DISCIPLINAS	DOCENTES
Antropologia Cultural de Goiás	Antônio Theodoro Neiva
Cultura Brasileira	*
Economia de Goiás	Vicenzo Falcone
Economia Política	*
Geografia Humana do Brasil	Bernardo Élis F. Curado
História do Brasil	José Ubiratan de Moura
História do Brasil	Amália Hermano Teixeira
História Política Contemporânea	Lena Castello Branco F. Costa
Instituições Jurídicas	Rui Ferreira Bretas
Literatura Goiana	Antônio Geraldo Ramos Jubé

Fonte: Planos de Aulas dos professores do Centro de Estudos Brasileiros, 1963.

*Não consta o nome do docente.

Percebe-se, devido às disciplinas do CEB, que havia um realce no estudo das humanidades e nos aspectos regionais–nacionais, ou seja, estavam em sintonia com a proposta educacional sinalizada pelo idealizador do Centro de Estudos, professor Agostinho da Silva.

Em suas palavras:

Outras Universidades em outros países podem ser inteiramente técnicas, podem ser inteiramente científicas, podem ser inteiramente de grau de doutorado ou de quantos doutorados acima disso quiserem. A nossa tem que ser essencialmente humana. A nossa tem que ser essencialmente uma instituição virada para os problemas do homem, do homem tal como ele se apresenta na realidade. Só assim cumprimos nossa missão dentro do Brasil (SILVA G., apud TELES, 1963, p. 11).

A partir do estudo de documentos e principalmente das fontes orais, compreendeu-se que o espírito inovador do CEB, em contraposição aos aspectos tradicionais do ensino superior no Brasil, traduziu-se também pela incorporação de novas posturas pedagógicas e administrativas, que podem ser vislumbradas por medidas, tais como:

[...] a oportunidade de opção entre algumas disciplinas, graças a uma certa flexibilidade introduzida nos currículos; a adoção de uma “carreira do magistério”, evitando assim a improvisação da cátedra vitalícia; e, através de pesquisa, dando oportunidade ao aluno de manter contato permanente com a realidade estudada (TELES, 1963, p. 15)

Outra inovação do CEB dizia respeito à avaliação, houve a eliminação das provas parciais. O aluno seria avaliado pela execução de um conjunto de atividades, como seminários e pesquisas no decorrer do semestre e, ao final, por meio da elaboração de uma tese apresentada perante banca de professores.

No relato de um ex-aluno a confirmação sobre o método avaliativo utilizado pelo CEB:

Os alunos eram avaliados com notas de 0 a 5 [...] E o sistema de avaliação era o seguinte, por exemplo, História do Brasil, isso valia pra todas as disciplinas, você tinha um sistema semestral, quando a Universidade ainda era anual [...] você tinha que fazer quatro monografias, uma por mês, escutava as aulas e se discutia e em cada mês você escolhia um assunto e fazia uma monografia de 4 a 5 páginas, em cada disciplina. Então você vê que já se cobrava do aluno por via do regulamento, não da decisão do professor, muito mais que os cursos cobram agora. Então, eu fazia quatro monografias de História do Brasil, quando chegava no mês de junho, depois que eu entregasse a quarta, o professor me chamava e mandava que eu escolhesse qual das quatro eu queria apresentar pra banca. Uma banca de três professores, oralmente. Então, eu escolhia entre as quatro a que eu achava que tinha ficado melhor. E aí durante uns dez minutos o aluno expunha o tema e os professores perguntavam e a turma toda estava lá para perguntar também, acabava virando uma grande discussão. Você pensa vinte alunos numa turma, todo mundo apresentando monografia de cada disciplina, você passava o tempo inteiro discutindo (MOREYRA, 2005).

Além desses aspectos inovadores, o Centro de Estudos Brasileiros tinha por finalidade integrar as várias unidades da Universidade Federal, já que possuía alunos regulares e recebia também alunos das demais unidades da UFG. Isso se evidenciou pela Portaria nº 35, de 18 de fevereiro de 1963, que estabeleceu que nenhum diploma fosse expedido sem que o aluno cumprisse um crédito de disciplina brasileira no Centro de Estudos. Segundo depoimento “A idéia era catalisar no Centro os alunos de outras unidades e fornecer-lhes uma formação embrionária, mas uma formação geral, para posteriormente se

encaminharem para outras áreas já com esse processo de formação” (GOMES, 2005). A formação à qual se refere era a que proporcionasse ao aluno uma visão do Brasil e de Goiás.

Importa ressaltar que o contexto que permeou a constituição do Centro de Estudos Brasileiros se caracterizou pela ideologia do nacional–desenvolvimentismo. Foi um período em que se destacou a busca por um desenvolvimento voltado para as potencialidades do Brasil. A idéia era conhecer um Brasil que o Brasil e o brasileiro desconheciam, enfim, desbravar os sertões. Havia também uma grande efervescência dos movimentos sociais: movimento estudantil; militância político–partidária, com grande influência do Partido Comunista do Brasil (PC do B); e do campesinato e das classes médias urbanas.

Nessa conjuntura a universidade foi alvo de intensas críticas por seu caráter tradicional e excludente. De um lado, os estudantes que lutavam por mais vagas e representação junto às instituições universitárias e, do outro, os empresários que reclamavam da qualificação profissional proporcionada pelas instituições de ensino superior.

O momento histórico descrito anteriormente infligiu à universidade “que se despojasse do seu *status* acadêmico tradicional e se integrasse, concretamente, na busca efetiva das verdadeiras causas, objetivas e subjetivas, que sujeitavam a nação brasileira às mazelas do subdesenvolvimento dependente” (GOMES, 1999, p. 116). E mais:

A ideologia do nacional–desenvolvimentismo esposada pelo ISEB [Instituto Superior de Estudos Brasileiros] buscava conscientizar e mobilizar os segmentos mais progressistas da sociedade brasileira, no sentido de empreender esforços conjuntos destinados à consecução do projeto nacional–desenvolvimentista. Na época de maior práxis política, que cobriu o período de 1961 a abril de 1964 [...] em Goiás no mencionado período [...] No espaço da instituição universitária, a influência exercida torna–se notória, a ponto de se criar um similar do ISEB, o Centro de Estudos Brasileiros (CEB), uma espécie de ISEB em miniatura, acrescido de uma dimensão de valor superior para nós goianos em virtude do seu enfoque regional. A realidade goiana – histórica, geográfica, sociológica – em parte desconhecida, passava a ser objeto de estudos analíticos sob uma postura crítica (GOMES, 1999, p. 116).

Na análise de Gomes, imbuído nesse ideal iseiliano:

A grande finalidade [do CEB] era a formação de quadros capacitados que pudessem representar todas as áreas do conhecimento, das ciências, das artes, da literatura, a fim de que esses profissionais pudessem no amanhã ocupar os cargos da administração pública, no ensino, na pesquisa (GOMES, 2005).

A partir do entendimento do ideal do CEB, compreende-se a preocupação em proporcionar um currículo que contemplasse diversos aspectos da realidade brasileira.

Endossa o depoimento anterior o relato de ex-aluno do CEB:

O curso de Estudos Brasileiros era um curso que pretendia formar gestores públicos, especialistas com uma formação própria pra fazer assessoramento, consultorias governamentais. E até de gestão também. A intenção era de preparar pessoas para o serviço público (MOREYRA, 2005).

Em outro fragmento da entrevista de Gomes (2005) nota-se o idealismo, bem como a responsabilidade de tornar viável o objetivo do Centro de Estudos, ou seja, formar as futuras gerações:

Imbuídas de conhecimento da realidade nacional e regional e descompromissadas com as falsas estruturas de poder – viciadas, antinacionais e antipovo –, que tomassem em suas mãos o destino do país. Essa situação impunha ao CEB o dever de dar sua cota de trabalho no sentido da formação qualificada dessa tão necessitada e solicitada mão-de-obra profissional (GOMES, 1999, p. 117).

Conforme a concepção de Teles (2006),

O Centro de Estudos Brasileiros foi pensado como uma superestrutura da UFG. O fundamento filosófico que inspirou a sua criação era o de que a universidade, com seus institutos e faculdades, cada uma com o seu currículo especializado, não “tinha tempo” (grifos do autor) para estudar a realidade brasileira. Daí a necessidade de um organismo que fosse suprapartidário, que atuasse como um *espírito universitário* de conscientização da realidade nacional. Professores e alunos desconheciam o sentido maior da nossa história, da geografia brasileira, os problemas antropológicos do homem brasileiro, as suas relações sociais, o lado econômico e cultural do país. O Centro de Estudos Brasileiros seria o ponto de união cultural de todas as faculdades e estaria diretamente subordinado à Reitoria, como de fato o foi, mas só administrativamente. Com o tempo acabou ganhando autonomia para a sua direção didática e cultural (TELES, 2006).

Segundo as fontes pesquisadas, dentre os objetivos do Centro de Estudos Brasileiros destacam-se: estudar as realidades goiana e nacional; desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão em bases modernas; estabelecer intercâmbios culturais com outros países, além da idéia de formar professores em estudos brasileiros, um profissional multidisciplinar, embasado nos aspectos regional-nacionais e que pudesse atuar nessa realidade. O CEB, de forma específica, objetivava romper as formas tradicionais do modelo

universitário do país. Nessa direção, o diretor do Centro de Estudos Brasileiros pontuou como objetivos principais:

- a) Formar professores de estudos brasileiros;
- b) conhecer as possibilidades artísticas e científicas do Brasil, levando o aluno a especializar-se em cultura brasileira;
- c) dar o exato valor da nossa evolução no plano cultural, de modo a despertar maior interesse pelas nossas coisas e problemas;
- d) formar especialistas em assuntos brasileiros, com amplas bases de conhecimento dos aspectos político, social, econômico e artístico do Brasil;
- e) promover e executar investigações científicas de interesse para o conhecimento do Estado de Goiás e do Brasil;
- f) através de palestra, seminário e curso de extensão, mostrar ao povo, que não tem oportunidade de freqüentar escolas superiores, as artes e a cultura brasileiras;
- g) manter vivo intercâmbio com educadores, cientistas, escritores e políticos de projeção no cenário cultural brasileiro;
- h) entrar em contato com estudantes estrangeiros, interessados no Brasil proporcionando-lhes oportunidade de conhecer a nossa cultura (TELES, 1963, p. 15).

Dos objetivos propostos, apesar da breve existência do CEB, constatou-se que alguns puderam ser contemplados: o curso de extensão cultural em Estudos Goianos, que funcionou durante o ano de 1962; o curso de Graduação em Estudos Brasileiros, que funcionou por dois anos; as Quinzenas Internacionais; a publicação de uma revista “Caderno de Estudos Brasileiros”; e Conferências.

Gomes (2005) destaca que a realização das Quinzenas Internacionais foi bastante significativa:

Eram dedicadas a captar o máximo de produção científica de todos os países do mundo [...] cada quinzena apresentava um país e esse acervo desse país era doado à Universidade Federal de Goiás. Tanto é assim que a Biblioteca da UFG inicial, exigida pelo MEC, ela se fez com a doação desses países que participaram, até o momento em que houve o golpe, em 1964, e cortou a seqüência desse processo (GOMES, 2005).

Esse intento inovador, no entanto, teve vida curta. Após o golpe militar de 1964, o Centro de Estudos Brasileiros foi fechado pelo novo regime. Os depoimentos informam que após o golpe a Universidade Federal foi alvo de vários inquéritos. Um deles se direcionou ao CEB, acusado de ser um local de subversão, o que resultou no seu fechamento. Conforme Teles (2006), o Centro de Estudos foi fechado com base no AI -1, de 09 de abril 1964, baixado pelo Regime Militar. O Ato Institucional nº 1 “criou as bases para a instalação dos Inquéritos Policial-Militares (IPMs) a que ficaram sujeitos os responsáveis pela prática de

crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou por atos de guerra revolucionária” (FAUSTO, 1996, p. 467).

Ao se reportar àquele momento e analisar e interpretar o fechamento do CEB, Moreyra (2005) conclui que o Regime Militar queria impedir que as pessoas pensassem e discutissem. Assim, criou mecanismos como o atestado de ideologia, pois para o novo regime “o próprio ato de pensar já era considerado como subversivo”, por isso o Centro foi fechado.

Na voz do Prof. Teixeira Neto desde a implantação do novo regime, em 1964, “ficou claro que os novos donos do poder não viam com bons olhos o Centro de Estudos”, pois:

[...] ali dentro nós tínhamos uma liberdade de pensamento e de expressão muito grande. E após 64, começaram as pressões [...] O que eles queriam acabar era com o que o Centro de Estudos representava: uma espécie de símbolo e era visto assim, como centro de estudos revolucionários. Então queriam acabar com um tipo de símbolo, de mito. Criaram um mito de que ali poderia ser um centro de discursos subversivos, de conteúdos que fizessem mal à nação. Então o desmantelamento foi muito mais um ato simbólico de acabar com um tipo de “foco”, do que acabar com o conteúdo que ali os professores ministravam (TEIXEIRA NETO, 2005).

O professor Horieste Gomes (2005) analisa que a Ditadura Militar paralisou todas as iniciativas inovadoras da UFG, por isso houve o fechamento do jornal “O 4º Poder”⁴³ e do Centro de Estudos Brasileiros. Acrescenta ainda que o CEB foi taxado de subversivo pelo fato de o aparato de vigilância do regime militar ter detectado a presença de um curso sobre marxismo, ministrado pelo professor Jacob Gorender, como também pela presença de pessoas de militância política, como o professor Bernardo Élis e a professora Amália Hermano Teixeira, que foram considerados subversivos e aposentados compulsoriamente após Inquérito Policial–Militar.

Sobre o fechamento do CEB, de forma saudosista o prof. Horieste Gomes avalia que foi uma grande perda para o Estado de Goiás e para a Universidade Federal: “uma perda em termos de formação de uma geração nova que pudesse estar à frente da gestão política, da política cultural, política num sentido mais amplo” (GOMES, 2005).

Na memória de Freitas o fechamento do CEB foi assim reconstruído:

⁴³ Jornal criado pela Universidade Federal de Goiás em 1962. Esse jornal, fechado pelo Golpe de 1964, publicou setenta e quatro (74) números no período de dezembro de 1962 a 18 de maio de 1964, conforme acervo do escritor Bariani Ortêncio. Segundo relato dos depoentes para esta dissertação, “O 4º Poder” era um jornal que circulava semanalmente e era vendido nas bancas de Goiânia, na época o mais vendido. As características principais desse periódico era a liberdade de expressão e o estímulo à divulgação de assuntos regionais.

Após a “Revolução” de 64, no segundo vestibular que foi feito, foram infiltrados alguns agentes de espionagem para ver o que estava sendo ensinado lá, porque entenderam que ali seria uma espécie de sucursal do ISEB. Havia essa suposição e muitos professores foram denunciados, porque alguns deles eram reconhecidamente marxistas, outros tinham sido filiados ao Partido Comunista. Com a intervenção que houve na Reitoria, com a saída do Dr. Colemar, foi decidido que o Centro de Estudos Brasileiros seria fechado (FREITAS, 2005).

Teles (2006), ao recordar o assunto, relata que houve intensa oposição ao CEB desde a sua criação, todavia, alguns acontecimentos foram acirrando ainda mais essa oposição, pois muitos o encaravam como um exagero da Reitoria:

A política interna da UFG, com os opositores ao reitor Colemar Natal e Silva, cujo trabalho passou a despertar inveja e, também, a atitude megalômana do próprio reitor, com um olho na Universidade e outro na possibilidade do Ministério da Educação, fez com que se fossem abrindo várias frentes administrativas, de modo que a Reitoria não conseguia tratar bem essas frentes. Foi o caso do Centro de Estudos Brasileiros: mal visto pelos opositores da Faculdade de Direito que o imaginavam infiltrado de “comunistas” [...] o Centro apesar de ter sido aprovado pelo Conselho Universitário e de ter sido discutido no conselho Federal de Educação, foi sempre visto como um exagero da Reitoria [...] A oposição maior ao Centro de Estudos Brasileiro tem origem no seguinte episódio. Como estavam vagas as cadeiras de Literatura, Antropologia, Geografia e Língua Portuguesa, tratei de escolher a pessoa que, no meu entender, melhor serviria aos objetivos culturais de cada uma. Já havia convidado um professor para Língua Portuguesa, José Luís Nunes, que aceitou para começar no ano seguinte, 1964. Mas um antigo colega meu na Faculdade de Direito, José Soares de Castro, me procurou querendo ser professor de português. Disse-lhe que lamentava, pois já havia convidado outro professor. Acontece, porém, que o Zuza, José Soares de Castro, era casado com a filha de Romeu Pires de Campos Barros, diretor da Faculdade de Direito. Foram direto – sogro e genro – falar com o reitor que, com firmeza, respondeu que não podia fazer nada, uma vez que havia combinado com o diretor do Centro que a escolha dos professores era da competência dele. Com isto, a Faculdade de Direito, que já se opunha à Reitoria, passou a ver o Centro como um foco de comunistas [...] (TELES, 2006).

A breve existência não impediu que seu nome ganhasse repercussão fora do Estado de Goiás, o que atraiu um grupo de estudantes mineiros:

Com as atividades de cursos, conferências, exposições e de publicações, o nome do Centro de Estudos Brasileiros ganhou repercussão e logo começou a ser procurado por gente de outras universidades, como o grupo de estudantes de Belo Horizonte. Apresentaram-se como sociólogos e antropólogos e um deles, Juarez de Brito, foi recebido pelo reitor Colemar que ficou impressionado com ele, indicando-o para o cargo vago de Diretor do Departamento de Pesquisa no Centro. O seu trabalho ficou apenas no planejamento de futuras pesquisas e na proposição de um curso de Reforma Agrária, que não provei. No entanto, o reitor – desejoso de agradar aos estudantes e de olho na possibilidade de ser Ministro da Educação – autorizou o curso no Departamento Cultural da UFG, sem que eu soubesse. Um dia me chegam lá com uma série de diplomas desse curso, com a assinatura do Diretor do

Departamento Cultural da Reitoria e um lugar para a do diretor do Centro de Estudos Brasileiros. Como não tinha autorizado, não assinei [...] Com o tempo fiquei sabendo que esses estudantes mineiros formavam um grupo fortemente político, da POLOP⁴⁴, creio que da linha comunista de Mao Tsé Tung. Souberam da liberdade universitária do Centro e vieram para infiltrar-se entre alunos e professores. Soube disso porque um deles, o Juarez de Brito, [...] saiu às pressas de Goiânia e me mandou uma carta [...] como se adivinhasse o golpe militar de 31 de março (TELES, 2006).

Teles (2006) considera que, após a instalação do Regime Militar, Goiás ficou à mercê do governo central e o medo se instalou no Estado, o que refletiu sobre a memória do CEB, pois houve um pacto de silêncio sobre ele, após o seu fechamento. Em suas palavras:

Depois de 1964, o medo tomou conta dos goianos. Estando a 200 km de Brasília, nada se fazia em Goiânia sem que se fosse fazer, primeiro, uma consulta no Distrito Federal. Como o Centro foi fechado pelos militares, a universidade (professores e alunos) fez questão de fazer silêncio sobre ele. Ninguém ousava pensar em estudar o que se fez e poderia ter sido feito no Centro [...] Durante os quinze anos de revolução militar ninguém teve coragem de falar em Centro de Estudos Brasileiros. Até alguns professores começaram a “esquecer”, como São Pedro, que haviam feito parte de seu corpo docente (TELES, 2006).

Das reminiscências de Teles (2006) depreende-se a idéia de que a imaturidade da própria universidade (professores e alunos) em compreender a estrutura do CEB e o seu alcance fez com que o ideal do Centro de Estudos fosse um projeto “grande demais para Goiás”:

[...] se tratava de um plano muito ambicioso dentro de uma universidade em processo de criação, ainda sem maturidade universitária para compreender uma superestrutura diferente como esta [...] A filosofia do CEB era ver a Universidade conhecendo a sua região e, ao mesmo tempo, conhecendo bem o Brasil, assim como o Brasil na América do Sul. Era, portanto uma idéia grande demais para Goiás. Nenhuma universidade brasileira tinha tentado coisa semelhante. Era um projeto nosso, goiano, que nasceu e teve de morrer aqui (TELES, 2006).

O depoente ainda ressaltou a importância de conhecer o Centro de Estudos, que ele denominou de utopia:

[...] é muito importante que a Universidade queira conhecer o Centro de Estudos. Porque a nova geração de professores não sabe nada sobre o CEB, não sabem

⁴⁴ Política Operária. Organização de inspiração Trotskista.

absolutamente nada e nem podem imaginar coisas tão importantes que nós pensávamos. Eu Acho que o que eu podia dizer sobre o Centro e que é importante é que a universidade tome contato com essa **utopia que esteve nas mãos dela e ela não soube manter** (grifos nossos) (TELES, 2005).

A partir das fontes orais percebe-se que o discurso em relação ao Centro de Estudos Brasileiros está envolto de idealismo e do desejo de inovação de uma época. Para os depoentes ele simbolizou a vanguarda da tentativa de modernização das estruturas da Universidade. Os sujeitos históricos que vivenciaram o momento de constituição do CEB estão imbuídos desse discurso, carregado de sentimentos de nostalgia de uma iniciativa, de um ideal que só não floresceu devido às circunstâncias imputadas pelo processo político repressivo que se instalou no País. Para o professor Horieste Gomes:

O Centro foi uma instituição forte, pelo menos no sentido de apontar rumos para a nova universidade. Se não houvesse o Golpe Militar de 64, seria, não tenho a menor dúvida, o Centro de estudos Brasileiros seria uma das unidades mais importantes da Universidade Federal, pelo fato dele aglutinar em todas as áreas valores que pudessem ser encaminhados ao conhecimento da realidade brasileira e do Estado de Goiás. Ele tinha essa conotação, de formador do futuro de uma geração com essa potencialidade (GOMES, 2005).

A partir das entrevistas é possível vislumbrar que a experiência do Centro de Estudos foi bastante expressiva para aqueles que a vivenciaram. As reminiscências daquele período reafirmam a necessidade de creditar ao CEB um caráter inovador e até revolucionário. Ao mesmo tempo, ao se colocarem como sujeitos históricos daquele momento, reafirmam a necessidade de identificação com um projeto pioneiro e inovador dentro da UFG, por isso seus relatos sublinham as experiências vividas. Segundo Thomson:

O processo de recordar é um das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história. Ao narrar uma história identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser. As histórias que relembremos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais (THOMSON, 1997, p.57).

Deduz-se que, devido às circunstâncias em que se efetivou o fechamento do Centro de Estudos e ao próprio clima que se instalou na Universidade, procurou-se apagar da memória da UFG a existência do CEB. Tanto é que não foram encontrados documentos como atas ou portarias no Centro de Documentação e Arquivística (CIDARQ) da UFG. Alguns

documentos, disponibilizados para esta pesquisa, integram parte de arquivo pessoal de ex-aluno e ex-professor do Centro de Estudos Brasileiros. Convém acrescentar que no CIDARQ só foram encontrados alguns planos de aulas em meio ao arquivo do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), porém não existe arquivo específico sobre o CEB⁴⁵. Conforme depoimento de Moreyra (2005), “não existe acervo do Centro de Estudos, literalmente o acervo sumiu”.

Cumprê destacar que, embora não se tenha encontrado arquivos do CEB na Universidade Federal de Goiás, as entrevistas constituíram-se em riquíssimas fontes para a interlocução desvelar esse período da História da UFG, onde se insere a gênese do curso de História. Conclui-se, portanto, que a memória do Centro de Estudos Brasileiros continua presente pela sua significação para aqueles que o vivenciaram, uma vez que foi constitutivo de um momento ímpar na vida desses depoentes. É o que se percebe por meio da reconstrução de suas memórias.

Nas palavras de Thompson (2002), “Quanto mais significativo um nome ou um rosto, maior a probabilidade de que seja lembrado; os outros é que são gradualmente descartados da memória por processo de esquecimento” (THOMPSON, 2002, p. 152–153).

3.2 O CURSO DE HISTÓRIA DA UFG: DO CEB À FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

3.2.1 A constituição da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Goiás

A primeira universidade brasileira a ter uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi a de São Paulo (USP), criada em 1934. Segundo os idealizadores da USP essa Faculdade seria o foco irradiador, para toda a universidade, da cultura desinteressada ou estudos desinteressados, entendendo-os como aqueles que não eram voltados inicialmente para uma carreira determinada, mas, sim, para o desenvolvimento do saber científico.

Com o Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-Lei nº 19.851, de 11/4/1931) ocorreu uma expansão desordenada das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, pois ele previa a criação de uma universidade a partir do agrupamento de, no mínimo,

⁴⁵ Segundo Heloisa Esser Reis (Arquivista do Centro de Documentação e Arquivística da UFG) não existem informações sobre a existência de documentos ou arquivo específico do CEB no CIDARQ.

três instituições, escolhidas entre: Faculdades de Direito, Medicina, Engenharia ou Filosofia, Ciências e Letras. Dessa forma as Faculdades de Filosofia são as preferidas como meio de facilitação para se constituir uma universidade, devido ao seu baixo custo de implantação. Com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, as demais foram estruturadas, inspirando-se nesse modelo, com o objetivo de atingir a cultura do saber desinteressado e como princípio integrador com as outras unidades da instituição. O que se concretizou, no entanto, como função básica dessas faculdades em todo o País foi a formação de professores, princípio regulamentado posteriormente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1961.

Nesse contexto nasceu a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Goiás, por meio do Decreto-Lei nº 51.582, de 8 de novembro de 1962. As fontes pesquisadas evidenciam que o projeto de criação da FFCL da UFG foi bastante moroso, ocorrendo inclusive o “desaparecimento” do processo nas gavetas do Ministério, bem como enfrentou a oposição da Universidade Católica de Goiás, temendo concorrência com sua instituição congênera.

Diante de tal realidade empreenderam-se inúmeras lutas em prol da criação da FFCL. A citação a seguir destaca o empenho do reitor da UFG na época:

Se a luta pela criação da UFG foi a luta de muitos, podemos até afirmar, de todo o povo goiano [...] a luta para se criar a Faculdade de Filosofia foi de um homem – O Prof. Colemar Natal e Silva, primeiro Reitor da Universidade. Idealista de visão dinâmica e clara dos problemas universitários, sentiu que faltava à Universidade aquele princípio unificador, um núcleo central em torno do qual gravitassem as atividades universitárias sem o qual a Universidade continuaria a ser um agregado de faculdades estanques (TURCHI, 1990, p. 11).

A criação da Faculdade de Filosofia da UFG, esteve, na verdade, intimamente ligada ao idealismo do reitor, inspirado no modelo da Faculdade de Filosofia da USP, em virtude do prestígio intelectual dessa instituição universitária. Havia ainda em Goiás uma grande demanda por cursos de formação de professores. Cumpre esclarecer que, embora a Lei nº 3.834-C, de 1960, de criação da UFG, aludisse à criação ou agregação à Universidade de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a legislação em vigor, o Decreto-Lei nº 8.457, de 26/12/1945, que alterou o artigo 5º do Decreto nº. 19.851, de 1931, não mencionava o seu caráter obrigatório para a instituição de uma universidade. Assim constava:

A Constituição de uma universidade brasileira deverá atender às seguintes exigências: I. Congregar, em unidades universitárias pelo menos três institutos de ensino superior, *dois dos quais estejam* entre os seguintes: *faculdade de filosofia, faculdade de direito, faculdade de medicina, faculdade de engenharia. Parágrafo único.* Sempre que na constituição de uma universidade, entre os dois institutos de que trata este artigo, figure uma faculdade de filosofia o terceiro instituto poderá ser dos de padrão já definidos em lei federal, ou não, uma vez que, por seus objetivos e organização, convenha aos interesses do ensino, a juízo do Conselho Nacional de Educação (DECRETO–LEI N° 8.457, DE 26/12/1945).

Em virtude desse dispositivo legal a criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na Universidade Federal já não era de cunho obrigatório. Outro detalhe se refere ao fato de a UFG já contar, naquele momento, com duas faculdades sugeridas pela legislação (Engenharia e Direito) e, em 1960, também já possuir a faculdade de Medicina.

Constata-se que a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e do Centro de Estudos Brasileiros esteve inserida em um contexto bastante específico da Universidade Federal. Como foi dito, a criação da FFCL da UFG pode ser considerada até mesmo atípica. Todavia, depreende-se desse momento que a UFG recém-criada lutava por fortalecer-se como instituição universitária. À luz desse argumento compreende-se o empenho do reitor Colemar Natal em criar o Centro de Estudos e a Faculdade de Filosofia no mesmo ano. Diferenças à parte, cumpre ressaltar que a criação das duas unidades ocorreu com a intenção de integrar as diversas áreas da Universidade Federal de Goiás, uma vez que o reitor se referia à criação da FFCL como “diretriz nuclear, órgão integrador das instituições universitárias” e, sobre o CEB, que “nenhum bacharel das diversas unidades receberá o seu diploma sem o cumprimento de um crédito de, pelo menos, seis meses, no Centro de Estudos Brasileiros, conforme consta nos regimentos de cada unidade” (NATAL E SILVA, 1963, p. 25–27).

O princípio unificador atribuído à FFCL aparece na exposição de motivos da Ata do Conselho Universitário, reunião de 25/9/1962, quando o reitor Colemar Natal ratifica a relevância da criação e organização de Faculdade de Filosofia e ressalta que a unidade terá como objetivo precípua “a difícil tarefa de constituir-se no núcleo central em torno do qual se gravitarão muitas de nossas atividades” (UFG, 1962). Percebe-se claramente o desejo do reitor de criar uma Faculdade nos padrões da FFCL uspiana, ou seja, com o fim de desempenhar o papel unificador dentro da universidade.

Não obstante, em determinados momentos a Faculdade de Filosofia assumiu outra função: a de formar quadros para o magistério. No texto “Adequação da Universidade ao Meio”, o reitor expõe uma série de deficiências do Estado, inclusive a do sistema educacional,

e chega à conclusão de que Goiás necessitava de professores e a UFG já estava criando meios para retificar essa situação:

Depois de longa e intensa luta, criamos a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras [...] A Universidade se propõe a sanar a imensa carência de professores de nível médio, num Estado que, dia a dia, vê crescer sua população escolar (NATAL E SILVA, 1963, p. 23).

Nessa linha de pensamento, buscou-se inquirir: por que criar um curso de História e outras licenciaturas na UFG se já existiam os da Universidade de Goiás. A partir dessa problematização iniciou-se o diálogo com as fontes. Conforme entrevistas, a luta pela criação desses cursos se insere numa luta mais abrangente: a luta em prol do ensino público e gratuito. Conforme Moreyra (2005), a idéia era que a escola pública colocasse à disposição da juventude todos os cursos possíveis.

A princípio, a Faculdade de Filosofia previa a criação de cursos para suprir o Estado de professores para o ensino médio. Na Ata do Conselho Universitário, reunião de 25 de setembro de 1962, relativa à instalação da FFCL, constava a proposta de criação dos cursos da unidade de forma gradual, obedecendo o seguinte critério: Matemática, Física, Pedagogia e Letras Neo-Latinas, em 1963; Química, Geografia, História e Letras Anglo-Germânicas, em 1964; Filosofia, Ciências Sociais, Letras Clássicas e História Natural, em 1965. Esse sistema de instalação dos cursos teve como justificativa uma melhor estruturação do corpo docente-pesquisador. No entanto, pelo contexto e numa leitura minuciosa da ata, percebe-se que a abertura dos cursos seria de acordo com o interesse da Universidade Federal de Goiás e conforme a disponibilidade de verbas. No 7º item da Ata consta que a UFG arcaria com as despesas, com suas verbas próprias, constantes do orçamento. Como a criação de um curso demanda contratação de professores, nota-se que foi prorrogada ao máximo a instalação dos mesmos. A diretoria da FFCL, porém, não contava com o fechamento do Centro de Estudos Brasileiros, o que “antecipou” a abertura do curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFG.

Como foi dito, estava prevista a criação do curso de História e Geografia para o ano letivo de 1964. No entanto, até o fechamento do CEB, não havia sido instalado. Nesse sentido, descobrir a ligação possível entre o fechamento do Centro de Estudos e a criação do curso de História da UFG foi uma das problemáticas propostas por esta pesquisa. Em outras palavras, verificar se procede a hipótese de que o curso de História tenha tido sua gênese no

Centro de Estudos Brasileiros. E finalmente chegar à composição da primeira turma do curso de História da UFG.

O Centro de Estudos Brasileiros foi fechado em virtude de um Inquérito Policial–Militar, sob a denúncia de subversão. Diante do imprevisto, surgiu o impasse sobre a situação do corpo discente. A partir do diálogo com fontes orais, chegou–se à conclusão de que a criação do curso de História e Geografia, naquele momento, foi para receber os egressos do CEB. Justifica–se, portanto, a afirmação: o Centro de Estudos Brasileiros foi o embrião dos cursos de História e Geografia da UFG. Os alunos que cursariam o terceiro ano no antigo CEB inauguraram o curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no ano letivo de 1965. Na memória de Freitas encontra–se a seguinte explicação:

A Faculdade de Filosofia havia sido criada na Federal sem o curso de História e Geografia, partindo do princípio de que na Católica já havia o curso de História e Geografia, para evitar a duplicação de meios para fins idênticos, que no caso, é a formação de professores dessa área. Mas, com a intervenção que houve na Reitoria, com a saída do Doutor Colemar, foi decidido que o Centro de Estudos Brasileiros seria fechado e pensou–se em aproveitar de alguma forma aqueles professores que não tivessem comprometimentos maiores (FREITAS, 2005).

O depoimento anterior confirma a hipótese de que o Centro de Estudos Brasileiros foi o embrião do curso de História da UFG, já que após o fechamento do CEB houve a necessidade de criar o referido curso. Conforme fontes orais, os ex–alunos optaram por esse caminho, também para resolver a situação do corpo docente. Em 1965 o curso iniciou suas atividades nas salas do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, na Rua 82, Centro, e a professora Lena Castello Branco foi escolhida chefe de Departamento. Na voz da depoente a criação do curso de História nesse momento deveu–se ao fechamento do CEB, sendo assim, “uma decisão de cúpula, da Reitoria e da própria Faculdade de Filosofia” (FREITAS, 2005). Os alunos do extinto CEB iniciaram o curso de História na Faculdade de Filosofia já no terceiro ano. Em 1965 houve o primeiro vestibular e, de conseqüência, a primeira turma regular do curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFG.

Das recordações de Moreyra (2005) a riqueza dos detalhes sobre a transferência dos alunos do CEB para a Faculdade de Filosofia:

Quando eu entrei na UFG, foi no curso de Estudos Brasileiros, que funcionava no Centro de Estudos Brasileiros, criado em 1962 e fechado por determinação militar no final de 64. Com o impasse que se criou com o seu fechamento, a Reitoria se viu diante da necessidade de oferecer uma alternativa pros alunos e o reitor teve o bom

senso de dizer: “Olha, já existe aí o curso de Ciências Sociais e a gente pode instalar o de História e Geografia, então, vocês escolham”, e aí a turma toda optou por História e Geografia. Então teve umas reuniões discutindo o futuro dos alunos do Centro de Estudos Brasileiros, ficou estabelecido que seria criado o curso de História e Geografia, um só curso, que foi criado nesse momento, com sede na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras [...] e a nossa turma que era a primeira iria pro terceiro ano, ou seja, já foi criado no 3º ano. Então o curso já foi criado com duas séries, isto é, a turma que veio depois de nós foi pro segundo, e o curso entrou no vestibular normal de 65 pra criar a turma três e deixar aí uma solução de continuidade. Então, a minha turma entrou no curso de Estudos Brasileiros e saiu no Curso de História e Geografia. As disciplinas foram todas aproveitadas, integralmente. E aí a gente ficou devendo algumas que precisavam ser feitas. Assim nos dois anos seguintes a gente cumpriu o programa do terceiro e quarto ano de História, cobrindo algumas lacunas. Terminamos em quatro anos, nós fizemos o curso em 1963, 1964, 1965 e 1966 (MOREYRA, 2005).

O Prof. Juarez C. Barbosa, que ingressou na UFG no ano de 1966, para ministrar Antropologia, lecionou para o último ano dos ex-alunos do CEB, já no Curso de História. Assim ele se recorda daquele momento:

[...] naquele mesmo ano, os alunos de Estudos Brasileiros eram transferidos para o Curso de História e receberam então o título de História, porque com o regime militar de 64, o Curso de Estudos Brasileiros ficou na mira do SNI. Então o SNI perseguiu esse curso e os alunos foram *automaticamente encaminhados* para o curso de História ou de Geografia, o aluno fazia a opção. Era o último ano, exatamente o ano de 66, nesse ano definiu, então, me parece, o curso de História, por que foi o ano que eles fizeram lá (BARBOSA J., 2005).

Conforme depoimento anterior a transferência dos alunos do CEB para o curso de História e Geografia da FFCL efetivou-se em 1965 de forma automática. A idéia de transferência automática deveu-se ao fato de não haver novo vestibular, ou seja, do ponto de vista legal-burocrático houve o aproveitamento do concurso vestibular e das disciplinas cursadas no Centro de Estudos. Segundo ex-aluno do CEB, o curso de História e Geografia foi criado naquele momento para atender aos alunos do Centro de Estudos e, em 1965, ocorreu o primeiro vestibular. **O curso de História e Geografia foi criado em 1965**, concomitantemente com a aprovação do Regimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, **pelo Parecer nº 508, de 15 de junho** (Documenta 38, junho de 1965, CFE/UFG, p. 45 apud FCHF, 2006).

Para os alunos egressos do Centro de Estudos foram oferecidas, no decorrer do 3º e 4º anos, disciplinas do currículo regular do curso de História e Geografia, como meio de completar a grade curricular tradicional do curso de História. Esses dados puderam ser confirmados no Histórico Escolar do ex-aluno Sérgio Paulo Moreyra, expedido pela

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 20 de maio de 1966. Nesse documento consta o concurso de habilitação, em 1963, nas seguintes disciplinas: Português, Geografia e História e Entrevista; as disciplinas/cadeiras cursadas em 1963 e 1964, ainda no CEB, de caráter bastante diversificado; as disciplinas cursadas já na FFCL, em 1965 e 1966, essas nos moldes do curso de História clássico. Importa ressaltar que no Histórico as referências ao Centro de Estudos não estão explícitas, em nenhum momento aparece o nome dessa instituição. No entanto, identificam-se os traços do antigo CEB devido às disciplinas cursadas, ao concurso de habilitação e à aplicação das notas. O Histórico inclui a seguinte observação: “Em 1963 e 1964, o grau de aplicação variava de zero (0) a cinco (5), que era o grau máximo” (HISTÓRICO ESCOLAR, FFCL/UFG, 1969).

O processo de criação do curso de História da Universidade Federal foi, no mínimo, conturbado. Na ata do Conselho Universitário, reunião de 25/9/1962, estava prevista a sua criação para 1964. No entanto isso não ocorreu, pois, ao que parece, optou-se por criar, primeiramente, o curso de Ciências Sociais, que estava previsto para 1965, e seria um curso inovador, partindo do princípio que a UFG não possuía curso congêneres.

Outra peculiaridade diz respeito à criação do curso de História da UFG junto com o de Geografia, já que a legislação em vigor os havia separados em dois cursos distintos. Importa ressaltar que funcionou dessa forma até o segundo ano, quando houve a separação, em virtude da mobilização dos estudantes. Conforme recordação de ex-aluna:

Sou da primeira turma do curso de Licenciatura em Geografia e História, eles foram criados juntos, nós entramos em 65. No 1º e no 2º anos foi assim, quando terminou o segundo ano, o grupo de estudantes trabalhou para que fosse dividido. Porque achávamos que era muito pesado, se o curso dividisse podíamos aprofundar mais. Então, uma parcela dos alunos optou para continuar História e outra parcela foi pra Geografia. Eu e alguns colegas fizemos Geografia no 3º e 4º anos (GODOY, 2005).

Outra nuance do percurso do curso de História verifica-se na análise do Regimento de 1967 da Faculdade de Filosofia da UFG, que estabelecia os seguintes cursos: (1) Filosofia, (2) Letras, (3) Pedagogia, (4) Ciências Sociais, (5) Geografia e (6) História. Todavia, como se mencionou, o curso de História e Geografia iniciou-se em 1965. O Regimento apenas os regulamentou para fins de reconhecimento legal (REGIMENTO FFCL/UFG, 1967 apud REZENDE, 1997, p.84). O curso de História, a princípio, agregou-se ao Departamento de Ciências Sociais, criado pelo Regimento da FFCL, art. 156, reunindo os cursos de Filosofia, História e Geografia (REZENDE, 1997, p.85). Posteriormente foi criado

o Departamento de Geografia e História. Assim, a Faculdade de Filosofia se constituiu sob a seguinte administração: a) Congregação; b) Conselho Departamental; c) Diretoria; e d) Departamentos: Letras, Educação, Geografia e História e Ciências Sociais.

O Regimento da Faculdade de Filosofia previa cursos com quatro séries, divididas em dois ciclos: de matérias básicas (1º ciclo) e específicas (2º ciclo). A formação profissional se organizava em dois setores distintos: um, destinado à preparação de intelectuais para o desempenho de atividades científicas e técnicas (bacharelado); e o outro, à formação de professores para as escolas de nível médio (licenciatura) (FOLDER DE CURSOS DA FFCL/UFG, s.d.).

O folder para calouros de 1967 da Faculdade de Filosofia explicita as possibilidades de trabalho para o aluno que se graduasse nessa unidade: “professor de nível superior como assistente e professor contratado” (FOLDER DE CURSOS DA FFCL/UFG, s.d.). Assim, persistia também a preocupação em formar professores para o magistério superior. Uma lista informativa para os estudantes do referido ano corrobora essa idéia:

Esta faculdade sempre empenhada em formar também pessoal habilitado para o magistério superior, serve-se sempre da monitoria para oferecer oportunidade de especialização em determinada matéria, àqueles que durante o curso demonstrarem interesse pela carreira. O monitor é aquele que, orientado pelo professor, encontrará campo para o desenvolvimento de suas aptidões e oportunidade para o estudo mais intenso (INFORMAÇÕES PARA CALOUROS DA FFCL/UFG, 1967).

O Regimento da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Goiás incluía a independência entre bacharelado e licenciatura, após a conclusão do ciclo básico, aliás como indicava a Lei de Diretrizes e Bases, de 1961. Conforme a LDB, os alunos do 2º ciclo cursariam disciplinas com enfoques diferenciados. Todavia, tendo em vista a falta de elemento humano e a falta de instalações para os cursos da FFCL da UFG, esse imperativo da lei não se efetivou. Destarte, no 2º ciclo as disciplinas permaneceram comuns aos alunos da licenciatura e do bacharelado (REZENDE, 1997, p.86).

Face a esse contexto, as fontes indicam que, não obstante o curso de História dividir-se em bacharelado e licenciatura, “O direcionamento era para a formação de professores e não para pesquisadores” (MORAES, 2005).

Outro fato corroborou a ênfase na licenciatura: a criação do Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia. Em junho de 1967, o Informativo/UFG nº 2 (p.22) anunciou concurso para composição do corpo docente do Colégio, previsto para ser instalado em 1968.

As vagas destinavam-se aos alunos do quarto ano da Faculdade de Filosofia. A Comissão organizadora do Colégio, presidida pela prof^a Sílvia Alessandri Monteiro de Castro, da Cadeira de Didática Geral, compunha-se dos seguintes professores: Lena Castello Branco Ferreira da Costa, Douglas Avanço, Genesco Ferreira Bretas e Mindé Badauy de Menezes.

Em julho de 1967 a Reitoria da UFG se dirigiu à Inspeção Seccional do Ensino Secundário, para requerer autorização para funcionamento, no ano de 1968, do Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia da UFG. O referido estabelecimento possuía como característica inerente exercer a função de ensino médio, bem como servir ao estudo da prática docente do Curso de Licenciatura e às pesquisas, estudos e demonstrações de interesse educacional, estágio de professores e especialistas em serviços educacionais (INFORMATIVO/UFG, JUL./1967, p. 12–13).

Em 12 de março de 1968, o Egrégio Conselho Universitário autorizou o funcionamento do Colégio de Aplicação. Em 17/4/68, pela Portaria n° 332, foi designada a sua primeira diretora professora Sílvia Alessandri Monteiro de Castro e, como secretária, a servidora Flausina Gonçalves Borges, pela Portaria n° 263, de 25/3/68.

O Colégio de Aplicação era o local para onde os alunos de licenciatura, os futuros professores das várias disciplinas, se direcionavam para fazer o seu estágio obrigatório, que fazia parte do currículo. A princípio o Colégio de Aplicação esteve ligado à Faculdade de Filosofia, posteriormente à Faculdade de Educação.

Em 1966 os egressos do Centro de Estudos Brasileiros, ou seja, os primeiros alunos do curso e História da Faculdade de Filosofia da UFG, concluíram a graduação. Ao todo doze alunos constavam da lista de concluintes: Cecília Brazão Costa; Clyce Louise Widerheker; Ester Cardoso Pereira; José Carlos de Almeida; Mari Nazaré Baiocchi; Marina Rodrigues Teixeira da Silva; Marilena Maldonado; Marivone Matos Chain; Manuel de Jesus Oliveira; Sérgio Paulo Moreyra; Vicentina Tereza Martins Veloso e Welse Gonçalves Sant'Anna (LISTA DE ALUNOS DA FFCL/UFG, 1966).

Um dos primeiros desafios dos graduados foi obter o reconhecimento legal de seus diplomas. Para tanto, era necessário o reconhecimento dos cursos ministrados na Faculdade de Filosofia. Há que destacar que progressivamente a FFCL atendia a um maior número de alunos. No ano letivo de 1968, a Universidade Federal de Goiás possuía 4058 alunos matriculados, dos quais 611 pertenciam à Faculdade de Filosofia, que perdia em número somente para o Conservatório de Música, que mantinha 1000 alunos matriculados (INFORMATIVO/UFG, MAI./1968, p. 10).

Mesmo diante desse quadro, que impunha que o reconhecimento se concretizasse rapidamente, não foi o que sucedeu. Na verdade, as fontes indicam a morosidade para o reconhecimento dos cursos dessa unidade. Os Informativos da UFG nº 3, de julho de 1967, nº 4, de agosto de 1967 e nº 6, de outubro de 1967, relatam as viagens consecutivas dos diretores da FFCL ao Rio de Janeiro, na tentativa de viabilizar o reconhecimento da unidade. O documento expõe: “A direção daquela escola, contando com o apoio de superiores, está empenhando os melhores esforços no sentido de que o reconhecimento se faça o mais breve possível” (INFORMATIVO/UFG, JUL./1967, p. 8). O Informativo nº 11, de março de 1968, indicava que o reconhecimento se daria no mês de abril daquele ano, caso o processo não fosse convertido em diligência.

A ressalva se efetivou. O processo se converteu em diligência, conforme indicou o Parecer nº 213/68, da Câmara de Ensino Superior. O Parecer indicou a correção em 13 itens do Regimento da Faculdade de Filosofia, bem como impugnou alguns professores por insuficiência de títulos para exercerem as disciplinas para as quais se candidataram. Muitos deles já se achavam na regência da Cadeira, havendo nesses casos, a recomendação para a sua substituição. Importa destacar que dos docentes integrantes do curso de História e Geografia da FFCL, indicados no Parecer, cinco haviam lecionado no extinto Centro de Estudos Brasileiros (Alfredo Albinagem, Horieste Gomes, Lena Catello Branco, José Ubiratan de Moura e Modesto Gomes); cinco eram docentes da Universidade de Goiás (Alfredo Albinagem, Gilka Ferreira, José Ubiratan de Moura, Luiz Gonzaga de Faria, Maria Augusta S. de Moraes); e duas haviam sido professoras da Universidade de Goiás (Gilka Ferreira e Lena Castello Branco).

A imprensa escrita da época também registrou a morosidade em que se converteu o processo de reconhecimento da FFCL. O Jornal “O Popular”, de 5 de abril de 1968, informou que os concluintes da Faculdade Federal de Filosofia, em virtude do não reconhecimento de seus cursos, encontravam-se impossibilitados de se inscreverem ao concurso público para provimento de cargos para professores do ensino médio. Relatou ainda tratar-se de uma situação aviltante para os diplomados, já que professores leigos poderiam se inscrever, desde que apresentassem certificado do curso CADES⁴⁶ (O POPULAR, 5/4/1968, p. 3).

⁴⁶ Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário. Projeto do Ministério da Educação, que oferecia recursos para capacitar professores de nível secundário. A partir de 1965 a FFCL da UFG realizou cursos para professores inclusos na CADES.

Em junho de 1968, o Egrégio Conselho Universitário realizou sessão para aprovar modificações no Regimento da Faculdade de Filosofia, em virtude do Parecer 213/68 da Câmara de Ensino Superior: “Trata-se do cumprimento de diligência para a instrução do processo de reconhecimento da Faculdade de Filosofia, já em fase final de julgamento” (INFORMATIVO/UFG, JUN./1968, p. 4).

Enfim, após dois anos de espera, o Conselho Federal de Educação aprovou o Parecer nº 584, de 3 de outubro de 1968, que concedeu o reconhecimento aos cursos da Faculdade de Filosofia, com exceção do de Pedagogia, devido ao não preenchimento da cadeira de Filosofia da Educação (INFORMATIVO/UFG, NOV./1968, p. 4).

O coroamento desse percurso inicial dos cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras se concretizou com o Decreto presidencial nº 63.636, de 19 de novembro de 1968, que concedeu reconhecimento aos cursos de Letras, Ciências Sociais e História e Geografia da Universidade Federal de Goiás.

No processo de reconhecimento do curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFG, pelo Conselho Federal de Educação, consta o nome dos seguintes professores:

Quadro 25 – Docentes do curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFG (1968)

Docente	Disciplina	Titulação
Alfredo Abinagem	Geografia Regional	Licenciado em História
Gilka Ferreira	História da América/ Moderna/Contemporânea	Licenciada em História e Geografia
Horieste Gomes	Geografia Humana	Licenciado em História
José Ubiratan de Moura	Geografia do Brasil	Licenciado em História
Lena Castello Branco F. Costa	História da Antiguidade/ História Medieval	Licenciada em História e Geografia
Luiz Gonzaga de Faria	Biogeografia	Bacharel em Direito
Maria Augusta S. de Moraes	História e Geografia do Brasil	Licenciada em História e Geografia
Modesto Gomes	Introdução aos Estudos Históricos	Licenciado em História

Fonte: Conselho Federal de Educação, Parecer nº 213, 1968.

As fontes escritas e orais indicam que primeiramente o corpo docente do curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia se compôs, em parte, de professores integrantes do extinto Centro de Estudos Brasileiros: Horieste Gomes, Modesto Gomes, Lena Castello Branco e José Ubiratan de Moura; e de professores que lecionavam na Universidade de Goiás:

Abriu-se concurso e nós prestamos o concurso e alguns professores que não eram do Centro de Estudos Brasileiros também prestaram. Como foi o caso da dona Gilka, o caso da Maria Augusta Sant' Anna de Moraes. Alguns de nós fomos aprovados e outros que não vinham do Centro de Estudos também foram aprovados (FREITAS, 2005).

Importa destacar que, apesar de não constar o nome do Padre Luís Palacín Gómez no quadro anterior, o docente pertencia ao quadro de professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFG. Na verdade, no mesmo Parecer (nº 213/68) que serviu de base para a constituição do quadro, vislumbra-se a explicação para esse dado. O nome do Padre Palacín aparece na lista de professores para reconhecimento do curso de Pedagogia, com a disciplina de Introdução à Filosofia, ou seja, burocraticamente ele pertencia ao quadro de docentes do curso de Pedagogia.

Consta ainda no Parecer que Luís Palacín lecionava Introdução à Filosofia na FFCL da UFG desde 1963. Todavia, esse fato não o impedia de lecionar no curso de História e Geografia. As fontes orais afirmam que ele ministrou aulas desde o início do curso de História e Geografia da FFCL. Ao que tudo indica houve somente uma pausa no período de seu doutoramento. Conforme Informativo/UFG, de julho de 1967 (p. 8), nesse ano Padre Palacín estava regressando ao Brasil, após doutorar-se em Madrid; o Informativo tece elogios ao docente, cuja tese mereceu a melhor classificação. O periódico informa ainda que em agosto o docente reassumiria sua Cadeira na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Goiás.

Desde 1960 Luís Palacín lecionava Introdução à Filosofia, História Moderna, Introdução aos Estudos Históricos, entre outras disciplinas, na Faculdade de Filosofia da Universidade de Goiás. Em 1965 prestou concurso de título para provimento de duas Cadeiras na FFCL da UFG: Introdução à Filosofia, classificando-se em primeiro lugar, e História Moderna e Contemporânea, em que obteve a terceira colocação (CERTIDÃO/UFG, 1966).

Outra característica a ser destacada em relação ao corpo docente da primeira turma do curso de História da UFG diz respeito à formação acadêmica dos professores. Destaca-se, do **quadro 22**, que somente um docente não possuía graduação específica em História e/ou Geografia. Não possuíam mestrado ou doutorado, mas, sim, cursos de aperfeiçoamento, segundo depoimento: “Os primeiros professores do curso de História da Federal eram todos os professores que tinham a graduação e alguns tinham trabalhos de pesquisa em desenvolvimento” (FREITAS, 2005).

O fato de o curso de História inicialmente congregar um corpo docente, em sua maioria com graduação na área, já representava um grande avanço, pois nessa época havia poucos profissionais formados. Conforme comprovam depoimentos e documentos pesquisados, porém, os docentes das primeiras turmas de História da UCG não possuíam formação na área de licenciatura, eram, principalmente, advogados, médicos e farmacêuticos, como se evidenciou no primeiro capítulo. Eram profissionais que se destacavam no cenário goiano em suas profissões de origem, mas autodidatas quanto às disciplinas ministradas no curso de História da referida instituição.

Como foi dito no primeiro capítulo, a *primeira geração (professores-fundadores)* de professores de História da UFG formou-se na Faculdade de Filosofia de Goiás da Universidade Católica, na época denominada Universidade de Goiás. O curso de História da UCG foi celeiro para a composição do núcleo inicial do corpo docente de História da UFG.

A maioria dos entrevistados indicou, no início do curso de História, a existência de somente um docente com título de doutor, Luís Palacín Gómez. Salles se recorda que:

O Padre Palacín chegou quando eu ainda era professora da Universidade Católica. Nós precisávamos regularizar o curso e os documentos dele aqui em Goiás. Eu fui convidada pela Universidade Católica para fazer parte da equipe examinadora, foram três professores e julguei que o Pe. Palacín estava em excelentes condições para assumir a cátedra da universidade. Ele já era doutor, examinamos os papéis da Espanha. Já feito o doutorado, estava com a tese pronta sobre a colonização do Brasil, “Brasil Colônia”, de modo que veio com título, já bastante graduado. Nós o aceitamos, não por ele ser jesuíta, mas porque ele tinha mesmo excelentes condições para começar a lecionar. Mas, precisava oficialmente, do ponto de vista legal, que um grupo de professores fizesse o exame dos papéis, deveriam opinar, principalmente, por ele ter curso de pós-graduação. Nessa época nós não tínhamos curso de pós-graduação. Todos os professores só tinham curso de graduação (SALLES, 2005).

Outro depoente possui uma interpretação divergente sobre a questão de ser o Padre Palacín o único com título de doutor nesse período. Moreyra (2005) relata que:

O Padre Palacín não era o único doutor, o Padre Corrêa era doutor em História Antiga, mas ele morreu precocemente. Depois outros professores fizeram doutorado, como as professoras Maria Augusta, a Dalísia, a Dona Gilka e Dona Lena, os seus títulos de doutorado realmente são todos posteriores ao de Luís Palacín (MOREYRA, 2005).

O Padre José Maria Corrêa, na verdade, pertenceu ao quadro docente das duas Universidades (UCG e UFG), todavia, nas fontes consultadas, não foi encontrada e/ou confirmada a sua titulação.

A partir do diálogo com as fontes, emergiu um dado interessante e curioso: o pioneirismo feminino do corpo docente do curso de História na prática de pós-graduação *stricto sensu*. Sobre esse fato, Freitas, em entrevista, relata:

As primeiras professoras do curso de História que fizeram pós-graduação *stricto sensu*, partindo para o doutorado com defesa direta da tese, foram as professoras Maria Augusta Sant'Anna e Dalísia Doles. Então elas foram pioneiras nesse sentido, abriram caminho para que outros depois se aventurassem nesse mesmo caminho (FREITAS, 2005).

A professora Maria Augusta rememora seu pioneirismo e o de Dalísia Doles na pós-graduação e ressalta o incentivo recebido do Padre Palacín, docente da UCG e da UFG, e de Sérgio Buarque de Holanda, docente da USP. De suas reminiscências a lembrança de uma época pioneira, marcada pelas dificuldades, dissabores e alegrias. Em sua análise foram tempos difíceis, em que se desdobrava para criar os filhos, lecionar e viver na estrada de São Paulo, em busca do aperfeiçoamento, mas, ao mesmo tempo, “era muito bom, pois nós tínhamos juventude, tínhamos alegria e esperança” (MORAES, 2005). Segundo seu relato a princípio o que lhes abriu as portas para o doutorado na Universidade de São Paulo foi um curso de especialização, realizado entre 1966 e 1967.

A depoente enfatiza que nesse período foi de fundamental importância o incentivo do Pe. Palacín, pois já estavam matriculadas (Maria Augusta e Dalísia Doles) no doutorado da USP, mas faltava-lhes ânimo para recomeçar a romaria de idas e vindas constantes a São Paulo, até que:

Um dia fomos lá, escolhemos o orientador, todos os programas e começamos a fazer o doutorado naquela mesma dificuldade, indo e vindo de São Paulo. Eu fiquei dois meses pra escolher o meu tema. Eu ia fazer sobre a “Revolução de 30”, a Dalísia já tinha escolhido a “Navegação do Araguaia”. Mas eu não conhecia sobre história de Goiás e fui estudar até encontrar os Bulhões, o domínio político dos Caiado. Então me firmei. Eu tinha os jornais da época, todos os jornais encadernados que estão lá no Gabinete Literário e que não tem nome de ninguém, fui eu quem encadernou. Então, foi uma luta, dois anos e meio para fazer a tese, cujo título foi “Contribuição para o estudo político-oligárquico para a História de Goiás”. Assim, a Dalísia e eu fomos as primeiras a defender tese, isso foi em 70 ou 71. Eu fui a primeira goiana a defender tese, porque a Dalísia não era goiana, era mato-grossense. Então, nós abrimos as portas, foi pioneirismo mesmo (MORAES, 2005).

Quando inquirida sobre a causa da proeminência feminina nos cursos de pós-graduação, a prof^a Maria Augusta responde ludicamente:

Olha, eu não vou ser feminista não, mas as mulheres eram mais dedicadas. Tanto que os homens não fizeram, no meu tempo, não fizeram especialização. Uns não puderam porque tinham que cuidar da família, outro foi e não fez, foi o que ficou três anos de licença e não fez... e as mulheres todas fizeram doutorado. Nós éramos mais dedicadas. E eles, como tinham que se defender, diziam que era porque nós éramos da elite, casadas com médicos. Alguns tinham certa razão por serem arrimos de família. Mas, afinal, nós éramos mais dedicadas. Eu diria que nós produzíamos mais, com exceção do Palacín, mas, como eu falava, o Palacín não era homem, era padre (MORAES, 2005).

De fato, as fontes pesquisadas indicam que, na composição inicial do quadro de docentes – *primeira geração* – do curso de História da UFG, somente Luís Palacín possuía título de doutor. Dos professores entrevistados para esta pesquisa, que pertenceram, especificamente, desde o início, ao corpo docente do curso de História, apenas o professor Antônio Teixeira Neto doutorou-se e fez pós-doutorado. Com a separação do curso de Geografia e História, todavia, ele se ligou ao IQG, ou seja, embora lecionasse Cartografia aos alunos de História, não pertencia diretamente ao Departamento de História.

Ao perquirir os depoentes sobre o tema da pós-graduação, ficaram nítidos os conflitos existentes naquele período no Departamento de História. Em alguns relatos aparecem os argumentos citados no depoimento de Moraes (2005), como falta de condições financeiras e incentivo, e motivos políticos, como perseguição durante o Regime Militar. Percebe-se, por meio das entrevistas, que, de um lado, a narrativa masculina se justifica dizendo que as docentes puderam se destacar na pós-graduação devido às suas condições sociais, que lhes permitiram custear seus estudos. Em contrapartida, a narrativa feminina se defende dizendo que houve professor que ganhou bolsa, ausentou-se da universidade, mas não concluiu o doutorado. Os depoimentos sobre o assunto, na verdade, traduzem as divergências e contradições vividas no Departamento de História. Tais conflitos eram advindos não só da questão de gênero, mas também de diferentes posturas político-sociais e ideológicas. Imperou, contudo, a constatação que, do núcleo inicial do curso de História da UFG, todas as docentes fizeram doutorado. Esse fato, todavia, não anula a atuação dos docentes do Departamento de História, e, de forma geral, dos entrevistados para esta pesquisa, que desenvolveram e ainda desenvolvem trabalhos tanto na docência quanto na pesquisa na UCG e na UFG.

Importa ressaltar que, na fase anterior à Reforma Universitária de 1968, a pós-graduação funcionava no antigo sistema, em que o aluno se inscrevia junto a um orientador, desenvolvia as leituras e os trabalhos acadêmicos e, por fim, defendia a tese perante a banca examinadora.

A partir de 1965, a situação do corpo docente da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal foi se regularizando com a realização de concursos. Na sessão do Egrégio Conselho Universitário, de 24 de março de 1965, homologou-se o resultado de concurso de títulos para provimento de cadeiras mediante contrato. Conforme Processo nº 00706/65, a classificação dos candidatos para provimento das cadeiras específicas do curso de História e Geografia foi a seguinte:

Quadro 26 – Resultado do concurso para provimento de cadeiras do curso de História e Geografia da UFG (1966)

Cadeiras	1º lugar	2º lugar	3º lugar
Geografia Física	José Sizenando Jayme	*	*
Geografia humana	Horieste Gomes	*	*
Geografia do Brasil	Maria Augusta A. Santana	Horieste Gomes	*
História da Antiguidade e da Idade Média	Lena Castello Branco F. Costa	José Maria Corrêa	*
História Moderna e Contemporânea	Gilka Ferreira	Lena C. Branco	Pe. Luís Palacín Gómez
História da América	Gilka Ferreira	*	*
História do Brasil	Lena C. Branco	Maria Augusta A. Santana	*

Fonte: UFG, Certidão de classificação de concurso para provimento de Cadeiras do curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1966.

Em 15/3/1966 o Conselho Universitário homologou o resultado do concurso de títulos referente ao processo nº 01388/66, com o seguinte resultado: Cartografia – não houve candidatos inscritos; Geografia Regional – não houve classificação; Biogeografia – não houve classificação (CERTIDÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE CONCURSO DA FFCL/ UFG, 1966).

Conforme III Livro de Atas, fls. 143, o Egrégio Conselho Universitário homologou concurso de títulos para provimento da Cadeira de Didática Especial de Geografia e História, conforme consta no processo nº 01242/66, cuja classificação foi a seguinte: 1º lugar: José Ubiratan de Moura; 2º lugar: Alfredo Abinagem (CERTIDÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE CONCURSO DA FFCL/ UFG, 1966).

Das reminiscências da depoente a recordação do período em que os professores adquiriram estabilidade na Universidade Federal de Goiás: “eu ingressei na Universidade Federal mediante um concurso para ser regente de cátedra, depois, por uma concessão da lei, todos os *professores-fundadores* passaram a ser titulares, então eu fui titular antes de ser doutora” (FREITAS, 2005). A lei à qual se refere é a Constituição Federal, art. 177, § 2º, que regulamentou a Estabilidade no cargo de Professor Catedrático. O Informativo/UFG, anunciou:

Conforme interpretação de texto constitucional, via parecer da Douta Consultoria Geral da República, os Professores de Ensino Superior e Professores Adjuntos (ex-catedráticos Interinos) que a 24 de janeiro de 1967 ocupavam regularmente cátedras e que constassem, nesta data, mais de (cinco) anos de serviço público, adquiriram estabilidade no cargo de Professor Catedrático (INFORMATIVO/UFG, SET./1968, p. 2).

Em 1967 teve início o que, neste trabalho, denominou-se de *segunda geração* dos professores do curso de História da UFG. Formou-se, assim, um corpo docente misto, composto, em sua maioria, por docentes com formação na UCG e por professores “frutos da casa”, ou seja, com graduação já no próprio curso de História da UFG. Conforme concluinte do ano de 1966:

Em 1967 eu fiz concurso e outros colegas meus também fizeram. A professora Mari Baiocchi, depois se aposentou como professora de Antropologia da UFG, a professora Clyce que é doutora em Geografia, colega do Horieste e a professora Marivone Matos que se aposentou como professora de História Medieval. E pra surpresa de todos nós, o governo militar que já estava projetando uma reforma, resolveu que todos os concursados daquele momento seriam professores titulares, então em 68 quando eu comecei a lecionar na Universidade Federal eu já era professor titular. Isso foi péssimo, porque o estímulo do progresso na carreira do professor é fundamental, eu não tinha progresso para fazer, pois já era titular (MOREYRA, 2005).

Conforme Moraes (2005), após a criação do Mestrado, notadamente houve uma substituição gradativa do corpo docente: “os próprios alunos foram nos substituindo, fizeram mestrado, doutorado, foram recebendo seus títulos, tivemos alunos brilhantes” (MORAES, 2005).

A guisa de informação, o quadro a seguir destaca o número de alunos no curso de História na década de 1960:

Quadro 27 – Número de concluintes do curso de História da UFG (1966–1969)

Curso \ Ano	1966	1967	1968	1969
História	12	–	7	11

Fonte: Arquivo ICHL/UFG, s.d.

3.2.2 O Curso de História, do CEB à FFCL: rupturas ou continuidades?

Outra problemática trabalhada por esta pesquisa foram as diferenças entre o curso ministrado no Centro de Estudos Brasileiros e o que se concretizou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFG. Foram inquiridas fontes para concluir até que ponto houve rupturas e/ou continuidades na transferência de uma unidade de ensino para outra.

A partir do diálogo com sujeitos históricos que vivenciaram o Centro de Estudos, percebeu-se que há a necessidade de diferenciá-lo de qualquer outra iniciativa e de creditar ao CEB o papel de guardião de um ideal que se perdeu. Os relatos reforçam a idéia segundo a qual se rompeu o pensamento, o “espírito” cebiano, em virtude do novo contexto delineado na universidade e no Brasil após o golpe militar de 1964. Nesse sentido, as fontes enfatizam as rupturas.

Na ótica de um ex-aluno, existiram diferenças substanciais entre o curso ministrado no CEB e o que se originou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, ou seja, não houve seqüência:

Quando a gente caiu no curso de História, a gente caiu na matriz da Universidade, formal, burocrática, aquela coisa de cumprir disciplina e pra nós foi um banho de água fria, porque o Centro de Estudos era um fórum de debates permanentes. E era a riqueza de troca de idéias. Os professores não tinham aquela mentalidade aulista, se um intelectual de outro lugar passasse por aqui eles o faziam descer e passar uma hora, duas, conversando com a gente. Acho que nunca se passou uma semana sem receber um convidado, uma palestra, uma conferência, um debate. Então, era um ambiente muito diferente do que a gente foi encontrar a partir do 3º ano. É preciso não deixar de observar que o 3º ano foi feito em 65 quando a gente começava a entrar na fase negra da Ditadura. Então, o curso ficou burocrático, porque a Universidade ficou burocrática, aliás, o clima era anti-acadêmico, anti-intelectual (MOREYRA, 2005).

Para Moreyra (2005), o diferencial do CEB em relação ao curso de História, posteriormente cursado por ele na Faculdade de Filosofia, era a própria constituição do curso. Evidencia o sistema semestral e a avaliação como diferenças básicas e primordiais entre os

dois cursos. Relata que a convivência no CEB era bem “provocativa”, decorrente, em primeiro lugar, da composição do corpo docente. Goiânia tinha poucos intelectuais, mas o professor Gilberto M. Teles congregou em torno do Centro de Estudos “as melhores cabeças da época [...] o melhor que podia reunir aqui, o melhor do ponto de vista humano e não do ponto de vista acadêmico” (MOREYRA, 2005). Na sua concepção, essa dinâmica contribuiu para que se formasse um grupo bastante heterogêneo de professores. “Mais importante do que as aulas, foi a convivência ali dentro”, pois eram professores anti-convencionais. Acrescenta-se ao corpo docente heterogêneo a estrutura curricular:

Era um currículo revolucionário mesmo, havia uma provocação intelectual quando se pensa como era o do curso de História tradicional [...] o curso não era de licenciatura, não era um curso pra formar professores, era, como dizia o reitor, pra formar especialistas em Brasil, formar um erudito. A idéia era um curso que desse um título de bacharel em políticas públicas, formar um erudito. Por isso se compunha de disciplinas como: Língua Portuguesa, Literatura Brasileira, Francês ou Inglês, História, Geografia, Antropologia, Economia, Instituições Jurídicas Brasileiras, Arquitetura Brasileira. O grande benefício que nós tivemos foi devido a esse corpo de disciplinas e ao conjunto de professores (MOREYRA, 2005).

Na sua análise, a matriz curricular do Centro de Estudos Brasileiros produziu um diferencial em relação ao curso da Universidade Católica, mas em virtude dos alunos do CEB que, posteriormente, em sua maioria, tornaram-se professores universitários, como por exemplo: Sérgio Paulo Moreyra, Manuel de Jesus Oliveira, Mari Baioicchi, Marivone Matos Chain, Clyce Louise, Maria do Amparo Aguiar. Segundo Moreyra (2005), esses futuros professores constituíram um diferencial, porque, em primeiro lugar, entraram no curso antes do golpe de 1964, assim, não eram alunos pressionados pelo regime militar. Por isso, apesar do fechamento precoce do CEB, “o resultado foi que 70% da minha turma se tornou professor da Universidade. Enfim, foi um curso que deu um lastro muito bom”. Nessa linha de argumentação o depoente acrescenta que o curso do CEB se irradiou para o curso de História da UFG e isso fez com que ficasse um curso mais aberto. O curso de História da UCG, todavia, norteou-se pela censura até a década de 1980, período em que a direção da Universidade esteve nas mãos dos jesuítas (MOREYRA, 2005).

Gomes (2005) acredita que:

Com a transferência dos alunos para o curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, houve uma mudança de ideal. Pois, o CEB era catalisador das unidades, no sentido de receber os alunos e fornecer-lhes uma formação geral e daí, do Centro, eles encaminhavam para outras áreas. Com o fechamento do Centro de

Estudos essa iniciativa se rompeu e houve uma mudança no ideal do curso. Enfim, o CEB representou bastante, apesar de ter um fôlego curto, mas ele foi indutor para os cursos de História, de Sociologia e de Geografia da Universidade Federal de Goiás (GOMES, 2005).

No depoimento de Teixeira Neto (2005), em análise mais objetiva quanto ao caráter do CEB, não se depreende de sua memória o mesmo idealismo cebiano encontrado em outras entrevistas. Ressalta, no entanto, como diferença básica entre o CEB e o curso de História na FFCL, a vigilância a que foram submetidos após a implantação do Regime Militar. Na sua percepção, em termos de conteúdo e filosofia, as diferenças foram mínimas:

A diferença no que diz respeito ao conteúdo é mínima, a filosofia, praticamente é muito sutil, é a mesma, só que fomos mais vigiados [...] havia um espírito, uma filosofia de educação que os professores ali passavam para os alunos e com a criação do curso (na FFCL) os professores continuaram, as nossas cabeças não mudaram, nós mudamos de ambiente. E depois, é claro, os militares criaram seus mecanismos de espionagem, de repressão (TEIXEIRA NETO, 2005).

Em síntese, os entrevistados são unânimes ao afirmarem a existência de um clima na Universidade que estimulava o estudo, a pesquisa e a livre expressão, o que deu espaço para iniciativas como o Centro de Estudos Brasileiros e o jornal semanário denominado “O 4º Poder”. Conforme Gomes (2005), no entanto, todas as iniciativas inovadoras da UFG sucumbiram ao golpe de 1964.

Em suma, as diferenças efetivas entre o curso do antigo CEB e o que se originou na UFG se deram na própria constituição e concepção de ensino, em decorrência do golpe de 1964. Nesse período as ações coercitivas impostas não só à universidade, mas em todos os espaços nos quais prevalecia a liberdade de expressão, imputaram ao curso de História e à Universidade características que refletiram no ideal, no “espírito” do curso. Destarte, instalou-se um curso de História com características tradicionais, diferentemente da proposta do antigo CEB. Outra divergência se refere ao fato de que o curso do Centro de Estudos, apesar de enfatizar os estudos históricos, não era direcionado à formação específica do profissional em História, mas para formação de um profissional multidisciplinar, voltado para as pesquisas regional-nacionais. As diferenças primordiais se encontram, assim, na essência dos dois cursos e no clima que se instalou na Universidade, após a implantação do Regime Militar.

3.3 O CURSO DE HISTÓRIA DA UFG NO CONTEXTO DO REGIME MILITAR

3.3.1 A Reforma Universitária e a fragmentação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

Nas décadas de 1950 e 1960 a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras recebeu diversas críticas devido à precariedade do funcionamento de seus cursos. Essas críticas e outros fatores serviram como justificativa para o posterior desmembramento da unidade. Um fato, porém, tornou-se evidente, se a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras não desempenhou de forma satisfatória a função a ela atribuída a princípio, contribuiu para “despertar consciências”, dela saíam os estudantes considerados “subversivos” (CUNHA, 1988, p. 84). Compreende-se, portanto, que a fragmentação dessa Faculdade, após 1964, também possuiu uma forte conotação política.

No decorrer das referidas décadas, uma série de fatores contribuiu para a fragmentação da Faculdade de Filosofia. Inicialmente o Decreto-Lei nº. 53, de 1966, prescrevia o desmembramento dessas faculdades e a constituição de institutos centrais. Outro fator que também se agrupa a esse contexto foi a

[...] transformação estrutural das universidades, visando subordiná-las às grandes empresas, o desmembramento das filosofias separaria cursos prioritários para um investimento maciço (Física, Química, etc.) dos cursos não prioritários para o desenvolvimento (Ciências Sociais, História, etc.) (CUNHA, 1988, p. 84).

Cunha (1988, p. 84) afirma que muitos pedagogos almejavam autonomia para diversas seções da Faculdade de Filosofia, transformando-as em institutos, por isso viam com bons olhos a fragmentação da FFCL. A intenção de alguns docentes-pesquisadores era tornarem-se diretores das faculdades e conseguirem prestígio junto ao Conselho Federal de Educação. O contrário, no entanto, prevaleceu. A criação da Faculdade de Educação, a partir do desmembramento das FFCL, contribuiu para o isolamento dos pedagogos e de outros profissionais da educação em relação aos professores de outras áreas.

Em virtude das intensas críticas ao funcionamento da Faculdade de Filosofia, realizaram-se diagnósticos e avaliações, que chegaram a conclusões negativas sobre o funcionamento dessas unidades. As críticas postulavam que, tendo em vista as pretensas ambições da FFCL como cultivadora do saber desinteressado, como ponto de convergência

das várias unidades da instituição universitária, essa limitou-se à formação de professores, mesmo assim com sérias deficiências (CUNHA, 1988, p. 84).

O ponto culminante de desintegração da Faculdade de Filosofia se deu com a Reforma Universitária. Segundo a ideologia da época, tratava-se de promover o desenvolvimento do capitalismo pela via da modernização do ensino superior, colocando o Brasil em situação de igualdade com os países do “mundo livre” (EUA) e evitando o perigo comunista (URSS).

A Reforma Universitária teve como princípio o binômio modernização e segurança nacional. A modernização do ensino superior teve fortes influências do governo americano, por meio da assistência técnica e financeira. Há que relativizar, entretanto, essa influência, pois os consultores americanos encontraram um terreno fértil para a divulgação de suas “orientações”, ou seja, diversos grupos da sociedade brasileira reclamavam por essa modernização (CUNHA, 1988, p. 22). O processo de modernização do ensino superior no Brasil iniciou-se com a criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e, posteriormente, a criação da Universidade de Brasília (UNB). Ao longo das décadas de 1950 e 1960 ocorreram várias discussões sobre a modernização e a reforma do sistema universitário no Brasil.

A Reforma Universitária, de novembro de 1968, no entanto, foi definida por uma política educacional que fragmentava internamente o ensino superior, segregava as universidades em *campus*, desmobilizava o movimento estudantil e incentivava a iniciativa privada de ensino. Segundo Germano, “A reforma universitária do Regime Militar representa, sobretudo, uma incorporação desfigurada de experiências e demandas anteriores, acrescidas das recomendações privatistas de Atcon, dos assessores da USAID⁴⁷ e de outras comissões” (GERMANO, 1993, p. 123).

A Lei 5.540/68, de 28 de novembro de 1968, extinguiu a cátedra, estabeleceu a indissociação do ensino e pesquisa; incentivou o tempo integral e a dedicação exclusiva dos professores; regulamentou a pós-graduação; definiu, por excelência, a organização do ensino superior nas universidades. O que vigorou, no entanto, foi a proliferação de faculdades particulares isoladas, devido à ligação do governo militar com os grupos empresariais. Em substituição às Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras foram criados os Institutos, com o objetivo de trabalhar os conteúdos. Enfim, trabalhar com a teoria no sentido de produzir um

⁴⁷ United States Agency of International Development. Agência Americana que realizou acordos com o MEC. Os acordos visavam a ajuda técnica e financeira, por meio de bolsas, no intuito de modernizar a universidade brasileira. Esses acordos foram alvo de intensas críticas por parte do Movimento Estudantil, pois os estudantes viam no Acordo MEC-USAID a predominância do imperialismo americano no Brasil.

saber desinteressado. Às Faculdades caberia o desenvolvimento de práticas e métodos de ensino, sendo que uma unidade se encarregaria de desenvolver o saber profissional.

De forma geral, a Reforma de 1968 não atendeu às principais reivindicações estudantis relacionadas à participação dentro da universidade, ou seja, a democratização do ensino e da própria instituição. Ao contrário, o governo coibiu as contestações com o Decreto-Lei 477, de 26 de fevereiro de 1969, afetando o corpo docente, discente e administrativo das universidades, pois

Atribuiu às autoridades universitárias e educacionais (MEC) “o poder de desligar e suspender estudantes envolvidos em atividades que fossem consideradas subversivas, isto é, perigosas para a segurança nacional. Durante o tempo de suspensão (três anos) os estudantes atingidos ficariam impedidos de se matricularem em qualquer outra escola de nível superior do país. Previa também, a demissão de funcionários e professores surpreendidos nas mesmas atividades, impedindo-os de trabalharem no ensino superior brasileiro durante cinco anos” (grifos do autor) (FREITAG, 1980, p. 88).

Aliada a essas medidas repressivas, encontra-se a nova estrutura da universidade por meio dos Departamentos, dos Institutos e a fragmentação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Tais fatores corroboraram para o refluxo do movimento estudantil. O governo procurava, assim, conter a luta travada dentro das universidades por mais vagas e mais verbas.

A partir das fontes consultadas, verifica-se que na UFG, como em todo o país, persistia o desejo de reestruturação da Universidade. A década de 1960 foi marcada por diversos movimentos em prol da Reforma Universitária em todo o Brasil. Goiás não se diferenciou desse contexto. O Informativo/UFG relata que: “A UFGO aguarda com muito interesse os resultados da Reforma Universitária, cujo Projeto de lei ora tramita no Congresso Nacional” (INFORMATIVO/UFG, OUT./1968, p. 1).

Há que analisar, entretanto, por outra ótica essa questão. O que se evidencia nas fontes orais é que, apesar de minoritário, havia segmentos da Universidade que se opunham à Reforma Universitária empreendida em 1968. No Departamento de História, na verdade, distinguiram-se dois grupos: os que repudiavam a Reforma Universitária e os que lhe apontavam pontos positivos e negativos. O primeiro grupo era ligado à militância política ou assumia posturas políticas, eram os representantes da esquerda. O outro se compunha de pessoas de direita ou que se diziam desligadas da política, ou das que diziam que o momento

era de recuo e não de enfrentamento. Do primeiro grupo destacou-se o relato da prof^a Ana Lúcia:

O tempo que nós ficamos na universidade, sempre lutamos contra a Reforma Universitária proposta pelo MEC. E foi uma luta muito dura durante a Ditadura Militar, seja pela estrutura da Reforma, seja porque queriam introduzir licenciatura curtas. Particularmente, eu sempre fui militante política, então sempre fiquei envolvida nas lutas na universidade, então do nosso ponto de vista, setores que deveriam ser de esquerda na universidade, nós sempre fomos contra a reforma em bloco, não por pedaços dela. Porque toda a reforma está dentro de uma concepção teórica, filosófica, ideológica. Então, esse tipo de reforma que veio dos Acordos MEC–USAID, impostos à universidade, ela estava dentro de uma concepção global de universidade, portanto nós repudiávamos em bloco a reforma (SILVA A., 2005).

A narrativa anterior evidencia a divisão que existia no Departamento de História, fruto das divergentes posturas político–ideológicas, que, em maior grau, refletem as tendências e os conflitos políticos estabelecidos em nível macro. Conforme sua análise, o discurso de que a Reforma Universitária de 1968 apresentava pontos positivos e negativos era um engodo. Assim, acrescenta:

Nós, o pessoal de esquerda na universidade, éramos a minoria da minoria, da minoria. No Departamento, acho que éramos dois ou três. Eram divergentes visões que existiam dentro do Departamento, a minha era a minoritária. Os outros estavam de acordo, como sempre estiveram de acordo. Então é evidente que teve gente que dirigiu a universidade aceitando todas as normas da Ditadura, ameaçando professores e alunos com o 477, com o AI–5. Existiram professores, inclusive do Departamento de História, que se propuseram a esse papel de ser quase que intermediários entre essa proposta de universidade e os alunos e professores (SILVA A., 2005).

A maioria dos entrevistados corroborou com as afirmações do segundo grupo: apesar de ter sido imposta, a Reforma Universitária trouxe benefícios, como a Dedicção Exclusiva, o sistema de pós–graduação, o investimento em tecnologias e a criação dos Institutos básicos de ensino. Conforme depoimentos do segundo grupo, a Reforma de 1968 assumiu um caráter benéfico:

Em 1968 teve uma grande Reforma Universitária, que até hoje existe, você sabe que estão agora neste ano de 2005 fazendo um estudo sobre uma reforma universitária, mas que ainda não saiu, e mesmo quando sair, como essa reforma está montada até o momento, não altera substancialmente a Reforma de 68, que foi uma boa reforma (CASSIMIRO, 2005).

A idéia de que os grupos representantes da contestação, ou seja, que se posicionaram contra a Reforma Universitária de 1968, eram, de fato, “a minoria da minoria dentro da universidade” (SILVA A., 2005) confirmou-se por meio dos vários depoimentos.

A Reforma Universitária de 1968 encerrou a trajetória da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFG. Há que ressaltar que, desde a sua gênese, essa unidade de ensino enfrentou inúmeras dificuldades. Aliado aos fatores de ordem externa, enfrentou ainda problemas internos, como falta de sede própria, falta de verbas para o pagamento de funcionários e intensa crítica e resistência das outras faculdades em transferir-lhe verbas. A sua breve existência foi marcada por incertezas e pela fragmentação de seus cursos, ao ponto de ter fases em que funcionou concomitantemente em quatro lugares diferentes. Deduz-se que essa Faculdade não conseguiu colocar em prática os ambiciosos princípios almejados por seus idealizadores.

Na análise do primeiro diretor da FFCL, tal resistência foi advinda, em grande parte, do fato de essa unidade de ensino representar, naquele momento, “focos de fermentação social contra o tradicionalismo e a estagnação” (TURCHI, 1990, p. 12), reinantes ainda nas universidades brasileiras.

Devido às dificuldades e resistências impostas à Faculdade de Filosofia da UFG, dos objetivos aos quais se propôs a realizar o que prevaleceu no seu breve espaço de vida foi a formação de professores, mesmo assim, como se expôs, de forma bastante deficitária.

Na lei de criação da UFG constava a criação ou agregação à Universidade de uma Faculdade de Filosofia. Concomitantemente o Estatuto da Universidade incentivava a criação de Institutos, e cada Instituto criado corresponderia ao desaparecimento do Departamento correlato na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (REZENDE, 1997, p. 83). Diante de tal situação, percebe-se que a FFCL da UFG já nasceu fadada ao desaparecimento. Apesar de prever a criação dos Institutos, somente um se constituiu anteriormente à Reforma Universitária de 1968, o Instituto de Matemática e Física (IMF).

Para a criação do IMF, o professor Willie Maurer apresentou à Reitoria um projeto de estruturação da unidade onde expõe toda a problemática referente à Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Goiás, evidenciando “falhas congênitas” desde sua criação e as graves dificuldades perpassadas por essa faculdade, o que impedia seu desempenho satisfatório no empreendimento do ensino e da pesquisa.

A partir desse diagnóstico, Maurer apresentou duas propostas. A primeira, dizia respeito a atribuir à FFCL a sua devida função dentro da universidade: “constituir células de ensino e de pesquisa nos vários domínios da cultura desinteressada”. A segunda proposta

consistia na criação de Institutos autônomos nos diversos domínios da ciência. Nesse caso, seria extinta a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, pois a existência concomitante das duas unidades implicaria uma “estrutura [que] redundava em um substancial e inútil desperdício de verbas” (UFG/IMF, 1964, p.7). Compreendem-se, nesse comentário, as instruções de racionalização dos custos para o ensino superior contidas no Decreto-Lei nº 53/66, que vedava a duplicação de meios para fins idênticos ou semelhantes. Diante de tal contexto sugeriu-se a:

[...] criação de Institutos autônomos, nos diversos domínios da ciência ou da cultura, os quais, na qualidade de núcleos de ensino e pesquisa centralizariam o ensino básico de sua especialidade, constante de todos os currículos universitários. É óbvio que, neste caso, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como tal, perde sua razão de ser (UFG/IMF, 1964, p. 2-3).

A partir do exposto anteriormente, constata-se que a Faculdade de Filosofia, em sua abreviada jornada, coexistiu com inúmeros problemas, porém sobreviveu até a implantação da Reforma Universitária na UFG. Somente após 1971 é que se observa a efetivação da nova estrutura da UFG. Com o desmembramento da FFCL da Universidade Federal de Goiás, originou-se a Faculdade de Educação, unidade profissional responsável pela licenciatura, inclusive a de Pedagogia, que formaria o técnico em educação. Os demais cursos distribuíram-se em Institutos básicos, responsáveis por formar bacharéis. A mudança mais significativa foi a implantação do sistema de créditos.

Sobre o assunto, o depoimento a seguir demonstra, com riqueza de detalhes, os efeitos da Reforma Universitária no que se refere à Faculdade de Filosofia, na qual se integrava o curso de História:

Quando foi editada a Lei de Reforma Universitária foi constituído um Grupo de Trabalho, coordenado pelo Dr. José Salum, o qual apresentou a proposta de reestruturação da Universidade. Um dos postulados da Reforma Universitária era a criação de unidades de ensino básico separadas das unidades de ensino profissional. Então a Faculdade de Filosofia foi retalhada. Criou-se a Faculdade de Educação, o que, aliás, era também uma exigência da Reforma Universitária. Foi criado o Instituto de Química e Geociência para o curso de Geografia. **A Faculdade de Filosofia deixou de existir, até porque na Federal ela nunca teve o papel que teve na Católica, de ser um núcleo gerador e aglutinador da Universidade.** Criaram-se os Institutos e, assim, houve sucessivamente essa separação entre Institutos básicos e Faculdades profissionais. O ICHL ficou, na época, sendo a maior unidade da Universidade, porque dentro do sistema de créditos havia alunos de todas as unidades. Como foi criado o Primeiro Ciclo de Estudos Gerais, que antecedia a qualquer curso profissional, assim eram alunos do ICHL, da Faculdade de Direito, da Faculdade de Educação, do curso de Geografia, do Instituto de Geociência (grifos nossos) (FREITAS, 2005).

Em outro depoimento há a confirmação de que o que houve de mais significativo após a implantação da Reforma Universitária foi a mudança estrutural ocorrida na UFG, que criou os institutos básicos de ensino. Assim, o curso de História passou a ser ministrado no Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL). Conforme Salles (2005), no que diz respeito ao currículo desse curso, houve poucas alterações, como, por exemplo, o enfoque em algumas disciplinas: Teoria da História, Historiografia e Introdução ao Trabalho Científico. Ainda a inserção da disciplina Introdução aos Estudos Históricos. As demais permaneceram: História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, História da América, História do Brasil e de Goiás.

Segundo depoimento da professora Cassimiro, após a Reforma Universitária, houve a criação da Faculdade de Educação e dos Institutos Básicos. Em suas palavras:

Eu sou do grupo de professores fundadores da Faculdade de Educação e dos Institutos básicos da Universidade: Instituto de Química e Geociências, Instituto de Matemática e Física, Instituto de Ciências Biológicas, Instituto de Ciências Humanas e Letras. Desse modo, a Geografia, Biologia, Física, Matemática, Letras, História, passaram a ser estudados nos Institutos básicos. Após o término dos estudos básicos nos institutos, os alunos se dirigiam à Faculdade de Educação para fazer a licenciatura. Pois dos Institutos básicos saía o bacharel. Na Faculdade de Educação se adquiria o título de licenciado em História, em Geografia, em Letras. No entanto, na primeira metade da década de 1990, a licenciatura saiu da Faculdade de Educação e passou a ser ministrada nos próprios Institutos. Atualmente a FE ministra a licenciatura somente em Pedagogia. Inclusive o Colégio de Aplicação, que teve sua origem na antiga Faculdade de Filosofia, onde os estudantes faziam estágios, também se destacou da Faculdade de Educação (CASSIMIRO, 2005).

Importa destacar que nesse período, após a fragmentação da FFCL da UFG e a conseqüente criação dos Institutos, os cursos de História e Geografia foram agregados em unidades distintas. A respeito desse assunto, os entrevistados relataram que jamais houve explicação convincente sobre o fato de o curso de Geografia ter-se integrado ao Instituto de Química e Geociências (IQG). Conforme alguns depoentes, pela afinidade de origem com o curso de História, o curso de Geografia deveria ter sido integrado ao Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL). No depoimento a seguir encontram-se duas explicações para o fato:

O que tem a Geografia com a Química? Tem assim um ponto, mas afinidade curricular nenhuma. Tanto que os nossos alunos não freqüentavam nenhuma disciplina da Química, nem os alunos de Química freqüentavam disciplinas na Geografia. Quer dizer, isso foi uma questão administrativa, não tinha onde jogar as Químicas, nem onde jogar a Geografia e fizeram esse saco de gatos [...] foi uma questão de falta de prestígio da Química e da Geografia com relação às grandes linhas, aos cursos de maior prestígio na UFG. Poderia ter deixado junto com a

História, pois a afinidade é maior. Mas acontece que eles viam a Geografia como uma ciência da Terra e não humana, quando na verdade, a Geografia é uma só. A Geografia é a Geografia, você não pode se desvincular dessa realidade completa, do espaço, desse mundo visível (TEIXEIRA NETO, 2005).

Em outra entrevista, a hipótese sobre a falta de prestígio do curso de Geografia foi corroborada:

Quando foi reestruturada a Universidade, que criaram os Institutos, o curso de Geografia, que era vinculado também à Faculdade de Filosofia, como o curso de História, ele foi retirado do Instituto de Ciências Humanas e Letras e foi para o Instituto de Química e Geociências. Era a coisa mais estranha, alguém falou na época para nós que “quando foram criar o Instituto de Matemática e Física, Instituto de Ciências Humanas e Letras, ou seja, os vários institutos, sobraram a Geografia e a Química e como não tinha o que fazer com elas, juntou e fizeram um Instituto só”. Era chamado Instituto de Química e Geociências, tinha três Departamentos de Química, mas não tinha o curso de Química, pois ele é bem posterior ao curso de Geografia e três de Geociências, com o curso de Geografia (GODOY, 2005).

O Instituto de Ciências Humanas e Letras funcionou no prédio da atual Faculdade de Educação, até ser interditado por problemas de infra-estrutura. Sob a ameaça de desabamento das instalações, os cursos do ICHL se dispersaram por diversos prédios da Universidade Federal de Goiás, foi a diáspora do ICHL, tema a ser tratado no próximo item.

3.3.2 O Curso de História e a vigilância do Regime Militar: “os olhos e os ouvidos do rei”

A Reforma Universitária de 1968, na UFG, realizou-se de forma “gradual e lenta”. Em 1968 aprovou-se o Plano de Reestruturação, em 1970, o Estatuto e, por fim, em 1972, o Regimento Geral. “A necessidade de melhor integrar as diversas unidades, bem como o objetivo de bem adequar-se aos postulados da Reforma, levaram a Universidade a decidir-se pela implantação de um novo *campus*” (ANAIS/UFG, 1978, p.11). Conforme as reminiscências da professora Lena (2005), o assunto sobre a construção do *campus* foi bastante debatido no Conselho Universitário, pois havia um grupo que defendia ardorosamente a transferência da universidade:

[...] isso foi na época do “Milagre Econômico”, quando havia verbas e foram construídos *campus* e universidades em praticamente todos os estados brasileiros. No meu ponto de vista, foi uma decisão acertada a transferência, mas a arquitetura do *campus* eu acho péssima, aqueles galpões que existem ali e as novas construções que foram feitas depois têm a mesma linha. Aqueles galpões são a negação do

ambiente natural que nós temos, porque num ambiente de intensa luminosidade, de ventos que correm livremente, nós ficamos dentro daqueles concretos, com aquelas coberturas horrorosas, sem nenhuma leveza, sem nenhuma beleza. Uma vez eu até o defini como um misto de galpão com campo de concentração (FREITAS, 2005).

Importante destacar que a arquitetura do *campus* mantinha perfeita sintonia com o clima que se instalou no país. Vivenciava-se no Brasil um clima sombrio, o auge da Ditadura Militar, pessoas perseguidas e exiladas. Na Universidade, estudantes e professores vigiados e cerceados em suas manifestações, devido ao Decreto nº 477/69.

Em 1971 são iniciadas as obras de construção das novas instalações da UFG. A primeira unidade da UFG transferida para o novo prédio foi o ICHL, que, desde maio de 1972, funcionava em diferentes localidades. Em virtude dessa dispersão não conseguia atender satisfatoriamente à grande demanda de alunos, não só pelos cursos de sua responsabilidade, como também pela procura das disciplinas do Ciclo Básico de Estudos.

Sobre esse período, a depoente rememora que a mudança para o Campus II esteve envolta em um clima de pioneirismo, o que proporcionou, ao mesmo tempo, alegrias e dissabores:

Nós fomos compelidos a ser a primeira unidade a se instalar no *campus*. Então quando o primeiro “galpão” ficou pronto eu reuni a Congregação e disse que nós estávamos sendo convocados para uma instalação que não seria definitiva, porque os blocos destinados ao ICHL ainda não estavam prontos. Nós fomos inicialmente para uns blocos do IQG. Afinal, nos instalamos no *campus*, os professores acharam bom, porque estávamos tão sofredamente dispersos e os alunos acharam melhor ainda, porque aí começaram a vir linhas de ônibus regular, havia um ar de pioneirismo, de estar começando uma coisa nova, de estar instalando a primeira unidade, pessoas falando, pessoas contentes, era um pessoal jovem, animado. Aos poucos as outras unidades foram se instalando. Mas havia muita poeira, muita lama e muito mosquito (FREITAS, 2005).

Nesse contexto de mudanças (de Faculdade de Filosofia para Instituto de Ciências Humanas e Letras; de prédio da Praça Universitária para o Campus II e, principalmente, mudança de um regime “democrático” para outro em que prevalecia a perseguição), procurou-se questionar junto às fontes orais sobre como foi lecionar no curso de História durante o Regime Militar; quais as posturas assumidas pelo corpo docente e discente; se existia vigilância por parte do aparato militar e como foi exercida.

A partir das fontes, podem-se dividir as respostas em dois grupos principais, de acordo com as posturas político-ideológicas adotadas na época. Os docentes que se declararam de esquerda são mais enfáticos ao falar sobre a repressão. Em contrapartida, as

pessoas que assumiram atitudes políticas de “neutralidade” ou não mencionaram suas opções político-ideológicas já não ressaltam a repressão. Ambos os grupos, porém, concordam que houve vigilância empreendida pelo aparato do Regime Militar. Do primeiro grupo destacaram-se os relatos a seguir:

Na medida em que se deu o golpe a ditadura instituiu na Universidade o serviço de vigilância que, num texto, denominei de “**Os olhos e os ouvidos do rei**” (grifos nossos), eu utilizei aquilo que Dario implantou na Pérsia, um serviço de vigilância. Na Universidade foi implantado esse serviço para todo lado, tanto que as nossas atividades estavam praticamente expostas. Aí tinha os posicionamentos da época, quem adotava uma postura a favor da Revolução, muitos professores ficaram nessa linha. Mas, a maior parte, eu acredito, tanto de alunos quanto de professores, permaneceu no lado oposto, numa linha mais libertária e de apoio à Universidade (GOMES, 2005).

[...] na verdade nós não tínhamos mais aquela liberdade de expressão na sala de aula como tínhamos antes, principalmente após o AI-5. Aí a coisa arrouchou mesmo. Criaram as Comissões Gerais de Investigação (CGI). Havia alunos, entre aspas, infiltrados no IQG, aí começaram a fornecer dados para o centro de repressão, tipo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), para construir as fichas dos professores. Houve um famoso **Manifesto dos Professores, em 68, do qual o mentor foi o professor Horieste Gomes, um dos grandes mentores, que teve repercussão nacional e foi o embrião da Reforma Universitária** (grifos nossos). Porque nós pedíamos justamente uma melhoria das condições de trabalho, uma reforma ampla no ensino, salários justos para os professores e disso resultou realmente, pouca gente sabe no Brasil, mas o Manifesto de 1968 foi o ponto de partida para a Reforma Universitária. E ele surgiu justamente dentro da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFG (TEIXEIRA NETO, 2005).

Era igual a dar aula em qualquer outro Departamento, porque você não tinha nenhuma movimentação dentro da Universidade, não tinha papel pregado na parede. A Universidade parecia uma clínica psicológica, todas as paredes totalmente brancas, você corria perigo constantemente. Eu, pessoalmente, nunca abdiquei de ensinar o que eu acho que devia ensinar. Eles fizeram um Ciclo Básico para todos os alunos do primeiro ano. E tinha uma disciplina chamada Geo-História, e eu lecionava as várias concepções de análise histórica. Como era introdutória, então eu passava a concepção marxista, estruturalista, a positivista. Mesmo correndo perigo diante da Ditadura, eu suponho que meu dossiê era enorme. Mas isso era problema da Ditadura, não era meu. Eu não ia deixar de apresentar para os alunos as várias análises históricas para defender minha pele ou meu salário. Nós corríamos riscos, porque você tinha também professores, inclusive administradores da Universidade que faziam o papel de estar ao lado da Ditadura, mesmo que não fossem militantes e estivessem defendendo na forma de agir no cotidiano, eles eram bem favoráveis, ou se não eram favoráveis, pelo menos não se manifestavam contra. Então todo mundo da área de Ciências Humanas, que quisesse ser conseqüente em termos de uma concepção científica da sociedade, corria risco de vida (SILVA A., 2005).

Tudo era considerado subversão [...] já em 1968 eu era professor no curso, eu usava bibliografia marxista, não só marxista, como outras também. E os alunos ficaram assustados. Aí eu me lembro que eu e outros colegas tivemos uma conversa com eles dizendo que não poderíamos admitir a clandestinidade, a

ilegalidade do direito de pensar. A vigilância era intensa. Em 68 eu participei, no DCE, de um seminário sobre o convênio MEC–USAID e dissecamos o convênio, mostrando o desastre que era para a educação brasileira. Muito tempo depois, quando eu tive acesso à minha ficha no DOPS, tava lá a minha participação no seminário, inclusive com transcrição (MOREYRA, 2005).

Foi muito difícil nós estávamos dando aula e sabíamos que alguns alunos eram os observadores do Serviço Nacional de Informações (SNI) e estavam lá nos inspecionando. Eu, por duas ou três vezes, fui chamado ao Comando Militar para dar depoimento. Naquela época também os alunos estavam naquela correria atrás das disciplinas [do *campus* I para o *campus* II]. E também depois os professores começaram a ficar preocupados com a pós-graduação. Estavam num momento na sala de aula e no outro na pós-graduação, outro momento estavam com projetos de pesquisa, em outro momento estavam no Projeto Rondon. Então houve uma alienação política tanto dos quadros de professores quanto do de alunos. E assim por diante, então o professor começou a ser distribuído, esquartejado dentro da Universidade. Houve toda essa fragmentação, o compartilhamento, tiravam-se os pedaços e jogavam um para cada lado. Desintegrando as coisas ficava mais fácil de administrar. Com isso houve o enfraquecimento dos movimentos docente e estudantil (BARBOSA, J., 2005).

Do segundo grupo foram enfatizados os seguintes depoimentos:

De visível interferência, não me lembro. E nessa época também eu era muito inexperiente e não tinha nenhuma formação política, não tinha também muita informação política, a gente vivia o momento. Havia muita conversa de corredor. E comentários sobre alunos, professores e funcionários que eram do Serviço Nacional de Informação. Inclusive eu tive alunos, não do curso de História, que eram mesmo funcionários do SNI, que já tinham nível superior e que estavam lá, por exemplo, fazendo curso de jornalismo, quer dizer, o meio estudantil era muito infiltrado. Eu tinha amigos que eram do Centro Acadêmico, que tinham uma certa atividade política, e em diversas ocasiões eu tive pessoas que chegavam perto de mim e falavam: “Você sai de perto de fulano, que era presidente do Centro Acadêmico, porque o fulano está muito visado”. Essas coisas ocorriam, mas essas pessoas não eram da Universidade Federal, eram de fora. Existia muito comentário, muita coisa que eu não sei exatamente o que era verdade e o que não era. Realmente, na época eu não tinha participação política nenhuma (GODOY, 2005).

Como chefe do Departamento de História, que eu fui durante dois anos do curso, eu nunca tive nenhuma interferência, nem da Reitoria, nem da direção da faculdade, nem pressão de qualquer natureza sobre programas, sobre o dia-a-dia do curso. Tivemos um funcionamento tranqüilo. Naturalmente se comentava o que estava acontecendo, as cassações políticas, havia um interesse nisso tudo. Mas, no dia-a-dia da escola, na prática pedagógica e curricular, nós não sofremos interferência nenhuma. Na época em fui diretora do ICHL, nós tivemos muitas interferências e problemas políticos na faculdade. Mas essas interferências não diziam respeito ao que era ensinado, mas, sim, a determinados alunos e professores sobre questionamentos que se faziam do Regime. Era a época daquele Decreto 477, que permitia a expulsão dos alunos que fossem considerados subversivos. E eu lutei para não aplicar aquele decreto lá dentro. O reitor da época, eu sei que foi um dos reitores do Brasil, da Federal, foi o que aplicou o maior número de expulsões, com base no Decreto 477 (FREITAS, 2005).

Somente uma vez que eu fui chamada para depor, [...] mas os livros que eu usava, inclusive saiu aquela História Nova do Brasil e eu usava, fazia o que queria na minha aula. Não houve fechamento nenhum (MORAES, 2005).

Os docentes e discentes do curso de História da UFG, após o Golpe de 64, sempre estiveram contra o governo, embora este tivesse dado melhores condições financeiras para os professores. Mas continuaram a ser contra o Golpe, porque não era algo saudável para o universo democrático. Nós éramos muito policiados, mas não houve intervenção. O professor não podia entrar com a teoria marxista no programa, e aquele aluno considerado marxista era perseguido e apontado pelos outros. Lembro-me que eu estava lecionando e um dia um aluno me chamou e falou assim: “Cuidado com aquele aluno que está ali”. Então havia esse policiamento muito sério. E nós tínhamos que ter cuidado e os professores muitas vezes eram acusados. Os próprios professores, aqueles que não fossem marxistas eram mal vistos pelos colegas. Muitas vezes eu e a professora Lena, a professora Maria Augusta, por não sermos marxistas, fomos mal vistas por alguns professores que eram (SALLES, 2005).

De forma bastante pertinente, a frase “Os olhos e os ouvidos do rei”, utilizada pelo professor Horieste Gomes, em analogia ao rei persa Dario, retratou perfeitamente o sistema de vigilância empreendido pelo governo militar não somente no âmbito universitário, como também em toda a sociedade brasileira.

3.4 O CURSO DE HISTÓRIA NO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS

3.4.1 A criação do Instituto de Ciências Humanas e Letras

O Instituto de Ciências Humanas e Letras foi criado no contexto da fragmentação da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Goiás. Após a aprovação do Plano de Reestruturação da UFG, pelo Decreto nº 63.817, de 16/12/68, em cumprimento aos Decretos nº 53, de 18/11/66, e nº 252, de 28/2/67, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras dividiu-se em duas unidades: a Faculdade de Educação, que se incumbiu dos cursos de Pedagogia e Licenciatura, e o Instituto de Ciências Humanas e Letras, que congregou os cursos de Letras (Bacharelado e Licenciatura), Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) e História (Bacharelado e Licenciatura). Conforme documentação do ICHL, até 1975 o curso de Geografia integrava o Instituto, passando, após essa data, a ser ministrado no Instituto de Química e Geociências (IQG).

Os cursos de Comunicação Social com habilitação em jornalismo (1969) e habilitação em Relações Públicas (1974) integraram-se ao ICHL. Até 1978 todos os cursos foram reconhecidos, com exceção de Relações Públicas, que se encontrava em fase de reconhecimento. O Instituto de Ciências Humanas e Letras era uma das unidades de ensino básico da Universidade, por isso ministrava disciplinas não só para os cursos de seus Departamentos, mas também para cursos com disciplinas afins.

O ICHL possuía como principais objetivos:

- I – desempenhar, no conjunto das Unidades que compõem a Universidade, o papel de centro de ensino e de pesquisas, que procura conciliar o imperativo da especialização de conhecimentos e técnicas com a visão objetiva da realidade nacional, continental e mundial;
- II – analisar, caracterizar e propiciar subsídios à cultura do Centro-Oeste brasileiro, relacionando-a com o contexto nacional e internacional;
- III – realizar pesquisas e propiciar a realização de trabalhos que ampliem o acervo de conhecimentos e técnicos nos setores por ela abrangidos;
- IV – formar pessoal especializado:
 - a. para atividades puramente intelectuais;
 - b. para o magistério;
 - c. para as funções técnicas relacionadas com o desenvolvimento da região (ANAIS/UFG, 1978).

O Instituto de Ciências Humanas e Letras funcionou na 5ª Avenida, no Setor Universitário, até 23 de maio de 1972, quando foram detectados problemas de infra-estrutura no prédio. Diante do imprevisto, o reitor baixou a Portaria 0547/72, interditando as instalações. Freitas (2005) recorda-se das inúmeras dificuldades enfrentadas nesse período. Conforme a recomposição e análise de seu passado, as intempéries só puderam ser ultrapassadas graças ao *élan* cultivado no ICHL:

[...] funcionávamos no prédio onde é hoje a Faculdade de Educação e esse prédio tinha sido inaugurado um pouco antes de eu assumir a diretoria. E aí aconteceu que havia uma quantidade enorme de rachaduras. Eu pedi uma vistoria pro serviço de engenharia da Universidade, o engenheiro veio e me deu o parecer que a estrutura estava comprometida. Diante dessa possibilidade eu não poderia cometer a temeridade de continuar com alunos no ICHL, da Faculdade de Educação e à tarde do Colégio de Aplicação. Então fomos obrigados a deixar o prédio e nos dispersamos em várias Unidades da UFG. Foi um tempo muito difícil, mas o ICHL tinha um *élan*, um apego entre os professores que, afinal de contas, permitiu que nós atravessássemos esse período difícil. Para os alunos foi extremamente sacrificante, nós fomos para o Centro de Formação de Líderes da Católica, na saída da estrada velha de Anápolis. Outra ficou na Faculdade de Veterinária, outra ficou na Escola de Enfermagem da Católica (FREITAS, 2005).

A partir dessa época houve a diáspora dos cursos do Instituto de Ciências Humanas e Letras, que se distribuíram em diversas faculdades da UFG. No segundo semestre do referido ano, alguns cursos do ICHL foram transferidos para o Centro de Formação de Líderes da Católica, antigo Seminário Santa Cruz, pertencente à Cúria Metropolitana. Diversos depoimentos expressam as dificuldades advindas dessa situação. Dos relatos depreende-se o tom de alívio e de conquista. Outros momentos são sublinhados pela explosão de risos, ao serem lembradas situações cômicas. Concomitantemente, o saudosismo de uma época norteia o relato:

A Universidade Federal alugou o Seminário da Cúria Metropolitana, ficava na saída que vai para Anápolis. Nesse tempo a professora Lena era diretora e eu e era vice-diretora. Nós lecionamos lá durante um ano, um ano e meio mais ou menos. Era longe demais. Teve uma época que íamos de ônibus. Numa certa ocasião, a professora Lena perdeu o ônibus e teve que vir de carroça. Então ela veio de carona para a cidade. Eu sei que foi um período muito difícil, de muito sacrifício, mas nós fazíamos com boa vontade, com alegria, querendo colaborar realmente para melhorar as condições de vida dos alunos e melhorar o currículo (SALLES, 2005).

No diálogo com as fontes, percebe-se que, no decorrer do ano de 1972, ofícios (484/72 e 499/72) e vários outros pedidos da então Diretora do ICHL, professora Lena Castello Branco, foram dirigidos ao reitor para informá-lo sobre a situação do Instituto, bem como para resolver a situação de incerteza do ICHL. O conteúdo de um desses pedidos relatava a situação de precariedade do Instituto e sugeria a suspensão do vestibular de julho daquele ano para a área de Ciências Humanas. A Reitoria, todavia, não se pronunciou e o concurso vestibular realizou-se normalmente.

Em 1972 o Departamento de Geografia e História esteve sob a chefia da professora Ana Lúcia da Silva e sub-chefia da professora Maria Stela de Godoy. O corpo docente se compunha de 13 professores, sendo que quatro se encontravam em licença para pós-graduação, conforme se verifica no quadro a seguir:

Quadro 28 – Docentes do Departamento de Geografia e História do Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG (1972).

Docentes	Categoria	Observação
1. Ana Lúcia da Silva	Titular	Chefe de Departamento
2. Dalísia E. M. Doles	Titular	Em licença para pós-Graduação
3. Gilka V. F. de Salles	Titular	Vice-diretora do ICHL
4. Horieste Gomes	Titular	–
5. Juarez Costa Barbosa	Titular	Colabora com o DEC (1ª Sub-Reitoria)

Quadro 28 – Docentes do Departamento de Geografia e História do Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG (1972)

Docentes	Categoria	Observação
6. Luís Palacín Gómez (Pe.)	Titular	Coordenador do curso de Pós-graduação
7. Lena Castello Branco F. Costa	Titular	Diretora do ICHL
8. Maria Augusta S. Moraes	Titular	Em licença para pós-Graduação
9. Maria Sônia França e Souza	Auxiliar de Ensino	–
10. Maria Stella de Godoy	Auxiliar de Ensino	Sub-chefe de Departamento
11. Maria de Souza França	Auxiliar de Ensino	–
12. Marivone Matos Chein	Auxiliar de Ensino	Em licença para pós-Graduação
13. Sérgio Paulo Moreyra	Titular	Em licença para pós-Graduação

Fonte: Relatório de Atividades do Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, 1972.

O ICHL foi composto de oito Departamentos, até 30 de novembro de 1975: Departamento de Antropologia e Sociologia; Departamento de Comunicação; Departamento de Economia e Política; Departamento de Psicologia e Filosofia; **Departamento de Geografia e História**; Departamento de Letras Anglo-Germânicas; Departamento de Letras Neo-Latinas; e Departamento de Letras Vernáculas.

A partir de dezembro de 1975 o ICHL se agremiou em torno de três Departamentos: Departamento de Ciências Humanas, que reuniu os Departamentos de Antropologia e Sociologia, Economia e Política, Filosofia e Psicologia, e **Geografia e História**; Departamento de Letras; e Departamento de Comunicação Social. O curso de **História** passou a integrar desde então o **Departamento de Ciências Humanas**.

Diferentemente do curso de História da UCG, que optou pelo currículo de Licenciatura Curta em Estudos Sociais, o da UFG continuou com o currículo que habilitava o aluno à Licenciatura Plena, ou seja, o profissional poderia lecionar para 1º e 2º Graus. O curso era semestral, podendo ser integralizado em 6 semestres, no mínimo, ou em 14 semestres, no máximo. Esse sistema vigorou até o ano de 1984.

Em 1978 um fato merece destaque especial para a comunidade de historiadores da UFG: a criação do Centro de Memória da Universidade Federal de Goiás, por meio da Resolução nº 005, de 12/12/78, do Egrégio Conselho Universitário.

Conforme consta no primeiro capítulo, a década de 1980 foi marcada pelo acirramento da crise das licenciaturas no Brasil, afetando universidades privadas e públicas. Um dos principais aspectos dessa crise, a desvalorização da profissão do magistério, que causa o descrédito nas licenciaturas, permanece até os nossos dias, ou seja, já se tornou um problema estrutural devido, principalmente, à falta de políticas públicas que valorizem a docência.

Na década de 1980 a UFG, além de problemas de ordem externa, já que a crise das licenciaturas afetou as universidades em geral, viveu problemas de ordem interna, vez que havia um grande tumulto e descontentamento provocados pelo sistema de créditos. Na ótica do professor Juarez Costa Barbosa (na época presidente de Colegiado de Cursos), o sistema de créditos gerou um verdadeiro “samba do crioulo doido”, do Ponte Preta:

As Faculdades são instituições isoladas [a intenção ao se implantar o sistema de créditos] era integrar os cursos, por isso é que criaram os institutos. Por exemplo, o aluno de Ciências Sociais ia assistir aula de Estatística no Instituto de Matemática. Só que funcionou assim: o aluno à vezes tinha aula de História do Brasil II no Campus II e logo depois uma aula no Campus I, ou seja, ele tinha 5 minutos para chegar, então ele não terminava a aula e já chegava atrasado para a próxima aula. Pois naquela época o transporte público era deficitário e deficiente. Essa foi uma das heranças da Reforma Universitária, porque os professores da Faculdade de Educação não queriam ir dar aula no Campus II, primeiro porque representava despesas [...] Então nós não conseguíamos entrosar os horários e o aluno era punido por isso. Eu nunca comunguei com a Reforma Universitária nesse sentido [semestralidade], pois redundava em muito custo e muita burocracia para o aluno e para o professor. Os alunos chegavam para disputar uma vaga em determinada disciplina e não conseguiam e, assim, ficavam dependendo de uma outra disciplina, chamada de pré-requisito. Os alunos não se conformavam e afinal de contas virava um verdadeiro caos na vida do aluno, um caos acadêmico. Atrasava o curso. Na época da matrícula o aluno pernoitava para poder pegar um lugar na fila para conseguir fazer a matrícula no dia seguinte. Houve um período que houve até tiro na fila. E quando nós voltamos ao regime anual tudo isso acabou, o aluno tinha currículo definido, uma grade curricular definida (BARBOSA J., 2006).

Nesse período, já de abertura política, a luta pela valorização e formação dos educadores já se fazia latente em todo o país, o que contribuiu para a criação, em 1980, do Comitê Nacional Pró-Formação do Educador. No intuito de tratar essa temática, aconteceu nesse ano na UFG, sob os auspícios da Faculdade de Educação, o “I Seminário de Licenciaturas”. Em 1983 realizou-se o “Seminário sobre Graduação e Ensino na UFG”. Como primeiro resultado dessas discussões, foi implantado, em 1984, o regime seriado, em substituição ao de créditos.

Em 1984, conforme Resolução do Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa (CCEP) nº 219, de 3 de fevereiro, houve a fixação de um novo currículo de graduação, que oferecia duas habilitações: licenciatura e bacharelado, de forma separada. Todavia o artigo 6º previa que poderiam ser cursadas simultaneamente. A licenciatura tinha por objetivo formar professores para as escolas de 1º e 2º graus, enquanto que o bacharelado, formar pesquisadores na área de História. O regime era seriado, com duração de 4 anos.

Nesse contexto de intensos debates e na tentativa de estabelecer uma política de formação para os novos educadores, surgem o Fórum de Licenciatura, em 1992, e o Centro de

Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE), como reformulação do antigo Colégio de Aplicação. O CEPAE foi criado em 1994, visando o ensino, a pesquisa e a extensão, com o fim de atender os estágios das diversas licenciaturas.

Em 1987 a nova reformulação curricular (Resolução CCEP n° 258/87, de 30 de janeiro) garantiu ao curso de História a duração de cinco anos, sendo o regime ainda seriado. O curso de História habilitava o aluno à licenciatura e ao bacharelado separadamente.

A partir de 1986, por iniciativa do Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa, criou-se o **Departamento de História**, após o desmembramento do Departamento de Ciências Humanas. Esse Departamento coordenava os cursos de graduação e pós-graduação (especialização e mestrado) em História e oferecia disciplinas para os cursos de Ciências Sociais, Comunicação Social e Filosofia. Sob a responsabilidade também do Departamento de História do ICHL estava o Centro de Documentação e Pesquisa de História Regional, implantado pelo Departamento, para apoiar a pesquisa e a formação de pesquisadores e subsidiar os trabalhos dos docentes dos cursos de graduação e pós-graduação.

O Centro objetivava “prestar serviços à pesquisa e à documentação históricas, dar apoio aos cursos de graduação (bacharelado) e pós-graduação (especialização e mestrado) de maneira a assegurar ao aluno os serviços de orientação e apoio para a pesquisa e redação de monografia para os bacharéis” (PLANEJAMENTO DO DEPARTAMENTO DO CURSO DE HISTÓRIA, ICHL/UFG, 1989). No final da década de 1980 o Departamento de História do ICHL possuía o seguinte quadro de professores:

Quadro 29 – Docentes do Departamento de História do ICHL/UFG (1989)

Professor	Titulação/Regime de Trabalho
Ana Lúcia da Silva	Doutora Professora Titular Retide ⁴⁸
Barsanufu Gomide Borges	Mestre Prof. Assitente 4 Retide
Bernardo Elis Fleury Campos Curado	Professor Titular
Dalísia Elizabeth Martins Doles	Doutora Professora Titular Retide
Gilka Vasconcellos Ferreira Salles	Doutora Professora Titular Retide
Janaína Passos Amado Baptista Figueiredo	Doutora Prof. Adjunto 4 Retide

⁴⁸ Regime de Tempo Integral de Dedicção Exclusiva.

Quadro 29 – Docentes do Departamento de História do ICHL/UFG (1989)

Professor	Titulação/Regime de Trabalho
José Antunes Marques	Professor – Substituto 40 horas
Juarez Costa Barbosa	Professor Titular Especialização. Retide
Ledonias Franco Garcia	Mestre Prof. Adjunto 2 Retide
Lena Castello Branco Ferreira Costa	Doutora Professora Titular Retide
Luís Palacín Gómez	Doutor / Livre Docente Professor Titular 40 horas
Maria Augusta Sant' Ana de Moraes	Doutora Professora Titular Retide
Maria Antônia França	Mestre Prof./Adjunto 3 Retide
Marivone Matos Chain	Doutora Professora Titular Retide
Miguel Archângelo Nogueira dos Santos	Doutor Prof. Assistente 4 40 horas

Fonte: Planejamento do Departamento de História, ICHL/UFG, 1989.

Em 1990 o currículo do curso de História inovou ao oferecer licenciatura e bacharelado simultaneamente, conforme Resolução CCEP n° 309, de 6 de novembro de 1990. O curso permaneceu seriado e com duração de 5 anos. Habilitava o aluno para as escolas de 1° e 2° graus, como também o pesquisador em História. A partir desse currículo, a monografia de final de curso passou a ser obrigatória para todos os alunos.

A Resolução CCEP n° 395, de 12 de dezembro de 1995, alterou novamente o currículo do curso de História. O curso continuou seriado, mas com a diminuição de um ano. A licenciatura e o bacharelado continuaram sendo cursados simultaneamente.

À guisa de informação, o quadro a seguir demonstra o número de concluintes do curso de História de 1970 a 1996:

Quadro 30 – Número de concluintes do curso de História da UFG (1970–1996)

Ano	Habilitação	N° de concluintes
1970	Licenciatura	13
1971	Licenciatura	18
1972	Licenciatura	16
1973	Licenciatura	26

Quadro 30 – Número de concluintes do curso de História da UFG (1970–1996)

Ano	Habilitação	Nº de concluintes
1974	Licenciatura	18
1975	Licenciatura	6
1976	Licenciatura	23
1977	Licenciatura	4
1978	Licenciatura	19
1979	Licenciatura	15
1980	Licenciatura	16
1981	Licenciatura	9
1982	Licenciatura	19
1983	Licenciatura	21
1984	Licenciatura	19
1985	Licenciatura	14
1986	Licenciatura	17
1987	Licenciatura	38
1988	Licenciatura	18
1989	Licenciatura	27
1990	Licenciatura	2
1991	Licenciatura	20
1992	Licenciatura	17
1993	Licenciatura	33
1994	Bacharelado/Licenciatura	38
1995	Bacharelado/Licenciatura	36
1996	Bacharelado/Licenciatura	42

Fonte: Departamento de Assuntos Acadêmicos – Estatística Acadêmica/UFG, 2006.

3.5 A PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

3.5.1 A criação do Mestrado em História: as “missões” paulistas em Goiás

Em 1972 o ICHL ainda convivia com problemas como a falta de sede própria, todavia um fato marcaria positivamente a sua trajetória: a criação de dois mestrados:

De forma realmente incomum, a partir de 1972 o recém-criado Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG começou a oferecer também os cursos de Mestrado em Letras e em História, este com os objetivos de formar pesquisadores e docentes, explorar e valorizar os arquivos regionais e contribuir para a reelaboração da História Regional e da História do Brasil (SALLES; FREITAS, 1996, p. 5).

Diante de tal contexto, inquiriu-se as fontes sobre as origens do mestrado: por que criar o Mestrado em História naquele momento? Quais os sujeitos históricos que participaram de sua criação? O Mestrado em História foi um dos pioneiros na UFG? Qual a importância do Mestrado em História da UFG, para o processo de produção do conhecimento historiográfico goiano? Qual a importância do Padre Luís Palacín Gómez na criação e consolidação do

Mestrado? Qual a sua contribuição, de forma geral, para a produção do conhecimento historiográfico em Goiás?

Conforme Salles e Freitas (1996, p. 5), a criação do Mestrado deve ser compreendida à luz da conjuntura nacional e mundial, ou seja, originou-se numa época herdeira da efervescência cultural iniciada na década de 1960:

Na área da História, os Simpósios Nacionais da ANPUH – Associação Nacional de Professores Universitários de História – promoviam e incentivavam o trabalho de campo e as pesquisas nos arquivos, proporcionando descobertas importantes e originais. Ao mesmo tempo, ainda sob liderança das unidades de maior porte e tradição, professores europeus e norte-americanos eram convidados para ministrarem cursos no País, muitos deles voltados para inovações teóricas no âmbito das Ciências Humanas (SALLES; FREITAS, 1996, p. 6).

Nesse sentido a década de 1970, em Goiás, destacou-se por intensa movimentação cultural. O ICHL, por sua vez, promoveu eventos dos quais participaram professores brasileiros e estrangeiros. Sobressai, no período, o incentivo ao intercâmbio cultural de docentes, graças à rivalidade entre os países que disputavam a influência sobre o Brasil (SALLES; FREITAS, 1996, p. 6).

Segundo análise de Freitas (2005), a criação do Mestrado em História vinculou-se a alguns fatos periféricos, como, por exemplo, a sua preocupação, no tempo em que esteve à frente da direção do ICHL (1969 a 1973), período de regime ditatorial atuante, de evitar que os jovens se envolvessem com a política⁴⁹. Assim,

a criação do mestrado está vinculada a alguns fatos periféricos. Em primeiro lugar, no período em que fui diretora, de 1969 a 1973, eu enfrentei uma barra muito pesada, porque foi o período de regime ditatorial atuante. E também porque eu sentia como alguém que tinha sido convocada para um determinado papel. E esse papel era o seguinte: fazer com que aqueles moços que estavam ali dentro tivessem um ensino de boa qualidade, estivessem motivados para o trabalho intelectual e o menos possível eles se envolvessem na política, porque eu entendi que aquele momento desafiar a política resultava perdas para o sujeito mais fraco. Então, nós temos um certo sentido histórico, o meu fio histórico me dizia que naquele momento histórico era o de “baixar a bola” e esperar a hora de reivindicar mudanças. Eu tentei fazer, e tive todo o apoio da Gilka e da Congregação, um programa intensivo de semanas de estudo, seminários, palestras, convidados, convites à pessoas ilustres para conhecer a Universidade e para os alunos terem contato com estes grandes

⁴⁹ É oportuno ressaltar que, na verdade, essa foi de fato a política do Regime Militar, ou seja, incentivar outras atividades e afastar o estudante da política. Com o mesmo fim, dentre outros programas de extensão que visavam ocupar a “cabeça” do jovem para que ele se mantivesse longe das atividades consideradas “subversivas”, criou-se o Projeto Rondon.

nomes da História, com os de Letras também. Naquele período havia toda uma política com a Embaixada francesa para incentivar as relações culturais do Brasil com a França. Nós recebemos aqui personalidades francesas, historiadores ingleses. Tudo isso gerou um clima de muita produtividade, de muito interesse pela cultura, de muito estudo, de muita curiosidade intelectual. Ao mesmo tempo, nessa época, eu era membro do Conselho Federal de Educação, eu estive lá de 69 a 76. Lá se dava muita ênfase à criação dos primeiros mestrados e doutorados no Brasil. Eu procurei me informar sobre as vantagens de criação de um curso de pós-graduação *stricto sensu* no ICHL. A partir daí, resolvi partir pra essa opção, consultei a Congregação, que me deu apoio. Como eu era orientanda do Dr. Eurípides Simões de Paula, que era na época diretor da Faculdade de Filosofia da USP, eu estabeleci com ele uma ponte para nós fazermos um convênio e termos a possibilidade de trazer professores de primeira linha da USP, porque nós não tínhamos aqui pessoal titulado que possibilitasse que nós andássemos com nossas próprias pernas. Então nós tivemos essa muleta, que foi o curso da USP. E funcionou, eu acho que é um legado que a Dona Gilka, eu e o grupo todo daquela época deixamos para as gerações futuras (FREITAS, 2005).

A princípio o Mestrado esteve ligado à Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. “O professor Eurípides Simões de Paula, que era diretor, gostou muito de Goiás. Nós tínhamos um intercâmbio muito bom com a USP. Dizíamos que era a segunda fase dos bandeirantes paulistas em Goiás” (SALLES, 2005).

O convênio se manteve por dois anos e a, partir de 1974, o Mestrado tornou-se autônomo, sob responsabilidade exclusiva da UFG. Aos poucos os professores do Departamento de Geografia e História foram se titulando e assumindo as disciplinas do Mestrado. Como foi dito anteriormente, as pioneiras foram as professoras Maria Augusta Sant’ Anna de Moraes e Dalísia Elizabeth Martins Doles, que defenderam suas teses de doutorado junto a Universidade de São Paulo em 1972. Há que ressaltar que as referidas docentes defenderam tese ainda no sistema antigo do doutorado. Nesse mesmo ano aguardava convocação para a defesa de tese na USP a Professora Marivone Matos Chain.

O Padre Palacín já havia defendido a sua tese. O ano de 1972 assinalou a consagração desse docente com o título de Livre-Docência do Departamento de Geografia e História do ICHL. Conforme as fontes pesquisadas, a sua defesa de livre-docência foi a primeira do Instituto. Sobre esse fato, a professora Lena Castello Branco (2005) lembra que “A apresentação da tese dele foi uma noite memorável”, vivenciada no auditório do ICHL, na atual Faculdade de Educação. A banca examinadora compôs-se de cinco historiadores: Dr. Sérgio Buarque de Holanda, presidente da banca; Dr. Manuel Nunes Dias e Dr^a. Maria Tereza Schoerer Petrone, da Universidade de São Paulo; Dr. Domingos Félix de Souza e Pe. Dr. José Pereira de Maria, da Universidade Federal de Goiás (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ICHL, 1972, p. 36).

Compreendeu-se ainda que a criação do Mestrado também esteve inserida no contexto do programa de titulação para docentes da UFG, desenvolvido com o apoio do Ministério da Educação e Cultura, que autorizava licença remunerada e oferecia bolsas de estudo. Assim, a direção do ICHL reuniu a Congregação do Instituto e apresentou a proposta:

Para os professores que, em razão do interesse das aulas e/ou por motivos particulares não podiam deixar Goiânia, a única solução para aperfeiçoamento e titulação seria a vinda de uma *missão* de docentes altamente qualificados, os quais aqui ministrariam cursos, com vistas à implantação de cursos de pós-graduação em História, Letras e Antropologia (SALLES; FREITAS, 1996, p. 7).

A princípio o Mestrado em História foi criado para atender os docentes do Departamento de História da UFG. Conforme Godoy (2005), “[...] a primeira turma ou o primeiro grupo, acho que eram basicamente os professores da Federal e muitos da Católica também”.

A Reitoria não se opôs à criação dos referidos cursos, todavia ressaltou a inexistência de verbas para custeá-los. Diante de tal fato, a Congregação do ICHL resolveu que, para viabilizar o início dos cursos, os próprios docentes custeariam as despesas decorrentes do convênio com a Faculdade de Filosofia da USP. Posteriormente, entretanto, o reitor revogou sua decisão e as despesas provenientes de passagens, hospedagem e a remuneração dos docentes paulistas passaram a ser pagas com verbas da UFG.

Os Mestrados em História e Letras foram aprovados pela Resolução nº 077, do Colendo Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa, em sessão plenária do dia 2/4/1974 (ANAIS/UFG, 1978, p. 173). O curso de Mestrado em História iniciou-se com docentes da *missão* paulista, dentre eles: Alfredo Bosi, João Batista Borges Pereira, Laima Mesgravis e Shozo Motoyama. Inicialmente realizaram-se cursos de Especialização que deram origem aos Mestrados em História e Letras, bem como ao Museu Antropológico. Essas áreas foram privilegiadas devido aos elementos que ofereciam quanto ao estudo da regionalidade (SALLES; FREITAS, 1996, p. 7).

No relatório de atividades do ICHL, de 1972, constam os nomes de 29 alunos que freqüentaram o curso de Pós-graduação em Ciências Humanas, em convênio com a Universidade de São Paulo. Verifica-se que, dos 29 alunos, 16 pertenciam ao quadro docente do Instituto de Ciências Humanas e Letras, sendo que Ana Lúcia da Silva, Gilka Vasconcellos Ferreira de Salles, Juarez Costa Barbosa, Maria de Souza França, Maria Sônia França e Souza e Maria Stela Godoy pertenciam ao Departamento de Geografia e História.

Freitas (2005), ao abrir um diálogo entre passado e presente, rememora que os cursos de Mestrado do Instituto de Ciências Humanas e Letras objetivavam atuar em três vertentes:

A vertente da História, com a finalidade, sobretudo, de incentivar a formação de historiadores, e, para isso, influenciar para que esses arquivos fossem melhor organizados e tornados acessíveis aos pesquisadores, à formação de historiadores e à exploração dos arquivos regionais; na área de Letras, para o estudo da Língua Portuguesa, como ferramenta universal necessária à expressão de qualquer ciência; e a terceira vertente era a área de Antropologia, também pela existência de material de Antropologia inteiramente inexplorado aqui na região (FREITAS, 2005).

Inicialmente o Mestrado em História possuía como tema central a História do Brasil *lato sensu*, situação que permaneceu de 1972 a 1980. Nesse período as dissertações se caracterizavam por temas “diversificados em áreas da Filosofia, do Serviço Social, da História da Arte, da Administração, Política e Economia, embora a maior parte dos trabalhos visasse a História de Goiás” (SALLES; FREITAS, 1996). A partir de 1980 o Ministério da Educação e os órgãos ligados ao financiamento da pesquisa (CAPES e CNPq)⁵⁰ determinaram a escolha de um tema específico para o Mestrado, ou seja, que se apresentasse um tema norteador, uma área de concentração.

Conforme relato de Salles (2005), com base nas determinações do Ministério da Educação, o Padre Palacín, como coordenador do Mestrado e por ser o docente mais titulado da área de História, apresentou a proposta que indicava como área de concentração o Mestrado em Sociedades Agrárias, tendo por princípio que sociedade agrária:

[...] é aquela voltada para o estudo de grupos sociais que se caracterizam pela coexistência da cidade e do campo, mas com o predomínio deste sobre aquela [...] A hegemonia do campo expressa-se tanto do ponto de vista demográfico como econômico, pois que avulta a produção do meio rural ou a ele vinculada, a qual ocupa a maior parte de indivíduos economicamente ativos [...] A História das Sociedades Agrárias comportava o estudo de quaisquer grupo” (SALLES; FREITAS, 1996, p. 11).

Freitas (2005) ressalta que o Mestrado em Sociedades Agrárias tinha por objetivo “possibilitar o estudo regional, mas também o estudo de sociedades análogas, não apenas a sociedade goiana, a sociedade chinesa, mexicana. Então, a idéia era essa de integrar sociedades que tivessem como característica o agrarismo”. O principal resultado da definição

⁵⁰ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

da área do Mestrado em Sociedades Agrárias foi a consolidação dos estudos regionais e contemporâneos.

Sobre o tema do Mestrado em Sociedades Agrárias, um depoimento se destacou por seu conteúdo divergente. O relato, na verdade, evidenciou os conflitos e contradições vivenciadas no Departamento, nas palavras da depoente: “toda sociedade é conflito, ao contrário do que se pensa que a sociedade é ordem, ela é conflito” (SILVA A., 2005). Na sua exposição, reconheceu a importância do Mestrado para o processo de produção do conhecimento histórico e da discussão teórica em Goiás, mas criticou a concepção de Sociedades Agrárias:

Eu fui contra o tipo de mestrado que foi criado. Eu acho um equívoco isso de História das Sociedades Agrárias. Sempre fui crítica dessa concepção de Sociedades Agrárias. Primeiro, porque eu acho que não existia nenhuma clareza por parte do corpo docente do que era Sociedades Agrárias. Eu acho que o mestrado foi criado, inclusive com essa linha, um pouco por pensar que como não existia nenhum mestrado com essa linha no Brasil, seria mais fácil a sua aprovação. Isso sempre foi um problema, quer dizer, era um Mestrado em História das Sociedades Agrárias, como não existia uma concepção clara, se estudava tudo. Eu defendi o doutorado em 83, mesmo assim, eu fiquei anos sem dar aula no mestrado, porque eu não concordava. Eu acabei indo, porque com uma reforma que teve, colocaram uma disciplina chamada Teoria das Sociedades Agrárias e fui lecionar essa disciplina, porque era uma forma de desmascarar essa concepção do mestrado. Acho que consegui levar uma reflexão, pelo menos entre os alunos (SILVA, 2005).

Importa ressaltar que os depoentes destacaram o pioneirismo dos mestrados do ICHL, o de História e o de Letras:

Foi no reitorado do professor Paulo de Bastos Perillo que foram organizados os primeiros cursos de Mestrado. Mas no mandato do professor José Cruciano de Araújo que eles se cristalizaram e foram autorizados pelo Conselho Federal de Educação e pelo Ministério da Educação. Então foi nessa época, no começo da década de 70 é que começaram. Eu sei que o Mestrado em História é um dos primeiros, História e Letras são os primeiros da Universidade Federal, depois é que vieram os outros. No início a Universidade fazia convênios, muita gente aqui em Goiânia se pós-graduou dessa forma. Até que a Universidade foi tendo amadurecimento e doutores em número suficiente para criar os seus próprios mestrados, é o que aconteceu em meados da década de 70, começaram os mestrados em História e Letras, para, principalmente, atender aos próprios professores. Eu era uma das poucas doutoras da época que tinha na Universidade, então eu fazia parte, mas não dava aula das disciplinas específicas, porque eu não era de História (CASSIMIRO, 2005).

Conforme a professora Nancy Ribeiro de A. Silva, os Mestrados de História e de Letras não foram os primeiros a funcionar na UFG, mas, sim, o de Matemática:

Eu fui coordenadora de pós-graduação da Universidade, organizei a pós-graduação da UFG e presidi a organização das bolsas na Universidade. Era para atender a Universidade como um todo, aí começaram os primeiros cursos de mestrados, já existia um curso de pós-graduação, que era o Mestrado em Matemática, é o mais antigo. Naquele tempo o coordenador do Mestrado em Matemática era o professor Dr. Salé Daher, que mudou-se depois para os Estado Unidos. Então trabalhamos na Coordenação de Pós-Graduação da UFG e imediatamente passou para a Pró-Reitoria de Pós-Graduação (SILVA N., 2005).

O fim do “milagre brasileiro” e a crise econômica gerada nesse contexto assolam o País. A crise chega também ao Mestrado, que se vê ameaçado de extinção devido à falta de recursos para pagamento dos professores visitantes, já que a quantidade de docentes titulados do ICHL não supria as necessidades do Curso. Diante de tal situação, desencadearam-se inúmeras manifestações para a extinção do Mestrado, sob a argumentação da importância de priorizar a graduação. A citação a seguir evidencia, como em outros momentos, as divergências existentes no interior da Universidade e no Departamento de História, fruto de diferentes posturas político-ideológicas.

Na verdade, falta de recursos e alegadas preocupações didático-pedagógicas camuflavam a intenção de determinados setores da Universidade, no sentido de apagar realizações que pudessem ser atribuídas a indivíduos ou grupos que não privilegiavam a política partidária no meio acadêmico (SALLES; FREITAS, 1996, p. 9-10).

Em 1974 aconteceu a primeira defesa de dissertação do Mestrado em História, fruto do convênio UFG/USP. A primeira mestranda foi a professora Gilka Ferreira de Salles, orientada pelo prof. Dr. Shozo Motoyoma, sendo a banca examinadora constituída por professores da Universidade de São Paulo. Conforme Salles (2005), o Mestrado abriu-lhe as portas para o Doutorado, pois a USP aceitou grande parte das disciplinas cursadas no ICHL pelo convênio.

Ao longo da década de 1980, no intuito de credenciar-se junto ao CFE e posteriormente visando a avaliação do curso, o Mestrado em Sociedades Agrárias adaptou-se às novas regulamentações dos órgãos fomentadores de pesquisa: CAPES e CNPq, ou seja, nesse momento o Mestrado procurava consolidar-se junto às autoridades competentes.

Na década de 1990, o Mestrado em História das Sociedades Agrárias sofreu a ausência de vários docentes titulados devido à aposentadoria, alguns deles fundadores do Curso. Com isso houve um decréscimo dos professores especializados para atender ao Mestrado. Tal situação acarretou a diminuição da produção científica do corpo docente, tendo

em vista a sobrecarga de trabalho dos professores, que tinham de se desdobrar para atender a graduação e a pós-graduação. Por outro lado, a década marca a diversificação das fontes pesquisadas, há um realce na história oral, com depoimentos, entrevistas corroboradas pela documentação fonográfica, iconográfica. Mais recentemente houve nova regulamentação que redefiniu e dividiu em três as linhas de pesquisa do Mestrado: História e Região; História da Terra e do Trabalho e História das Relações Cidade/Campo (SALLES; FREITAS, 1996, p.15).

Importa ressaltar que, nos períodos compreendidos entre 1974 e 1994, houve a defesa e a aprovação de 64 dissertações de Mestrado em História da UFG, com uma média de 3,1 dissertações ao ano (CATÁLOGO DE DISSERTAÇÕES DO MESTRADO, 1991, apud SALLES; FREITAS, 1996, p. 13).

3.5.2 O Mestrado em História da Universidade Federal de Goiás: um marco para a historiografia goiana

A importância do Mestrado em História para a produção do conhecimento historiográfico em Goiás foi outro enfoque desta pesquisa.

A partir do diálogo com as fontes, chegou-se à conclusão unânime de que, a partir do Mestrado, houve a sistematização, renovação e construção de uma história científica em Goiás. Tal renovação se deu, inicialmente, com os trabalhos de Luís Palacín Gómez e teve continuidade com a produção docente e discente do Mestrado em História. É importante destacar que, apesar dos percalços, entraves, erros, críticas e dificuldades enfrentados desde o início, típicos de atitudes pioneiras, a criação do Mestrado em História foi salutar para a produção de uma história voltada para as questões regionais, bem como para a produção de uma história científica de forma geral. Em síntese, contribuiu para a renovação da historiografia goiana. Sua criação representou, portanto, um marco não só para o ensino superior em Goiás, como também para a historiografia goiana.

Até a década de 70, a produção historiográfica em Goiás mantinha-se rigorosamente factual, com ênfase na história política, consagradora de nomes, acontecimentos e datas. Raras exceções confirmavam a regra. Em 1972, a defesa da tese de livre-docência do professor Pe.Luis Palacín – também a primeira a realizar-se no ICHL, depois publicada com o título *O Século do Ouro em Goiás* – constituiu-se em ponto de inflexão, a partir do qual novos temas e novas abordagens passaram a ser contemplados, com a realização de pesquisas em fontes primárias e secundárias. Muitos dos professores do Mestrado em História publicaram livros, monografias, ensaios e artigos, somando dezenas de títulos. Os mestrandos, por sua vez, têm

explorado igualmente os arquivos locais; algumas das dissertações de Mestrado foram publicadas e oferecem contribuição valiosa à História Regional (SALLES; FREITAS, 1996, p. 15).

Freitas (2005) analisa que em Goiás havia certa tradição de estudos voltados à regionalidade, no entanto a pesquisa científica se estabeleceu com as iniciativas da pós-graduação. Em seu depoimento a professora reconstrói o percurso do estudo historiográfico em Goiás:

Alguns dos professores do curso de História e Geografia que eu frequentei na Católica já se dedicavam aos estudos regionais. O professor Zoroasto Artiaga, que, sobretudo, se voltava para a História de Goiás e a Geologia de Goiás. O professor Joaquim Carvalho Ferreira se dedicava à História de Goiás, sobretudo, História Política de Goiás, tinha uma visão positivista, que era a que predominava na época. Havia um Instituto Histórico e Geográfico em Goiás, consolidado aqui na capital do Estado, e ali alguns também se voltavam para temas isolados de História e de Geografia de Goiás. E não devemos esquecer a contribuição que foi dada pelo Americano do Brasil, foi um precursor na área dos estudos regionais de História. Mas o estudo esquematizado da História, a pesquisa histórica com base científica, essa começou em Goiás, realmente, na década de 1970. Como precursoras na pós-graduação nós tivemos duas professoras, a Dalísia e a Maria Augusta. E como ponto de inflexão o livro do Palacín “Estrutura e Conjuntura de uma Capitania de Minas: Goiás 1722–1822”. Eu acho que a contribuição do Mestrado tem sido muito produtiva, porque a partir das idéias trazidas pelo Palacín e depois por um núcleo enorme de professores que foi estudar fora, a professora Gilka também teve um papel importantíssimo, orientou dezenas de teses. Muitos professores fizeram trabalho muito bom ali. A professora Dalísia. E a contribuição está ainda em processo, porque as dissertações que incidem sobre um determinado tema estão lá, está faltando uma amarração desse trabalho, um projeto que seria a História de Goiás, vários tópicos principais, que aglutine, porque a maior parte daqueles trabalhos está nas prateleiras (FREITAS, 2005).

As considerações a seguir confirmam a relevância do curso em referência para a produção de um conhecimento historiográfico goiano, pautado pela ciência, e, assim, corroboram a hipótese de que o Mestrado em História representou um marco para a historiografia goiana:

[...] antes do mestrado você tinha praticamente como pesquisa sistemática as pesquisas do Pe. Palacín. Tinha algumas pessoas que fizeram doutorado, mas que não se dedicaram à pesquisa. Então, eu acho que o mestrado em qualquer universidade alavanca a produção. Isso permitiu que surgissem outros pesquisadores, melhorou também a qualidade da discussão teórica, porque havia um intercâmbio com outras universidades, vinham alunos de outras universidades, isso fez com que as discussões se aprofundassem do ponto de vista teórico (SILVA A., 2005).

Na ótica de Teixeira Neto (2005):

Antes de começar o Mestrado, o que circulava como produção intelectual eram artigos normalmente escritos ou pelo Pe. Palacín, que é o grande reformador do pensamento histórico em Goiás, é o pai da historiografia moderna goiana, ou pela professora Lena ou pela professora Gilka. As revistas especializadas estavam nascendo. Então a produção intelectual era muito limitada justamente por falta de uma infra-estrutura, de um centro que incentivasse, que reunisse obras, de uma biblioteca especializada, por falta de intercâmbio entre os professores. Havia o intercâmbio com a USP, inclusive muitos professores fizeram seus mestrados e doutorados à distância. E nesse particular os contatos do ICHL com a USP foram frutíferos, porque dali que surgiu a semente para criar o Mestrado. Então, a partir do Mestrado passa a ter não somente no ICHL, como também no IQG, a multiplicação dos estudos regionais. Hoje nós podemos dizer, com toda a segurança, que não há um assunto que diga respeito à História e à Geografia de Goiás que não tenha sido tratado por essas dissertações de Mestrado. Então, foi de grande contribuição. Quer dizer, despertou um potencial nos professores que estavam ali, que não se desenvolviam por falta de oportunidades, por falta de um curso institucional que nos conduzisse a pesquisar, tanto os professores quanto os alunos que vão realizar os seus mestrados. Foi realmente um salto extraordinário, tanto no sentido da qualidade da produção e também na quantidade em que foi produzido. Foi uma contribuição inestimável para o desenvolvimento do pensamento histórico goiano (TEIXEIRA NETO, 2005).

Na voz de Salles (2005), a análise:

A criação do mestrado possibilitou a construção do conhecimento historiográfico de Goiás, “antes era a História do Brasil *lato sensu* e depois ficou das Sociedades Agrárias e, como linha de pesquisa mais importante, a História Regional. A preocupação era a maior possível em produzir um conhecimento historiográfico goiano. Então, quase todos fizeram trabalhos sobre a historiografia goiana. E periodicamente havia seminários de historiografia, bem na área de historiografia goiana”. O Mestrado em História foi importante para estudar ou reativar e ter uma nova visão da História de Goiás. Houve uma reformulação geral da História de Goiás, desde o período da conquista, colonização até a atualidade. Antes do Mestrado em História, na UFG, havia História de Goiás, mas dentro daquela linha tradicional, Americano do Brasil, Silva e Souza, entre outros tradicionais, salvo o livro do Padre Palacín (SALLES, 2005).

Sobre a atuação do historiador Luís Palacín Gómez, as fontes são unânimes ao lhe atribuírem não só a importância para a consolidação do Mestrado em História da UFG, mas, notadamente, para a renovação da historiografia goiana. Os depoimentos a seguir traduzem esse pensamento:

O Padre Palacín é o grande reformador do pensamento histórico em Goiás, é o pai da historiografia moderna goiana (TEIXEIRA NETO, 2005);

Padre Palacín foi a chave do Mestrado em História. Começa com Palacín a preocupação em produzir uma historiografia goiana, porque o que havia antes eram repetidores, Cunha Matos, Silva e Souza, o próprio Americano do Brasil. Não havia, vamos dizer assim, nada de inédito. Tiveram valor, claro, em nenhum momento suas obras deixaram de ter valor. Mas eram fruto daquele tempo. Então, com o Padre Palacín, a partir do trabalho dele, começa a história científica em Goiás, a história documentada (MORAES, 2005);

A contribuição do Padre Palacín para a historiografia de Goiás é inestimável. Eu sei que ultimamente muitas pessoas criticam e apresentam ressalvas, mas naquele contexto teve um papel importantíssimo. E o ponto de inflexão que eu vejo no estudo histórico de Goiás é o livro do Palacín, que foi sua tese sobre a importância do século do ouro em Goiás, que ele apresentou sob o título: “Estrutura e Conjuntura de uma Capitania de Minas: Goiás 1722–1822”. Com o Palacín chegaram em Goiás novidades muito grandes: em primeiro lugar a Escola dos Annales, em segundo lugar o Estruturalismo, ele foi introdutor dessas duas correntes de pensamento e ao mesmo tempo de ação intelectual, do trabalho intelectual em Goiás (FREITAS, 2005).

O Padre Palacín, para mim, é um dos maiores e melhores historiadores de Goiás (SILVA A., 2005).

Observa-se que os sujeitos envolvidos direta ou indiretamente na criação do Mestrado em História corroboram a idéia de que ele contribuiu para o desenvolvimento da pesquisa, da discussão teórica e, em especial, com a produção do conhecimento genuinamente goiano em bases científicas. Em outras palavras, houve uma renovação dos métodos e a reativação da produção historiográfica goiana. As dissertações, as teses e as pesquisas encetadas pelo corpo docente e discente do Mestrado em História, ao longo de sua trajetória, revelam essa característica. Pode-se afirmar, assim, que a criação do Mestrado em História da Universidade Federal de Goiás contribuiu para o surgimento de uma geração de historiadores-professores comprometidos com o cultivo do conhecimento historiográfico goiano.

3.6 O CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS NA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA

A Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia surgiu a partir do desmembramento do ICHL. Tal desmembramento deu-se pela Portaria nº 3.435, de 4 de dezembro de 1996, devido à nova estruturação acadêmica e administrativa da UFG. O antigo ICHL deu origem a três unidades: Faculdade de Letras, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia e Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, na qual está inserido o curso de História,

Ciências Sociais e Filosofia. A FCHF foi implantada em fevereiro de 1997 e “tem por função o atendimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão” (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA FCHF, 2001).

Quadro 31 – Disciplinas e respectivos docentes do curso de História da UFG (1997)

Série	Disciplina	Tipo	Carga Horária	Docente
1ª	Antropologia	Eletiva	128	Isabela Maria Tamaso** Joana Aparecida Fernandes da Silva Nei Clara de Lima**
1ª	Educação Física	Optativa	60	*
1ª	História Antiga	Eletiva	128	Ana Teresa Marques Gonçalves
1ª	Introdução aos Estudos Históricos	Eletiva	128	Eugênio Rezende de Carvalho
1ª	Psicologia Educacional	Eletiva	128	*
1ª	Sociologia	Eletiva	128	Dalva Maria Borges Dias de Souza*** Fausto Miziara*** Francisco Chagas Evangelista Ribeiro
1ª	Temática I	Eletiva	64	Cristina de Cássia Pereira Moraes Libertad Borges Bittencourt Maria Amélia Garcia de Alencar Maria Conceição Silva
2ª	Educação Física	Optativa	60	*
2ª	Estrutura e Func. do Ensino de 1º e 2º Graus	Eletiva	64	Barsanufu Gomide Borges
2ª	História da América I	Eletiva	128	Cristiane de Assis Portela** Renata Cristina de Sousa Nascimento**
2ª	História do Brasil I	Eletiva	128	João Alberto da Costa Pinto Noé Freire Sandes Paulo Henrique Castanheira Vasconcelos**
2ª	História Medieval	Eletiva	128	Dulce Oliveira Amarante dos Santos Renata Cristina de Sousa Nascimento**
2ª	História Moderna	Eletiva	128	Leandro Mendes Rocha Marlon Jeison Salomon
2ª	Teoria da História	Eletiva	128	Carlos Oiti Berbert Junior Eugênio Rezende de Carvalho Luiz Sérgio Duarte da Silva
3ª	Educação Física	Optativa	60	*
3ª	História Contemporânea I	Eletiva	128	Barsanufu Gomide Borges
3ª	História da América II	Eletiva	128	Libertad Borges Bittencourt
3ª	História do Brasil II	Eletiva	128	Fabiane Costa Oliveira** Jadir Gonçalves Rodrigues** Maria Amélia Garcia Alencar Noé Freire Sandes

Quadro 31 – Disciplinas e respectivos docentes do curso de História da UFG (1997)

Série	Disciplina	Tipo	Carga Horária	Docente
3ª	Métodos e Técnicas de Pesquisa em História	Eletiva	128	Cristina de Cássia Pereira Moraes Eugênio Rezende de Carvalho Olga Rosa Cabrera Garcia
3ª	Temática II	Eletiva	64	Cristina de Cássia Pereira Moraes João Alberto da Costa Pinto Luiz Sérgio Duarte da Silva Maria Elizia Borges**
3ª	Temática III	Eletiva	64	Fabiana de Souza Fredrigo Leandro Mendes Rocha Luiz Sérgio Duarte da Silva
4ª	Didática e Prática de Ensino de História	Eletiva	256	Cristina de Cássia Pereira Moraes Maria Conceição Silva
4ª	Educação Física	Optativa	60	*
4ª	História Contemporânea II	Eletiva	128	Cristiane de Assis Portela** Fabiana de Souza Fredrigo João Alberto da Costa Pinto
4ª	História do Brasil III	Eletiva	128	Elio Cantalicio Serpa Fabiane Costa Oliveira** Leandro Mendes Rocha
4ª	Monografia	Eletiva	128	Leandro Mendes Rocha Maria Amélia Garcia de Alencar Marlon Jeison Salomon Olga Rosa Cabrera Garcia
4ª	Temática IV	Eletiva	64	Carlos Oiti Berbert Cristina de Cássia Pereira Moraes Renata Cristina de Sousa Nascimento**

Fonte: <http://www.ufg.br/consultas/detalhesprofessores.php>, Acesso: 10/8/2006.

* Não constou na lista

** Professores substitutos

*** Professores pertencentes ao quadro permanente de outras Faculdades da UFG.

No ano de 2005, com a nova reformulação curricular, o curso passou a oferecer licenciatura e bacharelado separadamente, com duração de quatro anos.

Segundo fontes consultadas, o curso de História da UFG possui como objetivos, na atualidade formar:

profissionais para o magistério nos ensinos fundamental e médio, dos setores público e privado, ou para atividades em centros de pesquisa, documentação e informação, em instituições públicas e privadas, que atuem na área de cultura, patrimônio, documentação e informação (PORTAL/UFG, 2006).

A graduação em História dispõe atualmente de laboratórios de pesquisa documental e de informática, leitora de microfilme, acervo de documentos microfilmados,

suporte textual e uma biblioteca específica. Além das disciplinas específicas que incentivam a pesquisa, existem cursos de especialização, mestrado e doutorado em História. Convém ressaltar que existe um intrínseca ligação entre a graduação e a pós-graduação, já que os professores são os mesmos para esses dois níveis de ensino. Tal fato pôde ser comprovado não só pela análise do corpo docente, como também pelo depoimento de Sandes (2006), que relatou não haver diferenciação entre professores da graduação e da pós-graduação.

Os alunos do curso de História da UFG contam também com o Laboratório de Pesquisa em História (LAPH), como espaço para o exercício da prática. Em 2005 foi fundada a “Oficina de História”, revista dos alunos de graduação em História, sendo o primeiro volume editado em janeiro de 2005, com a publicação de uma entrevista com a professora Lena Catello Branco Ferreira Freitas, uma das professoras fundadoras do curso de História da UFG e, posteriormente, do Mestrado em História.

No que diz respeito ao corpo docente, o curso de História conta com um grupo de professores altamente qualificados, como pode ser confirmado no quadro a seguir:

Quadro 32 – Docentes do curso de História da UFG (2006)

Docente	Titulação
Ana Tereza Marques Gonçalves	Doutora
Armênia Maria de Souza	Doutora
Barsanufu Gomides Borges	Doutor
Carlos Oiti Berbert Júnior	Doutor
Cristina de Cássia Pereira de Moraes	Doutora
Dulce Oliveira A. dos Santos	Doutora
Élio Cantalício Serpa	Doutor
Eugênio Rezende de Carvalho	Doutor
Fabiana de Souza Fredrigo	Doutora
João Alberto da Costa Pinto	Doutor
Leandro Mendes Rocha	Doutor
Libertad Borges Bittencourt	Doutor
Luiz Sérgio Duarte da Silva	Doutor
Maria Amélia Garcia de Alencar	Doutora
Maria da Conceição Silva	Doutora
Marlon Jeison Salomon	Doutor
Nasr Nagib Fayad Chaul	Doutor
Noé Freire Sandes	Doutor
Olga Rosa Cabrera Garcia	Doutora

Fonte: http://www.fchf.ufg.br/doc_historia.php, acesso dia: 10/08/2006
Secretaria do curso de História, FCHF/UFG.

Considerou-se importante evidenciar, por meio de um quadro, o crescimento do número de alunos que concluíram o curso de História de 1997 a 2004. Conforme pesquisa realizada junto ao Departamento de Assuntos Acadêmicos da UFG, os dados são os seguintes:

Quadro 33 – Número de concluintes do curso de História da UFG (1997–2004)

Ano	Habilitação	Número de concluintes
1997	Bacharelado/Licenciatura	26
1998	Bacharelado/Licenciatura	28
1999	Bacharelado/Licenciatura	60
2000	Bacharelado/Licenciatura	31
2001	Bacharelado/Licenciatura	33
2002	Bacharelado/Licenciatura	78
2003	Bacharelado/Licenciatura	74
2004	Bacharelado/Licenciatura	53

Fonte: Departamento de Assuntos Acadêmicos – Estatística Acadêmica/UFG, 2006.

Ao analisar os quadros 30 (p. 207) e 33 (p.221) nota-se que, embora não se tenha uma média alta de concluintes do curso de História, houve um crescimento ao longo das décadas. Tal constatação pode ser explicada por vetores internos e externos à Universidade. O primeiro: a consolidação/amadurecimento do curso (graduação e pós-graduação), a política da UFG de reformulação e fortalecimento das licenciaturas; o segundo, a exigência da LDB 9.394/96 de formação específica (licenciatura) para atuar em sala de aula. Em suma, esses vetores contribuíram para o crescimento do curso de História.

3.7 A REESTRUTURAÇÃO DO MESTRADO E A CRIAÇÃO DO DOUTORADO: HISTÓRIA: CULTURAS, FRONTEIRAS E IDENTIDADES

Como foi abordado anteriormente, no início da década de 1990, com a aposentadoria de alguns professores – muitos deles fundadores do curso de História –, o Mestrado passou por intensas crises e questionamentos, como ocorrera em outros momentos, chegando até mesmo a ser cogitado o seu fechamento, partindo-se do pressuposto que a graduação deveria ser priorizada. Sobre o assunto, Sandes (2006) tece a seguinte consideração:

A princípio havia uma defesa muito grande da graduação. Para os professores saírem para fazer pós-graduação era muito difícil, pois se colocavam tantos obstáculos que para liberar um colega por quatro anos se tornava um problema muito maior do que de fato era. Então foi preciso que as pessoas se convencessem de que o salto era na formação, porque houve uma geração que fez a sua pós-graduação e depois [...] Eu cheguei aqui em 1989 e muitos colegas já desejavam ter feito o seu doutoramento, mas a instituição não abria espaço. Havia uma política que não favorecia a saída. Eu acho que o ingresso de novos colegas, Maria Amélia, Heliane Prudente, eu, o Nasr, o Nasr é uma figura muito importante nesse processo, abrimos assim a dimensão de que a política da Universidade tinha que ser repensada. E com isso nós modificamos essa perspectiva e incentivamos a saída para o doutoramento – que contratassem professores visitantes, que tomassem outras

atitudes –, mas que o professor pudesse se qualificar. E com isso nós fomos nos qualificando com rapidez e isso levou a uma mudança expressiva. Além disso, também houve novos concursos, colegas vindos de fora, isso permitiu que a Universidade renovasse seus quadros (SANDES, 2006).

A renovação do quadro docente permitiu o surgimento da terceira geração de professores do curso de História da UFG. É oportuno esclarecer que neste estudo foi utilizado o termo geração no sentido de continuidade, isto é, de quadro permanente de professores do Curso. Assim, a primeira foi a dos fundadores que tiveram sua formação na Universidade Católica de Goiás. A segunda pode ser caracterizada por professores com formação na UCG e na UFG. A terceira iniciou-se com a aposentadoria dos professores-fundadores, essa geração se firmou, conforme relato a seguir, a partir de meados da década de 1990:

A palavra geração tem todo um debate nas Ciências Sociais que eu não vou retomar aqui, mas sem dúvida alguma, fugindo às especificidades do debate teórico, temos os fundadores: Dona Gilka, Dona Lena, Padre Palacín, figuras que ficaram, marcaram a história do nosso curso e nós reverenciamos essas pessoas com certeza. Eles deram a contribuição, porque o nosso primeiro Mestrado veio de um acordo com a USP e depois se tornou autônomo. E agora o problema foi que essa geração não se renovou. Havia uma dificuldade muito grande de contratação de quadros na Universidade, houve um congelamento das vagas e houve uma dificuldade de aperfeiçoamento, de renovação e de formação de quadros. Então entre a geração da Ana Lúcia, Dona Lena, Padre Palacín – já veio quase pronto –, não houve uma política de renovação. Eu não sei se isso foi só na Universidade Federal de Goiás ou em outros cursos e em outras universidades no Brasil afora. E essa geração não teve um projeto de renovação capaz de dar seguimento. Isso não é crítica à geração passada, porque essas questões são estruturais, mas o fato é quando chegamos aqui havia uma defasagem: alguns aposentados, outros não-qualificados e nós iniciando a carreira, jovens que queriam se formar com rapidez e é claro que há sempre conflitos, quando os interesses são tão distintos. Alguns no final de carreira, outros começando, faltou uma dimensão de ponte entre os fundadores e um projeto de renovação. Eu acho que isso foi um problema para o Programa que chegou a ter momentos muito difíceis com pouquíssimos docentes e com isso alguns colegas chegaram ao ponto de dizer que era melhor o seu fechamento. Para você ter uma idéia da distância [de uma geração à outra], eu ouvi comentários que diziam que era melhor fechar e começar novamente. Isso é um erro, porque não se pode enterrar uma experiência de modo tão fácil. Na verdade, em vez de se fazer essa opção, foi possível criar uma ponte, a chegada de alguns professores também permitiu que nós construíssemos, embora depois de um lapso, uma outra geração de professores que puderam fazer a renovação do quadro do próprio Programa. Essa geração que ficou foi a partir de meados de 1990 para a segunda metade dessa década, com certeza. Eu entrei mais cedo em 1989, mas foi na década de 1990, nos meados da década, é que vai se firmar um grupo que fica. É importante pensar que as pessoas saem dos seus respectivos lugares, mas tem que firmar uma nova relação com a Universidade, com a cidade. Então nós conseguimos criar um quadro permanente (SANDES, 2006).

Ainda conforme o depoente entre os anos de 2000 e 2001 houve a redefinição da área de concentração e linhas de pesquisa do Mestrado em História, acarretando assim a

mudança dos temas produzidos. Diante de tal realidade, pode-se dizer ainda que o Mestrado em História está na sua segunda geração de professores e terceira, no que diz respeito à área de concentração e, evidentemente, à produção de trabalhos. A partir das novas redefinições das linhas de pesquisa, houve a ampliação e diversificação dos temas de estudo e o uso de novas metodologias, em consonância com as novas concepções de História. Na voz de Sandes, a análise:

Eu acredito que a mudança da área de concentração e das linhas de pesquisas, fez com que houvesse uma renovação. Porque havia um debate sobre o mundo agrário, havia um debate muito concentrado na área regional e às vezes muito distante das renovações. O problema não é só ser uma história local, o problema é a capacidade de articulação teórico-metodológica com a reflexão histórica e com as novas concepções. Então acho que houve sim uma mudança com relação às produções no Programa. Na década de 1980, não só em Goiânia, mas no Brasil como um todo, havia uma forte vinculação com o marxismo ou com a vertente dos Annales, praticamente nós tínhamos essas duas linhas dentro da Federal. A predominância do próprio governo ditatorial fazia com que o marxismo se firmasse entre os anos 1980 até início dos anos 90. Então nos meados da década de 1990 é que se percebe que há uma renovação decorrente da abertura que se fez. A nova área de concentração do Mestrado está muito ligada ao debate sobre cultura. A minha área trabalha mais com a memória, que também está muito ligada à questão da cultura. Então Migração, Fronteira, Identidade e Cultura são chaves no Programa (SANDES, 2006).

Sobre a mudança de área de concentração do Mestrado de Sociedades Agrárias para Culturas, Fronteiras e Identidades, Sandes (2006) avalia que foi difícil empreendê-la, já que se tratava de algo considerado como tradição e por ser também alvo de disputas internas. A geração de professores do atual Mestrado, todavia, já não possuía a relação de pertencimento com a área de concentração do Mestrado em Sociedades Agrárias. Assim, delineou-se um embate entre a tradição e o desejo de mudança:

O debate sobre a nossa área de concentração, que era em História Agrária, nos trazia inúmeros problemas. Porque houve uma renovação enorme da Universidade e nós não trabalhávamos propriamente História Agrária. Então houve uma renovação na área de História, vários colegas trabalhavam em outras áreas, no entanto, permanecíamos como Mestrado em História Agrária. Havia uma tradição e tradição é uma coisa difícil de mudar. Toda vez que falávamos em mudar alguém dizia “não, essa é uma tradição, tem trabalhos consolidados”. No entanto, nós não tínhamos mais a relação de pertencimento entre o que fazíamos e o que definia a área de concentração. Por volta dos anos 2000 e 2001, no período em que eu fui coordenador do Mestrado, uma das minhas metas era redefinir, porque ou redefiníamos ou estaríamos sempre com problemas na avaliação. Isso implicava uma disputa interna também, porque alguns colegas achavam que se houvesse mudança perderiam suas áreas de trabalho, seriam afetadas suas linhas de pesquisas. Nós mudamos área de concentração e linhas de pesquisas. E para isso trouxemos a professora Margarida Neves do Rio de Janeiro. E era importante a figura da Margarida, não só pelo seu conhecimento da área de pós-graduação em História, mas para mediar um pouco as nossas relações. E a partir daí construímos uma nova

área de concentração e novas linhas de pesquisa. A nova área de concentração ficou :em Culturas, Fronteiras e Identidades. A linha que eu trabalho é História, Memória e Imaginários Sociais. Tem uma linha ligada mais à região que ficou Sertão, Regionalidades e Projetos de Integração. Temos também a criação de um grupo sobre o Caribe, que estuda migrações, ficou uma linha como Fronteiras e Culturas de Migração. E com isso nós conseguimos de algum modo renovar, os projetos ligados mais a Goiás se dirigiram para área de Sertão e Regionalidades (SANDES, 2006).

Segundo o Prof. Noé F. Sandes a reestruturação do Mestrado contou com a relevante colaboração da professora Margarida Neves, do Rio de Janeiro, que contribuiu com sua experiência e ainda pôde mediar as tensões já mencionadas anteriormente. A redefinição de área de concentração do Mestrado e de suas linhas de pesquisas possibilitou a renovação do curso como um todo e, posteriormente, abriu as portas para a implantação do Doutorado em História. Na sua avaliação:

Nós conseguimos dar um salto e isso foi muito importante para o crescimento do Programa e das avaliações, porque nós nos atualizamos. Eu avalio que a partir desse momento o Programa tinha retomado uma possibilidade de crescimento que permitiu posteriormente a criação do Doutorado (SANDES, 2006).

O depoimento é corroborado pela Avaliação de Proposta de Curso Novo da CAPES:

O Mestrado em História da UFG, que é um dos mais antigos do país, passou no último triênio por um substantivo processo de redimensionamento. Apresentou nessa nova versão uma proposta de Doutorado bem equilibrada quanto às Linhas de Pesquisa e projetos envolvendo o coletivo docente. As disparidades entre o número de projetos em cada Linha de Pesquisa foram sanadas, o que demonstra o esforço de contemplar com o mesmo interesse acadêmico o desenvolvimento das áreas temáticas de cada uma delas. A redefinição da área de concentração (de modo a fazê-la corresponder ao perfil entrementes alcançado pelo corpo docente e por sua produção acadêmica), consolidação de linhas de pesquisa coerentes tanto com a área de concentração quanto com os projetos em andamento corroboram a iniciativa de definir o núcleo de pesquisa sobre questões de fronteiras em sua multiplicidade étnica, cultural, geográfica e identitária, ampliando-a para a área geográfica do Caribe. A estrutura curricular é adequada atendendo os requisitos de pós-graduação. Constata-se a renovação dos quadros docentes, bem como o ritmo sustentado de titulação, o aumento significativo das publicações de bom nível, a inserção acadêmica nacional e internacional crescente e outras medidas adotadas que representam um ingente esforço de revitalização e dinamização do programa, cujo progresso qualitativo desde 2000 está claro. São estes indicadores de um avanço cuja consolidação se projeta com nitidez no encaminhamento do programa. O óbice anterior, o conceito 3 obtido pelo Programa na avaliação de 2000, atenuou-se sobremaneira coma avaliação da coleta de 2001, confirmada em 2002, tornando-se evidente os bons resultados obtidos nessa nova fase do programa e a tendência à progressão do conceito o que constitui, nesse momento, elemento importante para recomendar a implantação do Doutorado (AVALIAÇÃO DA CAPES, 2004, p. 2).

Diante de tal avaliação, o Doutorado em História da UFG foi recomendado pela CAPES em 28/1/2004, com a nota 3.

Como foi dito anteriormente, apesar do hiato entre a geração dos fundadores e a geração seguinte, a partir de meados da década de 1990 firmou-se o que pode ser considerada como segunda geração do corpo docente do curso de Mestrado e já a terceira do curso de graduação em História. Tal característica pôde ser confirmada ao se analisar e comparar a estruturação do corpo docente do curso de História (graduação e pós-graduação), desde a criação, como demonstrou-se por meio dos quadros, até a atualidade, o que pode ser ainda complementado com os dados a seguir:

Quadro 34 – Corpo docente do Mestrado/Doutorado em História da UFG (2006)

Docentes	Titulação	Linha de Pesquisa
Ana Teresa Marques Gonçalves	Doutora	História, Memória e Imaginários Sociais
Barsanufu Gomides Borges	Doutor	Sertão, Regionalidades e Projetos de Integração
Carlos Oiti Berbert Júnior	Doutor	Sertão, Regionalidades e Projetos de Integração
Cristina de Cássia Pereira de Moraes	Doutora	Identidades, Fronteiras e Culturas de Migração
Dulce O. Amarante dos Santos	Doutora	História, Memória e Imaginários Sociais
Élio Cantalício Serpa	Doutor	História, Memória e Imaginários Sociais
Eugênio Rezende de Carvalho	Doutor	Identidades, Fronteiras e Culturas de Migração
Fabiana de Souza Fredrigo	Doutora	Identidades, Fronteiras e Culturas de Migração
Isabel Ibarra Cabrera	Doutora	Identidades, Fronteiras e Culturas de Migração
Joana Aparecida Fernandes Silva	Doutora	Identidades, Fronteiras e Culturas de Migração
João Alberto da Costa Pinto	Doutor	Sertão, Regionalidades e Projetos de Integração
Leandro Mendes Rocha	Doutor	Identidades, Fronteiras e Culturas de Migração
Lena Castello Branco F. Freitas	Doutora	Sertão, Regionalidades e Projetos de Integração
Libertad Borges Bitencourt	Doutor	Identidades, Fronteiras e Culturas de Migração
Luiz Sérgio Duarte Silva	Doutor	Sertão, Regionalidades e Projetos de Integração
Márcio Pizarro Noronha	Doutor	História, Memória e Imaginários Sociais
Maria Amélia Garcia Alencar	Doutora	Sertão, Regionalidades e Projetos de Integração
Maria da Conceição Silva	Doutora	Sertão, Regionalidades e Projetos de Integração
Maria Elízia Borges	Doutora	História, Memória e Imaginários Sociais

Quadro 34 – Corpo docente do Mestrado/Doutorado em História da UFG (2006)

Docentes	Titulação	Linha de Pesquisa
Marlon Jeison Salomon	Doutor	Sertão, Regionalidades e Projetos de Integração
Nasr Nagib Fayad Chaul	Doutor	Sertão, Regionalidades e Projetos de Integração
Noé Freire Sandes	Doutor	História, Memória e Imaginários Sociais
Olga Rosa Cabrera Garcia	Doutora	Identities, Fronteiras e Culturas de Migração

Fonte: Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Pós-Graduação, 2006.

É oportuno acrescentar que a FCHF oferece também um curso de Especialização em História Cultural: imaginário, poder e identidade, ou seja, como se percebe seu enfoque está em sintonia com a área de concentração e com as linhas de pesquisas do Mestrado/Doutorado. Depreende-se assim que, de fato, há uma renovação das tendências historiográficas, que perpassa todos os níveis do ensino e pesquisa em História da UFG.

Segundo Sandes (2006), com a redefinição da área de concentração do Mestrado, houve uma diversificação dos temas das dissertações. O que distingue essa produção da anterior são as novas abordagens teórico-metodológicas, que acompanham as novas tendências historiográficas, com grande enfoque à cultura, memória, imaginário social, identidade, migração, entre outras tendências.

Conforme pesquisa no Catálogo de dissertações da UFG, constatou-se a presença ainda marcante, até 2002, de estudos ligados à regionalidade, todavia, já se destacam trabalhos em sintonia com as novas concepções de História. Pode afirmar-se que tais mudanças são advindas da constituição de um novo quadro de professores-doutores, como também da mudança da área de concentração, da renovação e ampliação das linhas de pesquisas do Programa de Pós-Graduação em História.

Considerou-se relevante evidenciar, por meio de um quadro, o número de dissertações defendidas no Mestrado, desde 1974 até 2000, conforme o último Catálogo editado pela UFG:

Quadro 35 – Número de dissertações defendidas no Mestrado em História da UFG, divididos por temas (1974/2000)

Anos	Temas sobre Goiás	Outras Temáticas	Total de Dissertações
1974	1		1
1975	2		2
1976	2	1	3
1977	–	2	2
1978	5	–	5
1979	–	–	-

Quadro 35 – Número de dissertações defendidas no Mestrado em História da UFG, divididos por temas (1974/2000)

Anos	Temas sobre Goiás	Outras Temáticas	Total de Dissertações
1980	2	–	2
1981	1	–	1
1982	4	–	4
1983	–	2	2
1984	2	–	2
1985	2	–	2
1986	1	–	1
1987	3	1	4
1988	–	–	-
1989	2	–	2
1990	4	–	4
1991	3	1	4
1992	7	1	8
1993	3	–	3
1994	3	3	6
1995	11	2	13
1996	7	1	8
1997	8	3	11
1998	7	2	9
1999	10	2	12
2000	11	4	15

Fonte: Catálogo de teses e dissertações da UFG de 1970 a 2000. UFG, Pró-Reitoria de pesquisa e Pós-Graduação - Sistema de Bibliotecas, 1998; 1999; 2000; 2001.

Analisando o quadro 35 pode-se dizer que, a partir da segunda metade da década de 1990, houve um crescimento no número de dissertações defendidas no Mestrado, como também a recorrência a outras temáticas. Tais constatações explicam-se pelas mudanças empreendidas na estrutura do Programa e pela composição de um novo quadro docente.

Em síntese, o III capítulo reconstituiu o percurso do curso de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), que teve sua gênese no Centro de Estudos Brasileiros, em 1962. Ao longo de sua trajetória o Curso conseguiu consolidar-se tanto no ensino quanto na pesquisa histórica em Goiás. O coroamento dessa trajetória deu-se com a recém-aprovação do Doutorado em História, em 2004.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta pesquisa, considerou-se pertinente realizar uma síntese para o entendimento do trabalho, bem como registrar algumas considerações e/ou conclusões.

A princípio, em relação ao curso de História da Universidade Católica de Goiás (UCG), foi difícil estabelecer gerações de professores, devido às constantes mudanças desse quadro, fruto das diversas crises enfrentadas pela instituição. Foi possível, todavia, observar algumas fases e seus aspectos mais relevantes para a compreensão da trajetória do curso, ao longo de seus mais de 50 anos de existência.

A primeira fase do curso de História da UCG a ser destacada foi a de sua criação dentro da Faculdade de Filosofia de Goiás, em 1949. Nesse período o currículo praticado era o denominado “3+1”, e o corpo docente se caracterizava por professores sem formação para o magistério. A segunda fase iniciou-se com a Reforma Universitária de 1968, com a implantação do Currículo de Estudos Sociais “1+2+1”, perpassando toda a década de 1970 e início da década de 1980. Nesse período existiu um corpo docente misto, com professores já graduados na Faculdade de Filosofia e alguns dos pioneiros. A terceira fase foi marcada pela crise das licenciaturas, o que provocou uma grande evasão de alunos do curso de História da UCG para a UFG, e o conseqüente fechamento do Curso no horário matutino. Nesse período também ocorreu uma expressiva migração de professores para a UFG, já iniciada desde o final da década de 1970.

Na década de 1990 constatou-se a quarta fase. No intuito de sair da crise e encontrar um caminho para as licenciaturas, foi criado o Projeto de Formação de Professores da UCG, um plano audacioso que consistia em formar o professor, bacharel e especialista ao final de 8 semestres. A intenção era romper com a formação denominada “3+1”, isto é, a dicotomia entre professor e pesquisador e, evidentemente, recuperar o alunado. O Projeto e as novas exigências da LDB 9.394/96 conseguiram alcançar alguns objetivos, como dar nova dinâmica às licenciaturas da UCG e recuperar o número de alunos, como pôde ser evidenciado por meio dos quadros. Ao final da década de 1990, muitos professores do curso de História já possuíam mestrado, o que foi permitindo, em parte, à constituição de um quadro permanente de professores, concomitantemente, permanecia um quadro de professores convidados.

A partir do ano 2000 constatou-se uma quinta fase no curso de História da UCG: a configuração de um quadro docente permanente e titulado entre doutores e mestres, fruto de investimentos da instituição na qualificação dos professores. Por outro lado, ainda se manteve um quadro flutuante de professores convidados. Em termos curriculares ocorreu o rompimento com a especialização do 8º período e nova reformulação das disciplinas, com o acréscimo de disciplinas ligadas às novas tendências historiográficas, tais como: tempo presente, memória, patrimônio, mito, teatro, entre outras inseridas na História Cultural. As novas concepções de História são integradas à medida que os professores voltam às atividades acadêmicas, após realizarem o doutorado, assim, contribuindo para a renovação do figurino do Curso.

Percebeu-se que historicamente a formação do profissional para o magistério recebeu especial atenção na Universidade Católica de Goiás, todavia, a partir das memórias dos depoentes, pode-se dizer também que, mesmo de forma incipiente e isolada, houve iniciativas de pesquisas por parte dos docentes do curso de História antes da criação do Centro de Pesquisa Histórica (CPH), em 1989.

Ademais, as pesquisas desenvolvidas pelo Departamento de História, viabilizadas pelo CPHGS, e a crescente qualificação do corpo docente foram suportes indispensáveis para a origem da proposta de criação do Mestrado em História, em 2001, que, afinal, foi aprovado no mês de julho de 2006. A área de concentração do Mestrado em História da UCG se caracteriza, principalmente, por estar em sintonia com as novas concepções de História.

Ao término deste estudo, a trajetória do curso de História da UCG, pode-se concluir que o referido Curso foi pioneiro na preparação de professores de História para o Estado de Goiás, servindo como celeiro de formação de professores para a Universidade Federal de Goiás. Se inicialmente, na fase de sua criação, a ênfase era a formação para o magistério, atualmente existe a preocupação em formar o professor-pesquisador. Tanto que as novas propostas curriculares visam superar as dicotomias professor-pesquisador, conteúdo específico-conteúdo pedagógico.

Pode-se dizer, enfim, que o curso de História da UCG configurou-se, isto é, assumiu diversas fases ao longo de seu percurso a partir de vetores como a demanda, a concorrência com a UFG e a formação do quadro docente.

A trajetória do curso de História da UFG iniciou-se em 1962, com o Centro de Estudos Brasileiros (CEB), fechado pelo golpe militar de 1964. Em 1965 o curso de História e Geografia passou a integrar a recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade. Nesse período destaca-se, no quadro docente, a geração de professores-

fundadores do curso de História da UFG, aqueles que, em sua maioria, possuíam formação na Universidade Católica de Goiás.

Nas décadas de 1960 e 1970 os quadros docente e discente de História da UFG, como toda a Universidade, foram vítimas da vigilância empreendida pelo Regime Militar. Nesse período, também de Reforma Universitária, passaram pelos dissabores da mudança do regime seriado para o regime de créditos, que causou grandes transtornos ao andamento do Curso. Nessa época já se configura a segunda geração de professores do curso.

A década de 1970 marcou também o grande salto do curso de História da UFG, com a criação, em 1972, do Mestrado, que contribuiu significativamente para a realização de pesquisas de cunho científico em Goiás, proporcionando o conhecimento historiográfico regional, além da formação de gerações de historiadores–professores preocupados com o desenvolvimento das pesquisas históricas em Goiás.

De 1972 a 1980 o Mestrado possuía como área de estudo a História do Brasil, configurando-se a primeira geração de produções do Mestrado. A partir de 1980 com a definição de Mestrado em Sociedades Agrárias, segunda geração das produções, os temas se voltaram mais para as questões regionais.

Na década de 1990 o Mestrado sofreu com a saída de docentes, muitos fundadores do Curso, o que provocou uma crise, devido à falta de professores qualificados, mas que, aos poucos, foi sendo superada. Recentemente o Mestrado em História redefiniu a área de concentração de suas linhas de pesquisa, o que gerou uma nova produção nas dissertações, marcadas por temas diversificados e dentro das novas concepções de História. Seria a terceira geração das produções. Concomitantemente foi se formando o que pode ser denominada de segunda geração dos professores do Mestrado e terceira geração de docentes do curso de graduação em História.

Em suma, apesar dos percalços vivenciados ao longo de sua trajetória, o curso de História da UFG vem conseguindo superá-los e consolidar-se no cenário educacional goiano. A mais recente conquista do Curso foi a provação, pela CAPES, em 2004, do Doutorado em História.

À guisa de conclusão, é importante ressaltar a interligação mantida pelos cursos de História das duas primeiras instituições de ensino superior em Goiás, desde o início até a atualidade. Tal interligação esteve intimamente relacionada aos momentos de crise das duas instituições, gerados em virtude das políticas educacionais implementadas no Brasil, o que tem causado a migração de professores de uma para outra. Os professores da UCG foram os fundadores do curso de História da UFG. Posteriormente, no momento de crise da UCG e de

criação da RETIDE, esses professores migraram para a UFG, em busca de melhores condições de trabalho. Atualmente constatou-se o movimento de refluxo desses professores. O retorno se deve, em parte, pela crise vivenciada nas Universidades Federais, o que representou grande perda salarial para os professores ativos e aposentados. Assim, muitos docentes, após a aposentadoria na UFG, em virtude de perdas salariais ou mesmo devido à aposentadoria precoce, estão retornando à UCG.

Outro dado interessante é que os dois Cursos, nas últimas décadas, passaram e estão passando por uma fase de grande renovação, embasada nas novas tendências historiográficas, o que lhes causou uma nova configuração.

Uma característica divergente entre o curso de História da UCG e o da UFG, advinda da diferença da constituição das duas instituições em que estão inseridos, diz respeito à constituição de seus quadros docentes. A Universidade Federal de Goiás, desde o início do Curso, cultivou, embora cada vez mais ameaçada, uma política de concursos. Por isso o curso de História da UFG conseguiu manter um quadro contínuo de professores, sendo afetado somente pelas aposentadorias dos professores-fundadores. Já a UCG, embora a partir do final dos 1970 e na década de 1980 tenha regulamentado a carreira docente e assumido uma política de qualificação dos seus quadros, ao mesmo tempo manteve uma política de professores convidados. Assim, por um lado, a partir da década de 1980, o curso de História da UCG passou a ter um quadro permanente de professores, que, inclusive, na atualidade, é realçado por professores–doutores aposentados da UFG; por outro lado, continuou com um quadro flutuante de professores convidados.

Ressalta-se que tanto a UCG quanto a UFG oferecem atualmente um curso de Especialização, com área de concentração em História Cultural. Outra afinidade se desponta na área de concentração da pós–graduação *stricto sensu*. O curso de Mestrado em História da UCG possui como área de concentração Cultura e Poder e duas linhas de pesquisa definidas em dois campos: Identidades, Tradições e Territorialidade e Poder e Representações. O Mestrado/Doutorado em História da UFG possui como área de concentração Cultura, Fronteira e Identidades, e como linhas de pesquisas: Sertão, Regionalidades e Projetos de Integração, História, Memória e Imaginários Sociais e Identidades, Fronteiras e Culturas de Migração. Conclui–se, enfim, que os dois Cursos atualmente possuem afinidades quanto às concepções históricas e ambos estão em sintonia com as novas tendências historiográficas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, Maria Amélia (org.). *A História da História*. Goiânia: Ed. da UCG, 2002.
- ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro M. *Modernidade e Pioneirismo: A história do curso de Pedagogia na UCG (1949–1969)*. In: Estudos – Especial UCG 45 anos. Goiânia: Ed. da UCG, out. 2004, p. 59–80.
- ALMEIDA, Valéria Maria Soledade (org.). *Catálogo de teses e dissertações defendidas na Universidade Federal de Goiás (1970 a 1997)*. Goiânia: Ed. da UFG, 1998, 1999, 2000 e 2001.
- ALVES, Miriam Fábila. *Faculdade de Direito: das Origens à Criação da Universidade Federal de Goiás 1898–1960*. Goiânia: MEEB, 2000. Dissertação de Mestrado.
- AZEVEDO, Fernando de. *A Educação entre dois mundos: problemas, perspectivas e orientações*. São Paulo: Melhoramentos, 1958.
- BALDINO, José Maria. *Ensino Superior em Goiás em tempos de euforia – da desordem aparente à ordem ocorrida na década de 80 em Goiânia*: MEEB, 1991. Dissertação de Mestrado.
- BORGES, Vavy Pacheco. *O que é História*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.1
- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Portugal: Publicações Europa–América, 1983.
- CADERNO DE ESTUDOS BRASILEIROS, Goiânia, ANO 1 – janeiro/junho, 1963.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim et al. *Escola Uspiana de História*. In: Revista de Estudos Avançados, Instituto de Estudos Avançados (IEA), São Paulo, SP: Textos Online, 2005.
- CAPES. Perfil da Pós–Graduação. Grande Área – Ciências Humanas. Área – História, 2006.
- CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Temporã: o ensino superior da colônia à Era de Vargas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.
- _____. *A Universidade Reformanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- _____. *A Universidade Crítica. O Ensino Superior na República Populista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1982.
- DOURADO, Luiz F. *A Interiorização do Ensino Superior e a Privatização do público*. Goiânia: Ed. da UFG, 2001.
- ESTUDOS, *Especial UCG 45 anos*. Goiânia: Ed. da UCG, v. 31, out., 2004.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996.

FÁVERO, Maria de Lourdes. *Universidade e Poder. Análise Crítica/Fundamentos Históricos: 1930–1945*. Brasília: Ed. Plano, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Os professores franceses e o ensino de História no Rio de Janeiro nos anos 30*. In: Ideais de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto. MAIO, Marco Chor e VILAS BÔAS, Gláucia (Orgs.). Porto Alegre (RS): Ed. Universidade/UFGS, 1999, p. 277–299.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média: nascimento do ocidente*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986, 3ª ed.

FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo: Moraes, 1980.

GATTI, Bernadete A. *Pesquisa em Educação: um tema em debate*. Cadernos de Pesquisas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, (80), 106–111, fev./1992

GERMANO, Jose Willington. *Estado Militar e Educação no Brasil (1964–1985)*. São Paulo: Cortez. 1993.

GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S.A, 1991.

GOMES, Horieste. *A Produção Geográfica em Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *A Experiência Pioneira da Academia de Altos Estudos: Faculdade de Filosofia e Letras do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1916–1921)*. In: Teias – Faculdade de Educação/UERJ – n. 1, (jun.2000) – Rio de Janeiro: UERJ, p. 38–45, 2000.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, (1), 1998.

HERÓDOTO. *Histórias*. Tradução, Introdução e notas de Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. da UNB, 1988.

INEP. *Relação dos Programas e/ou cursos de Graduação e seqüenciais*. 2005.

KHOURY, Yara Maria Aun. *A Pesquisa em História*. São Paulo: Ática. 1991.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LIMA, Tereza Cristina M. Pinheiro de. *O Curso de Administração da Universidade Católica de Goiás*. Goiânia: UCG, 2003.

MACÊDO, Maurides e VAZ, Ronaldo Ferreira. *A Criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Goiás (1948–1999)*. In: Estudos – Especial UCG 45 anos. Goiânia: Ed. da UCG, out. 2004.

MARTINS, Zildete Inácio de Oliveira. *Histórico da criação da Universidade Católica de Goiás*. In: Estudos – Especial UCG 45 anos. Goiânia: Ed. da UCG, out. 2004, p. 9–24.

MEIHY, José Carlos S. Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

MENDONÇA, Leda Moreira Nunes; ROCHA, Cláudia Regina Ribeiro; GOMES, Suely Henrique de Aquino. *Guia para apresentação de trabalhos acadêmicos na UFG*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 2005.

MESQUITA FILHO, Júlio de. *Política e Cultura*. São Paulo: Martins, 1969.

NASCIMENTO, Renata Cristina de S. *Do Mito à História: O percurso do saber histórico na Antiguidade*. In: Alencar, Maria Amélia G (Org.). *A História da História*. Goiânia: Ed. da UCG, 2002.

NATAL E SILVA, Colemar. *Adequação da Universidade ao Meio*. Caderno de Estudos Brasileiros. Goiânia ano I, p. 21-28, jan/Jun. 1963.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. *A ilusão pedagógica 1930–1945: Estado, sociedade e educação em Goiás*. Goiânia: Ed. UFG, 1994.

OLIVAL, Moema de Castro e Silva. *Realizações de Colemar Natal e Silva no campo da cultura em Goiás*. Goiânia: Cegraf/UFG, 1992.

OLIVEIRA, Maurides Batista de M. F. Projeto de Pesquisa – *A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UCG e os atuais Departamentos dela derivados: 50 anos de História de uma Instituição*. Goiânia, 1999 (Mimeo).

PALACÍN, Luís e MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. *História de Goiás (1722–1972)*. Goiânia: Ed. da UCG, 2001.

PINSKY, Jaime. *100 Textos de História Antiga*. São Paulo: Ed. Contexto, 1988.

PINTO, José Marcelino de Rezende. *Os recursos para a Educação no Brasil no Contexto das Finanças Públicas*. Brasília: Plano, 2000.

POLÍBIOS. *História*. Brasília: ED. da UNB, 1996.

REZENDE, Maria Auxiliadora Seabra. *O Sentido Histórico da Criação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás*. Goiânia (dissertação de mestrado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, 1997. (mimeo).

RIBEIRO. Maria Luiza Santos. *História da Educação Brasileira: a organização escolar*. Campinas: Autores Associados, 2003.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 28ª ed. Petrópolis, 2003.

SALLES, Gilka V. F. de ; FREITAS, Lena C. B. de. *O Mestrado em História das Sociedades Agrárias: uma abordagem histórica (1972–1995)*. História Revista – Revista do Departamento de História da UFG, Goiânia, vol. 1, 1-18. 1996.

SILVA, George Agostinho Baptista da. *Centro de Estudos Brasileiros*. Cadernos de Estudos Brasileiros, Goiânia, ano I, p. 29–34, Jan./jun. 1963.

SILVA, Dagmar Junqueira Guimarães. *Os Cursos de Matemática da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás: História e Memória*. Goiânia: Mestrado em Educação da UCG, 2003.

TELES, Gilberto Mendonça. *O Sentido Revolucionário do Centro de Estudos Brasileiros*. Cadernos de Estudos Brasileiros, Goiânia, ano I, p. 9-20, jan./jun. 1963.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

THOMSON, Alistair. *Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias*. In: Projeto História. São Paulo, PUC–SP, 1997.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução, Introdução e notas de Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. da UNB, 1982.

TURCHI, Egídio. *Depoimento*. Letras em Revista – ICHL. Goiânia, v.1, p. 9-17, jan./jun. 1990.

VAZ, José Carlos de Lima. *Os jesuítas e a Universidade Católica de Goiás: 25 anos em Goiânia*. Goiânia: Estudos Goianienses, ano VI, n. 10, 1979.

WARDE, Mirian. *O papel da pesquisa na pós-graduação em educação*. Cadernos de pesquisas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas (73), 67–75, mai./1990.

FONTES

Universidade Católica de Goiás

CONVITE de Formatura da Primeira Turma do Programa de Formação de Professores, Bacharéis e Especialistas, 1988.

DECRETO nº 26.144, de 02/01/1949.

DECRETO nº 30.588, de 22/02/1952.

DIÁRIO OFICIAL nº 5.757, de 11 de novembro de 1948.

DOCUMENTOS sobre a história da FFCL da UCG.

GRADE Curricular do Curso de História da UCG, 1975, 1982/1983, 1986, 1994, 2000, 2004.

MEC. Relatório de Inspeção Federal da Faculdade de Filosofia de Goiás, 1954.

MOMENTO, Informativo temático da UCG. Goiânia, jun. 2006.

PROJETO de Formação de Professores da UCG, 1998.

PROJETO Goiás São Domingos 1, 1971.

PROJETO Político Pedagógico do Curso de História 2004/1. Goiânia, 2005.

PROPOSTA de Criação do Mestrado em História da UCG, 2001, 2002.

REGIMENTO Interno da Faculdade de Filosofia de Goiaz, 1948.

RELAÇÃO de Diplomados da Faculdade de Filosofia de Goiaz, 1960.

RELAÇÃO de Diplomados da Faculdade de Filosofia de Goiaz, 1962.

RELATÓRIO de verificação de Funcionamento da Faculdade de Filosofia de Goiás, anexo 15b, 1951.

RELATÓRIO do Instituto de Antropologia da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Goiás, 1973.

RELATÓRIO para Reconhecimento da Faculdade de Filosofia de Goiaz, 1951.

Universidade Federal de Goiás

- ANAIS da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: Ed. da UFG, 1978, t.1.
- ANAIS da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: Ed. da UFG, 1979, vol. 2.
- ANTEPROJETO de Regimento, ICHL , s.d.
- ANTEPROJETO de Regulamentação dos cursos de Pós-graduação, ICHL, s/d.
- CARTA da diretoria do ICHL à reitoria, 1972.
- CAPES. Avaliação de Proposta de Curso Novo, 2004.
- CERTIDÃO da Reitoria. Classificação dos Candidatos para provimento de Cadeiras na FCL, 1966.
- CONSELHO Federal de Ensino. Parecer nº 213/68, 1968.
- DECRETO n. 19.851, de 11 de Abril de 1931.
- DECRETO–Lei n. 8.457, de 26 de Dezembro de 1945.
- DECRETO n. 51.582, de 8 de Novembro de 1962.
- DECRETO n. 63.636, de 19 de Novembro de 1968.
- FOLDER da FFCL. Imprensa Universitária, 1963.
- HISTÓRICO Escolar, FFCL, Mod. 33. Goiânia, 1969.
- INFORMAÇÕES para Relatório quadrienal 86–89, ICHL. Departamento de História, s.d.
- INFORMATIVO aos alunos. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1967.
- INFORMATIVO/UFG. Goiânia, junho, 1967.
- INFORMATIVO/UFG. Goiânia, julho, 1967.
- INFORMATIVO/UFG. Goiânia, agosto, 1967
- INFORMATIVO/UFG. Goiânia, outubro, 1967.
- INFORMATIVO/UFG. Goiânia, janeiro, 1968.
- INFORMATIVO/UFG. Goiânia, março, 1968.
- INFORMATIVO/UFG. Goiânia, abril, 1968.

INFORMATIVO/UFG. Goiânia, maio, 1968.

INFORMATIVO/UFG. Goiânia, junho, 1968.

INFORMATIVO/UFG, Goiânia, agosto 1968.

INFORMATIVO/UFG, Goiânia, setembro 1968.

INFORMATIVO/UFG, Goiânia, outubro, 1968.

INFORMATIVO/UFG. Goiânia, novembro, 1968.

INFORMATIVO/UFG, Goiânia, dezembro, 1968.

INFORMATIVO/UFG, Goiânia, janeiro, 1969.

OFÍCIO nº 039/73, ICHL.

OFÍCIO nº 151/64. Instituto de Matemática e Física, 1964.

OFÍCIO nº 249/72, ICHL.

OFÍCIO nº 299/72, ICHL.

OFÍCIO nº 325/72, ICHL.

OFÍCIO nº 379/72, ICHL.

OFÍCIO nº 441/72, ICHL.

OFÍCIO nº 459/72, ICHL.

OFÍCIO nº 484/72, ICHL.

PLANEJAMENTO. ICHL. Departamento de História, 1989.

PLANO de curso. Estudos Brasileiros. CEB. História Política Contemporânea, 1963.

PLANO de curso. Estudos Brasileiros. Cultura Brasileira. CEB, 1964.

PLANO de curso. Estudos Brasileiros. Economia de Goiás, 1964.

PLANO de curso. Estudos Brasileiros. Economia Política, s/d.

PLANO de curso. Estudos Brasileiros. Geografia Humana do Brasil, s/d.

PLANO de curso. Estudos Brasileiros. História do Brasil, CEB, 1964.

PLANO de curso. Estudos Brasileiros. História do Brasil. CEB, 1963.

- PLANO de curso. Estudos Brasileiros. Instituições Jurídicas. CEB, 1964.
- PLANO de curso. Estudos Brasileiros. Literatura Goiana. CEB, 1964.
- PLANO de curso. Estudos Goianos. CEB. Antropologia Cultural de Goiás, 1963.
- PLANO de curso. Estudos Goianos. CEB. Geografia de Goiás, 1963.
- PLANO de curso. Estudos Goianos. CEB. História de Goiás, 1963.
- PORTARIA nº 00547/72, reitoria.
- PORTARIA nº 031/71, ICHL.
- PORTARIA nº 341/69, reitoria.
- PROJETO DE estruturação do Instituto de Matemática e Física, UFG, 1964.
- RELAÇÃO de alunos que concluíram o curso de Geografia–História, ICHL, 1966.
- RELAÇÃO dos alunos que colaram grau, curso de História, ICHL, 1969.
- RELAÇÃO dos alunos que colaram grau, curso de História, ICHL, 1970.
- RELAÇÃO dos concluintes dos cursos de Graduação (Bacharelado), 1966–1971.
- RELAÇÃO dos concluintes dos cursos de Graduação (Licenciatura), 1972–1980.
- RELAÇÃO dos concluintes dos cursos de Graduação (Licenciatura), 1981–1989.
- RELAÇÃO dos concluintes dos cursos de Graduação (Licenciatura), 1990–1993.
- RELATÓRIO de atividades, coordenação do curso de Mestrado em História, 1972.
- RELATÓRIO de Atividades, ICHL, 1972.
- TERMO de Convênio de Pós–graduação, UFGO/USP, s/d.

Periódicos Locais

- FOLHA DE GOIÁS, 23/8/1970.
- O POPULAR, 29/3/1971.
- O POPULAR, 4/7/1971.

O POPULAR, 18/5/1971.

O POPULAR , 4/10/1971

O POPULAR Ano XIII, 19/2/1950.

O POPULAR, p. 3, 5/4/1968.

O POPULAR, 19/8/1970

CINCO DE MARÇO, 4/10/1971.

Documentos Eletrônicos

CAPEL, Heloisa F. Mestrado em História da UCG [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por monydantas@ibest.com> em 22/8/2006.

CAPELATO, Maria Helena R. Escola Uspiana de História. São Paulo, vol. 8, n. 22, p. 1–8, 1994. Disponível em: < <http://www.iea.usp.br/iea/revista/online/revista22/capelato.html>> Acesso em: 23/7/2006.

CAPES. Perfil da Pós-Graduação. Mestrados/Doutorados reconhecidos. Disponível em: < <http://www1.capes.gov.br/Scripts/Avaliacao/MeDoReconhecimento/conceitos/Programas.as>. Acesso em: 10/8/2006.

FACULDADE de Ciências Humanas e Filosofia – UFG. Departamento de História. Disponível em: http://www.fchf.ufg.br/historia/mestrado_calendario_hist.htm.

_____ : http://www.fchf.ufg.br/historia/mestrado_docentes_historia.htm.

_____ : http://www.fchf.ufg.br/gra_historia.php.

_____ : http://www.fchf.ufg.br/pos_historia.php.

FLASHUCG. Capes aprova dois doutorados e um mestrado da Católica. Goiânia, p. 1–3, 2006. Disponível em: < <http://www2.ucg.br/flash2006/julho06/060717doutorado.html>. Acesso em: 26/7/2006.

FRANÇA, Eduardo de Oliveira, São Paulo, vol. 8, n. 22, p. 1–6, 1994. Disponível em: < <http://www.iea.usp.br/iea/revista/online/revista22/franca.html>>. Acesso em: 23/7/2006.

NOVAIS, Fernando. *Braudel e a “Missão Francesa”*, São Paulo, vol. 8, n. 22, p. 1–4, 1994. Disponível em: < <http://www.iea.usp.br/iea/revista/online/revista22/novais.html>> Acesso em: 23/7/2006.

ANEXOS